

CONSELHO PERMANENTE



OEA/Ser.G
CP/doc.3602/02 rev. 1
22 maio 2002
Original: espanhol

RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL
À ASSEMBLÉIA GERAL

Este documento será distribuído às Missões Permanentes
e apresentado ao Conselho Permanente da Organização.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
WASHINGTON, D.C.

SECRETÁRIO-GERAL

15 de maio de 2002

Senhora Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, em cumprimento dos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, a fim de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual do Secretário-Geral correspondente a 2001-02. O relatório, que descreve as atividades e a situação financeira da Organização, foi preparado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 1452 (XXVII-O/97).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

César Gaviria

A Sua Excelência a Senhora
Embaixadora Margarita Escobar
Representante Permanente de El Salvador
junto à Organização dos Estados Americanos
Presidente do Conselho Permanente
Washington, D.C.

Documentos Oficiais da OEA
Oea/Ser.D/III.52 (português)

RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL

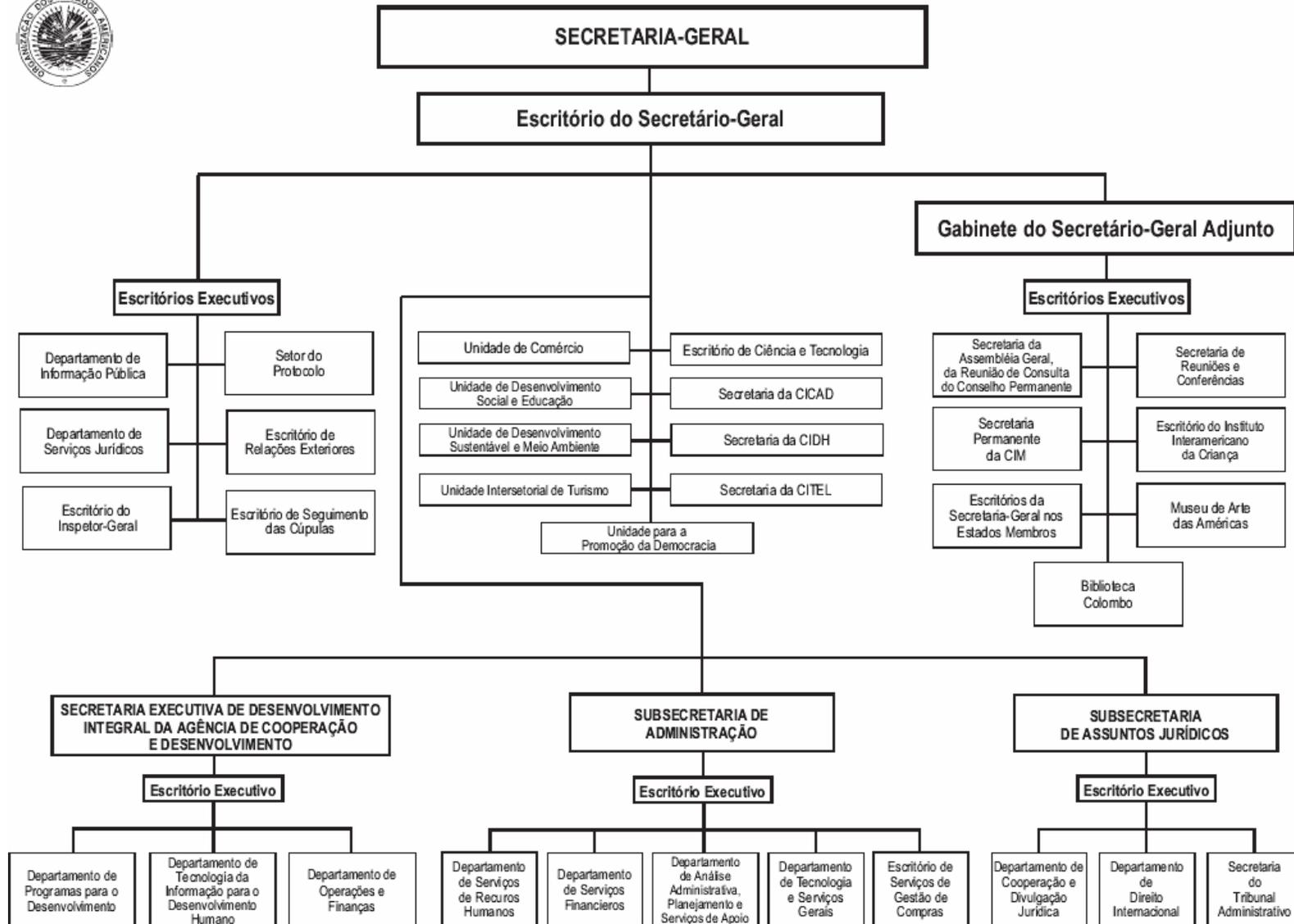
2001-2002

Organização dos Estados Americanos
Washington, D.C.
2002

ÍNDICE

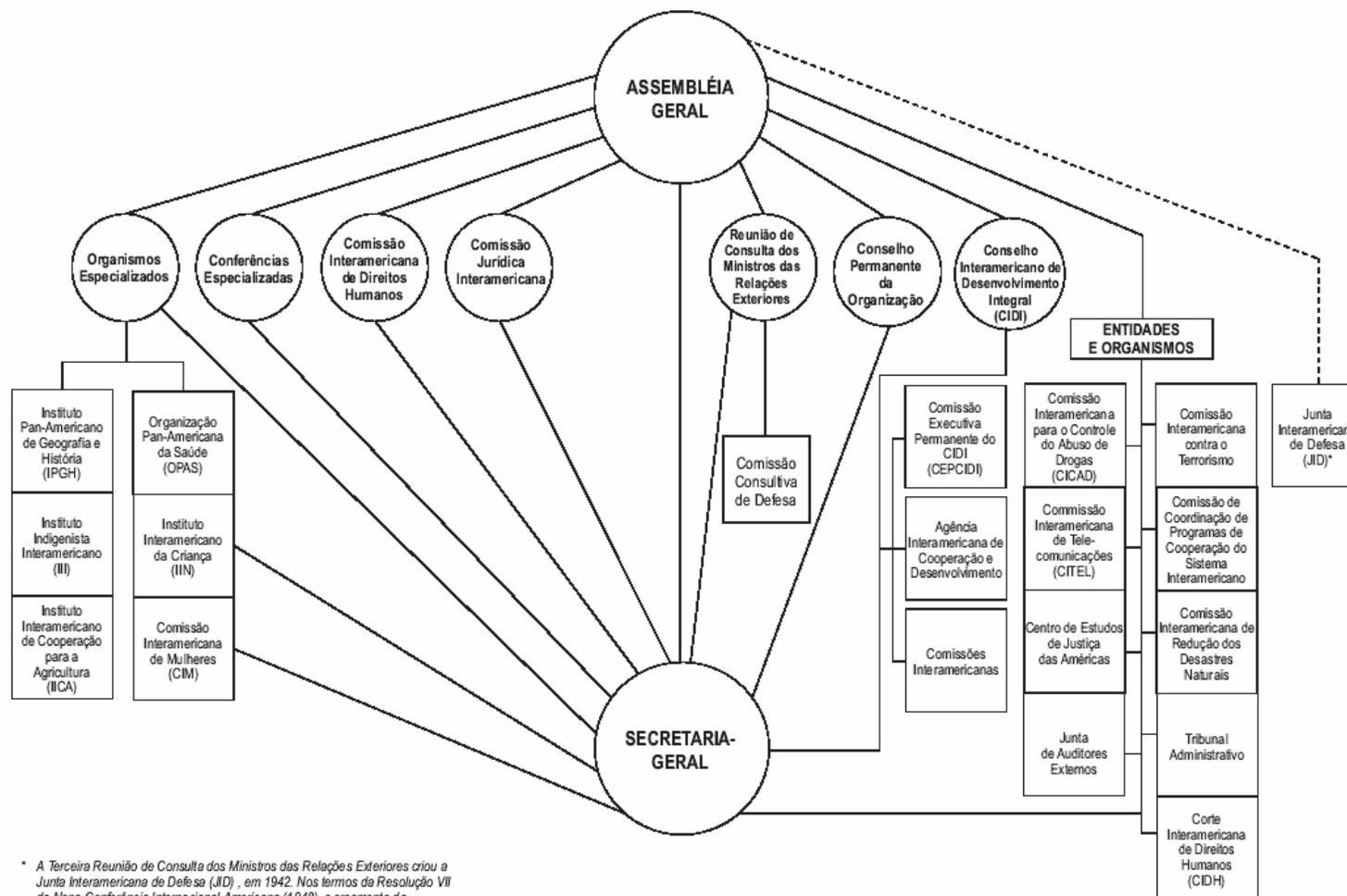
	<u>Pagina</u>
INTRODUÇÃO	ix
I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS	1
Assembléia Geral.....	3
Conselho Permanente.....	21
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral	23
II. SECRETARIA-GERAL	33
Gabinete do Secretário-Geral.....	35
Departamento de Informação Pública.....	39
Departamento de Serviços Jurídicos	42
Escritório do Inspetor-Geral.....	46
Setor de Protocolo	48
Escritório de Relações Externas	50
Escritório de Seguimento das Cúpulas.....	52
Escritório de Ciência e Tecnologia	56
Unidade de Comércio	60
Unidade de Desenvolvimento Social e Educação	64
Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	72
Unidade Intersetorial de Turismo	78
Unidade para a Promoção da Democracia	83
Gabinete do Secretário-Geral Adjunto.....	89
Escritórios da Secretaria-Geral da OEA nos Estados Membros	91
Secretaria de Conferências e Reuniões	94
Museu de Arte das Américas	96
Biblioteca Colombo	99
Coordenação e Cooperação com Outras Organizações.....	103
Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral.....	105
Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	115
Subsecretaria de Administração.....	126
III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS	135
Organização Pan-Americana da Saúde	137
Instituto Interamericano da Criança.....	140
Comissão Interamericana de Mulheres	142
Instituto Indigenista Interamericano	145

Instituto Pan-Americano de Geografia e História	146
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	148
IV. OUTROS ORGÃOS INTERAMERICANOS.....	151
Comissão Jurídica Interamericana.....	153
Comissão Interamericana de Direitos Humanos	155
V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS.....	161
Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas.....	163
Comissão Interamericana de Telecomunicações.....	168
Comitê Interamericana contra o Terrorismo	172
Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais	174
Centro de Estudos de Justiça das Américas.....	175
Tribunal Administrativo	179
Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento.....	181
Junta de Auditores Externos	183
Junta Interamericana de Defesa.....	185
Corte Interamericana de Direitos Humanos	187
VI. OBSERVADORES PERMANENTES.....	191
VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO.....	195
ANEXOS.....	203
Anexo A: Conselhos e Comissões Interamericanos	205
Anexo B: Conferências e Reuniões da OEA.....	207
Anexo C: Tratados e Convenções Interamericanas	219
Anexo D: Recursos Humanos	231
Anexo E: Situação Financeira	247
Anexo F: Seleção de Bolsistas de Estudo.....	253
Anexo G: Contribuições dos Observadores Permanentes	259
Anexo H: Orçamento-Programa: Níveis de Execução.....	263





ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS



* A Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores criou a Junta Interamericana de Defesa (JID), em 1942. Nos termos da Resolução VII da Nona Conferência Interamericana (1948), o orçamento da Junta é incluído no da Organização.

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, tenho a satisfação de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual 2001-02. Conforme prescrito na Carta, este relatório contém a descrição das atividades da Organização e de sua situação financeira. Este documento, preparado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 331, de 1978, refere-se ao período compreendido entre 1º de março de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

O último ano caracterizou-se por grandes desafios e êxitos para a Organização: realizamos a Cúpula das Américas em Québec, a Assembléia Geral em São José, Costa Rica e o período extraordinário de sessões da Assembléia Geral em Lima. As três reuniões atribuíram à OEA novos mandatos e responsabilidades que fortalecem a nossa instituição e abrem novas perspectivas e oportunidades para o Sistema Interamericano. Ao longo do ano, registramos numerosos avanços, entre os quais cumpre destacar: o mandato da Cúpula de Québec, que confiou à OEA a tarefa de servir de secretaria técnica e memória institucional do processo das Cúpulas; a adoção da Carta Democrática Interamericana, em 11 de setembro, em Lima; e a responsabilidade delegada à instituição pelos Ministros das Relações Exteriores do Continente, de preparar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo (CICTE).

Os resultados da Cúpula de Québec representam um sucesso fundamental para a Organização e permitem afirmar que as Cúpulas das Américas são – indubitavelmente – o instrumento mais eficaz de integração hemisférica. As disposições emanadas da Cúpula orientam nosso trabalho na Organização já que fomos incumbidos, no total, de mais de 30 mandatos, que abrangem uma multiplicidade de temas. Em Québec, os Chefes de Estado e de Governo declararam seu apoio ao fortalecimento da colaboração entre os organismos internacionais, com o objetivo de facilitar o uso adequado dos recursos, otimizar a eficácia na execução dos programas, evitar a superposição e a duplicação dos mandatos, aumentar as oportunidades de financiamento e assegurar a coerência na implementação das iniciativas das Cúpulas.

Para alcançar esses fins, nossa Organização assinou uma carta de entendimento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujo propósito é imprimir maior coordenação no apoio aos mandatos das Cúpulas. O Escritório de Seguimento das Cúpulas foi encarregado de atuar como secretaria dessa instância de coordenação, o que representa apenas um pequeno detalhe do fortalecimento institucional de que vem sendo objeto para dar cumprimento aos novos mandatos e disposições emanadas da Cúpula de Québec.

A adoção, em Lima, da Carta Democrática Interamericana representa o avanço institucional mais importante da OEA. A Carta é a demonstração mais clara da convicção democrática de todos os países do Hemisfério e de sua vontade no confronto com novas ameaças. Após a Cúpula de Québec, os Estados membros da OEA, ajustando-se ao mandato dos Presidentes, dedicaram-se à tarefa de apresentar um projeto de Carta aos Chanceleres que se reuniram em São José, Costa Rica, para o Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. Este trabalho, cimentado numa ampla gama de normas internacionais, inclusive na própria Carta da OEA, na resolução AG/RES. 1080, em múltiplas declarações da OEA – como as de Manágua, Nassau e Santiago –, e em referências à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e à nossa Convenção Americana sobre Direitos Humanos, “Pacto de San José”, foi enriquecido a tal ponto que só me resta destacar sua dimensão integral mais concreta e precisa. A Carta estabelece com clareza

os vínculos inextricáveis entre democracia e pobreza, democracia e desenvolvimento, democracia e meio ambiente e democracia e os direitos das mulheres e crianças.

Em 11 de setembro, dia em que a democracia se viu covardemente ameaçada, os 34 Estados membros da OEA reafirmaram seu compromisso com a democracia ao adotarem a Carta Democrática Interamericana no período extraordinário de sessões da Assembléia Geral de Lima. A OEA foi a primeira organização internacional a reagir aos acontecimentos, e os Chanceleres do Hemisfério e o Secretário-Geral expressaram seu apoio e solidariedade pessoalmente ao Secretário de Estado Colin Powell.

A luta contra o terrorismo tem estado presente na agenda da Organização como parte dos seus esforços sistemáticos em prol da segurança hemisférica. Assim o demonstra a criação do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE). Em consequência dos acontecimentos de 11 de setembro, a OEA intensificou seus esforços nesse campo e foi convidada a expor sua experiência e seu conhecimento em diversos foros internacionais, entre os quais a Comissão da Luta contra o Terrorismo, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os vis ataques terroristas de 11 de setembro puseram em relevo a necessidade de constante preparação para enfrentar futuros desafios e a importância de reagir em face das novas realidades mundiais. Os atos de terrorismo representam o maior desafio à nossa civilização, aos nossos valores, aos direitos humanos e liberdades públicas e aos princípios de tolerância e pluralismo. A OEA demonstrou sua grande capacidade de resposta diante de fatos dessa natureza ao ativar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e a sessão extraordinária do Conselho Permanente para analisar os efeitos econômicos dos ataques terroristas no Hemisfério, em particular nos países do Caribe e da América Central.

O TIAR foi invocado por seus Estados Partes na Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, ocasião em que se adotou a resolução “Ameaça terrorista nas Américas”. Nesta resolução, os Estados Partes do Tratado afirmaram que os ataques terroristas aos Estados Unidos da América eram ataques contra todos os países americanos. Os Estados Partes também se comprometeram a aplicar todas as disposições pertinentes do TIAR e do princípio de solidariedade continental, e a prestar efetiva assistência recíproca a fim de enfrentar tais ataques e manter a paz e a segurança do Hemisfério.

A Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores também incumbiu o Conselho Permanente de elaborar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a ser apresentado à próxima Assembléia Geral da Organização em Barbados. Ao final da reunião, os ministros aprovaram resolução que exorta os Estados a reforçar a cooperação nos níveis regional e internacional para perseguir, capturar, processar, julgar e, quando pertinente, acelerar a extradição de perpetradores, organizadores e patrocinadores de atos de terrorismo.

Em 31 de outubro, o Conselho Permanente reuniu-se em sessão extraordinária para analisar o impacto social e econômico dos ataques de 11 de setembro sobre o Hemisfério e, em particular, sobre os pequenos Estados cujas receitas dependem em grande parte da renda gerada pelo turismo. Para frear a desestabilização econômica resultante dos ataques, a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) abriu linhas de apoio especial e a Unidade de Turismo e os demais escritórios da Organização concentraram seus projetos na abordagem dessas dificuldades.

Ao longo do último ano, a OEA prestou decidido apoio à democracia por meio de missões de observação eleitoral, sempre realizadas a convite dos países interessados. Enviamos missões de

observação eleitoral à Guiana, São Vicente e Granadinas, Peru, Nicarágua e Honduras. No Peru, a OEA pôde testemunhar o desenlace de uma profunda crise institucional e política resultante de irregularidades observadas nas eleições presidenciais de 2000. O primeiro turno eleitoral, realizado em 8 de abril de 2001, foi completado sem inconvenientes e mereceu o pleno apoio do povo peruano. O segundo turno realizou-se em 3 de junho e culminou com a eleição do Senhor Alejandro Toledo. Os esforços da OEA no Peru demonstram a validade e a importância da ação coletiva e servem de advertência a todos os inimigos da democracia que se atrevam a contrariar os desejos do povo.

Os acontecimentos políticos e econômicos registrados no Haiti desde a Assembléia Geral da Costa Rica continuam a preocupar a Organização. O compromisso e a participação da Secretaria-Geral no Haiti aumentaram consideravelmente no último ano. A OEA continua empenhada em facilitar a solução da crise política surgida em consequência de irregularidades nas eleições legislativas de maio de 2000. Para dar assistência à solução dessa crise, estabeleceu-se em outubro de 2001 o Grupo de Amigos do Haiti, integrado pela Alemanha, Argentina, Bahamas, Belize, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, México, Noruega, República Dominicana e Venezuela.

Os surtos de violência ocorridos em dezembro último colocaram as negociações entre as partes em ponto morto. Em face desses acontecimentos, o Secretário-Geral formulou um apelo no sentido da renovação do seu mandato, de modo a habilitá-lo a enfrentar as novas circunstâncias, o que levou o Conselho Permanente a adotar a resolução CP/RES. 806, que estabeleceu uma missão especial da OEA no Haiti.

Também prosseguiram os nossos esforços para ajudar a resolver divergências territoriais e solucionar conflitos de maneira pacífica. Em cumprimento aos mandatos do Conselho Permanente da OEA e em conformidade com as disposições da Carta, a Organização, atuando como mediadora, prestou assistência a Belize e à Guatemala e à Nicarágua e Honduras para gerar um diálogo que contribua para o relaxamento de tensões.

O tema do respeito aos direitos humanos continua situado no centro da nossa agenda hemisférica. Assim o confirmou enfaticamente a Cúpula de Québec e assim também dispôs a Carta Democrática Interamericana ao unir indissolavelmente o respeito a esses direitos e a plena vigência da democracia na região. Neste ano, temos trabalhado assiduamente no sentido de cumprir as disposições acordadas na Cúpula.

Em janeiro, dando seqüência aos nossos esforços para enfrentar o flagelo do tráfico de entorpecentes e o uso indevido de drogas, a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) publicou seu primeiro relatório sobre o progresso alcançado no cumprimento de recomendações formuladas no contexto do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM). De acordo com o relatório, os países das Américas demonstraram um trabalho significativo na adoção de medidas recomendadas na primeira rodada do processo de avaliação; mas, em alguns casos, encontraram obstáculos em razão de uma falta de recursos técnicos e financeiros. Com o tempo, este processo de avaliação e análise fortalecerá as nossas medidas nacionais e coletivas de combate às drogas.

A OEA, por intermédio da Unidade de Comércio, continua a participar estreitamente dos assuntos de política comercial e integração econômica no Hemisfério. A Organização tem-se dedicado ao desenvolvimento de atividades de cooperação técnica entre os países da região e à prestação de apoio técnico e analítico às negociações para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No último ano, prestamos apoio aos países membros dos grupos de

negociação da ALCA. Os grupos de negociação continuaram concentrados na preparação de uma versão preliminar dos respectivos capítulos do acordo da ALCA. A atividade de apoio aos grupos, realizada pela Unidade de Comércio girou em torno deste mandato e incluiu a compilação de estudos, análises e trabalhos de assistência técnica requeridos pelos mesmos. Esta atividade foi coordenada com o BID e a CEPAL, as outras duas instituições que compõem a Comissão Tripartite.

No ano passado, referimo-nos ao estado crítico das finanças da Organização. A situação era de tal gravidade, que estava em perigo a própria capacidade da Organização de custear as despesas das missões que lhe tocava cumprir. Os Estados membros agiram prontamente para corrigir o problema. Graças ao seu compromisso de pagar as contas devidas à Organização, o ano financeiro de 2001 registrou uma situação de liquidez que permitiu, pela primeira vez em muitos anos, cobrir os gastos do orçamento e destinar ao Subfundo de Reserva mais do que o montante mínimo requerido.

No entanto, os problemas que afetam a situação econômica da Organização não são apenas de liquidez. Outros aspectos continuam a ameaçar a nossa capacidade de manutenção de uma estrutura financeira adequada. O estancamento do nível orçamentário, a inflação e o aumento de mandatos sem identificação de fontes de financiamento são aspectos que devem ser atendidos. A provisão de liquidez à Organização foi um primeiro passo, mas devemos encarar com seriedade as limitações orçamentárias que nos afetam, para evitar que a OEA volte a enfrentar as circunstâncias críticas do passado. A Secretaria-Geral está preparada para dar cumprimento aos novos mandatos, mas os Estados membros deverão adotar as decisões necessárias para dotar a Organização dos recursos financeiros indispensáveis para o cumprimento do que dela se requer. É necessário reestruturar o orçamento levando pelo menos em conta a inflação, para que a Organização possa cumprir seus novos mandatos.

Este último ano mostrou o quanto é imprevisível o futuro. A magnitude dos ataques terroristas aos Estados Unidos superou todas as previsões e fez o mundo entender que a democracia estará sempre ameaçada pelos inimigos da liberdade e do pluralismo. Ressalta este fato a casualidade de que os ataques tenham ocorrido no mesmo dia em que os Ministros das Relações Exteriores se reuniam para assinar a Carta Democrática Interamericana. A OEA continuará trabalhando para enfrentar estas e outras ameaças, concentrando-se em suas áreas de atividade principais, vale dizer: a democracia, o combate ao terrorismo, os direitos humanos, a integração regional e o combate às drogas. Com seu compromisso, sua visão e seu trabalho, a OEA reafirma o seu empenho em lutar pelos ideais da democracia e da liberdade.

César Gaviria
Secretário-Geral

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS

ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral, cujas atribuições constam do Capítulo IX da Carta, é o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos. A Assembléia Geral reúne-se anualmente na época determinada por seu Regulamento. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados Membros, o Conselho Permanente pode convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral. Todos os Estados membros têm direito a fazer-se representar na Assembléia Geral. Cada Estado tem direito a um voto.

O Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral realizou-se em São José, Costa Rica, de 3 a 5 de junho de 2001, sob a presidência do Senhor Roberto Rojas, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica. Os textos autenticados das declarações e resoluções estão publicados no Volume I de Atas e Documentos, correspondente a este período de sessões (OEA/Ser.P.XXXI-O.2).

Declarações

Declaração Especial sobre o Processo de Paz na Colômbia [AG/DEC. 25 (XXXI-O/01)]: fez um apelo aos grupos armados no sentido de que continuem a responder com atos de paz à decidida política de Estado liderada pelo Presidente Andrés Pastrana.

Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas [AG/DEC. 26 (XXXI-O/01)]: expressou satisfação pela reafirmação da vontade do Governo argentino no sentido de continuar explorando todas as vias possíveis de solução pacífica da controvérsia e por sua atitude construtiva em prol dos habitantes das Ilhas Malvinas e reafirmou a necessidade de que os Governos da Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte iniciem, o quanto antes, as negociações sobre a disputa de soberania, com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para esta prolongada controvérsia. Decidiu continuar a examinar a questão das Ilhas Malvinas em seus sucessivos períodos de sessões, até uma solução definitiva.

Resoluções

Democracia

Instou a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) a continuar apoiando os Estados membros em seus esforços no sentido de fortalecer as instituições democráticas. Encarregou o Conselho Permanente de estudar formas de adequar suas instâncias políticas conforme a prioridade atribuída ao tema da democracia pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas e de dar continuidade à consideração de maneira integral dos temas identificados como prioritários no processo de Cúpulas e na agenda interamericana, em matéria de promoção e consolidação da democracia e, para o estudo desses temas, convidar os órgãos, organismos e entidades do Sistema, bem como peritos governamentais e acadêmicos, organizando com esse fim sessões especiais quando assim julgar necessário; a continuar proporcionado a orientação necessária à Secretaria-Geral com relação às atividades que desenvolve na área da democracia, em particular à UPD, com base nas prioridades definidas pelos Chefes de Estado e de Governo no processo de Cúpulas e na agenda interamericana; a estudar e aprovar o Plano de Trabalho da UPD para 2002, assegurando-se de que esse plano inclua os programas e as atividades para o cumprimento dos mandatos relativos à promoção e consolidação da democracia atribuídos à OEA pela Terceira Cúpula das Américas; a continuar examinando o inventário anual atualizado sobre as atividades relacionadas

com a promoção da democracia em cada área da Secretaria-Geral da Organização; e a continuar estudando o cumprimento da resolução “Fundo específico permanente para financiar atividades relacionadas com missões de observação eleitoral da OEA”, com o objetivo de buscar possíveis alternativas para seu funcionamento.

Solicitou à Secretaria-Geral que: a) consolide os vínculos e a coordenação entre suas diversas áreas, unidades e escritórios para a execução dos programas e das atividades relacionados com a promoção da democracia representativa, com a colaboração dos diversos órgãos, organismos e entidades do Sistema, para fins de atendimento e cumprimento adequados dos mandatos das Cúpulas das Américas e da Assembléia Geral; b) proponha a inclusão dos programas e das atividades específicas para o adequado atendimento e cumprimento dos mandatos recebidos da Terceira Cúpula das Américas, constantes do Capítulo 1, “Fazendo a democracia funcionar melhor” do Plano de Ação; c) ao elaborar seus planos de trabalho e programas, incorpore os temas abordados e as preocupações assinaladas nas sessões especiais do Grupo de Trabalho sobre Democracia Representativa; e d) mantenha atualizado, por intermédio da UPD, o inventário anual sobre suas atividades na área da promoção da democracia representativa. [AG/RES. 1782 (XXXI-O/01)].

Reconheceu os esforços do Governo da Guatemala e os avanços registrados no cumprimento dos compromissos constantes dos Acordos de Paz. Apoiou o Governo da Guatemala em seu interesse por continuar recebendo os benefícios do Programa Especial de Apoio mediante a assinatura de um novo acordo com a Secretaria-Geral da OEA, denominado “Programa Especial de Apoio da OEA para o Fortalecimento das Instituições Democráticas na Guatemala”. Solicitou à Secretaria-Geral que continue a prestar seu apoio aos esforços de consolidação da democracia e da paz na Guatemala por meio do Acordo Quadro. [AG/RES. 1820 (XXXI-O/01)].

Reiterou sua profunda preocupação com a contínua crise política no Haiti, decorrente das eleições de 21 de maio de 2000. Tomou nota da iniciativa contida na carta do Presidente do Haiti. Reconheceu as preocupações expressas na citada carta a respeito da urgência que reveste a normalização das relações entre o Haiti e as instituições financeiras internacionais. Instou o Governo do Haiti a constituir de maneira expedita um Conselho Eleitoral Provisório (CEP) confiável, independente e neutro, composto por nove membros nomeados pelo Poder Executivo, pelo Poder Judiciário, pelos partidos políticos – inclusive a Convergência Democrática, Fanmi Lavalas e outros partidos políticos – e pelas igrejas, tanto a católica quanto a protestante. Exortou o Governo do Haiti, os partidos políticos, a sociedade civil e outras instituições relevantes da sociedade haitiana a que assumam um compromisso integral para resolver a crise política e fortalecer a democracia e o respeito aos direitos humanos. Instruiu o Secretário-Geral no sentido de acompanhar a implementação dos compromissos constantes do documento AG/INF. 260/01 corr. 1 e de intensificar seus esforços, em consulta com a CARICOM e com outros países interessados, de modo a contribuir para a solução da crise política atual no Haiti, para o seu desenvolvimento social e econômico, o fortalecimento da democracia e do respeito aos direitos humanos nesse país. Convidou o Secretário-Geral a estabelecer um Grupo de Amigos do Haiti, formado por Estados membros e Observadores Permanentes junto à OEA interessados em assisti-lo nesses esforços. Solicitou ao Conselho Permanente que examine, em caráter de urgência, o mandato, as modalidades, o orçamento, o financiamento e outras providências relativas ao estabelecimento de uma eventual Missão ao Haiti. Encarregou o Secretário-Geral de trabalhar em conjunto com Estados membros em prol da normalização das relações entre o Haiti e a comunidade internacional. [AG/RES. 1831 (XXXI-O/01)]

Reafirmou a vontade de todos os seus Estados membros no sentido de adotar uma Carta Democrática Interamericana, com a finalidade de promover e consolidar a democracia representativa como o sistema de governo de todos os Estados americanos. Encarregou o Conselho Permanente de

proceder a fortalecer e ampliar, o mais tardar até 10 de setembro de 2001, o projeto de Carta Democrática Interamericana, em conformidade com a Carta da OEA, levando em conta as consultas que os Governos dos Estados membros fizeram em conformidade com seus procedimentos constitucionais e suas práticas democráticas. Decidiu tornar público o projeto de Carta Democrática Interamericana para ajudar a sociedade civil a formar opinião de acordo com as Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA. E incumbiu o Conselho Permanente de convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral, a ser realizado em Lima, Peru, o mais tardar até 30 de setembro de 2001. [AG/RES. 1838 (XXXI-O/01)]

Desenvolvimento jurídico

Convocou a Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), com a seguinte agenda: a) Documentação mercantil uniforme para o transporte internacional com referência particular à Convenção Interamericana sobre Contratos de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada de Rodagem, de 1989 e a possível incorporação de um protocolo adicional sobre conhecimento de embarque; b) Os contratos de empréstimo internacional de natureza privada e, em particular, a uniformidade e harmonização dos sistemas de garantias mobiliárias, comerciais e financeiras internacionais; e c) Conflitos de leis em matéria de responsabilidade extracontratual, com ênfase no tema da jurisdição competente e leis aplicáveis com respeito à responsabilidade civil internacional por contaminação transfronteiriça. [AG/RES. 1765 (XXXI-O/01)]

Reafirmou a importância do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional para a divulgação, o conhecimento, a aplicação e o fortalecimento do Direito Internacional desenvolvido no âmbito do Sistema Interamericano e apoiou as atividades realizadas pelo Conselho Permanente da Organização e pela Secretaria-Geral em cumprimento do mesmo, e encarregou a Secretaria-Geral de continuar a execução do Programa. Dispôs pelo fortalecimento do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, o Sistema Interamericano de Informação Jurídica por meio da página da OEA na Internet, mediante a incorporação de informação jurídica sobre os trabalhos e as atividades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, bem como a consolidação de redes eletrônicas de intercâmbio de informação sobre as diferentes disciplinas jurídicas. Solicitou à Secretaria-Geral que publique o Anuário Jurídico Interamericano e uma obra sistemática e atualizada sobre o âmbito institucional e os aspectos jurídicos do Sistema Interamericano. Solicitou também à Secretaria-Geral que continue realizando as Jornadas de Direito Internacional para facilitar o intercâmbio entre professores e cátedras e analisar a aplicação das normas jurídicas interamericanas. Além disso, solicitou à Secretaria-Geral que, na medida do possível, estabeleça uma rede de informação por meio dos departamentos jurídicos ou áreas especializadas de Direito Internacional das universidades ou centros de estudo e que continue realizando os cursos regionais de atualização em matéria de Direito Internacional e organize no próximo ano um curso para a região constituída pelos Estados membros do MERCOSUL. [AG/RES. 1766 (XXXI-O/01)]

Exortou os Estados membros da Organização a considerarem a possibilidade de ratificar o Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional ou, conforme o caso, de aderir ao mesmo, e a participarem das reuniões da Comissão Preparatória da Corte Penal Internacional com vistas a garantir as melhores condições de funcionamento da mesma, uma vez constituída, no âmbito da irrestrita defesa da integridade do Estatuto alcançado em Roma. Solicitou à Comissão Jurídica Interamericana que se inclua, na agenda da próxima reunião conjunta com assessores jurídicos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados membros da Organização, o exame de mecanismos para enfrentar e evitar as graves violações recorrentes ao direito internacional humanitário e ao direito

internacional dos direitos humanos, bem como o papel desempenhado pela Corte Penal Internacional nesse processo. [AG/RES. 1770 (XXXI-O/01)]

Expressou sua satisfação diante do aumento do número de Estados membros que, no ano passado, ratificaram vários instrumentos do direito internacional humanitário, ou que a eles aderiram, destacando-se o caso da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Sua Destruição (Convenção de Ottawa), de 1997, e do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional. Exortou os Estados membros a que considerem a ratificação dos Protocolos I e II de 1977, adicionais às Convenções de Genebra de 1949, ou, se pertinente, sua adesão aos mesmos e a fazer a declaração estipulada no artigo 90 do Protocolo I; a que considerem a ratificação do Estatuto da Corte Penal Internacional ou, conforme o caso, a adesão ao mesmo; e a que considerem a ratificação dos seguintes instrumentos, ou, se pertinente, a adesão aos mesmos, relativos a armas que, por sua natureza, possam ser excessivamente lesivas ou exercer efeitos indiscriminados: a) a Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou de Efeito Indiscriminado, de 1980, e seus Protocolos; e b) Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Sua Destruição, de 1997. Convidou os Estados membros a que considerem tornar-se partes na Convenção da Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais no Caso de Conflito Armado e no seu Protocolo de 1954, bem como no seu Segundo Protocolo de 1999 sobre Proteção Mais Ampla, e a que considerem tornar-se parte da Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança e de seu Protocolo Facultativo relativo à participação de crianças em conflitos armados. Destacou a importância de que os Estados dispensem atenção especial às seguintes disposições: a) a maior divulgação possível do direito internacional humanitário a toda a população, especialmente às forças armadas e às forças de segurança; b) a promulgação da legislação penal necessária para punir os responsáveis por crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional humanitário; c) a promulgação da legislação para regulamentar a utilização dos emblemas protegidos sob o direito internacional humanitário e a punição dos abusos; e d) a obrigação, no momento de estudar, desenvolver, adquirir ou adotar novas armas ou novos meios ou métodos de guerra, de determinar se seu uso seria contrário ao direito internacional humanitário e, neste caso, de não incorporá-los ao uso das forças armadas e das forças de segurança, nem fabricá-los para outros fins. Instou os Estados membros a que, com o apoio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), estudem a conveniência de estabelecer comitês ou comissões nacionais de aplicação e divulgação do direito internacional humanitário; a que respeitem a imparcialidade, a neutralidade e a independência da ação humanitária, em conformidade com os princípios orientadores aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas mediante sua resolução 46/182, de 19 de dezembro de 1991, e a que assegurem a proteção do pessoal das organizações humanitárias. Convidou os Estados membros e as partes em conflito a que continuem cooperando com o CICV em seus diversos âmbitos de responsabilidade e a que facilitem seu trabalho, recorrendo em particular a seus serviços de assessoramento para apoiar os esforços dos Estados dirigidos para a aplicação do direito internacional humanitário. Solicitou à Secretaria-Geral que dê prosseguimento aos trabalhos de cooperação jurídica destinados a promover a divulgação, ratificação e implementação dos tratados de direito internacional humanitário e das convenções interamericanas relacionadas. [AG/RES. 1771 (XXXI-O/01)]

Solicitou à Comissão Jurídica Interamericana (CJI) que estude a fundo todos os aspectos relativos aos direitos humanos e à biomedicina. Solicitou à CJI que inicie os estudos com vistas a sugerir a agenda e a temática das próximas Conferências Especializadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado (CIDIP), a fim de promover o desenvolvimento do Direito Internacional Privado no Sistema Interamericano. Também solicitou à CJI que continue com o estudo dos diversos aspectos do aperfeiçoamento da administração da justiça nas Américas. Ressaltou a importância da realização do Curso de Direito Internacional como contribuição para o melhor entendimento e

divulgação da temática jurídica do Sistema Interamericano, e apoiou todos os esforços que se realizem para possibilitar a presença de maior número de professores de todas as sub-regiões no Curso e o aumento do número de bolsistas de todas as sub-regiões que a ele assistem, instando os Estados membros a que levem em conta a possibilidade de custear diretamente a participação de estudantes e professores de seus respectivos países no mesmo. Apoiou um sistema de informação para que a Organização possa divulgar às universidades da região seus melhores conhecimentos sobre o tema do Direito Internacional. [AG/RES. 1772 (XXXI-O/01)]

Encarregou o Conselho Permanente de avançar na consideração da necessidade de uma convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar o racismo e toda forma de discriminação e intolerância. Solicitou à Comissão Jurídica Interamericana que prepare um documento de análise com o objetivo de contribuir para o avanço nos trabalhos do Conselho Permanente. Recomendou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que, no âmbito dos instrumentos jurídicos interamericanos vigentes, continue a dispensar atenção especial a este tema. [AG/RES. 1774 (XXXI-O/01)]

Instou todos os Estados membros da OEA a considerar a assinatura e ratificação ou a ratificação, assim que possível e conforme seja o caso, da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e de seu Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, bem como de seu Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Suas Peças e Componentes e Munições, uma vez aberto para assinatura, ou a adesão aos mesmos, conforme o caso. [AG/RES. 1776 (XXXI-O/01)]

Convocou a Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, para realizar-se em Trinidad e Tobago, encarregando o Conselho Permanente de, com a colaboração da Secretaria-Geral, elaborar a agenda, preparar os documentos preliminares dessa reunião e fixar a data. Também encarregou o Conselho Permanente de continuar acompanhando a aplicação das conclusões e recomendações aprovadas na Terceira Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. [AG/RES. 1781 (XXXI-O/01)]

Exortou os Estados membros da Organização a que assinem e ratifiquem a Convenção Interamericana contra a Corrupção e participem ativamente do Mecanismo de Acompanhamento de sua implementação. Convidou os Estados que não são membros da Organização, em particular os Estados Observadores Permanentes junto à OEA, a que adiram à Convenção Interamericana contra a Corrupção, de acordo com o estabelecido no artigo XXIII da mesma [AG/RES. 1784 (XXXI-O/01)], e instou os Estados Partes a que adotem as medidas que considerem pertinentes a fim de cumprir os compromissos assumidos ao ratificarem a Convenção. Solicitou aos Estados que respondam prontamente o “Questionário sobre a Ratificação e Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção” e encarregou o Conselho Permanente de continuar promovendo o intercâmbio de experiências e de informação entre a OEA e organizações multilaterais e instituições financeiras internacionais. Solicitou ao Conselho Permanente que continue considerando alternativas destinadas a financiar as atividades que têm por objetivo prestar o apoio institucional que os Estados Partes solicitem para a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Encarregou o Conselho Permanente de, ao fazer o acompanhamento do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção, continuar a considerar o tema da responsabilidade social das empresas e de continuar abordando os seguintes temas: treinamento, experiências das instituições nacionais, compras públicas, incompatibilidades entre função pública e setor privado, análise das legislações penais em matéria de corrupção e delitos conexos. Solicitou à Secretaria-Geral que continue desenvolvendo os trabalhos de cooperação técnica destinados a prestar assistência para a assinatura ou ratificação e implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção ou a adesão a ela e

fortaleça o intercâmbio de informação e experiências entre as autoridades governamentais responsáveis pela matéria, entre as quais a Rede Interamericana de Cooperação contra a Corrupção. [AG/RES. 1785 (XXXI-O/01)]

Direitos humanos

Reafirmou que os princípios e as normas consagrados na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos adquirem particular relevância com relação à proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias e instou os Estados membros a que, em conformidade com o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, concentrem seus esforços na universalização do sistema interamericano de direitos humanos. Reiterou o dever dos Estados Partes da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963 de cumprir essa Convenção, inclusive o direito de comunicação entre os funcionários consulares e seus nacionais, independentemente da situação de migração, no caso de detenção, e a obrigação dos Estados Partes em cujo território ocorre a detenção de informar os nacionais estrangeiros desse direito e, neste sentido, chamar a atenção dos Estados para o Parecer Consultivo OC-16 sobre esta matéria emitido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Encarregou o Conselho Permanente de continuar apoiando os trabalhos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) nesta matéria e de levar em conta os esforços de outros organismos internacionais em benefício dos trabalhadores migrantes e suas famílias com vistas a contribuir para melhorar sua situação no Hemisfério e, em particular, no que for pertinente, do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos sobre Direitos Humanos e de Migrantes da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, bem como da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). Solicitou ao Conselho Permanente que, de acordo com o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas: a) estude a adoção de medidas destinadas a fortalecer a cooperação entre os Estados para abordar, com um enfoque integral, objetivo e de longo prazo, as manifestações, as origens e os efeitos da migração na região; e também medidas destinadas a promover uma estreita cooperação entre os países de origem, trânsito e destino para assegurar a proteção dos direitos humanos dos migrantes; e b) elabore um Programa Interamericano de Promoção dos Direitos Humanos dos Migrantes, com a colaboração dos órgãos e organismos do Sistema Interamericano que julgar pertinentes e das Nações Unidas. Convidou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento a considerarem a conveniência de adotar programas conjuntos de cooperação nesta matéria. Solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que proporcione ao Relator Especial para a questão dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias os meios necessários e adequados para o desempenho de suas funções. Solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que apresente um relatório sobre a situação dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias. Convidou os Estados membros, os Observadores Permanentes, os órgãos, organismos e entidades do Sistema Interamericano e outras fontes a contribuir para o Fundo Voluntário da Relatoria Especial para a Questão dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias. Recomendou ao Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral que preste apoio a projetos e atividades em prol de todos os trabalhadores migrantes e suas famílias como manifestação da solidariedade interamericana, elemento fundamental para o desenvolvimento integral dos Estados membros. [AG/RES. 1775 (XXXI-O/01)]

Solicitou ao Conselho Permanente que continue a consideração do Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em consonância com o mandato constante da Declaração da Cidade de Québec e do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas; que continue implementando modalidades para a acreditação e a forma adequada de participação de representantes de povos indígenas em suas deliberações, com o propósito de que suas observações e sugestões sejam

levadas em consideração; e que seja criado um fundo específico de contribuições voluntárias para apoiar a participação de representantes dos povos indígenas nas reuniões relativas ao projeto de Declaração. Finalmente, solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Comissão Jurídica Interamericana, ao Instituto Indigenista Interamericano e a outros organismos e entidades internacionais que prestem o apoio e assessoramento necessários para o trabalho do Conselho Permanente. [AG/RES. 1780 (XXXI-O/01)]

Recomendou à Comissão Interamericana de Direitos (CIDH) que leve em conta as preocupações e as observações manifestadas por alguns Estados membros sobre a forma e o conteúdo de seu relatório anual, especialmente as referentes ao relatório apresentado pelo Relator Especial para a Liberdade de Expressão. Instou-a a que continue promovendo a observância e defesa dos direitos humanos, em conformidade com as normas que regulam sua competência e funcionamento. E instou os Estados membros a que, em conformidade com o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, concentrem seus esforços na universalização do sistema interamericano de direitos humanos. [AG/RES. 1783 (XXXI-O/01)]

Encarregou o Conselho Permanente de considerar a conveniência de estudar, em colaboração com os órgãos e entidades competentes do Sistema Interamericano e levando em conta as conclusões e recomendações das Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, o tema dos direitos e atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão. [AG/RES. 1816 (XXXI-O/01)]

Reiterou seu apoio à tarefa que os defensores dos direitos humanos realizam, no plano nacional e regional, e reconheceu sua valiosa contribuição na proteção, promoção e observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no Hemisfério. Condenou os atos que impeçam ou dificultem as tarefas levadas a cabo pelos defensores dos direitos humanos nas Américas. Exortou os Estados membros a que intensifiquem os esforços no sentido de adotar as medidas necessárias para garantir a vida, a integridade pessoal e a liberdade de expressão dos mesmos. Convidou os Estados membros a que promovam a divulgação e aplicação dos instrumentos do Sistema Interamericano e as decisões de seus órgãos nesta matéria, bem como da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito e o Dever dos Indivíduos, dos Grupos e das Instituições de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidas. Solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que continue dispensando a devida atenção à situação dos defensores dos direitos humanos nas Américas e que considere a elaboração de um estudo abrangente sobre a matéria. [AG/RES. 1818 (XXXI-O/01)]

Ressaltou a importância de estudar o possível vínculo existente entre o meio ambiente e os direitos humanos, reconhecendo a necessidade de promover a proteção do meio ambiente e o pleno gozo de todos os direitos humanos. Encarregou a Secretaria-Geral de elaborar um estudo sobre a possível relação entre a proteção ambiental e o pleno gozo dos direitos humanos. [AG/RES. 1819 (XXXI-O/01)]

Apoiou o Instituto Interamericano de Direitos Humanos para que continue com a realização de atividades de promoção, educação e treinamento especializado no campo dos direitos humanos nos âmbitos nacional, regional e hemisférico. Incentivou os Estados, bem como as instituições financeiras internacionais e regionais a que ofereçam seu apoio aos diversos programas do Instituto Interamericano de Direitos Humanos e a que contribuam para o seu financiamento institucional. E encarregou o Conselho Permanente de convidar o Instituto Interamericano de Direitos Humanos a continuar participando do Diálogo sobre o Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. [AG/RES. 1823 (XXXI-O/01)]

Tomou conhecimento de que o Governo do Peru depositou na Secretaria-Geral da OEA um instrumento mediante o qual ratificou que “o reconhecimento da competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo Peru, em 20 de outubro de 1980, encontra-se em plena vigência e compromete em todos os seus efeitos jurídicos o Estado peruano, devendo entender-se a vigência ininterrupta da referida Declaração desde seu depósito junto à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 21 de janeiro de 1981”. Também tomou nota de que o Governo de Barbados declarou o reconhecimento da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos termos do artigo 62.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Reiterou que as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos são definitivas e inapeláveis e que os Estados Partes na Convenção se comprometem a cumprir as decisões da Corte em todos os casos em que sejam partes. Instou os Estados membros da OEA a que, em conformidade com o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, concentrem seus esforços na universalização do sistema interamericano de direitos humanos. [AG/RES. 1827 (XXXI-O/01)]

Encarregou o Conselho Permanente de iniciar ações específicas tendentes ao cumprimento dos mandatos dos Chefes de Estado e de Governo relacionados com o fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos constantes do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Encarregou-o também de continuar a considerar o tema da participação da vítima no procedimento perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos; de estudar, com o apoio da Secretaria-Geral e levando em conta os critérios tanto da Corte como da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a correlação dos regulamentos desses órgãos com as disposições de seus próprios estatutos e da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos; de promover o intercâmbio de experiências e melhores práticas na adequação das normas do direito internacional sobre direitos humanos ao direito interno; de continuar aprofundando o diálogo sobre o sistema interamericano de direitos humanos, com vistas a seu aperfeiçoamento e fortalecimento, assegurando a participação da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e convidando também o Instituto Interamericano de Direitos Humanos e representantes de organizações não-governamentais, bem como promover a participação de instituições nacionais envolvidas na promoção e proteção de direitos humanos; de estudar a possibilidade de criar uma instância específica do Conselho Permanente para tratar dos temas relacionados com direitos humanos; e de facilitar na Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos o intercâmbio de informações sobre as experiências institucionais e o desenvolvimento dos mecanismos nacionais que tratam da defesa dos direitos humanos, a fim de obter, no âmbito da Organização, uma visão geral sobre a vinculação que deve existir entre os sistemas nacionais de proteção dos direitos humanos e o Sistema Interamericano. Além disso, instou os Estados membros a que, em conformidade com o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, concentrem seus esforços na universalização do sistema interamericano de direitos humanos. Solicitou à Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos que continuem apoiando o processo de fortalecimento do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos e, em particular, que considerem a possibilidade de incluir, em seus relatórios anuais, informações referentes ao cumprimento por parte dos Estados das recomendações, decisões ou sentenças que tenham sido emitidas no período examinado por ambos os órgãos. Reconheceu a participação e as contribuições do Instituto Interamericano de Direitos Humanos e das organizações não-governamentais no diálogo sobre o fortalecimento do sistema e exortou-os a que continuem participando do mesmo. E solicitou à Comissão Jurídica Interamericana que contribua para os trabalhos da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos no tocante ao diálogo sobre o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos, quando esta o solicitar. [AG/RES. 1828 (XXXI-O/01)]

Solicitou ao Conselho Permanente que promova o intercâmbio de opiniões sobre a assinatura e ratificação, conforme o caso, de todos os instrumentos hemisféricos de direitos humanos ou adesão

aos mesmos, e que continue a promover a adoção de medidas específicas para fortalecer e melhorar o sistema interamericano de direitos humanos, concentrando seus esforços na universalização do sistema e em sua implementação. Incumbiu o Conselho Permanente de preparar e convocar uma reunião técnica especializada com a participação de peritos governamentais, de outros órgãos do Sistema Interamericano, bem como de juristas e peritos de renome e da sociedade civil, com vistas a estudar as possibilidades e ações a serem tomadas para lograr a universalização do sistema interamericano de direitos humanos e sua implementação, e promover contribuições voluntárias ao fundo específico destinadas a financiar total ou parcialmente a mencionada reunião técnica. [AG/RES. 1829 (XXXI-O/01)]

Reafirmou seu apoio à Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e ao Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados, ressaltou a sua importância fundamental como os principais instrumentos internacionais de caráter universal para a proteção de refugiados, e exortou os Estados membros a respeitarem e cumprirem suas obrigações neste campo. Reiterou o apelo aos Estados membros para que considerem oportunamente a assinatura e ratificação dos instrumentos internacionais em matéria de refugiados, bem como a adoção de procedimentos e mecanismos institucionais para sua execução. Instou os Estados membros a suspender as reservas formuladas no momento da adesão. Renovou o apelo à cooperação interamericana em situações de deslocamentos internos e refúgios em massa para facilitar seu retorno ou reassentamento em conformidade com as normas internacionais. [AG/RES. 1832 (XXXI-O/01)]

Encarregou o Conselho Permanente de iniciar o estudo do acesso da vítima à Corte Interamericana de Direitos Humanos e de sua implementação. Solicitou ao Conselho Permanente que examine a possibilidade de iniciar a consideração desse estudo, com o apoio da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da sociedade civil. [AG/RES. 1833 (XXXI-O/01)]

Segurança hemisférica

Exortou os Estados membros a que cumpram as recomendações contidas no Programa de Trabalho do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE). [AG/RES. 1789 (XXXI-O/01)]

Instou os Estados da região a que participem, no mais alto nível possível, da Conferência sobre Medidas para Facilitar a Entrada em Vigor do Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares, e a que o assinem ou ratifiquem, conforme o caso, a fim de permitir a sua entrada em vigor com a maior brevidade possível. [AG/RES. 1791 (XXXI-O/01)]

Determinou o adiantamento de todos os trabalhos preparatórios necessários para a realização em 2004 da Conferência Especial sobre Segurança, em conformidade com o mandato da Cúpula. Encarregou o Conselho Permanente de realizar pelo menos cinco reuniões nos próximos dois anos para a preparação da referida Conferência. Convidou os Estados membros a responder, com a brevidade possível, ao “Questionário sobre Novos Enfoques à Segurança Hemisférica”. Incumbiu o Conselho Permanente de preparar um estudo sobre os problemas e riscos relacionados com a paz e a segurança no Hemisfério, bem como sobre a prevenção e solução de conflitos. Instou os Estados membros a continuarem a apresentar suas opiniões e pontos de vista sobre o cumprimento dos mandatos relacionados com a segurança conferidos pela Segunda e Terceira Cúpulas das Américas, e solicitou que proporcionem ao Conselho Permanente qualquer informação que considerem relevante sobre a aplicação de acordos sub-regionais e bilaterais relacionados com a segurança dos quais sejam Partes, a fim de contribuir para o processo de estudo da segurança hemisférica, incluindo seus aspectos sub-regionais. [AG/RES. 1795 (XXXI-O/01)]

Solicitou ao Conselho Permanente que continue a acompanhar os desenvolvimentos do trabalho que está sendo realizado pelas Nações Unidas (ONU) com relação à sua Conferência sobre o Tráfico de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os seus Aspectos. Incentivou os Estados membros a participarem ativamente da mencionada Conferência e instou-os a considerarem a implementação de elementos nacionais e regionais do Programa de Ação 2001, que resultará da referida Conferência da ONU. Solicitou ao Conselho Permanente que realize uma reunião anual sobre armas pequenas e armamentos leves, a qual inclua na sua agenda um exame da situação da implementação dos elementos nacionais e regionais do mencionado Programa de Ação 2001. [AG/RES. 1796 (XXXI-O/01)]

Instou os Estados membros a aplicarem o Regulamento Modelo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) para o Controle do Movimento Internacional de Armas de Fogo, Suas Partes e Componentes e Munições na elaboração de legislação e regulamentos nacionais. Encarregou o Conselho Permanente de continuar a discutir a conveniência de elaborar um estudo sobre a intermediação e trânsito de armas pequenas e armamentos leves. Solicitou à CICAD que continue seus programas de treinamento, a fim de contribuir para a capacidade dos Estados membros de implementar a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos e que continue a prestar assistência técnica aos Estados membros sobre os assuntos de sua esfera de competência, a fim de facilitar o cumprimento da mencionada Convenção interamericana e a aplicação do mencionado Regulamento Modelo da CICAD. Solicitou ao Conselho Permanente que realize um seminário sobre gestão, destruição e identificação de arsenais de armas pequenas e armamentos. [AG/RES. 1797 (XXXI-O/01)]

Instou os Estados da região a depositar seu instrumento de ratificação do Tratado de Tlatelolco, bem como das emendas aprovadas pela Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL). Reafirmou a importância de que o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL) se fortaleça como o foro jurídico-político idôneo para assegurar o irrestrito respeito do Tratado em sua zona de aplicação e a cooperação com os organismos de outras zonas livres de armas nucleares. Voltou a exortar os Estados a negociarem acordos multilaterais ou bilaterais com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a aplicação das salvaguardas desta a suas atividades nucleares. Reafirmou seu compromisso de continuar promovendo a busca de um regime universal, genuíno e não-discriminatório de não-proliferação em todos os seus aspectos. [AG/RES. 1798 (XXXI-O/01)]

Reafirmou a sua adesão aos princípios da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais e instou todos os Estados que ainda não o tenham feito a assinar e ratificar a Convenção, com a brevidade possível. [AG/RES. 1799 (XXXI-O/01)]

Instou todos os Estados membros a assinar e ratificar a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos. [AG/RES. 1800 (XXXI-O/01)]

Instou os Estados membros a implementarem as recomendações da Declaração de Santiago e da Declaração de San Salvador sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, bem como da resolução AG/RES. 1179 (XXII-O/92). Solicitou a todos os Estados membros que proporcionem à Secretaria-Geral informação sobre a aplicação das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança no ano civil anterior. Instou os Estados membros a continuarem a promover a transparência na política de defesa no tocante, entre outros aspectos, à modernização das forças

armadas, inclusive mudanças na sua estrutura e composição, aquisição de equipamento e material e gastos militares, em conformidade com a mencionada Declaração de San Salvador. Solicitou ao Conselho Permanente que identifique medidas destinadas a promover o desenvolvimento e o intercâmbio de informações sobre políticas e doutrinas de defesa e que realize um seminário sobre a preparação de documentos sobre política e doutrina da defesa, e apresente um relatório a respeito. Reiterou a importância da plena participação de todos os Estados membros no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas e de proporcionar a informação requerida para a preparação do Relatório Internacional Padronizado de Gastos Militares das Nações Unidas, em conformidade com as resoluções pertinentes da Assembléia Geral das Nações Unidas, e reiterou o seu pedido aos Estados membros no sentido de que forneçam a referida informação ao Secretário-Geral. Solicitou ao Conselho Permanente que realize uma reunião relativa à Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais e às duas medidas de confiança e transparência das Nações Unidas mencionadas no parágrafo anterior, a fim de aumentar o entendimento dessa Convenção e dessas medidas das Nações Unidas e a participação nas mesmas e de permitir um intercâmbio de pontos de vista entre os Estados membros. Recordou o mandato estabelecido nas resoluções AG/RES. 1623 (XXIX-O/99) e AG/RES. 1744 (XXX-O/00), as quais encarregam o Conselho Permanente de realizar anualmente uma reunião especial da Comissão de Segurança Hemisférica, com a participação de peritos dedicados à análise e ao intercâmbio de informações sobre medidas de fortalecimento da confiança e da segurança na região, especialmente as identificadas na Declaração de Santiago e na Declaração de San Salvador. Solicitou ao Secretário-Geral que atualize anualmente, com base na informação apresentada pelos Estados membros, a lista de peritos em medidas de fortalecimento da confiança e da segurança e que a distribua aos Estados membros. Incumbiu o Conselho Permanente de continuar a apoiar a participação da Comissão de Segurança Hemisférica nas reuniões e conferências regionais de segurança, especialmente na Quinta Conferência dos Ministros da Defesa das Américas, e de continuar a promover o intercâmbio de experiências na área de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança com outras regiões, o que poderia incluir o intercâmbio de informações entre a Comissão de Segurança Hemisférica e outras organizações internacionais que trabalham nesse campo, tais como as Nações Unidas, a Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Encarregou-o também de realizar um intercâmbio de experiências e informações com a OSCE em 2002, na sede da OEA. Incumbiu-o de preparar uma reunião de peritos, a fim de avaliar a implementação das medidas identificadas nas mencionadas Declarações de Santiago e de San Salvador, e considerar os futuros passos para a consolidação adicional da confiança mútua. Encarregou a Secretaria-Geral de coordenar com a Junta Interamericana de Defesa a atualização do inventário de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, com base em relatórios apresentados pelos Estados membros em conformidade com as resoluções AG/RES. 1623 (XXIX-O/99) e AG/RES. 1744 (XXX-O/00), e de facilitar o acesso a esse inventário, bem como de preparar um catálogo das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança empreendidas em outras regiões do mundo, com vistas a identificar as melhores práticas, e que o faça como contribuição para a citada reunião de peritos. E encarregou a Secretaria-Geral de implementar a rede cooperativa de comunicações para o intercâmbio imediato de informações sobre medidas de fortalecimento da confiança e da segurança. [AG/RES. 1801 (XXXI-O/01)]

Convocou a Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares, com vistas a adotar um modelo de gestão pelo qual se possa tratar da segurança dos pequenos Estados de forma apropriada e adequadamente abordada, e a formular uma definição de segurança para os pequenos Estados insulares a ser levada à consideração da Conferência Especial sobre Segurança de 2004. Solicitou ao Conselho Permanente que formalize a sede, a agenda e a data da Segunda Reunião de Alto Nível e faça os preparativos necessários para a mesma, que continue a tratar das preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares e apresente

relatório ao Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral sobre os resultados da Segunda Reunião de Alto Nível. Solicitou ao Secretário-Geral que continue a apoiar os esforços dos pequenos Estados insulares no tratamento de suas preocupações especiais de segurança, incluindo a conscientização do público sobre essas preocupações. [AG/RES. 1802 (XXXI-O/01)]

Sociedade civil

Solicitou ao Conselho Permanente que, em conformidade com as Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA, elabore estratégias destinadas a aumentar a participação da sociedade civil na Organização e que estude a conveniência e o modo de ampliar e regularizar o diálogo entre a OEA e as organizações da sociedade civil acreditadas e, para tanto, prepare e realize uma reunião especial, com a participação dessas organizações. Incumbiu a Secretaria-Geral de consolidar um banco de dados sobre práticas ótimas de participação da sociedade civil na OEA, com base nas diretrizes adotadas para esse fim, e de manter consultas com outras organizações internacionais sobre as atividades que estão realizando a fim de promover a participação da sociedade civil. Também solicitou à Secretaria-Geral que preste aos Estados membros, que assim o solicitem, seu apoio aos esforços que estes realizam para incrementar a capacidade institucional dos governos para receber, integrar e incorporar as contribuições e as causas da sociedade civil, especialmente mediante a utilização de tecnologias de informação e comunicação. [AG/RES. 1834 (XXXI-O/01)]

Estratégia antidrogas

Solicitou à CICAD que examine a conveniência de atualizar a Estratégia Antidrogas no Hemisfério, de 1996, a fim de que a mesma reflita a renovada determinação dos Estados membros de combater todos os aspectos do cambiante problema das drogas no Hemisfério e leve em consideração os resultados da aplicação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM), e que continue a apoiar o desenvolvimento e fortalecimento deste Mecanismo. Recomendou aos Estados Membros que procurem ampliar e melhorar a infra-estrutura para a prestação de serviços de prevenção, tratamento e reabilitação, para cujo fim solicitou à CICAD que ajude os países a obter os recursos necessários mediante a cooperação internacional, e que estes ampliem a cooperação a fim de tornar mais eficiente a aplicação do mecanismo de notificações prévias à exportação de substâncias químicas controladas com o propósito de evitar seu desvio para usos ilícitos; e solicitou à CICAD que continue a prestar a assistência técnica necessária para facilitar a cooperação na matéria. Encarregou a CICAD de continuar a desenvolver projetos de cooperação dirigidos à prevenção e redução dos cultivos ilícitos nos Estados Membros mediante a criação de alternativas viáveis e sustentáveis de desenvolvimento econômico e social. Instou os Estados Membros, Estados Observadores Permanentes e instituições internacionais de comércio a que procurem manter e fortalecer sistemas de preferências comerciais para apoiar programas de desenvolvimento alternativo destinados à redução de cultivos ilícitos na região, como a Ata de Preferências Comerciais Andinas, a Iniciativa para a Bacia do Caribe, as disposições especiais do Sistema Generalizado de Preferências da União Européia (UE) para os Países Andinos e Centro-Americanos e a Convenção UE-África, Caribe e Pacífico, e exortou-os a desenvolver as recomendações constantes dos Regulamentos Modelo da Comissão sobre Delitos de Lavagem de Ativos Relacionados com o Tráfico Ilícito de Drogas e Outros Delitos Graves; para o Controle de Substâncias Químicas Utilizadas na Fabricação Ilícita de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas; e para o Controle do Movimento Internacional de Armas de Fogo, suas Partes e Componentes e Munições. Solicitou à CICAD que continue a prestar apoio aos Estados Membros que o solicitem para a criação de unidades com funções de inteligência financeira e que amplie os esforços de capacitação dirigidos aos funcionários de controle e julgamento do delito de lavagem de ativos que vêm desenvolvendo em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Reconheceu a contribuição realizada pela CICAD, por meio de seu Programa de Fortalecimento Institucional, na elaboração e modernização dos Planos Nacionais Antidrogas, bem como no fortalecimento das Comissões Nacionais para o Controle de Drogas. Solicitou ao Observatório Interamericano sobre Drogas da CICAD que continue apoiando os Estados membros em seu esforço por desenvolver sistemas nacionais de compilação de dados estatísticos e informação documental relativa ao problema das drogas em todas suas manifestações. Instou os Estados Membros, Observadores Permanentes e organismos internacionais de financiamento a que continuem a contribuir para o financiamento dos programas e projetos desenvolvidos pela CICAD em cumprimento de seu plano de trabalho, em particular os programas de redução da demanda e prevenção e redução dos cultivos ilícitos. Recomendou aos Estados Membros que adotem e fortaleçam os mecanismos para o intercâmbio de informação e cooperação internacional em matéria de lavagem de ativos, controle de produtos químicos e assistência judicial, inclusive a assinatura de acordos internacionais. Ressaltou a importância da colaboração e coordenação entre a Secretaria Executiva da CICAD e o Programa Internacional das Nações Unidas para o Controle de Drogas (UNDCP), o Órgão Internacional de Controle de Entorpecentes (OICE), o Grupo de Ação Financeira (GAFI) da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outros organismos internacionais competentes na matéria. [AG/RES. 1778 (XXXI-O/01)]

Reconheceu a importância do Mecanismo de Avaliação Multilateral como instrumento para medir de maneira objetiva os esforços dos Estados membros e do Hemisfério como um todo na luta contra o problema das drogas e para fortalecer a cooperação internacional. Exortou os Estados membros a que continuem a prestar sólido respaldo político e a apoiar o financiamento do Mecanismo de Avaliação Multilateral mediante contribuições voluntárias, a fim de assegurar sua permanência. Solicitou o reforço do diálogo político no mais alto nível, no âmbito dos futuros períodos de sessões da Assembleia Geral, sobre os avanços feitos na região na luta contra as drogas, levando em conta os resultados alcançados na implementação do Mecanismo de Avaliação Multilateral e as experiências proporcionadas pelos Estados membros, e instruiu a Secretaria Executiva da CICAD no sentido de que continue a apoiar os trabalhos do Mecanismo de Avaliação Multilateral, em particular em tudo o que concerne à realização da segunda rodada de avaliação. [AG/RES. 1779 (XXXI-O/01)]

Remoção de minas antipessoal

Felicitou os Governos do Equador e do Peru pela assinatura dos Acordos com a Secretaria-Geral relativos ao Programa de Assistência à Ação Integral contra as Minas Antipessoal em seus respectivos países. Instou a Secretaria-Geral a que continue apoiando os trabalhos iniciados por esses governos a fim de executar as atividades do Programa de Assistência à Ação Integral contra as Minas Antipessoal no Equador e no Peru e a continuar a prestar assistência e obter contribuições voluntárias de Estados membros, países Observadores Permanentes e outras organizações para o fundo específico destinado a financiar os programas de remoção de minas e ação integral contra as minas antipessoal que executem o Peru e o Equador nos respectivos territórios. [AG/RES. 1792 (XXXI-O/01)]

Reiterou aos Estados membros e aos Estados Observadores Permanentes, bem como à comunidade internacional em geral, seu apelo para que continuem colaborando e prestando seu apoio indispensável ao Programa de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (PADCA). Ademais, reiterou à Secretaria-Geral que continue desenvolvendo as atividades de cooperação e coordenação com o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, a Organização das Nações Unidas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, a Fundação para as Américas, a Organização Pan-Americana da Saúde no âmbito do Programa de Cooperação Conjunta México-Canadá-OPAS e o Centro para a Reabilitação Internacional, com o objetivo de continuar a desenvolver e implementar programas orientados para a conscientização da população civil sobre o perigo das minas, a

recuperação sócio-econômica das zonas liberadas de minas, o atendimento às vítimas de minas antipessoal e sua reabilitação social e psicológica e a capacitação profissional de pessoas portadoras de deficiências no uso das novas tecnologias da informação e comunicação. Solicitou à Junta Interamericana de Defesa (JID) que dê continuidade ao seu trabalho de assistência técnica ao PADCA, e ao Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), que dispense atenção particular ao desenvolvimento integral das zonas rurais centro-americanas onde se tenha concluído a remoção de minas antipessoal. Finalmente, instou a Secretaria-Geral a que continue prestando o apoio necessário aos países centro-americanos para continuarem os programas de remoção de minas, bem como os programas de conscientização da população civil, reabilitação de vítimas e suas famílias e recuperação sócio-econômica das zonas das quais foram removidas minas. [AG/RES. 1793 (XXXI-O/01)]

Reafirmou as metas de eliminação mundial das minas terrestres antipessoal e transformação do Hemisfério Ocidental em zona livre de minas terrestres antipessoal e instou os Estados membros a ratificar a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Sua Destruição (Convenção de Ottawa, e instou-os a se tornarem Partes na Convenção das Nações Unidas de 1980 sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou de Efeito Indiscriminado e seus quatro protocolos, informando o Secretário-Geral quando o tiverem feito. Exortou os Estados membros a solicitar ou prestar assistência, à Equipe de Remoção de Minas da OEA, por meio de seus programas de remoção de minas, destruição de arsenais, conscientização do perigo das minas e de assistência às vítimas, a fim de avançar na ação contra minas na região. Solicitou ao Secretário-Geral que continue a considerar a possibilidade de desenvolver novos programas de remoção de minas nas Américas para prestar assistência aos Estados membros afetados. Instou os Estados membros a participar da Terceira Reunião dos Estados Partes na Convenção de Ottawa e convidou os Estados membros a dar uma resposta aos três elementos que constituem o “Desafio de Manágua” lançado aos Estados das Américas que assinaram a Convenção de Ottawa. Reiterou a importância da participação de todos os Estados membros no Registro da OEA de Minas Terrestres Antipessoal. Incentivou os Estados membros que são Partes na Convenção de Ottawa a proporcionar ao Secretário-Geral uma cópia de seus relatórios sobre medidas de transparência previstos no artigo 7 da Convenção de Ottawa; e encorajou os Estados membros que ainda não são Partes na Convenção de Ottawa a fornecer informações semelhantes em suas apresentações anuais. [AG/RES. 1794 (XXXI-O/01)]

Desastres naturais

Instou os Estados membros a que estudem e apliquem as recomendações da Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais (CIRDN). Solicitou ao Conselho Permanente que continue a estudar as recomendações feitas pela CIRDN. Encarregou a CIRDN de continuar a trabalhar em conformidade com o Estatuto aprovado pelo Conselho Permanente e de apresentar relatório ao Conselho Permanente. Instruiu o Secretário-Geral a estabelecer, em coordenação com a CIRDN, uma rede de informações para o intercâmbio de conhecimentos e experiências científicos e técnicos, a fim de fortalecer a coordenação das agências de prevenção e resposta a desastres naturais, e de convocar, de acordo com os mandatos pertinentes da Terceira Cúpula das Américas, uma reunião hemisférica sobre preparação e alívio no caso de desastres. Instruiu o Secretário-Geral no sentido de que coopere com o Banco Interamericano de Desenvolvimento em um estudo de viabilidade sobre as medidas para reduzir os prêmios em seguros contra catástrofes nos Estados membros, em conformidade com o mandato relevante da Terceira Cúpula das Américas, e de colocar este estudo à disposição da CIRDN, para sua consideração e ação posterior. [AG/RES. 1803 (XXXI-O/01)]

Comércio

Incumbiu a Secretaria-Geral de continuar a prestar apoio analítico e assistência técnica e de continuar a realizar estudos correlatos no âmbito do Comitê Tripartite, ou segundo a solicitação das respectivas entidades estabelecidas nas Declarações Ministeriais de São José, Toronto e Buenos Aires, no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Reiterou seu apoio às atividades de colaboração relacionadas com comércio e integração da Unidade de Comércio com o Comitê Tripartite e às atividades de cooperação com outras organizações e instituições especializadas de natureza regional, sub-regional e multilateral. Incumbiu o Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE) da Unidade de Comércio de continuar a prestar informações sobre comércio e assuntos relacionados com o Hemisfério em seu site na Internet; de prosseguir seu trabalho de apoio ao processo da ALCA, mediante a manutenção, como membro do Comitê Tripartite, do site oficial da ALCA; de manter, como membro do Comitê Tripartite, em caráter permanente, um calendário dos prazos estabelecidos pelos Grupos de Negociação para a apresentação de observações por parte das delegações; e de administrar, como membro do Comitê Tripartite, o Serviço de Distribuição de Documentos (SDD), um sistema de distribuição seguro, confidencial, instantâneo e confiável e um arquivo histórico dos documentos sobre o processo de negociações da ALCA. [AG/RES. 1813 (XXXI-O/01)]

Relações com outras organizações, órgãos, organismos e entidades

Solicitou ao Conselho Permanente que continue a promover o intercâmbio de experiências e informação entre a OEA, outros organismos multilaterais, as instituições financeiras internacionais, o setor privado e as organizações da sociedade civil, a fim de coordenar e reforçar atividades de cooperação na área da responsabilidade social das empresas em benefício dos Estados membros. Nesse sentido, encarregou-o de continuar a analisar o tema da responsabilidade social das empresas, com vistas a precisar seu alcance e conteúdo no contexto interamericano, assegurando que a sociedade civil e o setor privado sejam devida e regularmente consultados e que esse processo se beneficie das experiências de outras organizações internacionais, entidades nacionais e organizações não-governamentais, e incumbiu-o de convocar uma reunião o quanto antes possível em 2002, negociando com esse fim o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outros organismos interamericanos pertinentes, com a participação de representantes dos governos e da sociedade civil, inclusive associações de empresários e trabalhadores, a fim de aprofundar o diálogo sobre a responsabilidade social das empresas no Hemisfério e elevar o nível de conscientização em questões chave a serem determinadas. [AG/RES. 1786 (XXXI-O/01)]

Acolher com satisfação a decisão do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) de consolidar seus vínculos com a OEA mediante o pedido de apoio no sentido de que Secretaria-Geral da Organização, ofereça apoio técnico à Secretaria Técnica do FIPA, e encarregou a Secretaria-Geral de, segundo as prioridades determinadas pelo Conselho Permanente e na medida das suas possibilidades, prestar assistência técnica ao FIPA na preparação de sua próxima reunião, a realizar-se no México, em 2002. [AG/RES. 1804 (XXXI-O/01)]

Expressou seu reconhecimento pelas atividades realizadas em conformidade com os termos do Acordo de Cooperação OEA/ONU. Solicitou à Secretaria-Geral que continue a implementar as recomendações emanadas da Reunião Geral OEA/CARICOM e que se continue e fortaleça as atividades de cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA e cada uma das seguintes organizações: o Sistema das Nações Unidas, a Secretaria-Geral do Sistema de Integração Centro-Americana e a Secretaria-Geral da Comunidade do Caribe. [AG/RES. 1817 (XXXI-O/01)]

Gestão de cúpulas interamericanas

Encarregou a Secretaria-Geral de, em qualquer plano de reestruturação, considerar as funções confiadas à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) como coordenadora das diferentes repartições da OEA que assumem responsabilidades em áreas prioritárias do Plano Estratégico, de acordo com o artigo 22, alínea b, do Estatuto do CIDI e, em particular, o Secretário-Geral de apresentar, antes de 30 de setembro de 2001, um plano de organização do apoio da Secretaria-Geral para o cumprimento dos mandatos da Cúpula relacionados com cooperação, a fim de racionalizar os recursos humanos e financeiros da Secretaria-Geral. O plano deverá incluir medidas para organizar o apoio da Secretaria-Geral às reuniões político-técnicas nas áreas prioritárias de desenvolvimento. [AG/RES. 1812 (XXXI-O/01)]

Convidou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, como instituição participante no processo das Cúpulas das Américas e membro integral do Sistema Interamericano, a examinar suas políticas e procedimentos a fim de que reflitam uma maior correspondência com os mencionados valores e propósitos da Cúpula, e incentivou-o a incorporar essas prioridades em seus programas e examinar suas atividades, a fim de melhor apoiar a implementação e o acompanhamento do Plano de Ação da Cúpula de Québec. [AG/RES. 1822 (XXXI-O/01)]

Reiterou o mandato confiado ao Conselho Permanente de coordenar as atividades atribuídas à Organização dos Estados Americanos pelas Cúpulas das Américas. Instruiu os órgãos, organismos e entidades da Organização a que continuem a dar prioridade à execução das iniciativas de que foram incumbidos pela Assembléia Geral, em conformidade com os mandatos das Cúpulas das Américas, e a apresentar regularmente um relatório à Comissão Especial a respeito. Encarregou a Secretaria-Geral de atuar como secretaria técnica e memória institucional do processo das Cúpulas em conformidade com o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, que continue a prestar o apoio necessário às reuniões ministeriais e setoriais relacionadas com a implementação dos mandatos das Cúpulas sobre tópicos relevantes para a OEA. Encarregou a Secretaria-Geral de sugerir, em conformidade com as Diretrizes para a Participação de Organizações da Sociedade Civil nas Atividades das OEA, meios pelos quais as organizações da sociedade civil possam contribuir para o acompanhamento e a implementação dos mandatos da Cúpula, para recomendação posterior ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC). Encarregou a Secretaria-Geral de, em colaboração com outras organizações multilaterais pertinentes: a) coordenar a implementação dos mandatos da Cúpula atribuídos à OEA; b) coordenar o monitoramento dessa implementação e o intercâmbio de informações sobre a mesma; e c) desenvolver mecanismos claros a fim de avaliar a referida implementação. Acolheu com satisfação o Memorando de Entendimento entre os Presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, e a carta por eles assinada, em que se comprometem a estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas sobre a coordenação do apoio entre outras organizações participantes do processo das Cúpulas, na implementação do Plano de Ação de Québec, e solicitou ao Secretário-Geral que mantenha um diálogo permanente a esse respeito com os presidentes dessas duas instituições. Solicitou ao Secretário-Geral que apresente propostas ao Conselho Permanente sobre a necessidade de fortalecer e reformar os mecanismos institucionais e financeiros da Organização para apoiar o processo de Cúpulas das Américas e encarregar o Conselho Permanente de tomar as decisões pertinentes a esse respeito. Incumbiu o Conselho Permanente de alocar recursos no orçamento-programa da Organização que permitam a execução plena e oportuna desta resolução e instruiu o Secretário-Geral a realizar as atividades mencionadas nesta resolução de acordo com esses e outros recursos, e de criar, em conformidade com as instruções da Terceira Cúpula das Américas, um fundo específico de contribuições voluntárias para financiar as atividades da OEA em apoio do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC). [AG/RES. 1824 (XXXI-O/01)]

Modernização da OEA

Felicitou e agradeceu o Secretário-Geral pela iniciativa de realizar uma avaliação preliminar sobre as implicações orçamentárias das atividades a serem realizadas em cumprimento de cada um dos mandatos confiados à OEA pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas. Encarregou a Secretaria-Geral de preparar um projeto de proposta para a reestruturação e modernização da OEA. Incumbiu o Conselho Permanente de, por intermédio da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários e da Comissão Especial sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas, formular recomendações sobre a mencionada proposta. Dispôs pela realização de um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral a fim de adotar decisões sobre as mencionadas recomendações. [AG/RES. 1836 (XXXI-O/01)]

Temas relativos à mulher

Tomou nota do segundo relatório bienal à Assembléia Geral sobre o cumprimento da resolução AG/RES. 1456 (XXVII-O/97), “Promoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará”, e expressou sua satisfação pelos progressos alcançados pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e pelos Estados membros na promoção da Convenção de Belém do Pará. Incentivou os governos a ratificar a Convenção e exortou os Estados membros a continuarem a promover medidas para alcançar a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher no Hemisfério. Finalmente, instou a CIM e os Estados membros a que continuem a desenvolver estratégias para a consecução dos objetivos dessa Convenção, dando a conhecer os resultados no próximo relatório de acompanhamento da CIM. [AG/RES. 1768 (XXXI-O/01)]

Recebeu com satisfação o Primeiro Relatório sobre a aplicação e promoção do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero, e reafirmou o compromisso dos governos de integrar a perspectiva de gênero em seus programas e políticas nacionais. Acolheu com satisfação o desempenho do Secretário-Geral e instou-o a que continue os esforços no sentido de implementar os objetivos do Programa Interamericano e promover a integração da perspectiva de gênero nas atividades, políticas, programas, projetos e agendas da Organização. Encarregou o Secretário-Geral e o Conselho Permanente de, no orçamento-programa de 2002, alocarem à Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) os recursos humanos e financeiros para seu desempenho como órgão de acompanhamento, coordenação e avaliação do Programa Interamericano e das ações que forem realizadas para sua implementação, levando em conta as outras prioridades da Organização. Solicitou contribuições voluntárias para acelerar o processo de implementação do Programa Interamericano. [AG/RES. 1777 (XXXI-O/01)]

Instou o Secretário-Geral a reafirmar o objetivo de que, até o ano 2005, as mulheres ocupem 50% dos cargos de cada nível no sistema da OEA e, em particular, dos cargos P-4 e superiores e exortou-o a continuar a fazer que a igualdade de gênero seja a mais alta prioridade nos constantes esforços para implantar uma nova cultura administrativa na Organização e a comprometer-se a alcançar esse objetivo, no âmbito das discussões no Conselho Permanente sobre a questão da equiparação da estrutura organizacional e de pessoal com mandatos e recursos. Instou o Secretário-Geral a nomear mulheres qualificadas como representantes e enviadas especiais, para que estas possam usar seus bons ofícios como representantes do Secretário-Geral em assuntos relacionados com todas as áreas e setores e a buscar ativamente e apoiar a nomeação, eleição ou designação de mulheres qualificadas para preencher todos os cargos vagos na OEA. Também solicitou ao Secretário-Geral que continue seu trabalho de estabelecer políticas de equidade de gênero no lugar de trabalho e atribua a cada administrador a responsabilidade por sua aplicação. Instou os Estados membros a

prestarem apoio aos esforços do Secretário-Geral e da Presidente da CIM mediante a identificação, por intermédio das Missões Permanentes junto à OEA, das candidatas melhor qualificadas para ocupar cargos de confiança na Organização, e a incentivar a candidatura de maior número de mulheres para preencher cargos vagos, os quais deverão ser divulgados amplamente em todos os Estados membros. [AG/RES. 1790 (XXXI-O/01)]

Temas relativos à infância

Instou os Estados membros a que assinem e ratifiquem a Convenção da Haia de 25 de outubro de 1980 sobre Aspectos Cíveis da Subtração de Menores, a Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores de 15 de julho de 1989 e a Convenção da Haia sobre Proteção do Menor e Cooperação em Matéria de Adoção Internacional de 29 de maio de 1993, ou adiram a estes instrumentos, e exortou os Estados Partes a que cumpram as obrigações estipuladas nesses instrumentos. Encarregou o Conselho Permanente de, com o apoio e auspício do Instituto Interamericano da Criança (IIN), examinar a possibilidade de convocar proximamente uma Reunião de Peritos Governamentais sobre o tema da subtração internacional de menores por parte de um de seus progenitores. Recomendou também que a Reunião de Peritos Governamentais deveria considerar a elaboração de um Programa Interamericano de Cooperação em Matéria de Prevenção e Reparação da Subtração Internacional de Menores por Um de Seus Progenitores, com objetivos específicos, entre outros, a criação de uma rede de intercâmbio de informação e cooperação entre os organismos nacionais competentes dos Estados membros sobre diferentes aspectos normativos e jurídicos para prevenir e solucionar casos de subtração. Solicitou ao Conselho Permanente que convide a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Jurídica Interamericana a prestarem apoio e assistência jurídica e técnica para a organização e realização da Reunião de Peritos Governamentais. Solicitou ao Instituto Interamericano da Criança que elabore um relatório sobre a situação nas Américas da subtração internacional de menores por parte de um de seus progenitores, a ser apresentado à Reunião de Peritos Governamentais. Convidou os Estados membros, Observadores Permanentes, organizações internacionais, instituições financeiras multilaterais e organizações da sociedade civil a oferecerem sua colaboração e cooperação à Reunião de Peritos Governamentais. [AG/RES. 1835 (XXXI-O/01)]

Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões

Realizou-se em Lima, Peru, em 10 de setembro de 2001, presidido por Sua Excelência, o Senhor Diego García Sayán, Ministro das Relações Exteriores do Peru. Foi convocado para considerar e aprovar a Carta Democrática Interamericana.

CONSELHO PERMANENTE

O Conselho Permanente, um dos órgãos por meio dos quais a Organização dos Estados Americanos realiza os seus fins (artigo 53 da Carta), é diretamente subordinado à Assembléia Geral. Compõe-se de um representante de cada Estado membro, nomeado pelo respectivo Governo, com a categoria de embaixador, e desempenha as funções e atribuições indicadas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarreguem a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como Órgão de Consulta, nos termos estabelecidos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Vela pela manutenção das relações de amizade entre os Estados membros e os ajuda na solução pacífica de controvérsias. Atua como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, a menos que esta decida de maneira diferente.

Dado que o Conselho Permanente apresenta à Assembléia Geral um relatório detalhado de suas atividades, resumem-se aqui apenas algumas de suas ações e decisões.

Apresentações da Secretaria-Geral

O Secretário-Geral compareceu perante o Conselho Permanente em diversas ocasiões. Cabe destacar sua apresentação ao regresso da viagem que realizou à Guatemala para participar das comemorações do décimo aniversário do Compromisso de Santiago com a Democracia e com a Renovação do Sistema Interamericano, sobre a resolução AG/RES. 1080 e sobre o cumprimento da resolução CP/RES. 799 (1298/01), “O impacto sócio-econômico dos atos terroristas perpetrados em 11 de setembro sobre os Estados membros e o dano causado especialmente às economias mais vulneráveis e menores”. A Secretaria-Geral também apresentou diversos documentos à consideração do Conselho Permanente. Entre estes, cumpre assinalar o relatório sobre o Plano de Ação em cumprimento à Declaração de Windsor e os relatórios sobre as Missões de Observação Eleitoral na Nicarágua, São Vicente e Granadinas, Guiana e Suriname; as atividades dos distintos departamentos e unidades da Secretaria-Geral; o estado das cotas e transferências entre capítulos do orçamento-programa; a modificação de benefícios nas contratações de pessoal; o plano e ação trienal para fortalecer a Revista Américas; e os cargos de confiança no âmbito da Secretaria.

Apresentações do Secretário-Geral Adjunto

O Secretário-Geral Adjunto apresentou relatórios e, em diferentes ocasiões, formulou observações sobre os seguintes assuntos: Haiti, Honduras e Nicarágua, plano trienal da Biblioteca Colombo, desastres naturais e Dia Pan-Americano.

Presidências e vice-presidências

Presidiram o Conselho Permanente os Representantes Permanentes, Embaixadores Esteban Tomic Errázuriz (Chile), Humberto de la Calle (Colômbia), Hernán R. Castro (Costa Rica), Swinburne S. Lestrade (Dominica) e Blasco Peñaherrera (Equador). A Vice-Presidência foi exercida pelos Representantes Permanentes, Embaixadores Elena Núñez de Ponce (Honduras), Hernán R. Castro (Costa Rica), M. A. Odeen Ishmael (Guiana), Ronald I. Ochaeta (Guatemala) y Denis Antoine (Grenada).

Visitas ao Conselho Permanente

O Conselho recebeu os Senhores Presidentes George W. Bush (Estados Unidos), Alfonso Portillo Cabrera (Guatemala), e Jorge Quiroga Ramírez (Bolívia), e o Primeiro-Ministro Ralph E. Gonsalves (São Vicente e Granadinas). Também recebeu os Ministros das Relações Exteriores, Senhores Joseph Philippe Antonio, do Haiti, Didier Operti, do Uruguai, María Eugenia Brizuela de Ávila (El Salvador), Luis Alfonso Dávila (Venezuela), a Senhora Ministra da Cultura Araceli Morales (Colômbia), e o Subsecretário das Relações Exteriores Heraldo Muñoz (Chile). Além disso, recebeu os Senhores Bernard W. Aronson, ex-Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos e Presidente da Junta de Auditores Externos; Carlos Aquino González, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Lester Mejías Solís, Embaixador da Nicarágua junto às Nações Unidas em Genebra e Enviado Especial do Ministério das Relações Exteriores; George Alleyne, Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde; José del Val, Diretor do Instituto Indigenista Interamericano; Alejandro Bonasso, Diretor do Instituto Interamericano da Criança, Secretário *pro tempore* da Comissão Consultiva da CIFTA; e José Pileggi, Presidente da COM/CITEL

Resoluções

Aprovaram-se resoluções sobre os seguintes assuntos: o apoio à democracia e a situação no Haiti; a suspensão transitória da aplicação dos artigos 95 e 96 das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, no que se refere ao FEMCIDI; a concessão, às Repúblicas do Azerbaijão e da Armênia, da condição de Observador Permanente junto à OEA; a convocação da Reunião dos Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério; o Estatuto da Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais; o voto de agradecimento ao Governo e ao povo da Costa Rica; a convocação da Vigésima Terceira e da Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; data e sede da Sexta Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado (CIDIP-VI); o projeto de Regulamento da CIDIP-VI; a data da CIDIP-VI; o Seminário “Impacto sócio-econômico dos atos terroristas perpetrados em 11 de setembro de 2001 sobre os Estados membros e o dano causado especialmente às economias mais vulneráveis e menores”; a determinação da data da Quarta Reunião dos Ministros da Justiça ou dos Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas; e a transferência de dotações dos Capítulos 1 a 8 para o Capítulo 9 do orçamento-programa 2001.

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), órgão da Organização diretamente subordinado à Assembléia Geral e dotado de capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, foi estabelecido em 29 de janeiro de 1996, ao entrar em vigor o Protocolo de Manágua (Capítulo XIII). Está integrado por todos os Estados membros da Organização, que designam um representante titular, no nível ministerial ou equivalente, nomeado pelo respectivo governo. Pode estabelecer os órgãos subsidiários e os organismos que considere pertinente para o melhor exercício de suas funções. Sua finalidade é promover a cooperação entre os Estados americanos com o propósito de obter seu desenvolvimento integral e, em particular, de contribuir para a eliminação da pobreza crítica, segundo as normas da Carta, principalmente as consignadas no seu Capítulo VII, no que se refere aos campos econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico. O CIDI realiza, no mínimo, uma reunião por ano, no nível ministerial ou equivalente, e pode convocar as reuniões que julgar pertinentes, em áreas de sua competência. A execução e a coordenação das respectivas ações estão a cargo da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral. São órgãos dependentes do CIDI a Comissão Executiva Permanente (CEPCIDI), a Agência Interamericana de Desenvolvimento Integral (AICD), as Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPEs) e as comissões interamericanas.

Primeira reunião extraordinária do CIDI

O CIDI realizou sua primeira reunião extraordinária em 17 de maio de 2001, na sede da Organização, com a participação de todos os Estados membros. A reunião foi presidida pelo Embaixador Denis G. Antoine, Representante Permanente de Grenada junto à Organização. Atuou na Vice-Presidência o Embaixador Hernán R. Castro, Representante Permanente da Costa Rica junto à Organização.

Em cumprimento ao disposto no artigo 95 da Carta da Organização sobre a formulação de um plano estratégico que articule políticas, programas e medidas de ação em matéria de cooperação para o desenvolvimento, o CIDI aprovou a resolução CIDI/RES. 1 (I-E/01), mediante a qual estabeleceu as orientações a serem levadas em conta na preparação do novo Plano Estratégico e solicitou autorização para aprová-lo *ad referendum* do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral e para iniciar sua execução a partir de 1º de janeiro de 2002.

No seu período de sessões, o CIDI, levando em conta que o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas atribui à OEA um papel primordial na sua implementação e que a mesma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo decidiu alentar os esforços da AICD no sentido de assegurar o financiamento de atividades de cooperação com recursos provenientes de fontes tradicionais e de novas fontes, decidiu solicitar à Assembléia Geral que, em qualquer plano de reestruturação, considere as funções atribuídas à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) como coordenadora das diversas dependências da OEA com responsabilidades em áreas prioritárias do Plano Estratégico.

Além disso, o CIDI solicitou a extensão de prazos e a modificação de mandatos relativos à responsabilidade da AICD de formular recomendações sobre o Estatuto do Fundo de Capital de

Bolsas de Estudos da OEA e outros instrumentos de mobilização de recursos para os programas de bolsas de estudo e treinamento da Organização e para acordar, com os Estados membros, novos mecanismos destinados a implementar as estratégias de aumento das oportunidades de aprendizado e bolsas de estudo na região.

Entre outros assuntos, o CIDI aprovou um procedimento para a eleição dos membros da Junta Diretora da AICD, em conformidade com a resolução CIDI/RES. 5 (I-E/01). Além disso, para continuar as atividades iniciadas nos diversos setores prioritários, o CIDI recomendou à Assembléia Geral a aprovação, no orçamento-programa 2002, dos recursos financeiros necessários para a realização de reuniões de nível ministerial e de comissões interamericanas.

O CIDI, mediante a resolução CIDI/RES. 8 (I-E/01), estabeleceu as oito Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) para o exercício de avaliação 2002 e determinou a composição de cada Comissão. Mediante a resolução CIDI/RES. 9 (I-E/01), o CIDI reiterou seu apoio às atividades de colaboração em matéria de comércio e integração da Secretaria-Geral com o processo da ALCA e com as instituições especializadas de âmbito regional, sub-regional e multilateral.

Entre outras medidas adotadas, o CIDI convocou as seguintes reuniões ministeriais: Segunda Reunião de Ministros da Educação, realizada em Punta del Este, Uruguai, em setembro de 2001; Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho, realizada em Ottawa, Canadá, em outubro de 2001; uma reunião ministerial de alto nível para promover a implementação do desenvolvimento sustentável no Hemisfério, que foi substituída pela Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável, realizada na sede da Organização, em fevereiro de 2002; Primeira Reunião dos Ministros do Turismo a ser realizada na República Dominicana em 2002; e Primeira Reunião dos Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia, também programada para 2002.

Sexta Reunião Ordinária do CIDI

O CIDI realizou sua Sexta Reunião Ordinária na sede da Organização, em 12 de dezembro de 2001. A reunião, da qual participaram todos os Estados membros, foi presidida pelo Senhor Arturo Montenegro, Ministro da Economia da Guatemala. Atuou na Vice-Presidência o Senhor Héctor González Urrutia, Vice-Ministro das Relações Exteriores de El Salvador.

Esta reunião incluiu um diálogo de que participaram os Chefes de Delegação, convidados especiais e representantes de organismos internacionais e agências de cooperação, sobre o tema dos mecanismos de cooperação para enfrentar o impacto sócio-econômico dos atos terroristas de 11 de setembro de 2001 sobre os Estados membros e o dano causado especialmente às economias mais vulneráveis e menores.

Os participantes do diálogo indicaram que ainda era incerto se os acontecimentos de setembro de 2001 exerceriam efeitos fundamentais e duradouros no Hemisfério, mas reafirmaram a importância do multilateralismo e a necessidade de procurar medidas de consenso em matéria de cooperação para o desenvolvimento, que não devem deixar de lado os objetivos de desenvolvimento a longo prazo. Assinalou-se que esses acontecimentos exerceram pronunciados efeitos no Hemisfério, particularmente sobre as economias menores do Caribe e da América Central. Em consequência, reiterou-se a necessidade de uma integração econômica no nível hemisférico e regional para estabelecer uma plataforma de competitividade capaz de mobilizar o investimento necessário para o

desenvolvimento. Concluiu-se que a democracia e a prosperidade serão insustentáveis à falta de uma ação concertada para eliminar a pobreza estrutural, a alienação social e as desigualdades de renda.

Dentre as decisões adotadas pelo CIDI, cumpre mencionar a aprovação, *ad referendum* do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, do Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05, que articula as políticas, os programas e as medidas de ação em matéria de cooperação para o desenvolvimento integral neste quinquênio. Para tanto o Plano Estratégico estabelece um campo de ação de dois níveis estratégicos, a saber: um nível político, orientado para o fortalecimento do diálogo, dos acordos e dos mecanismos institucionais, e um nível programático em que se identifica uma série de áreas para assegurar a implementação focalizada e efetiva do Plano Estratégico. Os objetivos do Plano visam a gerar e implementar políticas e programas para a redução da pobreza e da desigualdade, bem como implementar e dar seguimento aos mandatos das Cúpulas das Américas.

Em relação a outras medidas adotadas, o CIDI, mediante a resolução CIDI/RES. 106 (VI-O/01), solicitou à Assembléia Geral a modificação dos artigos 3, m, e 31, a, do seu Estatuto, de modo a habilitar a CEPCIDI a formular as diretrizes para a elaboração do orçamento-programa de cooperação com base no Plano Estratégico.

Considerando que a nova modalidade de cooperação financiada com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) requer emendas em várias de suas disposições estatutárias e regulamentares, o CIDI, mediante a resolução CIDI/RES. 107 (VI-O/01), estendeu a aplicação transitória dos novos textos dos artigos 15, 17, 20 e 23 do Estatuto do FEMCIDI até que a Junta Diretora da AICD apresente à CEPCIDI um relatório sobre os resultados da aplicação da nova modalidade de cooperação.

A Sexta Reunião Ordinária do CIDI também considerou e aprovou um regulamento para o funcionamento da Junta Diretora da AICD. Mediante a resolução CIDI/RES. 109 (VI-O/01), o CIDI aprovou o calendário de reuniões especializadas ou setoriais a serem realizadas em 2002 e, mediante a resolução CIDI/RES. 110 (VI-O/01), instruiu a CEPCIDI a continuar prestando adequado apoio no sentido de propiciar a participação dos organismos e agências nacionais de cooperação internacional em suas reuniões e nas atividades da AICD.

O CIDI, recordando os atos terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, deplorando-os e condenando-os energicamente, decidiu, mediante a resolução CIDI/RES. 111 (VI-O/01), que a AICD, no seu âmbito de competência, intensifique esforços para apoiar os Estados membros, particularmente os de economias menores e mais vulneráveis e de menor desenvolvimento relativo, na aplicação de medidas tendentes a mitigar o impacto sócio-econômico desses atos terroristas. Além disso, o CIDI solicitou que seja convocada, com a maior brevidade possível, uma reunião da Comissão de Coordenação de Programas do Sistema Interamericano para coordenar a cooperação técnica e os programas de desenvolvimento executados pelos distintos órgãos, agências e entidades do Sistema Interamericano que fazem parte da Comissão, particularmente em relação aos dedicados à mitigação do impacto do atos terroristas de 11 de setembro.

Reuniões setoriais de nível ministerial

- Segunda Reunião dos Ministros da Educação

A Segunda Reunião dos Ministros da Educação no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) realizou-se em 24 e 25 de setembro de 2001 em Punta del Este,

Uruguai, em cumprimento ao mandato da Terceira Cúpula das Américas. Participaram da reunião delegações de 19 países membros. Em conformidade com o disposto no artigo 27 do Regulamento, realizou-se uma sessão preparatória, seguida de uma reunião de abertura, três sessões plenárias e uma sessão de encerramento. Nessa reunião, expuseram-se os avanços e desafios continentais relacionados com os seguintes temas: criação de indicadores comparáveis, conectividade, mecanismos de cooperação horizontal, participação da sociedade civil na educação e mecanismos de seguimento e de financiamento das prioridades enunciadas na Terceira Cúpula. Na sessão de encerramento, os Ministros e Chefes de Delegação adotaram a Declaração dos Ministros da Educação das Américas, a Declaração contra a Violência e as resoluções sobre mecanismos de seguimento e sobre propostas de projetos na área da educação.

- **Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho**

A Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho realizou-se em Ottawa, Canadá, de 17 a 19 de outubro de 2001. Os Ministros concluíram que a globalização deve gerar desenvolvimento tanto social como econômico, de modo a proporcionar melhores níveis de vida para todos os habitantes da região. Os Ministros reconheceram os efeitos negativos tangíveis dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Também acordaram quanto ao papel que cabe aos governos no sentido de assegurar um nível adequado de proteção social para os trabalhadores e suas famílias, em face dos desafios implícitos às mudanças da nova economia. As delegações afirmaram que o processo de integração real das Américas não pode ser concebido à margem de um instrumento de coesão social que assegure um nível adequado de benefícios sociais para todos. Os Ministros assinalaram a importância do diálogo social para o desenvolvimento trabalhista nas Américas, a necessidade de modernizar a legislação e as normas trabalhistas, combater o desemprego, apoiar a educação, a capacitação e a formação profissional, estabelecer mecanismos que evitem a discriminação da mulher no trabalho e apoiar a abolição do trabalho infantil no Continente.

Comissões interamericanas no âmbito do CIDI

- **Comissão Interamericana de Portos (CIP)**

A Comissão realizou sua Segunda Reunião de 10 a 13 de setembro de 2001, em São José, Costa Rica. A Comissão aprovou o Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas. Também adotou o Plano de Ação 2002-03 da Comissão Interamericana de Portos, que inclui áreas estratégicas de interesse a serem atendidas para o desenvolvimento da cooperação interamericana portuária, tais como: a modernização e reforma portuária; a excelência na gestão portuária; a segurança portuária; o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental; os custos portuários: facilitação portuária e a cadeia logística; os portos e a indústria do turismo; o desenvolvimento do potencial humano; e as relações com organismos internacionais e o setor privado. Apoiou-se o Programa de Modernização Portuária na América Central, que inclui múltiplos aspectos técnicos (cabotagem, ajudas à navegação, recebimento de resíduos procedentes de barcos, capacitação, Direito Marítimo e ação ambiental, entre outros), a fim de facilitar sua execução. A Comissão também aprovou a continuidade dos três Comitês Técnicos de Consultivos: em Operações Portuárias (presidido pelo México, em Segurança Portuária (presidido pelos Estados Unidos) e em Controle da Navegação e Proteção Ambiental (presidido pela Argentina), que são órgãos assessores integrados por peritos governamentais e membros associados do setor privado. A Comissão solidarizou-se com o povo dos Estados Unidos ao condenar os atos terroristas de 11 de setembro de 2001.

Por sua vez, o Comitê Executivo da Comissão Interamericana de Portos, órgão encarregado de implementar as resoluções da Comissão, realizou sua Terceira Reunião em Santo Domingo, República Dominicana, de 3 a 5 de dezembro de 2001. Na oportunidade, identificaram-se as atividades a realizar no âmbito do Plano de Ação da CIP aprovado pela Comissão em setembro de 2001. Decidiu-se levar a cabo um extenso programa de capacitação, ao qual se unirão esforços e recursos de *Puertos Del Estado*, da Espanha, da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento da OEA, e da UNCTAD, CICAD, OMI, US MARAD, entre outras entidades. Ademais, realizaram-se estudos técnicos que permitirão melhorar os processos de licitação portuária e controle da concorrência, reduzir os custos portuários, melhorar as estatísticas portuárias, assegurar o controle de qualidade e adotar decisões de melhores práticas.

- Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável

A Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável realizou sua Terceira Reunião Ordinária em 11 e 12 de fevereiro de 2002, na sede da Organização.

A Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada na Bolívia, em 1996, incumbiu a Organização dos Estados Americanos de dar seguimento, por intermédio da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), às decisões adotadas e aos compromissos assumidos na Declaração e Plano de Ação da Bolívia. Para tanto, identificaram-se iniciativas em cinco áreas prioritárias de ação: saúde e educação; agricultura e silvicultura sustentáveis; cidades e comunidades sustentáveis; recursos hídricos e áreas costeiras; e energia e minerais. Deu-se seguimento a essas iniciativas na Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável.

A reunião, convocada para dar cumprimento às resoluções da Assembléia Geral da OEA e dos órgãos subsidiárias sobre as operações da CIDS e aos mandatos da Terceira Cúpula das Américas, realizada em Québec, em 2001, teve os seguintes objetivos: 1) revisar o avanço da execução do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável nos cinco anos decorridos desde a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada na Bolívia; 2) contribuir para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Cúpula Rio+10) a ser realizada em Joanesburgo, em setembro de 2002, com um posicionamento hemisférico sobre o enfoque integrado adotado pelas Américas em matéria de desenvolvimento sustentável; e) identificar meios para revitalizar a posição interamericana sobre desenvolvimento sustentável no processo da Cúpula das Américas; e 4) fortalecer o papel da OEA com foro de diálogo e integração entre os diferentes setores do desenvolvimento sustentável.

Nessa reunião, levou-se a cabo um diálogo entre os setores relevantes identificados no Plano de Ação da Bolívia, para cujo fim os Ministros dos diferentes setores foram convidados a participar mediante uma apresentação dos principais avanços de execução, das tendências importantes, dos desafios e das oportunidades para adiantar o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável tal como especificado no Plano de Ação da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada em Santa Cruz, Bolívia, em 1996.

Como preparativo para a próxima reunião da CIDS, os Estados membros, com a assistência da Secretaria, deram início à consideração dos aspectos relacionados com o desenvolvimento sustentável que devem receber atenção prioritária, levando em conta as atividades internacionais e os diálogos sobre políticas que se realizam em outros âmbitos e, em especial, as atividades e prioridades mais relevantes no Hemisfério. Esta atividade poderia receber a assistência da Secretaria mediante a apresentação de uma análise de deficiências, a fim de determinar os aspectos do Plano de Ação de Santa Cruz e de temas emergentes que, por serem motivos de preocupação, recebem atenção especial

no âmbito da OEA ou de outros foros e que poderiam ser objeto de atenção mais concentrada no Hemisfério.

- Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPEs)

As Comissões Especializadas Não-Permanentes são órgãos de natureza técnica e de apoio ao CIDI para o tratamento de assuntos especializados ou para o desenvolvimento de determinados aspectos da cooperação interamericana nas áreas prioritárias do Plano Estratégico.

A Quinta Reunião das CENPEs foi convocada pela CEPCIDI. As CENPEs nas áreas da educação, diversificação e integração econômica, abertura comercial e acesso a mercados, desenvolvimento social e geração de emprego produtivo, desenvolvimento científico e intercâmbio e transferência de tecnologia, fortalecimento das instituições democráticas, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e desenvolvimento sustentável do turismo reuniram-se na sede da Organização, de 10 a 12 de outubro de 2001. A CENPE de cultura realizou suas reuniões por meio de teleconferências, nas mesmas datas.

As CENPEs setoriais procederam à avaliação técnica e à qualificação das propostas de cooperação solidária que integravam o projeto de programação preparado pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral para o financiamento do FEMCIDI. As CENPEs analisaram e avaliaram 103 projetos, apresentados por 33 Estados membros. Destes, 89 receberam recomendação favorável para fins de financiamento, cujo total se eleva a US\$7.972.734. Dos 89 projetos recomendados, 48 são regionais e 41 são nacionais.

A programação proposta com base nas recomendações das CENPEs foi aprovada pela Junta Diretora da AICD: Em 2001, a distribuição dos recursos do FEMCIDI por área setorial foi a seguinte: 25,2% para o setor da educação; 2,82% para o setor da cultura; 8,04% para o setor da diversificação econômica e integração; 13,5% para o setor do desenvolvimento social e geração de emprego produtivo; 19,18% para o setor da ciência e tecnologia; 9,54% para o fortalecimento das instituições democráticas; 14,03% para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente; e 7,7% para o desenvolvimento sustentável do turismo.

A distribuição dos recursos por área geográfica em 2001 foi a seguinte: 27,8% para o Caribe de língua inglesa; 27% para os países da América Central, Panamá e a República Dominicana; 19,5% para os países andinos; 13,2% para os Estados membros do MERCOSUL e o Chile; e 12,4% para o México e os Estados Unidos.

- Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI)

No período abrangido por este relatório, a CEPCIDI realizou 12 reuniões. Na Quinta Reunião Ordinária do CIDI, o Embaixador Denis Antoine, Representante Permanente de Grenada, foi eleito Presidente da CEPCIDI, e o Embaixador Luis Alfredo Ramos, Representante Permanente da Colômbia foi eleito Vice-Presidente da CEPCIDI, para o período 2000-01.

No cumprimento de suas responsabilidades, a CEPCIDI contou com o apoio da Subcomissão de Políticas de Cooperação para o Desenvolvimento e da Subcomissão de Programa, Orçamento e Avaliação. Entre outras decisões, a CEPCIDI aprovou a suspensão de disposições normativas, a organização de reuniões setoriais de caráter ministerial, a elaboração de normas para o funcionamento da AICD, a convocação da reunião das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPEs)

correspondente a 2001 e a extensão do prazo de execução de atividades e projetos de cooperação solidária financiados com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

A CEPCIDI também teve a seu cargo os trabalhos de preparação da Primeira Reunião Extraordinária e da Sexta Reunião Ordinária do CIDI. A CEPCIDI considerou o projeto de agenda e o projeto de calendário da reunião e estabeleceu a ordem de precedência para as delegações na Primeira Reunião Extraordinária e na Sexta Reunião Ordinária do CIDI.

Quanto às decisões adotadas pela CEPCIDI, cabe mencionar a adoção, *ad referendum* do CIDI, da resolução CEPCIDI/RES. 67 (LXVI-O/01), mediante a qual foi suspensa por um ano a aplicação dos artigos 15, 17, 20 e 23 do Estatuto do FEMCIDI, a aprovação da aplicação transitória de novos textos para esses artigos e a solicitação de suspensão transitória da aplicação do artigo 91, b, da Carta da Organização e dos artigos 95 e 96 das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral. Na Sexta Reunião Ordinária do CIDI, a CEPCIDI recomendou que fossem prorrogadas até março de 2002 a suspensão e a aplicação das normas citadas.

Em maio de 2001, a CEPCIDI aprovou o Regulamento da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), mediante a resolução CEPCIDI/RES. 68 (LXVIII-O/01). Esse Regulamento tem sido aplicado pela Junta Diretora, e o CIDI endossou sua aprovação definitiva.

II. SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral, nos termos do artigo 111 da Carta, exerce as funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização.

Fortalecimento da democracia

O compromisso e a participação da Secretaria-Geral no Haiti intensificaram-se consideravelmente no último ano, com vistas a facilitar a resolução da crise política decorrente das irregularidades nas eleições legislativas de maio de 2000. O Secretário-Geral apoiou os esforços e o empenho do Secretário-Geral Adjunto no sentido de facilitar as negociações e encaminhar as partes rumo a um acordo. Em 2 de outubro de 2001, o Secretário-Geral, em cumprimento ao disposto na resolução AG/RES. 1831, estabeleceu o Grupo de Amigos do Haiti, que opera em Washington, D.C. e em Port-au-Prince, como um corpo político de apoio aos esforços do Secretário-Geral adjunto para ajudar a resolver a crise política e institucional.

Prevenção de conflitos

Em 20 de julho de 2000, os governos de Belize e da Guatemala acordaram em estabelecer um marco de negociação para formalizar e facilitar negociações bilaterais de nível ministerial em busca de uma solução definitiva para a sua controvérsia territorial. O marco de negociação acordado entre as partes conta com o apoio de um grupo de conciliadores designados por ambos os países e de uma comissão mista encarregada de aplicar medidas de fomento da confiança, e como a participação do Secretário-Geral como Testemunha de Honra das reuniões. Criou-se também, no âmbito do Fundo de Paz da OEA, o subfundo específico “Apoio às negociações entre Belize e a Guatemala”, destinado a financiar os custos relacionados com o funcionamento do Grupo de Conciliadores no diálogo entre os dois países. Este fundo recebeu doações específicas dos governos de Belize e da Guatemala e dos governos das Bahamas, Canadá, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, México e Reino Unido.

Ao longo do ano, as partes realizaram seis reuniões de nível ministerial na sede da OEA, com o apoio logístico do Gabinete do Secretário-Geral. Na reunião realizada em maio de 2001, cada parte expôs ao Grupo de Conciliadores as bases de suas reivindicações territoriais, o que serviu de insumo para que os conciliadores pudessem elaborar propostas exequíveis para a solução total, definitiva, honrosa e permanente de suas divergências. O processo de negociação foi estendido até 31 de agosto de 2002, e o Grupo de Conciliadores comprometeu-se a apresentar suas propostas às partes antes da conclusão do processo.

Segurança hemisférica

A Secretaria-Geral proporcionou à Comissão de Segurança Hemisférica o apoio administrativo e técnico necessário para os mandatos que lhe foram atribuídos pela Assembléia Geral da Costa Rica e pela Cúpula das Américas de Québec.

Como parte de suas atividades, a Secretaria-Geral continua a preparar um inventário das medidas de fomento da confiança e da segurança e um registro de peritos na matéria, que é distribuído anualmente aos Estados membros. Com a cooperação do governo dos Estados Unidos, a Secretaria-Geral avançou no desenvolvimento de um sistema eletrônico para a apresentação dos relatórios dos Estados membros sobre a aplicação de medidas de fomento da confiança e da segurança. O sistema deverá entrar em operação em 2002 e espera-se que os Estados membros possam utilizá-lo imediatamente.

A Secretaria-Geral prestou assessoramento e apoio técnico às atividades da Comissão de Segurança Hemisférica, em particular na elaboração e preparação de documentos de apoio para as reuniões preparatórias da Conferência Especial de Segurança, a ser realizada no próximo ano, por mandato das Cúpulas das Américas. As sessões preparatórias da Conferência dedicam-se à consideração dos enfoques comuns mais apropriados para abordar os diferentes aspectos da segurança internacional, estudar os problemas e riscos para a paz no Hemisfério e examinar e avaliar os instrumentos relacionados com a paz e a segurança, as instituições e processos do Sistema Interamericano e os acordos, mecanismos e processos de segurança sub-regionais.

Em cumprimento aos mandatos recebidos da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral da OEA adotou várias medidas para dar atendimento às preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares. Nesse sentido, a Secretaria-Geral apoiou os trabalhos do Grupo de Trabalho da Comissão de Segurança Hemisférica, encarregado da Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados insulares. Durante essa reunião, que será realizada previamente ao Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, espera-se adotar um modelo de gestão de segurança para os pequenos Estados.

Em cumprimento à resolução AG/RES. 1800, a Secretaria-Geral prestou apoio administrativo e de secretaria à Comissão de Consulta da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos. A segunda reunião ordinária da Comissão realizou-se de 17 a 18 de maio de 2001.

Prevenção da violência

As atividades de prevenção da violência nas Américas continuam a ser atentamente seguidas pela Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência, estabelecida em junho de 2000, da qual são membros a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Mundial e os Centros para o Controle e a Prevenção de Doenças (CDCs).

Ao estabelecerem a Coalizão, os membros comprometeram-se a contribuir com seu trabalho conjunto para os esforços nacionais e hemisféricos tendentes a prevenir e reduzir os níveis de violência que afetam as Américas. Em 22 de fevereiro de 2002, na sede da OEA, os membros da Coalizão, convocados pelo Secretário-Geral, avaliaram os resultados das atividades realizadas e examinaram o plano estratégico de trabalho da Coalizão para os próximos cinco anos.

Terrorismo (apoio ao CICTE)

Os ataques terroristas perpetrados nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 cobraram a vida de quase 3.000 pessoas, entre as quais cidadãos de 28 dos 34 países membros da OEA. Apenas dez dias mais tarde, em 21 de setembro, realizou-se a Vigésima Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, que adotou a resolução RC.23/RES.1/01, “Fortalecimento da cooperação hemisférica para prevenir, combater e eliminar o terrorismo”. Nessa resolução, os Ministros instruíram todos os Estados membros da OEA a adotar medidas eficazes para impedir que os grupos terroristas sejam capazes de operar em seus territórios; reforçar a cooperação nos planos regional e internacional e, em particular, fortalecer a cooperação judicial recíproca e o oportuno intercâmbio de informação; e assinar ou ratificar, conforme o caso, a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada em Nova York, em 9 de dezembro de 1999.

Além disso, os Ministros instruíram o Conselho Permanente da OEA a convocar uma reunião do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) a fim de identificar ações de fortalecimento da cooperação interamericana para prevenir, combater e eliminar o terrorismo, e encarregaram o Secretário-Geral de prestar a necessária assistência às atividades do CICTE em conformidade com a resolução AG/RES. 1650 (XXIX-O/99).

Em cumprimento a essa resolução, a Secretaria-Geral tem trabalhado de maneira diligente e efetiva para apoiar e atender as necessidades e requisitos do CICTE. Desde a data da reunião dos Ministros, a Comissão realizou duas reuniões extraordinárias, em 15 de outubro e 29 de novembro de 2001, e sua Segunda Sessão Ordinária em 28 e 29 de janeiro de 2002. Participaram destas reuniões autoridades de alto nível e peritos dos Estados membros.

Na Segunda Reunião Ordinária do CICTE, os Estados membros da OEA apresentaram seus relatórios sobre as medidas tomadas em cumprimento à resolução da Vigésima Terceira Reunião de Consulta e adotaram um documento de recomendações e conclusões sobre medidas a serem implementadas para fortalecer os controles de fronteira e os controles financeiros, bem como um novo plano de trabalho para o Comitê. Por motivo dessa reunião, o Secretário-Geral reiterou seu decidido apoio às atividades do CICTE e ao combate e prevenção do terrorismo nas Américas. No transcurso dos últimos meses, o CICTE fortaleceu sua capacidade de recursos humanos, estabeleceu seus escritórios no edifício de serviços gerais da OEA e recebeu doações de recursos e equipamentos dos Representantes Permanentes, dos Observadores e da Secretaria-Geral da OEA.

A resolução adotada na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores também incumbiu o Conselho Permanente de elaborar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a ser apresentado no próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral da Organização. Este mandato foi transmitido à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos, que estabeleceu um grupo de trabalho presidido pelo Representante Permanente do México junto à OEA com a finalidade de elaborar o projeto de convenção. Este grupo pretende realizar três sessões de trabalho, com a participação de peritos dos países membros.

Também em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi invocado por seus Estados Partes. Em 21 de setembro de 2001, realizou-se a Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como Órgão de Consulta em aplicação do Tratado, ocasião em que foi adotada a resolução

RC.24/RES. 1/01, “Ameaça terrorista nas Américas”. Os Estados Partes do TIAR asseveraram que os ataques terroristas aos Estados Unidos eram ataques terroristas a todos os Estados americanos, e comprometeram-se a aplicar todas as disposições pertinentes do Tratado e do princípio de solidariedade continental e a prestar efetiva assistência técnica recíproca para enfrentar tais ataques e manter a paz e a segurança no Continente.

O Estados Partes também acordaram manter o Órgão de Consulta informado sobre as medidas adotadas em conformidade com essa resolução; manter aberta a Vigésima Quarta Reunião de Consulta, atuando como Órgão de Consulta, para assegurar a pronta e efetiva aplicação da resolução; e designar uma comissão no Conselho Permanente da OEA, integrada pelos representantes de cada Estado Parte do Tratado do Rio de Janeiro, com a finalidade de realizar consultas adicionais e adotar medidas para dar seguimento aos critérios adotados.

A Comissão designada pelo Órgão de Consulta foi estabelecida sob a presidência do Representante Permanente do Brasil junto à OEA. A Secretaria-Geral proporcionou todo o apoio necessário à Comissão e, de modo especial, para a sua primeira sessão, realizada em 16 de outubro de 2001. Nessa ocasião, a Comissão reiterou seu apoio individual e coletivo às ações do governo dos Estados Unidos no exercício de seu direito imanente à legítima defesa individual e coletiva e ratificou sua disposição de prestar assistência e apoio adicional, levando em consideração todas as disposições do TIAR em função dos ataques de 11 de setembro, e de prevenir e evitar futuros ataques terroristas.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

Mediante a Ordem Executiva N° 99-2, reorganizou-se o Departamento de Informação Pública, cuja finalidade é executar um programa de informação e divulgação por meio de atividades de imprensa, rádio, televisão, fotografia, Internet, serviços de referência, relações públicas e produção, a fim de levar ao público dos Estados membros a realidade da OEA, contribuindo para ampliar o conhecimento e a compreensão dos propósitos, programas e realizações da Organização.

O Departamento de Informação Pública continuou sua tarefa de expandir o alcance da OEA e ampliar e melhorar suas comunicações, produtos e serviços, para cujo fim investiu em nova tecnologia e criou novos produtos destinados a audiências específicas. Nesse sentido, criou *Americas Forum/Foro de las Americas*, uma revista eletrônica (*e-zine*) que serve de mecanismo para o diálogo hemisférico sobre temas de importância para a região. A revista inclui artigos sobre tópicos de interesse que remetem os leitores para notícias, informes e entrevistas realizadas pelo pessoal do Departamento. A publicação chega a 14.000 acadêmicos, funcionários governamentais, jornalistas, estudantes e membros da sociedade civil.

Outro produto novo é *Despejando Dudas/Hoy en las Américas*, programas produzidos em inglês e espanhol para os meios de comunicação, que são regularmente transmitidos pela Internet, por estações de rádio e pela rede de televisão do Departamento de Estado dos Estados Unidos e suas embaixadas. O Departamento também está empenhado na criação de novas formas de associação e colaboração com outros setores da OEA, entre os quais os escritórios da Organização nos países membros e as Missões Permanentes.

Rádio

O Departamento investiu no equipamento digital para *La Voz de la OEA*, atualizando sua tecnologia e aumentando sua capacidade de produção com maior criatividade. O estúdio digital habilitará o Departamento a divulgar uma combinação de notícias, eventos públicos e música pela Internet. A conexão por rádio permite a conexão de várias estações radiofônicas com *La Voz de la OEA* e convidar os ouvintes locais a formular perguntas e a dialogar com os participantes das mesas redondas que organiza.

Imprensa

No período de janeiro a novembro do último ano foram divulgados 236 comunicados de imprensa, enviados às agências internacionais de notícias, aos correspondentes da mídia latino-americana e caribenha na sede, aos meios de informação nos países membros da OEA, às Missões Permanentes e aos Escritórios nacionais.

A seção de imprensa trabalhou em estreito contato com as Missões Permanentes para assegurar a cobertura de acontecimentos relevantes, entre os quais visitas de líderes políticos, e para organizar entrevistas com visitantes dos Estados membros com os meios de comunicação de Washington e do exterior.

- *Informe Semanal*

A área de imprensa continua a publicar nas segundas-feiras, o *Informe Semanal*, que oferece a todos os funcionários da Secretaria-Geral uma informação sucinta sobre as atividades mais recentes no âmbito da Organização. O *Informe* é distribuído às Missões Permanentes, aos Escritórios da OEA nos países membros a agências internacionais de notícias. Por outro lado, numerosos Escritórios criaram uma rede de distribuição do *Informe*, que abrange amplos setores das entidades de governo em cada país e os meios de imprensa locais.

- *Comunicações estratégicas*

As comunicações estratégicas continuam a aumentar a penetração da OEA nos meios de comunicação em massa. A cobertura das missões eleitorais melhorou em qualidade e quantidade na medida em que o Departamento continuou a estabelecer e desenvolver relações pessoais com destacados jornalistas do Continente.

A seção prepara a publicação de *Notícias da OEA*, que também foi incorporada à página em rede da OEA. Esta versão eletrônica complementa as versões bimensais impressas, publicadas em inglês e espanhol, com uma tiragem de 15.000 exemplares, que continuam a ser enviadas a audiências específicas de todas as Américas e aos Escritórios da Organização nos países membros, para distribuição a seus contatos locais.

As comunicações estratégicas são o nexo principal com os meios de comunicação dos Estados Unidos. As recentes crises em alguns países (Peru, Equador e Haiti) tornaram necessário aumentar a cobertura, e os esforços concentram-se no estabelecimento de contatos mais estreitos com meios de comunicação e jornalistas influentes e na promoção dos valores e atividades da Organização.

Nos últimos meses, a OEA foi mencionada em publicações importantes como os jornais *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Miami Herald*, *Chicago Tribune*, *The Financial Times*, *Dallas Morning News* e a revista *Time*. Merecem destaque a visita do Secretário-Geral à Escola Kennedy de Governo, da Universidade de Harvard, e sua participação em salas de discussão com jornalistas do *The Boston Globe* e *The Christian Science Monitor*. Neste período, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto foram entrevistados por *CNN International* em várias transmissões, e por outras cadeias nacionais e internacionais.

- *Internet*

O *site* da OEA na Internet continua a crescer, e a reação do público à qualidade do seu desenho e conteúdo tem sido alentadora. Neste ano, o Departamento transmitiu pela Internet as reuniões mais importantes da OEA em Washington, D.C., e os períodos ordinário e extraordinário de sessões da Assembléia Geral realizados respectivamente em San José, Costa Rica, e Lima, Peru.

- *Multimídia*

A seção de imprensa trabalha em estreito contato com *Multimidia* na preparação dos grupos de discussão para *Despejando Dudas/Hoy en las Américas*. Em cada programa, participam como

anfitriões diferentes jornalistas de destaque, o que tem resultado em maior cobertura dos assuntos da OEA.

Além disso, o setor de imprensa, em estreita colaboração com *Multimidia*, distribui a publicação *Americas Forum/Foro de las Américas*. Em numerosas ocasiões, jornalistas de diferentes meios de comunicação solicitaram autorização para reproduzir artigos publicados no *e-zine*, o que gerou novo incentivo para que as audiências participem, remetendo artigos para fins de publicação.

Revista *Américas*

No ano passado, a Secretaria-Geral publicou os três primeiros números do Volume 53 (2001) da revista *Américas*: correspondentes respectivamente aos meses de fevereiro, abril e junho, em espanhol, inglês e francês. Imprimiu-se um total de 80.000 cópias de cada número. O governo do Canadá contribuiu com US\$33.250 para apoiar a produção dos três primeiros números da edição em francês. No âmbito do acordo com esse governo, procedeu-se à distribuição gratuita de 25.000 exemplares de cada número em todo o território canadense. Contudo, os esforços do governo do Canadá e da Secretaria-Geral no sentido de conseguir apoio de outras fontes de financiamento para possibilitar a continuidade da edição em francês foram infrutíferos, e foi necessário suspender a publicação nesse idioma.

A Secretaria-Geral publicou os outros três números (4, 5 e 6) do Volume 53 da revista *Américas* respectivamente em agosto, outubro e dezembro, em inglês e espanhol. Imprimiu-se um total de 55.000 cópias de cada número. Há, no momento, cerca de 30.000 assinantes ativos em todo o mundo, e 18.000 cópias foram destinadas a bancas dos Estados Unidos e do Canadá. Uma intensa distribuição gratuita a governos e instituições nos países membros é feita por meio dos Escritórios da OEA e de intercâmbios com bibliotecas. A receita gerada pelas assinaturas e pelas vendas em bancas produz fundos que cobrem aproximadamente 40% do custo da revista.

Como parte de uma campanha de vendas, a Secretaria-Geral enviou 500.000 cópias promocionais a assinantes em potencial, oferecendo-lhes como incentivo a Agenda *Américas* para o ano 2002. Em cumprimento à resolução AG/RES. 1839 (XXXI-0/01), a Secretaria-Geral também preparou um plano trienal para fortalecer as perspectivas financeiras da revista *Américas*, que está sendo considerado atualmente pela Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários do Conselho Permanente.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

A finalidade do Departamento de Serviços Jurídicos, cujas funções foram estabelecidas mediante a Ordem Executiva N° 96-4, consiste em dar atendimento aos assuntos jurídicos relacionados com as atividades da Organização, sua relação com outras entidades e a aplicação de suas normas e regulamentos internos. O Departamento cumpre seus objetivos, prestando serviços de assessoramento jurídico, de representação em litígios e em negociações e de elaboração de documentos legais para a Secretaria-Geral, os órgãos políticos e outros órgãos da Organização. Por sua própria natureza, o trabalho é volumoso, diversificado e intenso.

Assessoria jurídica

O Departamento prestou assessoria jurídica, verbal e escrita, nos períodos ordinários e extraordinários de sessões da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, sobre assuntos administrativos, orçamentários e de procedimento. Assessorou a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) e preparou vários documentos de trabalho. Também apoiou diferentes delegações na preparação de projetos de resolução, relatórios e outros instrumentos sobre política de pessoal, orçamento, medidas para a melhoria administrativa da Organização e normas para a gestão de fundos específicos.

O Departamento cooperou com o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos, inclusive com a Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), com pareceres jurídicos, projetos de resolução e preparação de regulamentos. Assessorou a Secretaria Executiva da AICD em matéria de consultas jurídicas, redação e negociação de acordos, aperfeiçoamento dos acordos modelo para a execução de projetos, incluindo os formulários para os acordos de práticas ótimas, redação de acordos para a execução de projetos específicos, entre os quais se pode destacar os acordos com o Conselho Superior de Contratações e Aquisições da República do Peru, o Banco Central da Reserva de El Salvador, *Gilat To Home Latin America*, *Winrock International* e acordos de prestação de serviços técnicos e administrativos para projetos de grande porte com a Guatemala e El Salvador. É importante mencionar a participação do Departamento na preparação e negociação de documentos referentes a acordos, emendas, contratos e bases de licitação para a execução de um projeto de grande porte para a reconstrução de habitações em comunidades afetadas pelo furacão *Mitch* em Honduras.

Para a Comissão de Aposentadoria e Pensões, o Departamento sugeriu modificações no seu projeto sobre políticas e procedimentos e assessorou a Comissão e o Secretário Tesoureiro em diversos temas. Para a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e sua Secretaria, preparou e revisou projetos de resoluções, pareceres jurídicos e acordos de cooperação com diferentes organizações internacionais, regionais e nacionais, entre os quais acordos de ensino à distância pela Internet. Em conjunto com essa Secretaria, elaborou procedimentos para a apresentação de propostas interamericanas nos foros da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e prestou assessoria jurídica na Décima Reunião da Comissão Executiva Permanente da CITEL (COM/CITEL) realizada em Salinas, Equador, em dezembro de 2001.

O Departamento também assessorou a Comissão Interamericana de Portos em sua segunda reunião, realizada em São José, Costa Rica, em setembro de 2001, e preparou a Ordem Executiva que estabelece o escritório da Comissão na estrutura da Secretaria Executiva da AICD. A pedido da Unidade de Desenvolvimento Social e Educação, prestou assessoramento jurídico à Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho, realizada em Ottawa, Canadá, em outubro de 2001. Para esta mesma Unidade, assessorou a redação de acordos com o Centro David Rockefeller, a Universidade de Harvard, o Instituto Ítalo-Latino-Americano, a Fundação *Youth Orchestra of the Americas*, a Orquestra de Câmara do Rio de Janeiro e a Organização do Grão-Caribe para Monumentos e Sítios, entre outros.

A pedido da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o Departamento colaborou com a Assembléia Geral de Delegadas da CIM e atendeu consultas formuladas pela Secretaria Executiva ao longo do ano. Prestou assistência à Comissão do Fundo Rowe e à sua Secretaria Técnica na redação e negociação de acordos com instituições dos Estados membros para ampliar o alcance dos empréstimos estudantis do Fundo e na preparação do contrato com a Cooperativa de Crédito da OEA para a administração dos empréstimos do Fundo. Assessorou a Junta Americana de Defesa e o Colégio Interamericano de Defesa em temas referentes aos seus recursos humanos e à arrecadação de fundos, respectivamente. Também assessorou o Instituto Indigenista Interamericano na liquidação de benefícios de seus cargos de direção.

Para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Departamento, por meio do seu Diretor, assessorou o Diretor-Geral, a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e o Comitê Executivo em temas de direito administrativo, tributário, trabalhista e internacional. Desempenhou papel decisivo no posicionamento do IICA como organismo associado ao processo das Cúpulas e na arrecadação de cotas em mora, previamente à Décima Primeira Reunião da JIA.

Em relação à Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), o Departamento, por intermédio de um advogado para tanto designado em tempo quase integral, participou da preparação e negociação de acordos de cooperação para a execução de projetos sobre lavagem de dinheiro, armas de fogo, desenvolvimento alternativo e a luta contra o tráfico de entorpecentes. Representou a Secretaria Executiva da Comissão em diferentes foros que haviam manifestado interesse pelos mandatos da CICAD e prestou assistência técnica à Comissão Centro-Americana Permanente contra as Drogas mediante a formulação de recomendações para a modificação do seu Convênio Constitutivo. Também assessorou a CICAD em assuntos de direitos autorais no âmbito da Internet.

No contexto do Gabinete do Secretário Geral, o Departamento trabalhou com o Secretário-Geral na preparação do documento sobre a reestruturação da Organização dos Estados Americanos em conformidade com a resolução AG/RES. 1836 (XXXI-O/01), coordenando os insumos das diferentes áreas da Secretaria-Geral e redigindo uma série de projetos de ordens executivas e de modificações de estatutos e regulamentos de diversos órgãos, necessários para implementar a reestruturação. Também deu assistência jurídica a iniciativas da Secretaria-Geral.

Assessorou o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto nas missões de verificação da OEA. Também deu assistência jurídica ao Programa da Assembléia Geral Modelo e participou de suas reuniões na qualidade de assessor jurídico. Para os Escritórios nacionais, prestou assistência jurídica

na redação e revisão de vários contratos de comodato e aluguel dos respectivos locais, em assuntos tributários e trabalhistas e na preparação de emendas aos acordos de sede.

Preparou uma Ordem Executiva sobre a reorganização da Junta de Publicações e a nova política de publicações da Organização. Participou da Junta como membro e assessor jurídico e cooperou com o Departamento de Informação Pública na preparação da nova Ordem Executiva referente à sua reorganização e da redação de acordos com outras entidades.

Colaborou com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) na estruturação e revisão de acordos e contratos para as missões de observação eleitoral e para a execução de tarefas de remoção de minas e seu financiamento, projetos de automatização do voto em diferentes processos eleitorais, projetos sobre modernização do Estado e promoção da participação cidadã em processos eleitorais e para a realização de seminários e programas de capacitação em diversas áreas correlatas. O Diretor do Departamento atuou como observador e assessor jurídico na Missão de Observação eleitoral da UPD nas mais recentes eleições gerais realizadas na Nicarágua.

Cooperou com a Unidade de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com a Unidade Intersetorial de Turismo na preparação, revisão e execução de acordos para projetos em diferentes países. Para o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), prestou assessoramento relativo às consequências jurídicas de uma proposta de reforma.

O Departamento assessorou a preparação, negociação e elaboração dos acordos com o Departamento das Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá, mediante os quais este país vem concedendo significativos recursos para projetos da UPD e da Unidade de Comércio, entre outras. Também prestou assistência ao Escritório de Seguimento das Cúpulas na redação de uma carta de entendimento para o estabelecimento de uma instância de coordenação permanente entre os organismos vinculados ao processo das Cúpulas.

A pedido expresso da Subsecretaria de Administração, o Departamento revisou e negociou os documentos jurídicos relacionados com o financiamento de US\$25 milhões obtido para a renovação do Edifício da Secretaria-Geral e assessorou-a em matéria de interpretação de normas para sua aplicação a casos concretos, tais como pedidos de audiência e reconsideração referentes a reclassificações de cargos, benefícios de repatriação, viagens ao país de origem e políticas de pessoal, temas financeiros e orçamentários. Na mesma linha, preparou uma série de ordens executivas e memorandos administrativos relacionados com contratos por tarefa, contratação de pessoal de apoio temporário e profissionais locais.

Prestou assessoramento em assuntos societários e tributários a entidades sem finalidade de lucro vinculadas à Organização, tais como a Fundação de Estudos Interamericanos para a Assembléia Modelo da OEA, a Organização das Mulheres das Américas, *Young Americas Business Trust* e Fundação para Américas.

Na qualidade de membros e/ou assessores jurídicos, o pessoal do Departamento participou de vários grupos de trabalho e comissões, entre as quais as Comissões de Seguros, de Seleção e Adjudicação e de Vendas.

Litígios

O Departamento defendeu os interesses da Organização no processo interposto perante o Tribunal Administrativo contra a Secretaria-Geral por uma funcionária, que reclamava o pagamento retroativo de subsídio familiar e de salário na escala com dependentes. As partes chegaram a um acordo de transação perante o Tribunal.

Também concertou acordos de transação com contratados, assim evitando demandas desnecessárias contra a Organização.

Outras atividades

Tal como em anos anteriores, o Departamento organizou um seminário para a Associação de Advogados de Organizações Internacionais, em que se intercambiaram experiências em matéria de direito administrativo, trabalhista, internacional e tributário. A convite da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, o Diretor do Departamento pronunciou palestra sobre o tema “A Estrutura da Organização dos Estados Americanos: um Resumo”, por ocasião do seminário *El Sistema Interamericano frente al nuevo siglo*, realizado em Rionegro, Colômbia, em março de 2001.

Além disso, atendendo a convite formulado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Comparado, da Faculdade de Direito da Universidade Central da Venezuela, o Diretor do Departamento ofereceu classes aos pós-graduados dessa Universidade sobre temas de Direito dos Estados Unidos. O Departamento participou das reuniões da Federação Interamericana de Advogados (FIA), representado por um de seus advogados principais, que exerce o cargo de Secretário-Geral da Federação.

Em conjunto com a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, o Departamento preparou a primeira e segunda edição de um CD-ROM com informação geral sobre as atividades jurídicas tanto do Departamento como da Subsecretaria.

ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral respondem ao disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, Capítulo XV, e na Ordem Executiva N° 95-05, que estabelecem a função de auditoria interna em apoio ao Secretário-Geral e aos órgãos dirigentes para controlar o cabal cumprimento das responsabilidades dos distintos níveis de administração, referentes aos programas e recursos da Secretaria-Geral, a fim de garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e das transações financeiras realizadas tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Verifica a observância e o cumprimento das políticas, normas e práticas estabelecidas, a fim de constatar sua exatidão, eficácia e economia.

Auditorias

No período compreendido entre 1º de março de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, o Escritório do Inspetor-Geral efetuou 16 auditorias operacionais e de cumprimento para a revisão sistemática dos controles internos de contabilidade e administração, bem como cinco pesquisas. Na execução de suas atividades operacionais, o Escritório manteve a mais ampla cobertura possível na sede, concentrando seu trabalho de auditoria nas operações de maior risco e nas que revestem maior potencial de aumento da eficiência, economia e efetividade. O Escritório atuou com ampla liberdade e independência na realização de suas atividades, sem restrições e com acesso absoluto a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como em outros locais.

Nesse período, as atividades operacionais de auditoria na sede visaram a avaliar os controles internos e administrativos e a assegurar o cumprimento das normas e procedimentos adotados pela OEA. O Escritório revisou as operações do programa de reembolso de impostos, os contratos por tarefa e os contratos SOC; a Divisão de Desenvolvimento Humano (Departamento de Bolsas de Estudos) da AICD; a Secretaria de Conferências e Reuniões; os gastos de viagem da Secretaria-Geral; o sistema automatizado ORACLE – Servidor NT; aplicações e segurança administradas pela Secretaria de Administração; os controles internos na Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD); e o Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe. Também revisou as atividades operacionais e financeiras dos Escritórios da Secretaria-Geral em Belize, El Salvador, Granada, Guiana, Honduras, Jamaica e Uruguai, e o Instituto Interamericano da Criança (IIN), para determinar o grau de correspondência da execução de suas atividades com as normas e procedimentos adotados pela OEA.

Adicionalmente, o Escritório revisou 21 projetos executados em vários Estados membros, a fim de assegurar-se do cumprimento dos acordos e determinar se os objetivos especificados foram alcançados. Foram auditados os seguintes projetos: 1) Melhoramento de sistemas de crédito para o desenvolvimento da microempresa no Caribe; 2) Transferência de tecnologia para reativar as comunidades afetadas pelo furacão *Mitch*; 3) Apoio ao funcionamento do Programa regional de gestão tecnológica e científica; 4) Apoio informático à organização eleitoral; 5) Projeto de aprendizagem baseada na tecnologia; 6) Projeto agrícola nas savanas intermédias; 7) Sistema de

informação para um desenvolvimento com tecnologias limpas; 8) Programa de habitação; 9) Plano mestre para o desenvolvimento do turismo da Ilha Tigre e no Golfo de Fonseca; 10) Treinamento bibliográfico USA; 11) BID IIN-SIPI El Salvador; 12) A mulher rural e a agricultura: projeto de crédito informal; 13) Cooperação para o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o desenvolvimento sustentável no Caribe; 14) Planejamento para a adaptação à mudança climática na zona costeira do Caribe; 15) Projeto Sistema de Informação Ambiental para o MERCOSUL (AICD); 16) Programa de capacitação didática e pedagógica para educadores da região; 17) Programa de apoio à família rural; 18) Programa de cooperação técnica regional em temas da integração; 19) Projeto de fortalecimento educacional e desenvolvimento social da infância de baixos recursos mediante a criação e multiplicação de orquestras infantis na região; 20) Projeto modelo de integração científica e tecnológica entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, Fase II: Extensão espacial e temporal da rede; e 21); Projeto modelo de integração científica e tecnológica entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai.

Outras atividades

O Escritório do Inspetor-Geral continuou suas atividades de seguimento para certificar-se da aplicação das recomendações contidas nos relatórios que emitira previamente. Também prestou assessoria e assistência mediante análises, avaliações, pesquisas e recomendações pertinentes às atividades revisadas, e participou como observador em várias comissões da Secretaria-Geral.

Também realizou pesquisas específicas referentes a controles internos de desembolsos do *Trust for the Americas* da AICD, bem como constatações específicas relacionadas com os Escritórios da Secretaria-Geral em El Salvador, Guiana e Saint Kitts e Nevis, e na Unidade de Imprensa da Secretaria de Conferências e Reuniões.

SETOR DE PROTOCOLO

O Setor de Protocolo planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos Secretários Executivos e Subsecretários. Serve de elemento de ligação entre as Missões Permanentes junto à OEA e o Departamento de Estado dos Estados Unidos no que se refere a privilégios e imunidades dos membros das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal da OEA para fins protocolares e sociais.

Protocolo e cerimonial

O Setor organizou sessões solenes para as visitas dos presidentes da Bolívia, Estados Unidos, Guatemala e México, para os Primeiros-Ministros do Canadá e de São Vicente e para os Ministros das Relações Exteriores do Canadá e da Costa Rica, bem como para as visitas de cortesia dos Ministros das Relações Exteriores da Croácia e do Uruguai.

Organizou cerimônias e sessões protocolares para o Dia Pan-Americano, o aniversário natalício de Simón Bolívar e a comemoração do Descobrimento da América – Encontro de Dois Mundos, e preparou 35 cerimônias de assinatura e depósito de instrumentos de ratificação de protocolos, ademais de outros acordos entre a Organização e os países membros.

Coordenou a apresentação de credenciais de 12 novos Representantes Permanentes e organizou atos para todas as despedidas de embaixadores. Na Assembléia Geral realizada em San José, Costa Rica, organizou a recepção oferecida pelo Secretário-Geral a aproximadamente 600 convidados. Também prestou apoio protocolar para a inauguração de exposições organizadas em 2001 pelo Museu de Arte das Américas.

Administração do Edifício Principal

O Setor de Protocolo administrou o uso do Edifício Principal, onde se realizaram mais de 215 recepções, cafés matinais, almoços e jantares, seminários e reuniões técnicas sob os auspícios da Secretaria-Geral ou das Missões Permanentes. A arrecadação a título de aluguel do Edifício durante o ano deverá totalizar US\$199.000. Também se realizaram 19 Semanas de Países. Este programa, que é coordenado pelo Setor de Protocolo, reserva aos países membros e observadores uma semana para a realização de eventos culturais e acadêmicos.

Vários eventos levados a cabo por organizações que alugaram o Edifício requereram significativo apoio protocolar. Entre estes, citem-se um dos diversos bailes por motivo da posse do Presidente Bush, uma cerimônia organizada pelo *Center for Democracy* em honra do Rei Juan Carlos I, da Espanha, e um evento de arrecadação de fundos que contou com a participação da Rainha Noor, da Jordânia.

Apoio às Missões Permanentes e ligação com o Departamento de Estado dos Estados

Anteriormente ao seu encaminhamento ao Departamento de Estado, o Setor de Protocolo revisou, completou e processou cerca de 3.600 pedidos formulados pelas Missões Permanentes e seu pessoal. Estes pedidos incluíram credenciações, renovações e mudanças de vistos, licenças de trabalho e sua renovação, importação e aquisição de artigos com isenção de tarifas, obtenção e renovação de cartões de isenção de impostos e de carteiras de motorista para diplomatas, registro de automóveis, renovação de registros, verificação de seguros e venda ou exportação de veículos. O Setor também prestou serviços de ligação entre as missões e autoridades locais e estaduais.

O Setor atualizou, publicou e distribuiu o Guia de Missões, Chefes de Estado e de Governo, e altas autoridades governamentais, órgãos da OEA e entidades filiadas. Além disso, preparou e distribuiu às Missões Permanentes um manual de procedimentos. Nesse Manual, detalham-se formulários, documentação pessoal e outros dados requeridos pelo Departamento de Estado para poder acreditar os diplomatas junto à OEA e seus dependentes e estender-lhes os privilégios e serviços a que fazem jus.

ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES EXTERNAS

O Escritório de Relações Externas foi estabelecido pela Ordem Executiva Nº 97-4, de 23 de julho de 1997. Sua finalidade é assessorar as diferentes instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos dirigentes em todas as atividades vinculadas com as relações externas, promovendo e mantendo comunicações com o país sede da Organização e, entre outros, com organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, o setor privado e entidades sem finalidade de lucro.

O Escritório de Relações Externas desenvolveu várias atividades com o propósito de melhor divulgar os programas da Organização e aumentar o apoio e as contribuições para seus projetos e iniciativas. Citem-se, entre outras, as reuniões mantidas com representantes dos Estados Observadores e com suas altas autoridades para intercambiar idéias e informação sobre temas de interesse comum negociar acordos de cooperação com a Secretaria-Geral e organizar eventos conjuntos.

Em 2001, o Escritório negociou um total aproximado de US\$1 milhão em contribuições em caixa e espécie, destinadas por vários Observadores Permanentes. Por outro lado, expandiu sua página na Internet sobre Observadores Permanentes, que inclui informação e documentação relevante para a condição de Observador Permanente, informação detalhada sobre cada país observador e dados gerais sobre contribuições e sua participação nas atividades da Organização. O Escritório, trabalhando em estreito contato com as áreas técnicas, também preparou e enviou, para consideração dos países observadores, um jogo de material informativo com detalhes sobre vários projetos de cooperação técnica administrados pela Secretaria-Geral que requerem financiamento. Adicionalmente, o Escritório organizou diversas cerimônias de doação de contribuições efetuadas pelos países observadores e coordenou a divulgação dos respectivos comunicados de imprensa.

Durante o ano, colégios, universidades e outras instituições acadêmicas continuaram a visitar o Edifício Principal da OEA. O Escritório recebeu 4.080 visitantes, ofereceu 140 visitas orientadas por guias e coordenou 69 sessões informativas para grupos externos interessados no Sistema Interamericano. Como parte de suas atividades, prepara e distribui semanalmente aproximadamente 50 jogos de material informativo sobre os programas e atividades da Organização.

No mesmo período, o Escritório recebeu e respondeu a mais de 500 pedidos de informação entre mensagens eletrônicas, cartas e telefonemas. Também ajudou mais de dez editoras de enciclopédias a atualizar seus dados sobre a Organização.

O programa de oradores do Escritório ofereceu uma série de conferências organizadas em conjunto com o Centro para Estudos Latino-Americanos da Universidade George Washington, com o objetivo de enriquecer o diálogo hemisférico sobre temas de prioridade para os Estados membros. Citem-se, neste ciclo, a Conferência Especializada sobre Comércio Hemisférico e a Área de Livre Comércio das Américas, a conferência sobre segurança hemisférica e democracia, as conferências sobre a Terceira Cúpula das Américas, e sobre os seus resultados, a conferência sobre o impacto econômico dos acontecimentos de 11 de setembro e a conferência sobre terrorismo, democracia e direitos humanos, esta última com a participação especial da renomada jornalista e autora Georgie

Anne Geyer. Este evento recebeu ampla cobertura de vários meios de comunicação, entre os quais se destaca a cobertura dada pela cadeia de televisão C-SPAN.

O programa de oradores também organizou dois eventos para delegados das Missões Permanentes e altos funcionários da Secretaria-Geral, a saber: o documentário “*Las Américas en el siglo XXI*”, de Charles Krause, que se fez presente para dialogar com o público depois dessa apresentação, e uma mesa redonda sobre “Direitos humanos na América Latina e o papel da OEA no Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, dirigida pelo Doutor Klaas Dykman, da Universidade de Hamburgo. O Escritório também coordenou a apresentação, para as Missões Permanentes e Observadoras da Organização da Cruz Vermelha americana, de dois programas que mantém com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS): “Atenção integrada para as doenças prevalentes da infância na América Latina, e “O HIV/AIDS no Caribe”. E, no âmbito do seu programa de oradores, organizou uma sessão informativa sobre a OEA e suas atividades, para os membros da Associação do Pessoal Legislativo do Congresso dos Estados Unidos.

O Escritório também coordenou a participação de peritos da Organização num seminário sobre liderança auspiciado pela *Southeastern Louisiana University* e enviou um representante para oferecer uma palestra sobre liderança nas Américas e o papel da OEA. Trabalhou com o Centro de Relações Públicas da Universidade de Maryland no desenvolvimento de uma estratégia integral de relações públicas para a Organização e acordou o envio de representantes a essa Universidade para dialogar com vários grupos de estudantes sobre as relações públicas no âmbito multilateral.

Uma das principais iniciativas do Escritório consistiu na criação de um banco de dados centralizado e integral para referência e uso de todas as áreas da Secretaria-Geral. Além disso, continuou a desenvolver e expandir *El Rincón de los Niños en la OEA*, a página da OEA na Internet desenhada para servir de centro cibernético de informação e entretenimento para crianças, escolares, professores e o público em geral. Dentro de suas atividades para a juventude, também trabalhou com *AVANCE/Head Start*, uma organização sem finalidade de lucro, no exame de possíveis projetos conjuntos, e com os organizadores da Conferência Internacional da Criança, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Finalmente, apoiou os esforços do Departamento de Informação Pública para o lançamento da revista eletrônica da OEA, e para o programa de televisão *Despejando Dudas*, duas iniciativas que visam a melhor divulgar as atividades da Organização.

ESCRITÓRIO DE SEGUIMENTO DAS CÚPULAS

O Escritório de Seguimento das Cúpulas foi estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 98-3, de 16 de julho de 1998, para coordenar as ações e realizar o acompanhamento dos mandatos emanados do Plano de Ação de Santiago, da Segunda Cúpula das Américas. É a instância da Secretaria-Geral encarregada de assessorar o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e os órgãos políticos da Organização nos temas relacionados com o acompanhamento desta e de futuras cúpulas.

No período abrangido por este relatório, o Escritório de Seguimento das cúpulas desenvolveu atividades nas áreas indicadas a seguir.

Apoio aos trabalhos do Grupo de Revisão da Implementação das Cúpulas (GRIC) para a preparação e realização da Terceira Cúpula das Américas

O Escritório de Seguimento das Cúpulas participou, em coordenação com as autoridades do Ministério das Relações Exteriores do Canadá e com o Coordenador Nacional desse país, em sua qualidade de Presidente do GRIC, de todas as instâncias do processo preparatório da Terceira Cúpula das Américas. O apoio do Escritório consistiu na organização e assistência técnica para as reuniões de negociação do GRIC realizadas em Washington, D.C., Barbados e Québec, nas quais foram preparados os documentos que os Presidentes subscreveram na Cúpula de Québec. O Escritório colocou à disposição dos coordenadores nacionais dos 34 países uma rede de informação reservada para os governos na página em rede do Processo das Cúpulas, por meio da qual distribuiu todos os documentos de negociação na fase preparatório da Cúpula de Québec. Também apoiou a tradução dos documentos.

Nessas reuniões, o Escritório encarregou-se da preparação e distribuição dos documentos, da organização logística das reuniões e do apoio de secretaria na negociação dos documentos em inglês e espanhol. Apoiou o Coordenador Nacional do Canadá na apresentação do seu relatório como Presidente da Comissão Especial de Gestão de Cúpulas Interamericanas (CEGCI). Ademais, encarregou-se da coordenação da participação da OEA e dos demais organismos internacionais no processo de preparação da Cúpula e serviu de ligação para coordenar, por meio da CEGCI, a participação da sociedade civil nesse processo. Igualmente, apoiou a participação de um processo de consulta com a sociedade civil, que envolveu mais de 200 organizações em 18 países da região.

Por ocasião da Terceira Cúpula das Américas, o Escritório apresentou um relatório de âmbito hemisférico sobre as atividades realizadas pelo BID, a OPAS, a CEPAL, a OEA e o Banco Mundial em cumprimento aos mandatos da Cúpula de Santiago. Também participou ativamente como Secretaria da Comissão de Estilo, em relação aos documentos oficiais aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo e, finalmente, coordenou a participação do Secretário-Geral nos trabalhos da Cúpula.

Secretaria do Processo das Cúpulas

A partir da Terceira Cúpula das Américas, em cumprimento ao disposto na resolução AG/RES. 1824 (XXXI-O/01), o Escritório desempenha as funções de Secretaria do Processo das

Cúpulas. O Escritório prestou apoio técnico e logístico às duas reuniões realizadas pela Comissão Executiva do GRIC, realizadas em junho e outubro, e à reunião do GRIC realizada em 25 e 26 de outubro de 2001. Para tanto, o Escritório teve a seu cargo a publicação de toda a documentação dessas reuniões na seção para governos do Sistema de Informação da Cúpula das Américas, a redação da ata da reunião do GRIC, o fornecimento de toda a informação requerida pelos países sobre o processo das Cúpulas e o seguimento dos mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas.

Apoio à Comissão Especial de Gestão de Cúpulas Interamericanas

O Escritório de Seguimento das Cúpulas proporciona apoio técnico a essa Comissão e é responsável pela coordenação da participação da sociedade civil em suas reuniões. No período abrangido por este relatório, a Comissão realizou duas reuniões abertas, para o recebimento de insumos da sociedade civil para o Plano de Ação de Québec. O Escritório encarregou-se da elaboração do relatório do Presidente, que inclui as sugestões oferecidas pela sociedade civil e foi posteriormente apresentado ao GRIC. Coordenou as atividades da OEA na implementação dos mandatos da Cúpula e preparou o relatório que a CEGCI apresenta aos Ministros das Relações Exteriores na Assembléia Geral, referente às atividades da OEA em cumprimento a esses mandatos.

Apoio à Comissão sobre a Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA

O Escritório de Seguimento das Cúpulas coordenou a participação das organizações da sociedade civil nas atividades da OEA, orientou o processo de acreditação estabelecido nas “Diretrizes para a Participação de Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA” e exerceu a função de secretaria técnica da Comissão. Para tanto, o Escritório apoiou e assessorou a preparação de documentos informativos e de base sobre distintos mandatos referentes ao processo de acreditação. Neste período, coordenou a apresentação, à Comissão, de mais de 20 pedidos de acreditação de organizações da sociedade civil.

Ademais, realizou reuniões de trabalho com o BID e o Banco Mundial, com agências de cooperação nacionais e internacionais (USAID, AICD) e com organizações da sociedade civil com a finalidade de apoiar o propósito dos Estados membros de incrementar as relações com a sociedade civil e identificar novas formas de cooperação e trabalho conjunto, bem como de informar sobre o processo de acreditação junto à OEA. O Escritório mantém um portal eletrônico a serviço da sociedade civil e dos Estados membros, e um banco de dados sobre práticas ótimas de participação da sociedade civil na OEA.

Grupo de trabalho conjunto dos organismos internacionais

No mês de julho, o BID, a OPAS, a CEPAL e a OEA assinaram uma carta de entendimento com o objeto de melhorar a coordenação do apoio à implementação e ao seguimento dos mandatos da Cúpulas das Américas. Estabeleceu-se, por meio dessa Carta, um grupo de trabalho conjunto do qual também participará o Banco Mundial. O Escritório de Seguimento das Cúpulas presta os serviços de secretaria do para o Grupo de Trabalho e está a cargo da coordenação de suas atividades.

O Grupo de Trabalho reuniu-se para planejar atividades conjuntas e intercambiar informação sobre programas, projetos e atividades que guardam relação com o cumprimento de mandatos da Cúpula de Québec. Nesse sentido, o Escritório de Seguimento das Cúpulas apresentou à reunião do

GRIC, em nome destas instituições, um relatório das atividades de cada organismos em cumprimento aos mandatos da Cúpula de Québec.

Seguimento das reuniões ministeriais e setoriais relacionadas com o processo das Cúpulas

Como parte do seguimento das reuniões ministeriais relacionadas com o processo das Cúpulas, o Escritório coordenou-se com as áreas técnicas da OEA responsáveis pelos temas das reuniões listadas a seguir, para as quais ofereceu uma apresentação do contexto geral das Cúpulas e da implementação dos mandatos:

- Reunião dos Ministros Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Bolívia, 29 a 31 de julho de 2001.
- Reunião dos Ministros do Trabalho, Canadá, 17 a 19 de outubro de 2001.
- Reunião dos Ministros da Agricultura, República Dominicana, 26 de novembro de 2001.
- Reunião do Comitê Executivo da Iniciativa de Transportes para o Hemisfério Ocidental, Washington, D.C., 4 de dezembro de 2001.

Divulgação do processo das Cúpulas

Com o propósito de divulgar informação sobre a implementação dos mandatos da Cúpula, o Escritório de Seguimento das Cúpulas deu a público, em outubro, a primeira edição do *Boletín de las Cumbres de las Américas*. Esta publicação foi distribuída aos governos, a ONGs e a instituições acadêmicas, *think tanks* e jornais de toda a região.

Por outro lado, o Escritório realizou apresentações e prestou apoio aos seguintes eventos:

- Foro Interamericano de Parlamentares (FIPA), Canadá, 7 a 9 de março de 2001.
- Segunda Conferência Interamericana de Prefeitos e Autoridades Locais, Miami, junho de 2001.
- Reunião preparatória à Reunião de Ministros da Agricultura, em que foi preparada a Declaração posteriormente aprovada pelos Ministros da JIA em Punta Cana, República Dominicana (o Escritório prestou apoio técnico), Costa Rica, 29 a 31 de outubro de 2001.
- Reunião dos *Partners of the Americas* sobre Sociedade Civil, Washington, D.C., 30 de novembro de 2001.
- Reunião do Sistema Interamericano de Metrologia na Área de Ciência e Tecnologia, Miami, 10 a 14 de dezembro de 2001.
- Foro Interamericano sobre Partidos Políticos, Miami, 13 a 14 de dezembro de 2001.

Outras atividades

O Escritório de Seguimento das Cúpulas tem a seu cargo a gestão do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas sobre Sistemas de Registro de Propriedade (IPSI), mecanismo criado pelo Escritório e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em resposta ao mandato sobre registro de propriedade emanado da Segunda Cúpula das Américas. Este mandato foi reiterado na Terceira Cúpula das Américas, sob o título “Crescimento com Equidade”.

Em 2001, as atividades concentraram-se no desenvolvimento da biblioteca de documentos e do banco de dados de projetos. Por outro lado, o Escritório de Seguimento das Cúpulas é responsável pelo *site* oficial em rede da Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental, através da qual os Ministros dos Transportes se comunicam e dão a público seus relatórios de seguimento sobre este tema.

ESCRITÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT) foi estabelecido mediante a Ordem Executiva N° 97-1, de 29 de janeiro de 1997. É a entidade assessora da Secretaria em todos os aspectos vinculados a atividades em matéria de ciência e tecnologia. Suas funções e responsabilidades são o fortalecimento da capacidade técnica e dos programas que tenham um componente científico e/ou tecnológico; o apoio aos Estados membros na área de sua competência; a cooperação e o apoio às atividades da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral; a facilitação do intercâmbio e a divulgação de informação especializada; e a coordenação dos Prêmios Interamericanos em sua especialidade.

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT), na qualidade de Secretaria Técnica da Primeira Reunião Hemisférica de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia, preparou vários documentos sobre áreas prioritárias para a região, para deliberação ministerial e a preparação do novo Plano de Ação em Ciência e Tecnologia.

O Plano de Atividades do Escritório, preparado no segundo semestre de 2001 e disponível na Internet, projeta as atividades e esforços do ECT e estabelece suas prioridades e necessidades de recursos.

No Colégio Interamericano de Defesa, o ECT apresentou o tema “Ciência, tecnologia e inovação no contexto do desenvolvimento e crescimento dos países”. Essa apresentação foi feita a um grupo de peritos de outras instituições, reunido para discutir o impacto da ciência e da tecnologia no desenvolvimento econômico.

Projetos de cooperação técnica

A pedido da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), o Escritório participou da revisão e avaliação de mais de 40 perfis de projeto na área da ciência e tecnologia, apresentados pelos Estados membros. Como resultado desse processo, preparou um relatório que foi utilizado pela Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) para avaliar e selecionar os mencionados perfis.

Na reunião da COMCYT realizada no Panamá, em 30 e 31 de maio, chegou-se ao ordenamento das propostas de projetos, a fim de facilitar a tarefa da AICD na preparação da programação apresentada perante a Comissão Especializada Não-Permanente (CENPE) de ciência e tecnologia.

MERCOCYT

Na reunião do Comitê Executivo do Programa do Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico (MERCOCYT), realizada em Bogotá, em 26 e 27 de julho, os membros sugeriram a incorporação do tema “Ciência e tecnologia e democracia” na agenda da próxima Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Ciência e Tecnologia. Nessa ocasião, o Comitê ressaltou a importância da ciência e da tecnologia para manter o sistema democrático da região, cujos

grupos menos favorecidos deveriam ter acesso às técnicas e condições necessárias para fins de utilização em seu próprio benefício social e democrático.

Sistema Interamericano de Metrologia

O ECT atuou como Secretaria Executiva do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM) e em coordenação com as instituições executoras de atividades de apoio ao Sistema, como ocorreu, por exemplo, nas reuniões do seu Conselho, das suas comissões técnicas e da sua Assembléia Geral. Esse apoio responde à necessidade de melhorar a infra-estrutura tecnológica dos países, aspecto que é essencial no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Nesse sentido, visando a promover o comércio e uniformizar as medições no âmbito da ALCA, o ECT – com recursos do FEMCIDI – prestou apoio técnico e financeiro à realização de exercícios de intercomparação de padrões de medição em radiação ionizante, longitude, pressão, massa, fotometria e volume, bem como de cursos de metrologia dimensional e de massas, com a participação de vários países da região.

Cumprе ressaltar a assistência permanente de instituições nacionais de metrologia (INMs) do Hemisfério, assim como do *National Institute of Standards and Technology* (NIST-USA), *National Research Council* (NRC-Canadá), Centro Nacional de Metrologia (CENAM-México) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO-Brasil), que facilitam o uso de seus laboratórios, equipamentos e peritos por países de menor desenvolvimento relativo da região.

Com o apoio do ECT, vários Estados membros preparam o projeto de metrologia apresentado pelos Estados Unidos à AICD por intermédio do NIST, cujas instituições executoras, ademais do NIST, são o CENAM, o NRC e o Laboratório Tecnológico do Uruguai.

O ECT coordenou a preparação e distribuição da revista SIM, publicação semestral que divulga contribuições de INMs da região e de peritos, as atividades do SIM e documentos sobre longitude. O documento *Six Specialized Information Systems Supported by the OAS for Latin American and Caribbean Industries based in Biotechnology and Food Technology*, elaborado pelo ECT e publicado no portal do MERCOCYT, será apresentado em reunião internacional organizada pelo *National Institute of Standards and Technology* (NIST) dos Estados Unidos e pelo ECT, no contexto da próxima Assembléia Geral do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), a ser realizada em dezembro, em Miami, Flórida, em cujo âmbito será realizado o Seminário Interamericano de Embalagem e Rotulagem.

Apoio à micro, pequena e média empresa

Autoridades e especialistas do Centro Nacional de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Costa Rica (CITA) e especialistas do ECT das áreas de serviços tecnológicos, apoio à micro, pequena e média empresa (MIPYME) e tecnologias limpas, prestaram assistência técnica e prepararam uma proposta multilateral de aplicação da ciência e tecnologia no fortalecimento de MIPYMEs de agroalimentos em áreas rurais de vários países da região. Este perfil foi avaliado positivamente pela COMCYT e fez parte da programação recomendada pela CENPE.

Na Costa Rica, o ECT e o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) exploraram o estabelecimento de um programa de florestação sustentável para a América Central com alternativas de expansão para outras regiões, avaliaram as capacidades do CATIE e estabeleceram contatos, deixando aberta a possibilidade de futuras cooperações.

Informação e telecomunicações

Na área da infra-estrutura da informação e telecomunicações, realizaram-se atividades de coordenação e seguimento relacionadas com o Projeto da Rede Hemisférica Interuniversitária de Informação Científica e Tecnológica (RedHUCyT) e de redes especializadas, com o propósito de promover a nova geração de aplicações e tecnologias na Internet na região. Está em processo de redesenho o portal de ciência e tecnologia que o ECT mantém no seu servidor, que agrupa, além da RedHUCyT, redes especializadas como o Sistema Multinacional de Informação Especializada em Biotecnologia e Tecnologia de Alimentos (SIMBIOSIS), o Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia (INFOCYT), a Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT) e a Rede Latino-Americana de Química (RELAQ), bem como as páginas em rede do SIM, da Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), e as da COMCYT e de *Calidad-PYME*.

Em março de 2001, o ECT participou, em Washington, D.C., da reunião do Consórcio Internet2, que coordena todas as redes mundiais interligadas por meio do sistema Internet2, da qual participaram 180 universidades da América do Norte, Europa, Ásia e América Latina. Por outro lado, o Coordenador Regional do Projeto RedHUCyT foi convidado a participar, como apresentador principal, da reunião “SIGCOMM América Latina” sobre comunicação de dados na América Latina e no Caribe, realizada em abril, na Costa Rica, sob os auspícios da *Association of Computing Machinery*. Na ocasião, recebeu um reconhecimento especial do Governo da Costa Rica por sua contribuição ao desenvolvimento da Internet na Costa Rica e na região.

O ECT participou da Conferência “INET2001”, organizada pela *Internet Society* e realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 8 de junho. Nessa reunião, a OEA apresentou sua contribuição ao desenvolvimento da Internet na região. Paralelamente, o ECT participou da reunião anual do Comitê de Coordenação da *Intercontinental Research Networking* (CCIR), também em Estocolmo, em que apresentou o trabalho *Regional Updates*, referente à situação atual das telecomunicações e da Internet na região. O ECT participou do simpósio da *American Path*, organizado pela Universidade Internacional da Flórida, para identificar áreas de colaboração científica entre os países que mantêm conexão com o *American Path* e a Internet2.

INFOCYT e RICyT

O ECT apoiou os projetos INFOCYT e RICyT, coordenados respectivamente pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONICYT), do Chile, e a Universidade de Quilmes, Argentina. Os projetos facilitam acesso a informação científica e tecnológica e a estatísticas de ciência e tecnologia da região. O CONICYT desenvolveu um *software* próprio, instalado em El Salvador e na Guatemala e disponível para os países interessados.

Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED)

O ECT, a convite do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), realizou uma apresentação sobre o tema “Cooperação interamericana em ciência e tecnologia – Mecanismos e experiências da cooperação multilateral”, no âmbito da Nona Conferência Científica do Programa CYTED. Nessa reunião, realizada em outubro, no México, a CYTED emitiu uma declaração final, posteriormente apresentada por sua Secretaria *pro tempore*, à Décima Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lima, Peru.

O ECT promoveu uma estreita colaboração entre a OEA e o Programa CYTED e, graças a esse esforço, participará do Programa Conjunto de Jornadas Ibero-Americanas, co-financiado pela CYTED e pela AICD, para a preparação de profissionais da região. O Programa inclui: a) avaliação, utilização e viabilidade do uso da energia eólica; b) materiais; e c) enfoques integrados da problemática da água.

Cooperação interinstitucional

No segundo semestre de 2001, o ECT, a Unidade de Turismo e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da OEA realizaram negociações com a *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), dos Estados Unidos, para facilitar a assinatura de um acordo de cooperação entre a NASA e a AICD, cujo objetivo é treinar cientistas da região no uso de técnicas avançadas de percepção remota. Também participou da assinatura de um memorando de entendimento entre a Secretaria-Geral da OEA e a Universidade Tecnológica de Pereira, que inclui o apoio que o ECT e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente prestarão à região em atividades prioritárias em que contam com ampla experiência.

UNIDADE DE COMÉRCIO

A Unidade de Comércio (UC) foi criada mediante a Ordem Executiva N° 95-4 de 3 de abril de 1995. Seu objetivo básico é prestar apoio aos Estados membros em matéria de comércio, inclusive nas tarefas atribuídas à OEA pela Cúpula das Américas, relativas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). São suas funções: prestar apoio técnico à Comissão Especial de Comércio (CEC); estudar os diversos aspectos das relações comerciais hemisféricas; assegurar a efetiva coordenação com organizações regionais e sub-regionais de integração; e fortalecer os sistemas de informação sobre comércio.

Em seu Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado em São José, Costa Rica, a Assembléia Geral reafirmou, na resolução “Comércio e integração nas Américas” [AG/RES. 1813 (XXXI-O/01)], o apoio da OEA ao processo de livre comércio e integração econômica no Hemisfério. A respeito, incumbiu “a Secretaria-Geral de continuar a prestar apoio analítico e assistência técnica por intermédio da Unidade de Comércio e de continuar a realizar estudos correlatos no âmbito do Comitê Tripartite, ou segundo a solicitação das respectivas entidades estabelecidas nas Declarações Ministeriais de São José, Toronto e Buenos Aires, no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”; e de “continuar a prestar assistência técnica aos países membros, especialmente às economias menores, que a solicitem, relacionada com questões referentes à ALCA, segundo a solicitação dos Ministros do Comércio na Declaração Ministerial de São José, reiterada nas reuniões ministeriais de Toronto e de Buenos Aires, bem como a solicitação constante do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas”.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

A Unidade de Comércio prestou assistência aos Estados membros no contexto das três instâncias do processo da ALCA, a saber: reuniões dos grupos de negociação da ALCA; Sexta Reunião dos Ministros do Comércio, realizada em Buenos Aires, em 7 de abril de 2001; e reuniões vice-ministeriais realizadas na Argentina, em abril, e em Manágua, em setembro de 2001.

Estas atividades foram realizadas em coordenação com as demais instituições que integram o Comitê Tripartite (CT), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). No período preparatório prévio à Reunião Ministerial de Buenos Aires e à Cúpula das Américas de Québec, correspondeu à OEA coordenar o Comitê Tripartite, que foi instalado em janeiro de 2001, de acordo com o período semestral de rotatividade.

Segundo as medidas aprovadas pelos Ministros na reunião de Buenos Aires, os grupos de negociação concentraram seus esforços na preparação de uma segunda versão preliminar do Acordo da ALCA, procurando resolver as divergências existentes e chegar a um consenso quanto à eliminação dos colchetes nos projetos de texto. Os Ministros também determinaram que as negociações de acesso a mercados sejam iniciadas em 15 de maio de 2002, a mais tardar. O trabalho de apoio da Unidade de Comércio aos grupos de negociação girou em torno deste mandato e incluiu a realização de compilações, estudos, análises e tarefas de assistência técnica solicitadas por esses grupos.

Na Declaração de Buenos Aires, os Ministros também formularam diversos pedidos concretos ao Comitê Tripartite, a saber: 1) divulgação, na página oficial, de maior informação sobre o processo da ALCA, incluindo a publicação do Segundo Relatório da Comissão de Representantes Governamentais sobre Participação da Sociedade Civil; 2) busca de fontes de financiamento para a lista de opções aprovada pela Comissão de Negociações Comerciais (CNC), em Manágua e facilitação de um processo de comunicação crescente e sustentada com a sociedade civil; 3) continuação do desenvolvimento do banco de dados que contém as necessidades e fontes de prestação de assistência técnica às pequenas economias e aos esforços adicionais para fortalecer o sistema; 4) apoio do Comitê Tripartite e do Grupo Consultivo sobre Economias Menores ao CNC para a formulação de normas ou diretrizes sobre a forma de aplicação do tratamento das diferenças de níveis de desenvolvimento e tamanho das economias; e 5) instrução ao Comitê Tripartite para que, em coordenação com o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados e o Grupo de Negociação sobre Agricultura, facilite o pleno funcionamento do banco hemisférico de dados.

Reunido na Nicarágua, o CNC aprovou as diretrizes sobre a forma de aplicação do tratamento das diferenças dos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias, que deverão ser levadas em conta pelos grupos de negociação e por outras entidades da ALCA. Como medidas de apoio, o CNC decidiu que o Grupo Consultivo sobre Economias Menores formule uma proposta de programa de cooperação hemisférica. O Comitê Tripartite executará esses mandatos, e os Ministros do Comércio na sua próxima reunião, no Equador, emitirão novas diretrizes. Além disso, em conformidade com o mandato ministerial de Buenos Aires e as instruções do CNC emitidas em Manágua, o Banco de Dados de Assistência Técnica em Matéria de Comércio foi publicado na página oficial da ALCA, em dezembro de 2001, e a OEA será responsável por manter atualizada essa informação.

No período deste relatório, a Unidade apoiou sete dos 10 grupos de negociação, a saber: investimento; serviços; direitos de propriedade intelectual; subsídios; *antidumping* e direitos compensatórios; política de concorrência; e solução de divergências. A Unidade de Comércio também apoiou o Grupo de Acesso a Mercados no tema referente a normas e barreiras técnicas ao comércio e prestou assistência ao Comitê Técnico de Assuntos Institucionais, ao Grupo Consultivo sobre Economias Menores, à Comissão Conjunta de Peritos dos Setores Público e Privado em Comércio Eletrônico e ao Grupo de Peritos sobre Medidas de Facilitação de Negócios em Matéria de Assuntos Alfandegários.

Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE)

O Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE) tem como objetivo proporcionar, nos quatro idiomas oficiais da OEA, informação atualizada sobre comércio no Hemisfério. Desde que o SICE foi transformado em página da Internet (www.sice.oas.org), o número de usuários aumentou regularmente, totalizando 463.272 visitas em 2001. A página contém documentos relativos aos seguintes assuntos: o processo da ALCA; acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre países membros da OEA; propriedade intelectual; arbitragem comercial; instituições vinculadas ao comércio; informação geral sobre os países, empresas e câmaras de comércio; bem como dados quantitativos, incluindo fluxos de comércio, tarifas e preços. O conteúdo completo do *site* está agora disponível em formato CD-ROM.

Com o apoio do SICE, iniciou-se em abril de 1999 o Serviço de Distribuição de Documentos (DDS) da ALCA, como método de depósito e divulgação de documentos atuais existentes nos

arquivos, gerados pelo processo de negociação da ALCA. Prevê-se a ampliação das atividades relacionadas com a sua segurança em 2002, à medida que as negociações evoluam para a etapa seguinte. Como parte dos mandatos recebidos da Reunião Ministerial realizada em Toronto, em novembro de 1999, a Unidade de Comércio (SICE) manteve um calendário atualizado dos prazos fixados pelos grupos de negociação para o recebimento de insumos das delegações.

Cooperação interinstitucional

A Unidade de Comércio trabalhou com o BID e a CEPAL no apoio às distintas instâncias da ALCA, bem como em projetos específicos com instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e organismos sub-regionais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Secretaria Permanente do Tratado de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA), a Comunidade Andina, o Mecanismo de Negociações Regionais da CARICOM e o MERCOSUL.

Cooperação técnica

Em cumprimento aos mandatos recebidos, deu-se ênfase às tarefas de assistência técnica aos países da região, em particular às economias menores, atividades que facilitam a efetiva participação desses países nas atuais negociações comerciais e fortalecem sua capacidade de implementar resultados.

O componente central em matéria de assistência técnica é o programa “Comércio e integração nas Américas: Curso de treinamento avançado para funcionários governamentais”, financiado pelo CIDI. No âmbito deste programa, realizaram-se seminários e reuniões técnicas em escala multilateral e sub-regional, a saber:

- Pelo quarto ano consecutivo, realizou-se em junho e julho de 2001, sob o patrocínio de Trinidad e Tobago, o curso de treinamento de funcionários governamentais em negociações comerciais regionais e multilaterais com ênfase nas economias menores, organizado em cooperação com a *Georgetown University* e a OMC. Participaram do curso 59 funcionários de 32 países do Continente e do Mecanismo de Negociações Regionais do Caribe, ademais de 50 conferencistas provenientes dos Estados membros, de organismos internacionais e de centros de pesquisa e organizações não-governamentais.
- Em abril e outubro de 2001, realizaram-se reuniões para dar andamento à Rede de Pesquisas sobre Integração Hemisférica, que dotará os pesquisadores de acesso a informação atualizada sobre questões comerciais.
- Em maio, sob o patrocínio da Jamaica, realizou-se um seminário de familiarização de Embaixadas e Missões Permanentes com temas da ALCA e da OMC.
- Em setembro e outubro de 2001, a Unidade organizou, para funcionários governamentais, dois seminários na área de serviços: o primeiro, realizado em setembro, em Bridgetown, Barbados, por solicitação da CARICOM e do RNM; e o

segundo, em outubro, em Lima, organizado com a Secretaria da Comunidade Andina, no qual participaram os países andinos, o MERCOSUL e o Chile. Os seminários abrangeram cinco temas no contexto da negociação de acordos comerciais, a saber: mecanismos de maior liberalização dos serviços; transparência; tratamento de nação mais favorecida; relação entre os serviços e disciplinas de investimento; e temas de regulamentação do comércio de serviços.

- Em outubro de 2001, em Bogotá, realizou-se o Seminário Regional sobre a Comunidade Andina e os Acordos de Investimento nas Américas. O evento, que contou com a participação de 32 delegados dos cinco países andinos e da Secretaria da Comunidade Andina, visou a oferecer, a funcionários governamentais com responsabilidades no tema de investimentos, a oportunidade de discutir os recentes acontecimentos nessa área e de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Funcionários da Unidade de Comércio colaboraram com os Estados membros mediante o atendimento de pedidos de assistência em projetos específicos de comércio e integração e participaram de seminários e outras sessões de trabalho e conferências, na qualidade de peritos convidados.

Publicações

Em abril de 2001, em conjunto com o *Brookings Institution Press*, publicou-se o livro *Hacia el Libre Comercio en las Américas*, editado por José M. Salazar e Maryse Robert. Trata-se do terceiro volume produzido pela Unidade de Comércio, que descreve e analisa as tendências, os acontecimentos e as perspectivas da integração e dos acordos comerciais entre os países do Hemisfério. O livro foi utilizado como texto no Curso de Capacitação de Funcionários Governamentais.

Na série Estudos da Unidade de Comércio, publicou-se o seguinte: *Multilateral and Regional Investment Rules: What Comes Next?* Maryse Robert, março de 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-8; *Multilateral and Regional Services Liberalization by Latin America and the Caribbean*, Sherry M. Stephenson, março de 2001, OEA/Ser.DXXII, SG/TU/TUS-9; *Antidumping in the Americas*, José Tavares de Araujo Jr., Carla Macario, e Karsten Steinfatt, março de 2001, OEA-SER.D/XXII, SG/TU/TUS-10; *Deepening Disciplines for Trade in Services*, Sherry M. Stephenson, março 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-11; *Business Facilitation: Concrete Progress in the FTAA Process*, Jane Thery, março 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-12; *Trade and Competition in B2B Markets*, José Tavares de Araujo Jr., maio de 2001, OEA/Ser.D/XXII, SG/TU/TUS-13.

Comissão Especial de Comércio (CEC) e seu Grupo Assessor

A CEC e seu Grupo Assessor não se reuniram no ano 2001. Em conseqüência, a Unidade de Comércio não proporcionou apoio a esses órgãos. A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Período Ordinário de Sessões, realizado em Windsor, decidiu “aceitar a recomendação do Presidente da Comissão Especial de Comércio (CEC), com base em suas consultas com os Estados membros da CEC de manter o *status quo*, ou seja, manter a existência da CEC sem convocar a Comissão”.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Unidade de Desenvolvimento Social e Educação foi criada mediante a Ordem Executiva N° 96-5, de 5 de junho de 1996. Seu objetivo é prestar apoio técnico e operacional aos Estados membros e aos órgãos dirigentes da OEA em matéria de fortalecimento dos sistemas de educação, promoção das oportunidades de emprego e capacitação para o trabalho e de formulação de políticas públicas e estratégias de ação orientadas para o combate à pobreza e à discriminação. Para alcançar este objetivo, a Unidade realiza e coordena estudos e pesquisas, leva a cabo atividades de intercâmbio de informação e experiências, promove atividades de formação de recursos humanos e apóia iniciativas para promover a ação cooperativa entre países, entre agências internacionais de cooperação e desenvolvimento e entre entidades governamentais e não-governamentais em matéria de formulação de políticas de educação, emprego e desenvolvimento social. Conforme estabelecido pela Assembléia Geral, a partir de 1° de janeiro de 2001, o Programa de Cultura é parte integrante da Unidade de Desenvolvimento Social e Educação.

As prioridades da Unidade centraram-se no seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas, da Assembléia Geral da OEA e do CIDI, para cujo fim trabalhou em coordenação com entidades nacionais, organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

Desenvolvimento social e superação da pobreza

Rede Social da América Latina e do Caribe

A Unidade atuou como Secretaria Técnica da Rede Social da América Latina e do Caribe, que realizou sua Oitava Conferência Anual, de 23 a 26 de outubro, em Santo Domingo, organizada em coordenação com a PROCOMUNIDAD, da República Dominicana e a OEA. A reunião, da qual participaram a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Banco Mundial, aprovou a Declaração de Santo Domingo e o Plano de Trabalho 2002 da Rede.

Nos termos de um acordo assinado com o BID, a OEA atua como entidade executora do Programa Intra-Regional de Estágios entre as instituições membros da Rede Social, em cujo âmbito realizaram-se 39 estágios; preparou-se e distribuiu-se o Boletim do Programa *Infopasantías (InternshipNews)*; e concluiu-se a avaliação da cooperação horizontal da Rede Social, cujos resultados aparecem no documento *Red Social de América Latina y el Caribe: Lecciones aprendidas y perspectivas de cooperación entre los Fondos de Inversión Social*, publicado em novembro de 2001.

Em conjunto com a Rede Social e a CEPAL, a OEA coordenou o Segundo Seminário Técnico *Evaluación, Monitoreo y Elaboración de Proyectos Sociales*, realizado em Santiago, Chile, de 9 a 13 de julho. Também preparou a Primeira Reunião do Comitê Coordenador da Rede Social, realizada na Colômbia, em janeiro de 2002, e o seminário *Ética y Políticas Sociales*, organizado com o INDES, do BID, realizado em abril de 2002.

Cooperação interagencial

A convite da CEPAL, a OEA participou da Terceira Reunião Interagencial de Seguimento ao Acordo sobre Infância e Juventude, da Décima Cúpula Ibero-Americana, realizada em Santiago, Chile, em 22 de março, ocasião em que se considerou a versão preliminar do documento *Construir equidad desde la infancia y adolescencia en Iberoamérica*. A OEA também preparou o documento *Globalización y Convención sobre los Derechos del Niño*, publicado na série *Políticas Sociales* da CEPAL, Nº 48, maio de 2001.

Convocada pela UNICEF, a OEA participou da Reunião da Comissão Interagencial de Seguimento da Cúpula Mundial para a Infância, realizada em 27 de março de 2001, a fim de preparar o Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da ONU para a Infância. A convite da OPAS, a OEA apresentou o trabalho “Enfoque de direitos e políticas para a infância”, na Reunião de Peritos sobre Saúde e Desenvolvimento Integral da Infância: Uma Proposta de Plano Regional para as Américas, realizada em 6 de setembro de 2001.

Cooperação acadêmica

Pelo segundo ano consecutivo, a OEA efetuou uma exposição na Segunda Conferência Internacional sobre os Direitos de Educação da Criança, organizada pela Universidade de Victoria, Canadá, de 18 a 22 de agosto de 2001.

Cooperação com outras unidades da OEA

A pedido da Unidade para a Promoção da Democracia, a UDSE participou do Fórum Interparlamentar das Américas, realizado de 7 a 9 de março de 2001, onde assessorou o grupo de trabalho encarregado do tema “Realização do potencial humano”.

Educação

Em cumprimento a mandatos da Segunda e Terceira Cúpulas das Américas, e em sua qualidade de Secretaria Técnica da Segunda Reunião dos Ministros da Educação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), a Unidade participou da identificação dos desafios educacionais e de melhores práticas para a cooperação horizontal, a saber:

- A Unidade, em coordenação com a AICD, convocou cinco reuniões sub-regionais entre maio e agosto de 2001, para analisar e propor os mecanismos que garantam a implementação das iniciativas constantes do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Peritos em educação e cooperação internacional dos países membros apresentaram programas de educação a serem oferecidos no contexto da cooperação horizontal e destinados a compor uma “carteira permanente de programas consolidados”. Apresentou-se também o Portal da Educação das Américas (www.educoea.org) e analisaram-se as necessidades de formação de recursos humanos em educação que poderiam beneficiar-se do uso desse Portal.
- Criação da Comissão Interagencial em Educação, em atendimento aos objetivos educacionais da Terceira Cúpula das Américas. A Comissão reuniu-se em 6 e 7 de

agosto de 2001, com a presença de representantes da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do BID, do Banco Mundial, do UNICEF, da SECAB e do Fundo das Nações Unidas para Atividades da População. Cada entidade especificou sua contribuição a cada um dos temas do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Elaborou-se uma matriz para dar a conhecer aos Ministros da Educação as áreas de apoio por organismo. Propôs-se também a formulação de uma estratégia de alcance regional em apoio aos compromissos de Dacar e da Terceira Cúpula das Américas.

- A Unidade participou da Reunião Preparatória da Segunda Reunião dos Ministros da Educação das Américas, convocada pela Secretaria de Educação Pública do México, na qualidade de coordenadora do tema educacional e do seguimento dos acordos da Segunda Cúpula das Américas. A Unidade foi confirmada como Secretaria Técnica do G-11 e responsável pelo seguimento dos acordos da Terceira Cúpula das Américas em matéria de educação.
- A Unidade participou, em setembro, da Reunião de Ministros da Educação da América Central. O objetivo da reunião foi avaliar os avanços da sub-região no que se refere aos compromissos da Segunda Cúpula e analisar os acordos da Terceira Cúpula das Américas.
- A Unidade participou da Reunião dos Ministros da Educação do MERCOSUL, realizada em Montevideu, em 23 de setembro de 2001, a fim de analisar os acordos prévios à Segunda Reunião dos Ministros da Educação no âmbito do CIDI.
- A Unidade apoiou a realização da Segunda Reunião dos Ministros da Educação no âmbito do CIDI, realizada em Punta del Este, em 24 e 25 de setembro. Nessa reunião, a Unidade foi confirmada como Secretaria Técnica, responsável pela promoção de mecanismos de cooperação horizontal, a facilitação de intercâmbio de experiências e a manutenção da comunicação entre os países membros.

Os Ministros da Educação e Chefes de Delegação aprovaram as prioridades em educação constantes do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas em cinco áreas substantivas: 1) equidade e qualidade; 2) gestão, descentralização, participação social e atualização docente; 3) jovens, educação secundária e certificação de aptidões vocacionais; 4) educação superior, ciência e tecnologia e mobilidade acadêmica; e 5) novas tecnologias a serviço da educação. Aprovaram também a Declaração de Punta del Este e a Declaração contra a Violência, em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro, e adotaram as resoluções sobre propostas de projetos em educação e mecanismos de seguimento. Em relação a estes últimos, mencionou-se a possível criação da Comissão Interamericana de Educação, incumbindo-se esta tarefa ao México, na qualidade de coordenador do G-11 e encarregado do seguimento dos acordos da Segunda Cúpula das Américas.

Paralelamente, a Unidade trabalhou nas áreas técnicas apresentadas a seguir:

Carteira permanente de programas consolidados

Identificação dos programas de educação que possam ser oferecidos para fins de cooperação horizontal e reunidos numa carteira permanente composta de 19 programas. Nestas bases, realizou-se uma consulta hemisférica para a elaboração de uma matriz de oferta e demanda de programas educacionais, a fim de dar início à cooperação horizontal.

Diagnóstico continental em matéria de educação e desenvolvimento social

Identificação dos problemas principais para facilitar a reflexão sobre a importância de uma política social sustentada no Hemisfério e acompanhada de crescentes investimentos. Fundamentam o estudo a análise dos indicadores de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os estudos de pobreza da CEPAL e do Banco Mundial, os indicadores de emprego e desemprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os indicadores de educação preparados pelo Chile/UNESCO-OREALC (PRIE) e do Sistema de Indicadores Comparáveis sobre Mercados de Trabalho (SISMEL).

Apoio às iniciativas dos países sobre educação e desenvolvimento da primeira infância

A Unidade prestou apoio técnico ao Ministério da Educação de El Salvador na realização de pesquisas sobre o tema.

Cooperação com outras agências e organismos internacionais

- *Programa de Cooperação OEA/UNESCO*: apoio aos Estados nos acordos de “Educação para todos” de Dacar e da Cúpula das Américas
- *Programa de Cooperação OEA/OEI*: assinatura de um acordo de cooperação com a OEI em fevereiro de 2001, sobre qualidade da educação, equidade e desenvolvimento infantil e preparação de agentes educacionais
- *Programa de Cooperação OEA/Banco Mundial/UNICEF sobre educação e desenvolvimento infantil*: criação de uma página em rede de educação e desenvolvimento infantil
- *Programa de Cooperação OEA/OPAS*: apoio aos países para alcançar uma educação de qualidade com ênfase em populações vulneráveis
- *Programa de Cooperação OEA/Fundação Bernard van Leer/Governo de Israel*: assessoramento especializado em educação infantil
- *Programa de Cooperação OEA/Universidade de Maryland*: obteve-se financiamento para o projeto *Strengthening Democracy in the Americas: Values, Citizenship and the Role of Education*, na fase correspondente a 2002

- *Programa de Cooperação OEA/Harvard University-Rockefeller Center:* convênio com o *Rockefeller Center for Latin American Studies*, da Universidade de Harvard, para que estudantes de pós-graduação das escolas de Educação e Governo participem da identificação e sistematização de melhores práticas nas áreas temáticas da Unidade.
- *Programa de Cooperação OEA/Harvard Graduate School of Education:* oferta de um seminário sobre equidade e qualidade da educação, no âmbito dos compromissos da Terceira Cúpula das Américas.

Emprego e desenvolvimento trabalhista

O Programa de Emprego e Desenvolvimento Trabalhista apoiou os esforços das conferências dos Ministros do Trabalho realizadas no âmbito do CIDI. As conferências giram em torno das dimensões trabalhistas do processo da Cúpula das Américas e dos desafios enfrentados pela modernização dos Ministérios do Trabalho. Em função das suas recomendações, realizaram-se as seguintes atividades:

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Modernização dos Ministérios do Trabalho

O Grupo, estabelecido na Décima Primeira Conferência de Viña del Mar, reuniu-se de 4 a 6 de abril de 2001. Nesta Terceira Reunião, analisaram-se as experiências em matéria de inspeção do trabalho e justiça do trabalho no Brasil e na Argentina, revisou-se a execução de projetos de cooperação horizontal entre os países participantes do Grupo e discutiu-se a proposta de agenda da Décima Segunda Conferência, realizada no Canadá, em outubro de 2001.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização e os Processos de Integração

Com a participação de 12 países, o Grupo reuniu-se pela terceira vez em Santa Cruz de la Sierra, de 25 a 27 de abril de 2001, para discutir os aspectos trabalhistas dos processos de integração da União Européia, do MERCOSUL e da NAFTA. No caso da União Européia, analisou-se a harmonização das legislações e a criação do Direito Trabalhista Comunitário. No caso do MERCOSUL, analisou-se o desenvolvimento de mecanismos destinados a proteger os trabalhadores e, no caso da NAFTA, estudou-se a harmonização das normas trabalhistas dos países signatários.

Reunião Técnica Preparatória da Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho

A Reunião realizou-se em 12 e 13 de julho, em Miami, com a participação de representantes de 30 países, de empregadores e sindicatos, de organismos internacionais e de um país observador. A Reunião foi preparada pelo Canadá, com o apoio da Unidade como Secretaria Técnica da Conferência. Na Reunião, tomou-se nota do progresso da execução do Plano de Ação de Viña del Mar e acordou-se o projeto de Declaração e Plano de Ação de Ottawa.

Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho

A Conferência realizou-se em Ottawa, de 17 a 19 de outubro de 2001, com a participação de delegados de 33 Estados membros, entre os quais 26 Ministros do Trabalho. Fizeram-se presentes à reunião representantes dos empregadores e sindicatos, de organismos internacionais e de países observadores e convidados especiais. A OEA participou da preparação e organização da Conferência, em conjunto com o Governo do Canadá e com o apoio do Chile, como presidente *pro tempore* da Décima Primeira Reunião, e do Brasil, que deverá presidir a Décima Terceira Conferência, a ser realizada em 2003.

Os ministros acordaram em que a globalização deve gerar desenvolvimento social e econômico para que todos os habitantes da região alcancem melhores níveis de vida sem exclusão nem discriminação, e reconheceram a contribuição dos seus ministérios para a geração de emprego e o estabelecimento de mecanismos de proteção social. Assinalaram a importância do diálogo social para o desenvolvimento trabalhista do Hemisfério e reconheceram a necessidade de modernizar, no campo jurídico, a legislação e as normas trabalhistas. Afirmaram a necessidade de combater o desemprego, apoiar a educação, o treinamento e a formação vocacional, estabelecer mecanismos para evitar a discriminação da mulher no trabalho e apoiar a abolição do trabalho infantil no Continente. A Décima Segunda Conferência, ademais de aprovar a Declaração e Plano de Ação de Ottawa, adotou um pronunciamento contra os ataques terroristas de 11 de setembro e uma declaração de apoio ao processo de paz na Colômbia. A Conferência continuará com o Grupo sobre a Dimensão Trabalhista do Processo das Cúpulas das Américas e o Grupo sobre Fortalecimento das Capacidades dos Ministérios do Trabalho.

A Unidade desenvolveu as seguintes atividades adicionais de natureza técnica:

- *Cooperação Interagencial OEA/OIT*: participação na Reunião Técnica de Avaliação do Projeto USA-OIT de apoio à Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho, realizada em Lima, de 3 a 5 de setembro, para melhorar a coordenação entre os organismos que apóiam os compromissos decorrentes da Décima Segunda Conferência dos Ministros do Trabalho.
- *Cooperação técnica horizontal*
 - Assinatura do acordo operacional entre a Secretaria do Trabalho e Previdência Social do México e o Conselho dos Ministros do Trabalho da América Central, Belize, Panamá e República Dominicana, para apoiar a cooperação horizontal entre os nove países em matéria de normalização e certificação de aptidões para o trabalho.
 - Apoio à sistematização e avaliação do Sistema de Indicadores Comparáveis sobre Mercados de Trabalho, coordenado pelo Peru e a ser futuramente transferido para a presidência *pro tempore* do Uruguai, como mecanismo de acompanhamento continental dos mercados de trabalho na região.
 - Em 2001, a entidade *Young Americas Business Trust* (YABT) estabeleceu associações com organizações privadas e governamentais em benefício de

jovens empresários, colaborando com o Projeto do Caribe da Universidade de Georgetown, a Subsecretaria de Igualdade de Oportunidades de Buenos Aires, a Missão Observadora Permanente de Israel, a Conferência das Primeiras Damas das Américas, os Voluntários Internacionais da Flórida, os Voluntários das Américas, o Foro de Líderes Empresários do Príncipe de Gales e a *Southeastern Louisiana University*. Com a Argentina, o YABT produziu um programa de televisão do qual participaram jovens empresários, que foi transmitido durante seis meses para toda a América Latina pela televisão a cabo.

Cultura

Participação em Reuniões Ministeriais de Cultura no âmbito de outros organismos internacionais

- *Fórum dos Ministros e Responsáveis pelas Políticas Culturais da América Latina e do Caribe*, auspiciado pela UNESCO/OREALC e pelo Governo da República Dominicana. Aprovou-se a Declaração de Santo Domingo, que reconhece a importância da diversidade cultural americana, especialmente do seu patrimônio tangível e intangível.
- *Quinta Conferência dos Ministros da Cultura da Ibero-América*, preparatória da Cúpula Ibero-Americana de Presidentes em Lima, organizada pelo Governo do Peru, a Secretaria Executiva de Cúpulas Ibero-Americanas e a OEI. A Conferência realizou o seguimento de seus mandatos, planejou suas novas atividades e aprovou seus projetos.
- *Reunião Anual da Organização CARIMOS* (Organização do Grão Caribe para os Monumentos e Sítios). A convite dessa organização, a Unidade fez uma apresentação sobre as atividades da OEA no campo do patrimônio imóvel.

Apoio técnico aos Estados membros

- Assessoramento a Estados membros da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente sobre o tema do tráfico ilícito de bens culturais.
- Assessoramento aos Estados membros para a convocação da Primeira Reunião dos Ministros da Cultura no âmbito do CIDI. Participação nos trabalhos preparatórios da CEPCIDI, mediante a elaboração dos diferentes documentos de base e de referência a serem apresentados nessa reunião. Apoio ao Governo do Canadá na elaboração e tabulação de um questionário sobre a agenda e a metodologia da Reunião de Ministros, bem como sobre a metodologia a seguir no processo de preparação da reunião.

Publicações

Como parte das suas atividades de promoção e enriquecimento dos intercâmbios e coleções culturais das Américas, a Unidade e o Instituto Cultural Mexicano produziram o livro *Homenaje a*

Octavio Paz. Publicou-se o estudo cultural *Las Industrias Culturales en la Economía de América Latina: Situación Actual y Perspectivas en el Marco de la Globalización*, em espanhol e inglês.

Relações com outras organizações

- Assinatura de um acordo de cooperação com o Instituto Ítalo-Latino-Americano, para promover a colaboração desta organização em projetos e fontes de financiamento.
- Preparação de um acordo de cooperação com a organização *Youth Orchestras of the Américas* do Conservatório da Nova Inglaterra, Estados Unidos.
- Assinatura de um acordo de cooperação com a organização *CARIMOS Monumentos y Sitios* do Grão Caribe e a Orquestra de Câmara do Rio de Janeiro.
- Colaboração com o Museu de Arte das Américas para vincular os museus da região e recomendação para estreitar vínculos com o Instituto Latino-Americano de Etnomusicologia e Folclore.
- Planejamento, com a *Southeastern Louisiana University*, de um seminário para artesãos do Panamá em janeiro de 2002, com ênfase na capacitação de mão-de-obra especializada e no ensino de técnicas de comercialização.
- Organização de uma reunião com dirigentes da Confederação de Artesãos Unidos da Sub-Região Andina e o Conselho Andino e Latino-Americano de Artesanatos e Artes Populares.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 96-6, de 28 de junho de 1996. É a principal entidade da Secretaria-Geral encarregada dos assuntos diretamente relacionados com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Sua finalidade é apoiar as atividades da Organização, seus órgãos e entidades, na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente na região. Formula, avalia e executa os projetos de cooperação técnica em suas áreas de competência e presta assessoramento e apoio técnico em aspectos referentes ao desenvolvimento sustentável, incluindo os programas orientados para o desenvolvimento da legislação sobre meio ambiente, a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis e a educação ambiental.

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) atuou nas áreas do processo de cúpulas hemisféricas e no seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz, adotado pela Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável (Santa Cruz de la Sierra, dezembro de 1996). Em 2001, suas atividades desenvolveram-se de acordo com as resoluções das Assembléias Gerais da Organização e os mandatos do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, aprovado no Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Lima, em junho de 1997.

No momento, a Unidade está executando uma carteira de projetos no montante de US\$49 milhões, mais de 90% dos quais financiados com recursos de fontes externas da OEA. A página da Unidade na Internet continua a ser atualizada, com a incorporação das principais atividades em execução e seus vínculos. Seu endereço eletrônico é <http://www.oas.org/usde>.

Atividades relacionadas com a Cúpula de Santa Cruz

A Unidade continuou suas atividades de coordenação e seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz e apoiou o Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), da CEPAC, na preparação da reunião de Santa Cruz+5. Para avaliar a execução do Plano de Ação, preparou uma matriz a ser completada em cada país, que servirá de base para o processo de consultas e discussões prévias à Reunião Santa Cruz+5, a realizar-se em Washington, D.C., em fevereiro de 2002.

Em cumprimento aos mandatos relativos ao Plano de Ação de Santa Cruz incluídos no Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, a Unidade realizou as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de um programa para a implementação da Estratégia Interamericana de Promoção da Participação Pública no Processo Decisório sobre Desenvolvimento Sustentável (ISP), de acordo com a resolução CIDI/RES. 98 (V-O/00). A Unidade preparou várias propostas de apoio financeiro ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), à UNESCO, à Fundação *Bill and Melinda Gates*, à Fundação *Turner* e ao Governo da França.

- Apoio à Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) e a criação da página da Internet. As atividades de apoio à IABIN mediante um projeto financiado pelo FMAM estão em andamento, e 26 dos 34 pontos focais aprovaram o projeto. O Estatuto da IABIN foi aprovado pelo Conselho Executivo e pelos pontos focais e elegeram-se o Comitê Diretor. Em julho de 2000, a Colômbia apresentou à OEA/FEMCIDI o projeto Protótipo de Catálogo para a Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade, que servirá de base para a IABIN, já que facilitará o intercâmbio de informação sobre biodiversidade e será utilizado como instrumento para a educação e o processo decisório nas Américas.
- Planejamento e estruturação do Fórum Interamericano sobre Direito Ambiental (FIDA) e realização de mesas-redondas sobre as políticas de água na América Latina, das quais participaram peritos em políticas de gestão de recursos hídricos, com o apoio da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), da USAID, do Banco Mundial e do BID.
- A Unidade prestou assistência técnica ao Ministério do Meio Ambiente e à Secretaria de Recursos Hídricos do Brasil para a realização do Quarto Diálogo Interamericano sobre Gestão de Águas, de 2 a 6 de setembro, em Foz do Iguaçu. Apoiou o Governo do Brasil na preparação de um perfil de projeto destinado ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), para fortalecer a Rede Interamericana de Recursos Hídricos. Convocou o Comitê Internacional de Organização do Quarto Diálogo, apoiou a definição do seu programa, formulou propostas de projetos para o seguimento das conclusões do evento e gestionou fundos para o seu financiamento.
- Em seguimento ao Ponto II.4 do Plano de Ação de Santa Cruz, do Ponto 4.4 do PIDS e da resolução CIDI/CIDS/RES. 3 (II-O/99), a Unidade executou projetos especiais que definem as políticas nacionais e regionais de gestão integrada de recursos hídricos e zonas costeiras em vários países das Américas. Esses projetos formam uma carteira de aproximadamente US\$30 milhões. Além disso, gestionou junto ao FMAM e ao Banco Mundial o primeiro projeto mundial do Fundo para a Gestão de Lençóis Freáticos, destinado a proteger o Sistema Aquífero Guarani, compartilhado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O projeto, aprovado pelos países, solicitou uma doação de aproximadamente US\$14 milhões e será iniciado em 2002, mediante acordo com o Banco Mundial.

Cúpula de Québec, Canadá

Em cumprimento aos mandatos da Terceira Cúpula das Américas, realizada em Québec, a Unidade levou a cabo as gestões necessárias para “organizar uma reunião de nível ministerial antes do fim do ano 2001, na Bolívia, por ocasião do quinto aniversário da Cúpula de Santa Cruz de la Sierra, de 1996, e apresentar contribuições para a Cúpula do Rio+10, em 2002 ...”. Também deu cumprimento às resoluções da Segunda Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) [CIDI/CIDS/RES. 8 (II-O/99)], que recomendou a realização de uma reunião de alto nível para “ampliar a implementação do desenvolvimento sustentável no Hemisfério ...” e solicitou que fosse endossada a convocatória da Reunião Ministerial de Alto Nível para Santa Cruz+5 para que, juntamente com a Reunião da CIDS, atue como comissão preparatória

dessa Reunião, e sugeriu que a Reunião Ministerial de Alto Nível sirva para preparar a Reunião Hemisférica Rio+10.

Atividades de cooperação técnica

Recursos hídricos e ecossistemas transfronteiriços

A Unidade deu seqüência ao processo de fortalecimento da cooperação técnica aos Estados membros para a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos em bacias transfronteiriças e zonas costeiras. A Unidade faz parte da Comissão Diretora do Projeto FMAM Bloco B, denominado “Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento”.

O Plano Estratégico de Ação para a Bacia Binacional do Rio Bermejo (PEA), preparado com a cooperação da Unidade, foi aprovado pelo FMAM e teve iniciada a sua execução, cujo montante se eleva a US\$11,4 milhões. Em maio, realizou-se em Washington, D.C. a primeira reunião do Conselho Diretor, com a participação do PNUMA e a Secretaria do FMAM.

Os projetos de gestão das bacias dos rios Alto Paraguai e São Francisco, no Brasil, passaram a ser executados pela Agência Nacional de Águas, do Brasil, com o apoio da Unidade e com financiamento do FMAM e do PNUMA, mediante uma doação de US\$11 milhões.

Na Costa Rica e na Nicarágua, continuou a execução do Plano Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira (CRSJ), que conta com um financiamento de US\$4 milhões do FMAM. O Conselho Diretor deste projeto realizou duas reuniões, avançou nos termos de referência e deu início à execução dos projetos de demonstração, a cargo de instituições acadêmicas, da sociedade civil e de governos nacionais e municipais.

Em julho, a Unidade finalizou a preparação do Projeto Sistema Aquífero Guarani, que deverá receber um financiamento de US\$14 milhões do FMAM, encaminhando-o à consideração, aprovação e apresentação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O montante total do projeto é de US\$26 milhões, e seu início está previsto para junho de 2002. Os países selecionaram a Unidade como entidade executora junto ao Banco Mundial (Agência de implementação do FMAM).

Com a assistência técnica da Unidade, os governos centro-americanos executaram o projeto de cooperação solidária “Ações Estratégicas para Fortalecer a Política de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas na América Central”, financiados com fundos do FEMCIDI 2000.

A Direção da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) convidou a Unidade para participar da preparação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP), a ser iniciado em fevereiro de 2002. O custo desse plano é calculado em US\$1,1 milhão.

A Unidade apoiou as atividades de elaboração de um projeto quadro para a gestão da Bacia do Prata, para cujo fim realizou, em setembro, uma reunião em que representantes dos cinco países da Bacia do Prata acordaram um programa de trabalho.

Por outro lado, prorrogou-se até fevereiro de 2002 a execução do projeto Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM) que deveria concluir-se em 28 de junho de 2001, e reforçou-se sua execução no valor total de US\$5.092.000.

Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH)

A Unidade operou como Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), o que facilitou o intercâmbio de experiências e informação técnica por intermédio de 30 pontos focais designados pelos Estados membros. Neste período a Rede preparou o Quarto Diálogo Interamericano de Gestão de Águas, realizado em Foz do Iguaçu. Participaram do evento mais de 1.100 especialistas de todos os países das Américas, bem como da Europa e da Ásia. O Quarto Diálogo foi reconhecido no processo mundial de preparação do Terceiro Foro Mundial da Água, a realizar-se no Japão, em março de 2003. Com um financiamento de US\$80.000, o Governo japonês auspiciou, por intermédio da Unidade, a participação dos 30 pontos focais da Rede no Diálogo, assim possibilitando a emissão da Declaração de Foz do Iguaçu e dos relatórios técnicos da Reunião.

Planejamento para a adaptação à mudança climática global

O projeto Caribe: Planejamento para a adaptação à mudança climática global (CPACC) está no seu quarto ano de execução, e sua conclusão está prevista para dezembro de 2001. Em atendimento a um pedido formulado pela região no sentido de se desenvolver um mecanismo permanente de atenção aos temas da mudança climática, a UDSMA e a Unidade Regional executora do Projeto CPACC estão trabalhando com a Secretaria da Comunidade do Caribe (CARICOM) para ampliar o estabelecimento de um centro caribenho para a mudança climática. Além disso, levando em conta o aumento da importância da mudança e da variedade climática e seus impactos sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados insulares, a Unidade, em conjunto com o Banco Mundial, executa o projeto Adaptação da Corrente Maior ao Câmbio Climático, do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) PDF-B, como projeto de seguimento do CPACC. Este projeto atenderá às necessidades críticas dos setores sócio-econômicos do Caribe, tais como os do turismo, energia, saúde, agricultura e água, desenvolvendo planos estratégicos a longo prazo.

Projeto de mitigação de desastres no Caribe

A Unidade executou o projeto Mitigação de Desastres resultantes do Furacão Georges (PGDM), em Saint Kitts e Nevis e em Antígua e Barbuda. O projeto é financiado por uma subvenção de cooperação entre a USAID e a OEA, no valor de US\$1,5 milhão. Como apoio à preparação de planos e políticas nacionais para mitigar as situações de perigo, o projeto completou a avaliação da vulnerabilidade de cada país e dos perigos representados por marés, tempestades, ventos perigosos, erosão costeira, secas, inundações insulares e ameaças vulcânicas.

Mediante o Programa de Treinamento em Desenho de Infra-Estrutura Costeira, Construção e Manutenção (CDCM), financiado pela USAID, a Unidade trabalhou com a Faculdade de Engenharia da Universidade das Índias Ocidentais (UWI), na preparação de um programa de capacitação de engenheiros em desenho, construção e manutenção da infra-estrutura costeira.

Mitigação de desastres na América Central

Em janeiro de 2001, iniciou-se a quinta etapa do projeto Alerta sobre Inundações e Redução da Vulnerabilidade em Pequenos Vales da América Central, em coordenação com a Federação de Municipalidades do Istmo Centro-Americano, o Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC) e o Comitê Regional de Recursos Hídricos do Istmo Centro-Americano.

A Unidade executou o projeto Rede de Observação do Nível de Água na América Central (RONMAC), financiado pela USAID por intermédio da Administração Nacional de Oceanos e da Atmosfera (NOAA), em resposta às conseqüências do Furacão Mitch em quatro países da América Central.

No âmbito do Programa Redução da Vulnerabilidade do Setor da Educação, realizou-se um seminário prático sobre Reconstrução de Escolas na América Central e o Plano para a Redução de Desastres no Setor da Educação (EDUPLANhemisférico) com a participação das instituições que operam nos níveis comunitário, educacional, administrativo e/ou geográfico.

A Unidade, em coordenação com a Secretaria de Integração Econômica na América Central (SIECA), o CEPREDENAC e o Departamento de Transportes dos Estados Unidos (USDOT), levou a cabo o estudo da vulnerabilidade das rodovias da América Central em face de riscos naturais.

Corredores de comércio

O Programa de Capacitação e Pesquisa do Projeto de Desenvolvimento de Corredores de Comércio (PROCORREDOR) inclui projetos regionais de formação e pesquisas de campo sobre temas complementares, para assessorar os governos, manter consultas com o setor privado e preparar a próxima geração de especialistas em desenvolvimento de corredores de comércio. Os centros que colaboram com o PROCORREDOR a partir da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai participaram da Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade dos Corredores de Comércio aos Desastres Socionaturais (TCC), realizada em Mendoza, Argentina, em março de 2001.

Energia Renovável nas Américas

A Secretaria Técnica da Iniciativa de Energia Renovável nas Américas (EREA) colaborou com o Governo de Santa Lúcia na preparação de um plano de energia sustentável. O plano estabelece políticas mediante as quais Santa Lúcia transformará o seu setor energético para a identificação de fontes internas de energia renovável. O Primeiro-Ministro apresentou o plano à consideração de seu Gabinete.

Por outro lado, a Unidade realizou atividades na Guatemala com o apoio recebido do Ministério da Energia para a análise e a formulação de legislação em matéria de energia renovável. A EREA, que é a unidade técnica líder do estabelecimento da Iniciativa sobre Energia e Conectividade Rural, apóia o exame e a preparação de normas em energia renovável. A EREA colabora com a Iniciativa sobre Energia Sustentável para as Ilhas, em conjunto com *The Climate Institute* e *Winrock International*. Essa iniciativa, lançada em colaboração com a Agência Interamericana de Cooperação

e Desenvolvimento (IACD), oferecerá conexões de telecomunicações, automatização e eletricidade para escolas e outros serviços comunitários nas populações rurais.

UNIDADE INTERSETORIAL DE TURISMO

A Unidade Intersetorial do Turismo foi estabelecida pela Ordem Executiva N° 96-7, a fim de estimular o desenvolvimento turístico interdisciplinar, fortalecer e estabilizar a cooperação funcional com outras organizações regionais e internacionais, revitalizar o Congresso Interamericano de Turismo (CIT) e conduzir a cooperação técnica e os programas de treinamento para promover o desenvolvimento sustentável nos Estados membros.

Educação e treinamento

Manuais educativos para escolas

Em cumprimento ao mandato do Programa Interamericano para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo, a Unidade Intersetorial de Turismo colaborou com a Organização de Turismo do Caribe (OTC) na preparação de manuais educativos para as escolas primárias e secundárias. A OEA financiou a contratação de dois consultores, que completaram a publicação *Módulos de Capacitación en Turismo para Escuelas Primarias*. Um segundo módulo para escolas secundárias também foi completado e está em fase de impressão.

Treinamento em educação e conscientização na América Latina

Este programa procura educar os sócios turísticos a respeito da importância do turismo como produto na América Central. O programa está sendo implementado em associação com a *Continental Airlines* e inclui Honduras, Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, Panamá e Belize.

Desenvolvimento do turismo

No período analisado, a Unidade concluiu as negociações e recebeu, em março de 2001, a aprovação de financiamento da USAID para dar marcha ao Programa da Pequena Empresa Turística, financiado por esta agência. O Programa da Pequena Empresa Turística foi concebido em resposta ao desempenho deficiente e à baixa rentabilidade das pequenas propriedades e à exigência do mercado em matéria de atenção aos aspectos ambientais no planejamento e na gestão de negócios turísticos.

O programa reconhece que as pequenas propriedades representam uma significativa parcela do alojamento e contribuem para a geração de emprego em vários países membros da OEA. Além disso, as pequenas propriedades representam consideráveis investimentos de capital, possibilitados em boa parte por instituições financeiras nacionais locais. No âmbito do programa, completaram-se os seguintes trabalhos correspondentes à etapa de análise:

- *Desenvolvimento de marcas e padrões para hotéis e empresas auxiliares no setor turístico.* Elaboração de marcas e padrões para o subsetor hoteleiro, tendo como objetivo principal o grupo de pequenos hotéis. É intenção do projeto que os centros de alojamento identifiquem o tipo de produto que oferecem no mercado, para cujo fim realizaram-se reuniões com técnicos, agentes de viagens, operadores turísticos e outros sócios da indústria do turismo. Para a segunda fase, prevê-se que essa informação seja compartilhada com o setor hoteleiro em 2002 e que se adotem

marcas e padrões que melhor categorizem os hotéis, incrementando o seu potencial de comercialização segundo as demandas dos operadores turísticos da Europa e da América do Norte. Outro componente do projeto estará centrado no desenvolvimento de normas para a operação de atrações turísticas, esperando-se que isto se realize em colaboração com os ministérios e instituições regionais encarregados da atividade turística.

- *Desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental.* Este componente gira em torno do uso da água e da energia, das descargas e da gestão de dejetos sólidos pelos próprios hotéis ou outros negócios do setor. Seu objetivo é reduzir os custos operacionais e atrair os turistas interessados em passar suas férias em lugares que respeitam o meio ambiente. O projeto piloto foi implementado nos países da Organização dos Estados do Caribe Oriental e em Barbados. A Unidade Intersetorial de Turismo espera completar 200 inspeções em 2002, que serão realizadas em colaboração com a Aliança Caribenha para o Turismo Sustentável (CAST).

Sistemas de informação e transferência de tecnologia

Desenvolvimento de um sistema baseado na Internet

O desenvolvimento deste sistema visa a dar aos hotéis e demais negócios participantes do Programa da Pequena Empresa Turística maior exposição aos mercados. A parte central deste projeto é o portal www.Caribbeanexperiences.com, que será utilizado para ajudar os hotéis e outros negócios turísticos na distribuição de seus produtos on-line.

Assistência em tecnologia

Mais de 400 hotéis de 13 países conseguiram melhorar sua tecnologia de automatização, inclusive com a criação de páginas em rede para comercializar e sistematizar certas operações administrativas, tais como contabilidade e o sistema de reservas. O projeto beneficiou-se da participação de *Net Corps America* e *Net Corps Canada*, e o pessoal hoteleiro beneficiou-se de um programa de treinamento em gerência, oferecido por meio dos Serviços Executivos do Canadá para o Estrangeiro (CESO).

Lançamento da página em rede “Caribbeaninnkeeper.com”

Este projeto oferece informação aos operadores de hotéis e a pessoas ligadas à indústria turística sobre operação de negócios turísticos, oferecida por meio da Internet. A criação desta página foi possibilitada pela cooperação do Banco de Desenvolvimento do Caribe e da Associação Hoteleira do Caribe. Nessa etapa, melhorou-se o conteúdo e a interface da página em rede.

O Centro Virtual de Recursos é complementado pelo estabelecimento de centros físicos de recursos nos países participantes do Programa da Pequena Empresa Turística. Em fevereiro de 2002, inauguraram-se seis centros, devendo os seis restantes ser inaugurados no fim do ano. Os centros oferecerão vídeos e materiais de treinamento, equipamento de automatização, televisores e vídeo-cassetes.

Desenvolvimento de “ferramentas” de instrução

Este projeto abrange a produção de melhores práticas sob a forma de “ferramentas” de instrução. Estas incluem melhoria dos alojamentos, gestão ambiental e financeira, planejamento de negócios, localização de propriedades, preços competitivos e melhoria da rentabilidade. Prevê-se que a aplicação de algumas das práticas demonstradas sirva para melhorar a eficiência operacional dos negócios no setor turístico.

Atividades na América Central

A Unidade apoiou os esforços de desenvolvimento do turismo na América Central em três áreas principais:

- Concepção, desenvolvimento e preparação de uma proposta de projeto de assistência regional a pequenos hotéis, semelhante à que está sendo executada atualmente na região do Caribe.
- Apoio à campanha promocional da América Central, em sociedade com a *Continental Airlines*.
- Apoio ao Governo do Panamá na preparação e execução de planos de desenvolvimento regional no país, financiados pelo Instituto Panamenho de Turismo.

Projeto de assistência regional a pequenos hotéis

Devido ao êxito do Projeto Caribenho de Pequenos Hotéis, a Unidade foi convidada a trabalhar em conjunto com os Governos da América Central, por intermédio da Gerência de Projetos Turísticos (GEPROTUR), entidade encarregada da promoção e comercialização do sistema de Integração da América Central (SICA), no sentido de planejar e implementar a busca de financiamento do Projeto Centro-Americano de Desenvolvimento de Pequenos Hotéis.

Por intermédio da GEPROTUR, a Unidade trabalhou com os Escritórios Nacionais de Turismo da Costa Rica, Belize, Nicarágua, Honduras, Guatemala e Panamá no desenvolvimento de um projeto a ser submetido ao estudo da respectiva Comissão Especializada Não-Permanente (CENPE) da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

Recentemente, a diretoria do Instituto de Turismo da Costa Rica (ICT) destinou US\$100 mil para a implementação do Projeto de Desenvolvimento do Café e do Turismo, para tanto contando com a ajuda da Unidade. Os objetivos do projeto incluem a diversificação da base econômica da Província de Los Santos, bem como a introdução do turismo nas comunidades que se dedicam ao cultivo do café. Essa iniciativa foi bem recebida, considerando a queda das cotações do café no ano passado.

Além disso, o Governo da Guatemala, por meio do Instituto Guatemalteco do Turismo (INGUAT), apresentou uma proposta de projeto e a versão preliminar de um acordo com a Secretaria-Geral da OEA. A proposta inclui o diagnóstico e a determinação de necessidades do Programa de Assistência a Pequenos Hotéis na Guatemala. Por sua vez, o Governo da Nicarágua indicou que

estaria disposto a apoiar, mediante financiamento, o início da implementação do projeto. Outros Estados membros da América Central comprometeram-se a participar do projeto, mas ainda não asseguraram financiamento para o mesmo.

Campanha promocional com a empresa *Continental Airlines*

Este é o quarto ano consecutivo e o mais bem-sucedido da campanha promocional auspiciada pela empresa *Continental Airlines*. Nos últimos três anos, o programa ofereceu seminários promocionais nos Estados Unidos, no Canadá e nos países de destino, visando a familiarizar os agentes de viagens com os produtos turísticos dos países participantes. Neste período, grupos de agentes de viagens da América do Norte foram levados a El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Belize, Honduras e Panamá, onde participaram de seminários destinados a melhor prepará-los para vender os produtos turísticos dos países. Para tudo isso, os Estados membros ofereceram todas as facilidades, inclusive refeições e transporte local, a *Continental Airlines* ofereceu as viagens internacionais e a Unidade Intersectorial de Turismo encarregou-se da logística, da organização e da gestão da campanha. Os Ministros do Turismo dos países participantes e o SICA também ofereceram seu apoio ao programa, que voltará a ser realizado em 2002 graças a sua boa acolhida.

Outras atividades na América Latina

No período analisado, a Unidade Intersectorial de Turismo manteve conversações com a Organização Maya, apoiando-a na apresentação de uma proposta ao CENPE, que foi favoravelmente recebida. Continuam as conversações com o SICA e o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN) visando a desenvolver algumas atividades conjuntas.

Envolvimento de populações indígenas no turismo

Está em fase de preparação um projeto que envolve as populações indígenas da Dominica, de São Vicente e de Belize no setor do turismo. Espera-se que as pesquisas, realizadas na etapa de análise, sejam utilizadas no desenho do projeto.

Turismo esportivo

Realizaram-se pesquisas visando a preparar um projeto que maximize os benefícios e incentivos econômicos do turismo esportivo.

Certificação de trabalhadores industriais

A Secretaria-Geral da OEA concedeu ao Instituto Educativo da Associação Americana de Hospedagem e Hotelaria uma licença para o uso de seus materiais de capacitação e certificação, bem como padrões de treinamento e certificação de empregados de hotéis. Dado que esses padrões são reconhecidos e aceitos internacionalmente, a certificação do pessoal poderia ser utilizada pelos hotéis como ferramenta de *marketing*, ajudando a melhorar os padrões da indústria em geral, principalmente na área do serviço ao cliente.

Mecanismos institucionais

Na etapa de análise, a Unidade Intersetorial de Turismo participou de conversações com algumas instituições membros, tais como a Organização de Turismo do Caribe, a Associação Hoteleira do Caribe, a Aliança Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável, a Unidade de Gestão de Recursos Naturais da Secretaria da OECS, o SICA, o Centro Epidemiológico do Caribe (CAREC) e a Universidade George Washington. Além disso, a Unidade iniciou os preparativos para o Primeiro Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) de Ministros do Turismo e para o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, a ser convocado no começo de 2002.

Planos de desenvolvimento do turismo – Panamá

Nos últimos oito anos, a Secretaria-Geral da OEA tem apoiado o Governo do Panamá, por meio do seu Instituto de Turismo, no desenvolvimento e implementação de um plano mestre para o turismo no Panamá e de uma série de planos de desenvolvimento regional. Apesar da utilidade desse apoio, o consultor da Unidade indicou que seria necessário realizar muito mais, para cujo fim o Governo do Panamá está estudando o plano, a fim de determinar sua capacidade de geração de valor agregado.

Nos últimos quatro anos, o Governo do Panamá financiou essa iniciativa, dada a impossibilidade de se encontrar os recursos necessários para uma contribuição da OEA ao projeto. Em agosto, ao final do último acordo, concluiu-se que o Governo do Panamá não poderia aumentar suas contribuições em razão da dificuldade da OEA em prestar apoio financeiro ao projeto.

UNIDADE PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

A Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 90-3, de 15 de outubro de 1990, em conformidade com a resolução AG/RES. 1063 (XX-O/90) da Assembléia Geral, a fim de implementar um programa de assistência destinado a preservar e fortalecer suas instituições políticas e procedimentos democráticos. A Unidade executa seu plano de trabalho no âmbito do Programa de Apoio para a Promoção da Democracia, aprovado pela resolução CP/RES. 572 (882/91), do Conselho Permanente.

A Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) tem como funções: prestar, aos Estados membros que a solicitem, assistência aos seus esforços para aperfeiçoar as instituições e processos democráticos; apoiar atividades tendentes a divulgar e intercambiar novos conhecimentos sobre práticas e valores democráticos no Hemisfério; promover o intercâmbio de experiências entre instituições e peritos em matéria de temas relacionados com a promoção da democracia; realizar, quando assim solicitada, missões de observação de processos eleitorais nos países; e fortalecer as iniciativas de paz e reconciliação nacional. As atividades da UPD seguem as orientações e os mandatos das Cúpulas das Américas e da Assembléia Geral da OEA. A estrutura orgânica da UPD inclui as seguintes áreas programáticas: fortalecimento das instituições democráticas, assistência técnica eleitoral, informação e diálogo/foro democrático, ação integral contra as minas antipessoal e programas especiais.

Fortalecimento das instituições democráticas

O Programa de Apoio às Instituições Legislativas (PAFIL), da UPD, promoveu o diálogo e a cooperação interparlamentar e apoiou o fortalecimento e a modernização do poder legislativo no Hemisfério. Colaborou para a criação do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cuja reunião constitutiva realizou-se em março de 2001, em Ottawa, Canadá, e para a realização da Primeira Reunião do Foro de Presidentes dos Poderes Legislativos da Região Andina. No período, continuou a atuar como instância principal de apoio técnico-substantivo do Fórum de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central e da República Dominicana (FOPREL).

Com o Parlamento Andino, organizou o Seminário Regional sobre Estratégias de Comunicação nos Congressos, prestou apoio técnico à Sessão de Planejamento Estratégico do FOPREL Centro-Americano e organizou um seminário regional sobre Técnica Legislativa. Em novembro, prestou assistência à instalação definitiva da Rede Andina de Informação Legislativa (RAIL) na sede central do Parlamento Andino e apoiou a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC) para o desenvolvimento da Rede Interparlamentar de Informação Legislativa do MERCOSUL (RIIL). Por outro lado, com vistas a gerar e divulgar novos conhecimentos sobre assuntos legislativos e melhorar as práticas parlamentares, apoiou a elaboração de vários estudos comparativos e contribuiu para a publicação de cinco livros, em conjunto com instituições acadêmicas do Hemisfério.

Também realizou dois cursos regionais sobre parlamentos, democracia e integração e dois seminários de alto nível: o primeiro, sobre Modernização Legislativa e Integração para os países membros do MERCOSUL e, o segundo, em Honduras, sobre Reforma Política e Ética Parlamentar.

Por outro lado, apoiou os esforços de modernização legislativa dos Congressos da Guatemala, Honduras e Equador e da Província de Córdoba, Argentina.

A UPD, por meio do seu Programa de Apoio aos Processos de Descentralização e Governo Local, prestou assistência técnica aos Estados membros nos processos de fortalecimento do marco normativo e institucional. Nesse sentido, apoiou os órgãos políticos da Organização e o Governo da Bolívia para a realização da Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério, realizada em La Paz, de 29 a 31 de julho de 2001.

Como resultado principal deste evento, emitiu-se a Declaração da Cidade de La Paz sobre Fortalecimento das Administrações Regionais e Municipais e da Participação da Sociedade Civil, criando-se a Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã (RIAD). Designou-se o México como país sede da próxima reunião e solicitou-se que a Secretaria Técnica da Rede seja exercida pela UPD.

Com a Fundação Interamericana dos Estados Unidos, a UPD colaborou para a organização do foro “Construindo a Democracia a Partir das Bases”, que reuniu formuladores de políticas de níveis centrais e locais de governo, da sociedade civil e do setor acadêmico de todo o Hemisfério, ademais de representantes e agências internacionais e entidades promotoras do desenvolvimento.

Na América Central, o Programa colaborou com o Parlamento Centro-Americano e o Instituto de Estudos Políticos (INCEP) para a realização de um curso nacional na Nicarágua e de um curso sub-regional na Guatemala, e analisou os processos de descentralização nessa região. Prestou assistência técnica à Assembléia Legislativa da Costa Rica para a elaboração de uma lei sobre descentralização e promoveu a colaboração entre a reunião especializada de municípios e prefeituras do MERCOSUL e da RIAD.

Levando em conta os mandatos específicos enumerados na Seção VI da Carta Democrática Interamericana, “Promoção da cultura democrática”, a UPD realizou atividades de capacitação, assessoramento, pesquisa e publicação no âmbito do Programa de Promoção de Valores e Práticas Democráticas e ofereceu cursos regionais de capacitação de jovens líderes. Nesse sentido, realizou-se em junho, em San Pedro de Macorís, República Dominicana, o Quarto Curso para Jovens Líderes da América Central e da República Dominicana sobre instituições, valores e práticas democráticas, em colaboração com o Colégio das Américas, da Organização Universitária Interamericana (COLAM/OUI) e várias instituições sub-regionais e nacional.

Em agosto, realizou-se o Terceiro Curso Andino de Análise e Solução de Conflitos Políticos, organizado em Bogotá, com a colaboração da Pontifícia Universidade Javeriana, a AICD e o Governo da Colômbia. Em novembro, realizou-se o Terceiro Curso Regional para Jovens Líderes do MERCOSUL sobre Instituições, Valores e Práticas Democráticas. O curso foi auspiciado pela Universidade Alberto Hurtado, pelo Instituto Nacional da Juventude, pelo Ministério de Planejamento e Cooperação (MIDEPLAN) do Chile e pelo COLAM.

Em colaboração com a *Graduate School of Political Management* da Universidade George Washington, realizou-se o Primeiro Seminário Internacional sobre Estratégias de Comunicação Política, oferecido a mais de 100 chefes ou diretores de comunicação de governos centrais,

parlamentos, governos regionais e importantes municipalidades dos países da América Latina e do Caribe, como instrumento para melhorar a qualidade da liderança democrática e a gestão governamental nos Estados membros.

Em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, estabeleceu-se o Programa de Capacitação de Líderes Democráticos (CALIDEM), cujo objetivo é formar uma liderança democrática mediante cursos nacionais. Neste primeiro ano, completou-se o desenho da estrutura teórica e operacional do Programa e deu-se início ao processo de licitação para a realização de quatro cursos nacionais no primeiro trimestre de 2002. A UPD prestou assistência ao Instituto Luis Carlos Galán para o Desenvolvimento da Democracia no âmbito de um programa de capacitação do qual participaram mais de 600 jovens de Bogotá.

A UPD assessorou e apoiou a criação da Rede de Jovens pela Democracia (JPD), instituição centro-americana sem finalidade de lucro com capítulos nacionais integrados pelos graduados dos cursos regionais da UPD, com o objetivo de promover a democracia em seus países. Em colaboração com instituições acadêmicas, iniciou pesquisas destinadas a gerar novos conhecimentos sobre instituições, valores e práticas democráticas e sobre o papel dos diferentes atores do sistema político democrático, que servirão de referência para os cursos do Programa. Também publicou o livro *Estratégias de Comunicação para Governos* e preparou um programa de televisão sobre a Carta Democrática Interamericana e a promoção da cultura democrática.

Assistência técnica eleitoral

No período 2001-02, a Área de Assistência Técnica Eleitoral concentrou-se no fortalecimento dos sistemas e instituições eleitorais mediante assessoramento e assistência eleitoral, bem como na realização de trabalhos de pesquisa sobre o fortalecimento dos regimes eleitorais do Hemisfério.

Em 2001, a UPD apoiou os esforços do Equador, Guatemala, Honduras e Paraguai e cooperou na preparação de ações e estratégias que promoveram o uso dos instrumentos e procedimentos mais adequados no campo da organização eleitoral. Em países da região Andina, da América Central e do Caribe, continuou os programas de modernização dos mecanismos eleitorais, utilizando tecnologia de ponta desenvolvida pelos peritos da Unidade. Essa tecnologia permite implementar total ou parcialmente a automatização nas diferentes fases que compõem um processo eleitoral, incluindo as de votação, contagem e escrutínio de votos e transmissão e totalização de resultados eleitorais.

Também trabalhou no desenvolvimento e implementação de programas no campo do registro civil, cujo objetivo é modernizar as instituições e processos de registro mediante a substituição de atas, a avaliação de estruturas administrativas, estudos de eventuais reformas da estrutura jurídica, apoio tecnológico aos procedimentos de inscrição, notificação e controle, capacitação de funcionários, campanhas de promoção sobre usos dos dados estatísticos e redefinição de objetivos do sistema.

A UPD apoiou a primeira experiência de cooperação horizontal entre organismos eleitorais do Hemisfério (Brasil e Paraguai) no campo da automatização. Essa experiência implementou um plano piloto de votação eletrônica, que resultou na informatização de todos os níveis da administração eleitoral e foi aplicado nas últimas eleições municipais do Paraguai. O processo implicou o uso de urnas eletrônicas brasileiras numa votação que abrangeu 34.000 eleitores.

No campo da participação e da educação cívica eleitoral, realizaram-se reuniões práticas e seminários na Guatemala e em Honduras e organizou-se uma campanha de divulgação pelos meios de comunicação com o propósito de apoiar o desenvolvimento da cultura política democrática e fomentar a participação dos cidadãos em processos eleitorais.

No que se refere a pesquisas e estudos, a UPD iniciou a execução de um estudo comparado no âmbito interamericano, acerca dos procedimentos aplicados aos processos eleitorais. Para tanto, realizaram-se reuniões de trabalho com peritos na matéria e deu-se início à elaboração do banco de dados e da página da iniciativa na Internet.

Informação e diálogo/Foro Democrático

A UPD produziu e divulgou informação eletrônica e escrita sobre suas atividades e sobre o tema geral do desenvolvimento democrático no Hemisfério, com o objetivo de aumentar a disponibilidade de dados críticos, detalhados e oportunos sobre esses temas e de fazê-los chegar a uma audiência mais ampla. A UPD aumentou a informação disponível na página da Internet, incluindo a consolidação de informação e de documentos relacionados com a Carta Democrática Interamericana da Organização, recentemente aprovada, e o estabelecimento de interfaces com as páginas de todas as observações eleitorais efetuadas pela Organização e de muitos dos projetos especiais da UPD.

Similarmente, a UPD trabalhou no sentido de ganhar acesso a novos bancos de dados e de torná-los interativos com sua página da Internet, como é o caso de um banco de dados que inclui uma relação de peritos em temas de democracia no Hemisfério, e continua colaborando com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown no desenvolvimento do Banco de Dados Políticos das Américas, uma fonte de recursos acadêmicos, documentos fundamentais e dados estatísticos sobre temas democráticos.

A Unidade publicou relatórios das observações eleitorais, relatórios especiais e relatórios das atividades e seminários por ela auspiciados e preparou um boletim eletrônico denominado *UPDate*. Este boletim, que foi divulgado em inglês e espanhol entre as Missões Permanentes e Observadoras, a Secretaria-Geral da OEA e uma lista de contatos relacionados com a promoção da democracia, contém as últimas notícias sobre missões de observação eleitoral, cursos, seminários, foros, publicações e demais atividades da UPD.

Na âmbito do Foro Democrático da Unidade, realizaram-se seminários e reuniões para aprofundar o diálogo e o intercâmbio de informação sobre os temas relacionados com o desenvolvimento democrático. Em 20 e 21 de fevereiro de 2001, realizou-se, com os países promotores da iniciativa da Comunidade de Democracias, a conferência *O Papel das Organizações Multilaterais e Regionais na Promoção e Defesa da Democracia*. A reunião propiciou diálogos e intercâmbios de experiências entre organizações regionais e multilaterais de várias regiões do mundo sobre o seu papel de apoio à democracia.

Em outubro de 2001, levou-se a cabo em Tegucigalpa o Fórum *Democracia, Governabilidade e Eleições em Honduras*. Em 13 e 14 de dezembro, no contexto do Foro Democrático e em resposta aos princípios da Carta Democrática e ao mandato da Terceira Cúpula das Américas, realizou-se em Miami, Flórida, a Primeira Reunião do Fórum Interamericano sobre

Partidos Políticos. O evento, que reuniu representantes de partidos políticos, acadêmicos, representantes governamentais e de ONGs, deu início a uma reflexão sobre o estado dos sistemas de partidos políticos nas Américas e estabeleceu diretrizes de ação para o seu melhoramento e fortalecimento.

Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte do seu mandato de apoio à reconciliação nacional e ao fortalecimento da paz por meio do programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA), a Unidade continuou a apoiar as ações contra minas no Hemisfério e o cumprimento da Convenção de Ottawa por seus Estados Partes. Em particular, o AICMA apoiou as atividades de remoção de minas na América Central, especificamente na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e expandiu suas atividades no Peru e no Equador. Os elementos críticos desse apoio continuaram a ser o financiamento e a assessoria técnica, esta última prestada pela Junta Interamericana de Defesa.

Com os avanços registrados na América Central em matéria de remoção de minas, a fase final está prestes a ser concluída em Honduras, que passará a ser, no âmbito do Programa, o primeiro país livre de minas antipessoal, incluindo as minas armazenadas. Em 2001, o AICMA apoiou o Governo da Nicarágua nos preparativos da Terceira Reunião dos Estados Partes da Convenção de Ottawa, realizada em Manágua, em setembro. A reunião focalizou o fortalecimento e a divulgação das atividades de remoção de minas apoiadas pela OEA, cujo objetivo é transformar o Hemisfério, no prazo mais breve possível, em zona livre de minas antipessoal.

A liderança da OEA no apoio à Convenção de Ottawa (Convenção para a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Sua Destruição) refletiu-se na assistência prestada pelo AICMA para a destruição das minas armazenadas em vários Estados membros. Essa assistência concretizou-se no âmbito do “Desafio de Manágua”, iniciativa que resultou na destruição, entre janeiro e setembro de 2001, de mais de 500.000 minas, eliminando por completo as minas armazenadas do Peru e no Equador. Outras 46.000 minas deverão ser destruídas pela Nicarágua em 2002. Os Governos do Canadá e da Austrália exerceram papel essencial nessa iniciativa por meio de um programa de contribuição de um dólar dos Estados Unidos por mina eliminada.

Para dar pleno atendimento às necessidades da população afetada, a OEA apoiou em 2001 o Programa de Atenção a Vítimas de Minas e Artefatos Não-Detonados, que prestou assistência a 340 vítimas na América Central, a maioria das quais na Nicarágua. À falta deste programa, muitas vítimas estariam ao desamparo, sem condições de reabilitar-se e reintegrar-se às suas comunidades como membros produtivos.

O AICMA também implementou, na Nicarágua, o Sistema de Gestão de Informação para Atividades Relativas a Minas (IMSMA), com o apoio das Nações Unidas. O Sistema serve de banco primário de dados para a hierarquização das atividades de remoção de minas, educação preventiva e esforços de assistência a vítimas e será utilizado para desenvolver um detalhado estudo sobre o impacto sócio-econômico nas regiões afetadas por minas.

Programas especiais

A UPD desenvolveu e executou vários programas e missões especiais em diversos países do Hemisfério: o Programa de Apoio ao Processo de Paz na Guatemala; o Programa de Colaboração Técnica para a Paz e a Reinserção na Nicarágua; e a Agência Especializada para o Programa Nacional de Governabilidade (PRONAGOB, Bolívia).

Na categoria de Programas Especiais, inclui-se também a Observação Eleitoral (Missões de Observação Eleitoral – MOEs) da Organização, que é uma das tarefas mais visíveis e de impacto mais imediato cumpridas pela UPD. Em 2001, a UPD organizou e realizou missões de observação eleitoral na Guiana, Honduras, Nicarágua, Peru e São Vicente e Granadinas. Essas missões contribuíram significativamente para o acompanhamento dos respectivos processos eleitorais, empregando um método de observação integral.

A UPD também estabeleceu um programa de apoio aos Estados membros interessados na promoção do diálogo e da solução pacífica de conflitos internos. O programa pretende apoiar iniciativas governamentais e da sociedade civil para promover o diálogo, formar consensos e dar solução pacífica aos conflitos sociais. Também presta assistência no desenho e na facilitação de processos de diálogo público, gestão de conflitos e institucionalização de sistemas de resolução.

Entre as atividades desenvolvidas em 2001, encontra-se também o apoio técnico da UPD aos Gabinetes do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto, em seus esforços de negociação política no Haiti. A UPD também trabalhou no desenho de processos sub-regionais de intercâmbio de experiências em matéria de diálogo político e continua a receber pedidos de assistência de vários Estados membros nesse campo.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

No contexto do artigo 115 da Carta da OEA e em conformidade com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços de consultoria ao Secretário-Geral e tem a seu cargo as atividades de que este lhe incumba.

O Gabinete do Secretário-Geral Adjunto prestou apoio técnico e operacional ao Trigesimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizada em São José, Costa Rica; ao Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Lima, Peru; à Vigésima Terceira e à Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada na sede da Organização; e aos trabalhos de preparação do Trigesimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a ser realizado em Bridgetown, Barbados, em junho de 2002.

Em cumprimento à Ordem Executiva 97-2, o Gabinete coordenou e supervisionou as seguintes áreas: a Secretaria de Reuniões e Conferências; a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM); a Biblioteca Colombo; o Instituto Interamericano da Criança (IIN); o Museu das Américas; a Comissão Interamericana sobre Situações de Emergência; e os escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Coordenou as relações de cooperação com a Organização das Nações Unidas e seus órgãos especializados; os órgãos do Sistema Interamericano; a Associação de Estados Caribenhos; e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), entre outros. Desenvolveu tarefas específicas de coordenação com a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, associadas à situação do Haiti.

O Gabinete contribuiu para os esforços do Secretário-Geral na busca de uma solução para o conflito político-institucional no Haiti, em cumprimento à vontade expressa pelos Estados membros da Organização, e organizou e participou das reuniões do Grupo de Amigos do Haiti. Além disso, coordenou a Missão de Verificação Internacional da OEA para Honduras e a Nicarágua e apoiou o Gabinete do Secretário-Geral no processo de negociações para a solução pacífica da controvérsia territorial entre Belize e a Guatemala.

O Secretário-Geral Adjunto, na qualidade de Secretário do Conselho Permanente e dos seus órgãos subsidiários, colaborou com os representantes dos países membros e observadores na preparação e realização de 23 sessões ordinárias, oito sessões extraordinárias, seis sessões solenes e uma reunião conjunta do Conselho Permanente com a CEPCIDI. Ademais, acompanhou o trabalho das comissões e grupos de trabalho do Conselho Permanente ao longo de mais de 130 reuniões.

Assembléia Geral Modelo da OEA

A realização dessas reuniões tem por objetivo fortalecer o conhecimento dos estudantes de nível secundário e universitário a respeito da Organização, sua agenda e seus processos decisórios, para cujo fim a Secretaria apoiou a realização da Assembléia Geral Modelo (Modelo Maia), de 8 a 13 de abril de 2001, em Washington, D.C.

Também apoiou as atividades do Vigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Universidades, realizado de 29 de abril a 4 de maio de 2001 em San Martín de los Andes, Argentina, da qual participaram 350 estudantes e 32 professores procedentes de universidades da Argentina e de vários países membros da Organização. Como preparativo para evento, realizaram-se atividades prévias de treinamento para docentes e estudantes de diversos países.

Na sede da OEA, a Secretaria prestou apoio técnico e logístico a 300 estudantes e 35 professores de 27 colégios dos Estados Unidos e do México, que participaram do Vigésimo Período Ordinário da Assembléia Geral Modelo da OEA para Colégios Secundários, realizada de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2001.

ESCRITÓRIOS DA SECRETARIA-GERAL DA OEA NOS ESTADOS MEMBROS

Os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros apóiam a preparação, execução e avaliação dos programas de cooperação técnica da OEA no respectivo país. Representam a Secretaria-Geral, prestam apoio a outras atividades da Organização e contribuem para a divulgação dos seus propósitos.

Em cumprimento ao mandato emanado do Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, efetuou-se um estudo dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros, a cargo do Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e da Subsecretaria de Administração, com a cooperação e colaboração dos diretores desses Escritórios. O relatório sobre o estudo foi apresentado ao Presidente do Conselho Permanente em 21 de novembro de 2001 (CP/doc.3532/01). Indicam-se a seguir algumas das atividades principais realizadas pelos Escritórios da OEA:

Apoio administrativo e logístico prestado aos órgãos da OEA

Os Escritórios da OEA prestaram apoio a diversos órgãos da OEA na execução de programas e projetos aprovados nos respectivos países e ao Programa de Bolsas de Estudos da OEA e seus bolsistas. Tais atividades incluíram a publicação de anúncios de bolsas de estudos, a orientação dos candidatos em matéria de tramitação do processo, o recebimento e envio de pedidos de bolsas de estudos, a informação sobre a adjudicação de bolsas e o acompanhamento do progresso dos bolsistas.

Os Escritórios da OEA promoveram a cooperação técnica entre a OEA e seus Estados membros, em colaboração com a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). Diversos Escritórios prestaram assistência na preparação de projetos apresentados à AICD e mantiveram contatos periódicos com os representantes residentes dos governos doadores e das organizações regionais e multilaterais, com vistas a facilitar a implementação de projetos atuais e futuros.

Nesse sentido, os Escritórios desempenharam tarefas administrativas que incluíram, por exemplo, a assistência à Secretaria de Reuniões e Conferências e a preparação da Assembléia Geral pelo Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Costa Rica, bem como entendimentos para a realização de conferências e seminários da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da AICD e de unidades da Secretaria-Geral, atividades de representação da Secretaria-Geral em seminários, conferências e simpósios e representação institucional da OEA.

Apoio à cooperação

Os Escritórios da OEA desembolsaram, em nome de diferentes áreas da Secretaria-Geral, um montante substancial de recursos para projetos nos Estados Membros, e em alguns casos supervisaram a implementação dos projetos. Os Escritórios também facilitaram o apoio à Área de Livre Comércio das Américas em termos de seminários, reuniões técnicas e sessões de treinamento.

Especificamente, receberam apoio dos Escritórios os seguintes órgãos: AICD, Escritório de Ciência e Tecnologia (OCyT), CICAD, CIM, Comissão Interamericana de Telecomunicações

(CITEL), Unidade de Comércio, Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE), Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA), Unidade Intersetorial de Turismo, Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Instituto Interamericano da Criança (IIN) e Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (CIDI).

Realizaram-se as seguintes atividades:

- a) Combate às drogas – Facilitar esforços da CICAD na preparação e/ou modernização dos planos nacionais antidrogas.
- b) Promoção dos direitos da mulher – Colaborar com a CIM na defesa de um tratamento igualitário da mulher nos setores público e privado.
- c) Fortalecimento da democracia – Colaborar com a UPD para o aumento da participação cidadã no processo político, por meio de missões de observação eleitoral, processos de paz e fortalecimento das instituições democráticas.
- d) Fomento do livre comércio – Apoiar a Unidade de Comércio na participação dos Estados membros nas negociações da ALCA e na cooperação técnica conexa.
- e) Proteção do meio ambiente – Apoiar as atividades da UDSMA no estímulo ao desenvolvimento sustentável, com ênfase na preservação ambiental.
- f) Defesa dos direitos humanos – Facilitar as atividades de apoio da CIDH aos cidadãos vítimas de violações de direitos humanos.
- g) Desenvolvimento do turismo – Trabalhar com a Unidade Intersetorial de Turismo no melhoramento da infra-estrutura turística local e no fomento do potencial local, particularmente o Projeto de Turismo Sustentável na região do Caribe.
- h) Incentivo à educação – Apoiar diferentes áreas da Secretaria-Geral a fim de melhorar as condições de educação na região.

Intercâmbio de informação

Em colaboração com o Departamento de Informação Pública e o Escritório de Relações Externas, os Escritórios da OEA serviram de agentes para o intercâmbio de informação entre os Estados membros. Os Escritórios da OEA obtiveram e divulgaram informação junto aos organismos governamentais pertinentes (locais, regionais e internacionais), ONGs e agências de notícias. Também convocaram reuniões e seminários em seus respectivos países a fim de dar publicidade aos diversos programas de assistência técnica da OEA em execução nos países. Os Escritórios também procederam ao acompanhamento da evolução política e econômica nos respectivos Estados membros e informaram as áreas pertinentes da Sede.

O intercâmbio de informação realizou-se no nível oficial e oficioso. Muitos Escritórios da OEA trabalharam com os serviços de informação dos governos locais na preparação de comunicados de imprensa, divulgados por meio da imprensa escrita e eletrônica local. Em matéria de informação, os Escritórios desenvolveram as seguintes atividades:

- Reuniões periódicas com os Escritórios nacionais de ligação com a OEA (ONEs), para examinar projetos de desenvolvimento atuais e futuros.

- Distribuição de formulários de pedido de bolsas de estudos da OEA e de informação sobre os programas de bolsas de pré-graduação, pós-graduação e desenvolvimento profissional.
- Distribuição do material produzido pelo Departamento de Informação Pública e da Revista *Américas* entre o público local, o governo, o setor privado e as ONGs.
- Publicidade das viagens do pessoal da OEA em visita.

Cooperação com outros doadores

A maioria dos Escritórios da OEA manteve um diálogo permanente com os escritórios locais dos doadores internacionais e com outras organizações multilaterais, visando a fortalecer a coordenação entre a comunidade local de doadores. Os Escritórios da OEA participaram de reuniões mensais ou trimestrais da comunidade local de doadores ou quando sua assistência foi solicitada para fins de informação de missões de doadores e de funcionários de outros governos visitantes. O maior nível de coordenação de doadores ocorreu entre organismos do Sistema Interamericano e nas áreas em que os programas de cooperação revestiam importância substancial para alguns dos Estados membros da Organização.

Mandatos das Cúpulas das Américas

O Escritório de Seguimento das Cúpulas reconheceu a necessidade de maior orientação das áreas pertinentes da Secretaria, para dar maior efetividade ao uso dos Escritórios da OEA na implementação dos mandatos das Cúpulas das Américas. Em consequência, o Escritório de Seguimento das Cúpulas e o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto prepararam atividades específicas para tornar mais eficiente o uso dos Escritórios da OEA na implementação desses mandatos.

SECRETARIA DE CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

Esta Secretaria foi estabelecida mediante a Ordem Executiva N° 97-2, em cumprimento às resoluções AG/RES. 954 (XVIII-O/88) e AG/RES. 1381 (XXVI-O/96), a fim de unificar e melhorar os serviços de conferências da Secretaria-Geral. É constituída por sua Direção e três divisões: Serviços de Conferências, Serviços de Idiomas e Documentos e Informação.

No período abrangido por este Relatório, continuou o processo de modernização iniciado em 1997 e ampliaram-se os horizontes da Secretaria de Conferências e Reuniões, tal como ilustrado a seguir.

Gestão de conferências e reuniões

A Secretaria trabalhou com a área da Administração na elaboração de procedimentos para serviços gerenciais e gestão de reuniões, execução orçamentária, melhoramento de instalações e equipamento e migração para o sistema OASES 11i. Na área de desenvolvimento e operações de sistemas, trabalhou com o Departamento de Sistemas para consolidar uma plataforma automatizada de serviços integrados, para cujo fim preparou uma versão mais avançada, simples e intuitiva do Sistema de Administração de Documentos (IDMS). Além disso, desenvolveram-se novas versões dos sistemas automatizados de calendário de eventos e reuniões e de reserva de salas, que permitem acesso remoto pela Internet. Efetuou-se a integração funcional dos três sistemas, o que habilita os representantes dos Estados membros, ao consultarem o calendário de reuniões, a obter os documentos correspondentes via Internet. Está em fase de desenvolvimento um banco de dados, a ser integrado aos sistemas existentes como mecanismo de seguimento administrativo dos serviços e gastos.

Serviços de conferências

Em matéria de conferências, a Secretaria prestou apoio logístico à organização de aproximadamente 500 reuniões. Na sede, realizaram-se 274 reuniões dos corpos políticos e técnicos, do Conselho Permanente e seus órgãos subsidiários, do CIDI e seus órgãos subsidiários e dos demais órgãos e organismos especializados, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e o Instituto Interamericano da Criança (IIN). Nos Estados membros, realizaram-se 233 reuniões, entre as quais O Período Ordinário e o Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Sexta Reunião Ordinária do CIDI, a Trigésima Reunião da CICAD, a Segunda Reunião dos Ministros da Educação, a Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, reuniões técnicas da CIDH, da CITEL e da CICAD, ademais de outras, o que significou a mobilização de recursos humanos e tecnológicos da sede da OEA para os países anfitriões das reuniões. Neste período, a Secretaria atualizou um calendário semestral de reuniões da Organização como instrumento para a racionalização do uso dos recursos necessários para os serviços de conferências.

Serviços de idiomas

A Secretaria ampliou a política de renovação de equipamento e de programas, como é o caso do TRADOS, que foi atualizado e melhorado a fim de aperfeiçoar e agilizar o processo de apoio à

tradução mediante o reconhecimento integrado de termos. Também foi iniciado o glossário automatizado da OEA, nos quatro idiomas oficiais, cujo conteúdo é atualizado continuamente. Com vistas a facilitar o acesso dos tradutores externos aos recursos da Divisão de Serviços de Idiomas, estabeleceu-se na Internet um portal de acesso da Secretaria de Conferências e Reuniões. O portal dá acesso a uma biblioteca eletrônica com materiais de referência, que pode ser consultada pelos tradutores externos a partir de qualquer parte do mundo. Também foi substancialmente ampliada a lista de tradutores e intérpretes externos, agrupando-se os profissionais segundo os seus campos de especialização. A ampliação inclui um incremento no número de tradutores e intérpretes residentes nos Estados membros, o que gera consideráveis poupanças no caso de reuniões que se realizam fora da sede.

Documentos e informação

A Secretaria renovou equipamentos obsoletos de reprodução de documentos, a fim de manter os padrões de alta velocidade e eficiência requeridos pela Organização. Neste período, produziram-se 5.700 trabalhos, no total geral de 5.500.000 páginas impressas, o que implica poupanças para a Organização. Também apoiou as áreas da Secretaria-Geral, das Missões Permanentes e dos Observadores que solicitaram serviços de publicação de documentos, material informativo, convites, catálogos e identificações.

A Secretaria iniciou um serviço eletrônico de distribuição a todas as Missões Permanentes e dos Observadores e aos escritórios da Secretaria-Geral fora da sede. Também expandiu o arquivo de informação e gestão de documentos por meio do sistema IDMS, programa que permite um controle preciso dos documentos desde a sua preparação inicial até o seu armazenamento final. Ao término deste período, haviam sido classificados e armazenados 29.179 documentos, equivalentes a um total de 85.000 documentos em suas versões em dois ou mais dos quatro idiomas oficiais da Organização.

MUSEU DE ARTE DAS AMÉRICAS

O Museu de Arte das Américas foi criado em 1976, mediante resolução do Conselho Permanente da OEA para incentivar o interesse pela arte das Américas, estimular o seu estudo, intensificar os intercâmbios interamericanos e promover a produção artística no Hemisfério.

O Museu de Arte das Américas, com suas exposições, coleções, programas educativos e serviços de referência, promove e documenta arte do Hemisfério. Mencionam-se a seguir algumas das atividades mais representativas realizadas pelo Museu neste período.

Exposições

Foram organizadas oito exposições. No Museu, apresentaram-se as seguintes: *Récords Permanentes y Personales: 17 Fotografos de América del Sur*; *De lo Clásico a lo Moderno: Re-Descubriendo la Figura Humana en la Colección Permanente*; *Imaginación Artística en la Cerámica: Ceramistas Contemporáneos de los Estados Unidos*; e *Tradiciones en Blanco y Negro*, de Jeannie Thib, do Canadá.

Na Galeria, apresentaram-se as seguintes: *Pinturas* de Marcelo Legrand, do Uruguai; *Esteroretratos* de Bernardo Krasniansky, do Paraguai; *Cabinas de Curiosidades: Dibujos y Grabados* de José Antonio Suárez, da Colômbia; e *Rumbos Eclécticos* de Elvis López, de Aruba. Várias exposições captaram a atenção da imprensa local. A exposição do acervo permanente foi comentada no *Washington Post Weekend* (8/24/01) e no *Washington Journal* (26/8/01); a de fotografias, no *Washington Post* (8/6/01); a de Bernardo Krasniansky, no *Washington Post Weekend* (31/8/01) e *Tiempos del Mundo* (9/8/01); e a de cerâmica no *American Craft Magazine* (2/02). A exposição de cerâmica foi co-auspiciada pela *National Tile Heritage Foundation*, dos Estados Unidos. Representantes da Instituição Smithsonian e da Galeria de Arte Corcoran participaram do júri de seleção de artistas.

Acervo permanente

Neste período, o acervo permanente foi enriquecido com 21 obras adicionais, adquiridas mediante doações. Entre estas, cabe destacar a doação do Senhor Ralph Dimmick, ex-funcionário da Organização, que doou vários desenhos e gravuras de José Luis Cuevas, do México, e de Raquel Forner, da Argentina. O Museu também recebeu obras dos seguintes artistas que participaram do programa de exposições temporárias do Museu: Marcelo Legrand, do Uruguai; Rimer Cardillo do Uruguai; Carolina Mayorga, da Colômbia; e Maricruz Arribas, do Peru. A escultura de grande formato de John Castles, da Colômbia, doada no ano 2000, foi instalada no jardim da sede. Efetuaram-se empréstimos de obras de arte do acervo permanente para exposições organizadas pelo Museu Nacional da Colômbia e pelo Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Museu emprestou 50 obras da coleção a vários escritórios da sede e continuou a documentar seu acervo permanente por meio de *Collection*, um banco de dados especializado para acervos de museus.

Conservação e preservação

Em colaboração com o Departamento de Recursos Materiais, o Museu finalizou a reconstrução do depósito do acervo permanente, com a impermeabilização de paredes, a estabilização do teto, a remoção de asbestos, a substituição de calhas e a construção de uma nova infra-estrutura de alta densidade para o acervo. A implementação deste projeto era uma necessidade crítica do Museu, já que o acervo permanente cresceu de 250 obras em 1976 para mais de 1.500 obras atualmente. O novo depósito tem capacidade para armazenar aproximadamente 500 pinturas, 50 esculturas, ademais de estantes para 1.000 obras sobre papel, e representa uma duplicação do espaço disponível para coleção. O Museu continuou suas atividades de conservação preventiva (16 obras) e tratamentos de conservação a fundo (12 obras) do acervo permanente e prestou serviços de conservação para o tratamento de 20 obras recebidas a título de empréstimos para as exposições temporárias.

Arquivos de arte e material audiovisual

Por meio dos seus arquivos de arte, o Museu prestou serviços de referência a estudantes, pesquisadores e colecionadores interessados na arte da América Latina e do Caribe. Ao mesmo tempo, incorporou ao arquivo 400 catálogos de arte e outros materiais bibliográficos enviados por artistas, galerias e diversas instituições culturais das Américas. Com o seu programa de audiovisuais, o Museu emprestou e vendeu material para uso didático e para fins de reprodução em livros e outras publicações educativas. Neste período, modernizou o programa com a conversão de 45 vídeos do programa no formato *master U-Matic* para o formato *standard VHS*. Isto resultou no aumento das vendas de vídeos a entidades como a Universidade de Illinois e *Facets Multimedia Distributors*. Além disso, transferiu 19 caixas com filmes de 16 mm do programa de audiovisuais para o arquivo da Biblioteca Colombo e produziu 300 novos diapositivos de obras de arte das exposições temporárias, a serem usadas em publicações, na imprensa e no *website* do Museu.

Educação

O Museu produziu dois catálogos, seis folhetos didáticos e dois CD-ROM e ofereceu duas sessões de arte para crianças. Em associação com a *National Tile Heritage Foundation*, realizou um simpósio sobre a arte da cerâmica, do qual participaram historiadores da arte, da arquitetura e da cerâmica. O Museu ofereceu visitas guiadas às seguintes universidades, colégios e associações: *Fairfax Collegiate High School, Prince Georges County Public Schools, Association of Concerned Black Men of the DC Public Schools, Wakefield High School, Rotary International Club, Holton Arms High School, The Severn School, Eleanor Roosevelt High School, Foreign Service Institute, Ocean Lakes High School, Covenant of Life Home School, Spanish Educational Development Center, Grace Brethren High School, Frostburg State University, Easton High School, Flowers High School, Marymount University, National Youth Leadership Conference, DCEETA, United States Census Bureau, International Institute of Education, Association for International Development, Manchester High School, Association of Migrant Farm Workers Children e Gilchrist Tours.*

Museu virtual

Na página em rede do Museu, introduziu-se um museu virtual que oferece ensaios críticos, obras de arte e informação biográfica e bibliográfica de vários mestres da arte do século XX, entre os

quais Joaquin Torres-García, Fernando de Szyszlo, Jesús Soto, Roberto Matta, Pedro Figari, Marisol Escobar e José Luis Cuevas.

Atividades especiais

Na qualidade de membro do consórcio “Vizinhos do Presidente”, o Museu participou da organização e realização do Dia dos Museus (*Beyond the Monuments Day*) para famílias e do seminário didático *Washington Histories* para professores de escolas e colégios secundários dos estados de Maryland e Virginia e do Distrito de Columbia, cuja finalidade é aumentar o conhecimento dos acervos e dos programas educacionais dos museus membros desse consórcio.

Por ocasião das festas natalinas, o Museu organizou uma venda de obras de arte doadas em seu benefício. Mediante o aluguel do Museu a grupos externos, arrecadou um total de US\$6.000 e apresentou um pedido de fundos (*grant application*) no montante de US\$30.000 à *Andy Warhol Foundation for the Visual Arts*, para apoiar o programa de exposições temporárias.

A fim de incrementar o número de membros da Associação dos Amigos do Museu, organizaram-se três eventos especiais com visitas guiadas às coleções de arte das embaixadas do Brasil, Colômbia e Peru, e prestou-se apoio técnico ao Setor de Protocolo para a instalação de cinco exposições das suas “Semanas de Arte”, bem como à Associação de Funcionários para a sua terceira exposição anual de arte. A Diretora do Museu participou, como conferencista, de um ciclo de palestras sobre Fernando Botero realizado no Banco da República da Colômbia, e de uma mesa redonda sobre arte latino-americana no *Moderna Musset*, em Estocolmo, Suécia.

Assistência

Segundo as estimativas, 15.300 pessoas visitaram o Museu, e sua página em rede registrou um total de 64.000 “sessões” e 843.944 “hits” ao longo do período compreendido entre março e novembro de 2001.

BIBLIOTECA COLOMBO

A Biblioteca Colombo foi estabelecida pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. Funciona como moderno centro de informação e documentação que oferece informação essencial às Missões Permanentes, à Secretaria-Geral, à comunidade diplomática e ao público em geral. Atualmente, a Biblioteca é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, de sua organização predecessora, a União Pan-Americana, e do Sistema Interamericano, correspondente aos dois últimos séculos.

Plano trienal da Biblioteca Colombo

A Assembléia Geral da OEA, no seu Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, aprovou a resolução AG/RES. 1839 (XXXI-O/01), “Orçamento-programa da Organização para o ano 2002, cotas e contribuições para o fundo voluntário, 2002”, mediante a qual encarrega o Secretário-Geral de “apresentar à Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários, por meio do Conselho Permanente, até 31 de outubro de 2001, um plano de ação de três anos para o fortalecimento da Biblioteca Colombo, indicando maneiras concretas de obter recursos não-provenientes do Fundo Ordinário”. Em consequência, preparou-se o relatório “Plano de ação trienal para o fortalecimento da situação financeira da Biblioteca Colombo”, distribuído como documento CP/doc.3530/01 e apresentado ao Conselho Permanente em 28 de novembro de 2001.

Automatização

A Biblioteca atualizou sua página na Internet, que contém o Catálogo em Linha de Acesso Público (OPAC), cujo objetivo é oferecer acesso aos pesquisadores a mais de 30.000 publicações catalogadas.

Aquisições

A Biblioteca comprou 450 títulos, reduziu de 130 para 58 a renovação das assinaturas de publicações periódicas e assinou duas novas publicações. Para a Secretaria-Geral, a Biblioteca preparou, processou e aprovou a compra de 75 livros e publicações e processou e agregou ao seu acervo 2.543 exemplares.

A Biblioteca recebeu 2.000 doações em diferentes formatos, procedentes dos escritórios e departamentos da Secretaria-Geral e de doadores externos. Uma significativa doação partiu da Missão Permanente da Venezuela, que ofereceu as publicações da Biblioteca Ayacucho. A Biblioteca selecionou e agregou 1.252 títulos, que foram enviados à Unidade de Catalogação.

Entre as aquisições, cabe mencionar uma coleção especial do Caribe, de aproximadamente 250 livros de literatura e de referência, comprada de uma instituição privada. Também processou os livros, documentos de publicações da coleção do Doutor Zanotti, recebida no ano 2000.

Catálogo

A Biblioteca Colombo catalogou 2.000 livros e expediu números de registro do *International Standard Book Number* (ISBN) e da Publicação na Fonte (CIP) para as publicações e documentos da OEA, o que assegura a disponibilidade imediata das novas publicações e documentos da OEA no catálogo em linha. A Biblioteca também continua a publicação e atualização, na sua página em rede, de *Selective List of Books Accessioned and New Periodicals*.

Serviços de referência

A demanda de serviços de referência foi superior a 25.000 consultas, e para atender 3.692 pedidos de fotografias, utilizaram-se 37.830 fotos. Em apoio a atividades de pesquisa, a Unidade de Controle de Documentos atendeu 1.512 pedidos, e a Unidade de Administração de Arquivos, 750 pedidos. Na Unidade de Referências, a circulação foi de 11.697 livros e 2.003 publicações; a Unidade solicitou empréstimos de 1.974 artigos e, por sua vez, emprestou 1.833 artigos a outras bibliotecas. O número de pedidos de informação por correio eletrônico aumentou de 428 em 1998, 572 em 1999 e 1.135 em 2000, para 1.470 em 2001.

Também aumentou a capacidade de serviços de referência com a aquisição de bancos de dados adicionais. A Biblioteca é assinante do banco *First Search* e tem acesso a 70 bancos de dados, que abrangem uma ampla gama de temas, a milhares de bibliotecas em todo o mundo e a 5,9 milhões de artigos de 9.000 publicações periódicas, entre as quais publicações periódicas eletrônicas.

A Biblioteca dispõe da versão de busca em rede *Hispanic American Periodicals Index*, que oferece informação sobre a América Latina e o Caribe, a região da fronteira entre o México e os Estados Unidos e a população hispânica dos Estados Unidos. A Biblioteca continua a ter acesso a *WorldCat*, ao banco de dados da Série de Tratados das Nações Unidas e a *Lexis-Nexis*.

Administração de documentos

A Biblioteca processou um total de 35.140 documentos e publicou um volume da *Síntesis de las decisiones adoptadas en las sesiones y textos de las resoluciones aprobadas del Consejo Permanente*, correspondente a 1999; publicou em espanhol e inglês a *Lista de resoluciones y declaraciones aprobadas por la Asamblea General en los períodos ordinarios y extraordinarios de sesiones correspondiente al período 1970-1999*; preparou um guia para busca de dados nos Tratados e Convenções Interamericanas, nos quatro idiomas oficiais, e o *Índice Analítico de resoluciones y decisiones sobre el tema Democracia*, e completou o *Índice de los Documentos de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 1960-2001 y de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, 1980-2001*. A Unidade deu início à preparação de um catálogo de documentos e publicações interamericanas a partir de 1989.

Documentos e publicações da OEA

No período abrangido por este Relatório, a Biblioteca enfrentou problemas causados pelo fechamento da livraria da OEA. A Biblioteca recebeu 985 pedidos e apresentou um plano de trabalho que propõe um novo sistema para a gestão dos documentos e publicações da OEA. Também preparou

uma lista de universidades e de bibliotecas especializadas e lançou uma campanha de promoção da oferta de documentos da Organização.

Preservação

A Biblioteca completou o trabalho de microfilmagem dos Arquivos Oficiais da OEA correspondentes a 1998 e preparou, para o mesmo fim, os documentos e publicações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos correspondentes ao período 1995-2001.

Serviço de administração de arquivos e registros

A Biblioteca realizou três sessões de treinamento sobre a forma mais eficiente de administração de arquivos, inclusive os de formato eletrônico. Uma destas sessões, cuja realização coincidiu com o Mês Nacional de Administração de Arquivos e Informação, incluiu a instrução sobre o uso do *Manual de Administración de Archivos*, recentemente publicado.

A Biblioteca depositou mediante contrato externo um total de 3.470 caixas de arquivos e, nesse mesmo lugar, foram eliminadas 1.000 caixas de arquivos obsoletos. O Centro de Administração de Arquivos recebeu, em depósito, 600 caixas de arquivos semi-ativos e enviou, para fins de transferência de arquivos, 708 caixas vazias para os escritórios da Secretaria; processou 50 caixas de arquivos de valor permanente e inclui nos Arquivos uma coleção de filmes do Museu da América Latina.

Exposições

A Biblioteca Colombo realizou as exposições *U.S. Presidents and the OAS* e *Pan American Union Day Celebrations*, que apresentaram os originais de declarações, publicações, programas, fotografias em branco-e-preto e *posters* dos seus arquivos, bem como uma exposição das publicações da Biblioteca Ayacucho.

Guias e bibliografias

A Biblioteca produziu a Série Bibliográfica Hipólito Unanue, N° 12, *Guyana: A Bibliography of Books in the Columbus Memorial Library*. No mesmo período, o pessoal da Biblioteca, assim como, membros do programa de estágio da OEA prepararam outros guias e bibliografias. Em razão dos recentes ataques terroristas e do seu impacto nos Estados membros, a Biblioteca preparou o *Guía de recursos de información sobre terrorismo y su impacto económico y social*.

Doações e ofertas

A Biblioteca recebeu uma significativa doação de computadores da Missão de Observação Permanente da Coreia junto à OEA e, da Instituição Smithsonianiana, uma doação de estantes de face dupla, mesas de estudo ou pesquisa, estantes de metal e separadores metálicos de livros, no montante aproximado de US\$30.000.

Internos e voluntários

A Biblioteca Colombo beneficiou-se com a contribuição de estagiários e voluntários designados para projetos específicos, que assim supriram a carência de pessoal próprio. Para o Projeto de Catalogação de Mapas, um voluntário criou um banco de dados que permite incluir informação sobre a coleção de mapas históricos de que a Biblioteca é depositária.

COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O artigo 112, h, da Carta atribui à Secretaria-Geral a função de “estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais”.

Em cumprimento aos mandatos emanados da Assembléia Geral no seu Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões realizado em São José, Costa Rica, bem como de resoluções de períodos anteriores de sessões da Assembléia Geral, teve prosseguimento a coordenação com organizações e organismos internacionais e regionais. O nível de cooperação mais significativo foi estabelecido com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Secretaria da CARICOM.

Nos casos da ONU e da CARICOM, uma das atividades de cooperação mais importantes girou em torno da solução das dificuldades políticas do Haiti. A Organização manteve intercâmbios de informação com a Secretaria das Nações Unidas, e o Diretor para as Américas do Departamento de Assuntos Políticos. Também realizou atividades de cooperação setorial com distintas dependências e escritórios da Secretaria-Geral e com departamentos das Nações Unidas. Estas atividades deram margem a projetos em várias esferas relacionadas com as Nações Unidas, entre os quais várias iniciativas sobre meio ambiente, que contam com o apoio da Unidade de Desenvolvimento Sustentável, e nas áreas da remoção de minas, boa governação e democracia, com o apoio da UPD.

Em maio de 2001, a Secretaria da CARICOM uniu seus esforços aos da OEA na preparação de uma missão conjunta ao Haiti, sob a chefia conjunta do Secretário-Geral e da ex-Primeira-Ministra da Dominica, Senhora Eugenia Charles. Em missões subseqüentes de seguimento, realizadas em junho e julho, a Secretaria da CARICOM, por intermédio do Subsecretário-Geral de Relações Exteriores e Comunitárias, respaldou o empenho da OEA no sentido de facilitar as negociações entre os partidos políticos e a sociedade civil e outras entidades do Haiti. O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto também estiveram presentes na Reunião Anual de Chefes de Estado e de Governo da CARICOM, realizada em Nassau, Bahamas, de 3 a 6 de julho. A reunião serviu de oportunidade para o diálogo com Chefes de Estado e de Governo sobre assuntos e acontecimentos hemisféricos, entre os quais a situação do Haiti. A Secretaria da CARICOM continua vinculada a essa questão.

As Secretarias da OEA e da CARICOM trabalharam em conjunto na implementação de projetos de cooperação técnica, entre os quais projeto Caribe: adaptação à mudança climática (GPACC) e o Programa de Apoio à Governação nas Democracias Parlamentares. As duas Secretarias prestaram assistência recíproca nas missões de observação eleitoral na Guiana e em São Vicente e Granadinas, ambas realizadas em março de 2001. Em decorrência dessas missões e como parte do programa de apoio à governação, as Secretarias da OEA e da CARICOM cooperaram na convocação, em janeiro de 2002, de uma conferência sobre reforma constitucional nos Estados membros da CARICOM. A OEA apoiou e participou da Cúpula Especial sobre Turismo da CARICOM, realizada em dezembro de 2001.

A Organização dos Estados Americanos continuou empenhada em programas e projetos de cooperação com outras organizações regionais com as quais estabeleceu acordos formais, a saber: o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Associação de Estados do Caribe (ACS) e a Secretaria do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). Com a ACS, prestou e recebeu apoio e assistência nas reuniões anuais das respectivas organizações e formulou iniciativas em áreas comuns de cooperação. A Secretaria manteve consultas com funcionários da ACS por ocasião da Reunião Anual da Assembléia Geral da OEA realizada na Costa Rica, e um alto funcionário da Secretaria participou da Terceira Cúpula da ACS, na Venezuela. Além disso, fortaleceu a cooperação com o Sistema Interamericano por meio da Comissão Interamericana para a Redução de Desastres Naturais, com a ativa participação da OPAS, do BID, do IICA e da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento, que atuaram em conjunto com a Secretaria-Geral da OEA em resposta a desastres naturais e na adoção de medidas sobre assuntos ligados à redução de riscos.

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA AGÊNCIA INTERAMERICANA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), segundo estabelece o artigo 98 da Carta da Organização, é a instância responsável perante o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) pelos programas, projetos e atividades de cooperação. A Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), órgão subsidiário do CIDI, determina, em suas reuniões ordinárias, extraordinárias e setoriais de nível ministerial ou equivalentes nas áreas de sua competência, as políticas e orientações da AICD. Foi estabelecida em junho de 1999 pela Assembléa Geral e iniciou suas atividades em janeiro de 2000. A finalidade da Agência é promover, coordenar, gerir e facilitar o planejamento e a execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária na OEA e, em particular, no contexto do Plano Estratégico de Cooperação Solidária.

Ao longo de 2001, seu segundo ano de operações, a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) continuou seu processo de consolidação para assim poder cumprir seu mandato básico de aumentar a qualidade e a quantidade da cooperação técnica no Hemisfério.

Em matéria de políticas, as atividades mais importantes incluíram a aprovação, pelo CIDI, do novo Plano Estratégico de Cooperação Solidária; o apoio da SEDI aos órgãos políticos e à organização de reuniões ministeriais nas áreas da educação e trabalho; e a promoção do papel da AICD nos temas de desenvolvimento na OEA, em função do aumento dos mandatos atribuídos à Organização na Terceira Cúpula das Américas, realizada em abril de 2001. Além disso, após os atos de terrorismo perpetrados em 11 de setembro nos Estados Unidos, o reconhecimento da necessidade de enfrentar as ameaças do terrorismo ocupou espaço prioritário especial na agenda de desenvolvimento social e econômico, com ênfase em programas de redução da pobreza. A respeito, o tema do diálogo da reunião ordinária do CIDI girou em torno dos mecanismos de cooperação para fazer face ao impacto desses atos. E, um dia antes da realização dessa reunião do CIDI, a AICD, com o objetivo de contribuir para o diálogo, realizou, em conjunto com o BID, um seminário sobre o impacto desses atos sobre a agenda do desenvolvimento.

Em termos de programas, a AICD fez grande progresso na definição de novos projetos de desenvolvimento humano ao diversificar as atividades de bolsas de estudo e treinamento existentes, criando um Portal Educacional e realizando acordos para oferecer cursos de treinamento à distância. Procuraram-se instrumentos para projetos mais eficazes com base no conceito de transferência, entre países, de experiências de práticas ótimas em várias áreas prioritárias do desenvolvimento, com simultâneo reforço do sistema multilateral de financiamento de projetos existente no âmbito do FEMCIDI, iniciando-se também o seu processo de reforma.

No que se refere ao governo da Agência, a Junta Diretora da AICD que se reuniu em três oportunidades durante o ano e atendeu a grande número de consultas por via eletrônica, está desempenhando um papel de crescente importância ao orientar o rumo operacional da Agência e promover a criação de alianças estratégicas fortes com outros sócios do desenvolvimento, sobretudo as Agências Nacionais de Cooperação, outras instituições interamericanas de desenvolvimento, os bancos sub-regionais de desenvolvimento, as empresas privadas e o setor não-governamental. No

mesmo período, a Junta efetuou o primeiro rodízio de seus membros (quatro dos nove países) e procedeu à eleição de uma nova diretoria.

A AICD reorganizou-se internamente em dois departamentos programáticos – programas para o desenvolvimento e programas de tecnologia da informação para o desenvolvimento humano – e em dois novos departamentos funcionais, que foram incumbidos de importantes mandatos – coordenação de políticas e operações e finanças. Ademais, mediante Ordem Executiva, a responsabilidade da secretaria técnica da Comissão Interamericana de Portos foi transferida para a AICD.

Atividades da Junta Diretora da AICD em 2001

A Junta Diretora reuniu-se em quatro ocasiões no período abrangido por este relatório. A primeira reunião, realizada em Saint Kitts e Nevis, abordou temas relacionados com o Estatuto do FEMCIDI, o Regulamento da Junta Diretora, o Plano Estratégico de Cooperação Solidária e os aspectos financeiros e de política de pessoal. Examinaram-se também atividades da OEA na região do Caribe e possibilidades de maior cooperação. A reunião seguinte, realizada em Washington, D.C., possibilitou um diálogo sobre o processo de programação e o destino dos recursos do FEMCIDI. Além disso, o Presidente cessante apresentou um relatório sobre a sua gestão.

Na terceira reunião, realizada em Manágua, elegeu-se o Representante da Nicarágua como novo Presidente da Junta e a Representante de Belize como Vice-Presidente. Consideraram-se diversos relatórios e ouviram-se apresentações sobre o projeto de Plano Estratégico, a programação das atividades de cooperação, o Programa de Bolsas de Estudo e o Portal Educacional das Américas. Também realizaram-se apresentações sobre aspectos de natureza financeira. A última reunião da Junta aprovou a proposta de programação dos recursos para os projetos de cooperação solidária e recebeu o relatório das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). A Junta Diretora também deu atendimento a diversas consultas relacionadas com a programação de recursos por via eletrônica.

Programas da AICD

Programas no âmbito do FEMCIDI

Como resultado de uma proposta da AICD, o ciclo de programação 2001 incluiu uma reforma transitória do atual regime do FEMCIDI, a fim de separar a programação entre uma etapa de apresentação inicial de perfis de projetos e, a seguir, uma etapa de apresentação definitiva. Autorizou-se também a proposição e a alocação de recursos para projetos multianuais. Embora implementada experimentalmente, a experiência foi positiva. As mudanças facilitaram a avaliação preliminar das propostas feitas pela Secretaria Executiva, permitindo a participação dos membros das CENPES na programação e dando ao pessoal da Secretaria Executiva a oportunidade de assessorar a preparação definitiva das propostas.

A Proposta de Programação 2001 incluiu 103 projetos, e o montante solicitado elevou-se a US\$12,6 milhões. As CENPES analisaram e avaliaram 103 projetos, apresentados por 33 Estados membros. Destes, 89 projetos, no montante total de US\$7,15 milhões, receberam recomendação favorável. A contribuição líquida de recursos disponíveis foi de US\$6,3 milhões, uma vez

descontadas as contribuições para o Fundo Ordinário e a Conta de Reserva do FEMCIDI; contudo, ao somar-se a Conta de Reserva, os juros auferidos pelo FEMCIDI 2001 e os fundos não-programados, o montante disponível é de US\$7,97 milhões. Dos 89 projetos recomendados, 48 são regionais e 41 nacionais.

O quadro seguinte indica o número de projetos e os montantes correspondentes por conta setorial:

Conta Setorial	Número de Projetos	Montantes (em US\$)
Comércio	5	490.352
Desenvolvimento social	20	1.250.301
Educação	22	1.961.412
Cultura	2	103.000
Ciência e tecnologia	21	1.656.841
Democracia	6	484.524
Turismo	6	485.000
Meio ambiente	7	716.419

Programas de cooperação técnica no âmbito da iniciativa de práticas ótimas

- Iniciativas de transparência na área de governo eletrônico: área de aquisições do setor público

O objetivo da iniciativa é ajudar a melhorar a transparência e eficácia na prestação de serviços públicos e, por outro lado, promover o uso de novas tecnologias para a modernização do Estado. A primeira etapa do programa Governo Eletrônico baseou-se na identificação de vários sistemas de alta qualidade e eficácia, em função dos custos para as aquisições do setor público nos âmbitos nacional, estadual, provincial e municipal.

Com o apoio dos Fundos Específicos dos Estados Unidos, a AICD começou a preparar um programa que promove a participação da pequena empresa nos processos de aquisições de governo eletrônico e nas transações de comércio eletrônico em geral, em cooperação com o CONUPIA, do Chile, o Centro Norte-Sul da Universidade de Miami e o Fundo Multilateral de Investimentos do BID. A Agência também iniciou a identificação sistemática das práticas ótimas de governo eletrônico nos âmbitos subnacionais de governo, incluindo aquisições e licenças, registro da propriedade imobiliária e administração fiscal. Uma das áreas principais de interesse nesses âmbitos guarda estreita relação com os sistemas de aumento da receita e uso mais eficaz dos recursos municipais.

- Academias de governo eletrônico

Na Reunião Anual do BID, realizada em Santiago, Chile, em 19 de março, o Diretor-Geral da AICD, com o apoio da Microsoft e a participação da Secretaria-Geral da OEA, lançou o conceito da iniciativa sobre academias de governo eletrônico perante representantes governamentais de alto nível. Posteriormente, a Agência estabeleceu uma associação com o Centro Norte-Sul da Universidade de Miami e as empresas Microsoft, COMPAQ e KPMG, para aprofundar o estudo e o desenvolvimento dessa iniciativa.

A primeira etapa incluiu a organização de diversas reuniões técnicas regionais ou sub-regionais de alto nível, com o financiamento dos citados sócios do setor privado, com a finalidade de oferecer às instituições algumas práticas ótimas e oferecer uma oportunidade para a definição de estratégias de governo eletrônico em seus países. A primeira dessas reuniões realizou-se no Brasil, em outubro de 2001, e as restantes estão sendo preparadas em consulta com os governos interessados, a começar pelo Chile e o México, e continuando com a Argentina, Costa Rica e Peru.

- Iniciativa de eletrificação rural e telecomunicações

Como resultado do mandato em matéria de conectividade emanado da Terceira Cúpula das Américas, a Agência, concentrando-se nos mais necessitados, está explorando uma grande iniciativa de eletrificação e telecomunicações nas zonas rurais, que se baseará nos resultados satisfatórios do projeto do CIDI em Honduras (aldeias solares) como parte do seu Programa de Práticas Ótimas. A meta é proporcionar eletrificação e sistemas de telecomunicações de baixo custo e sustentáveis, utilizando fontes de energia renovável. Estes sistemas darão acesso a serviços de telefonia, automatização e Internet e serão instalados nos prédios de serviços comunitários (por exemplo, escolas, centros de saúde e igrejas) e em povoações sem acesso a redes elétricas e de telecomunicações.

A etapa de desenho desse projeto já está em andamento e, nesta primeira etapa, estará centrada em cinco países (Guatemala, Honduras, Bolívia, Colômbia e Belize); os dados compilados nesses países serão utilizados como modelo para incentivar a participação de outros Estados membros da OEA na iniciativa.

- Programa de desenvolvimento municipal

O objetivo do programa é proporcionar assistência técnica e treinamento em benefício do desenvolvimento do governo local nos Estados membros. O projeto e as atividades previstas ajudarão as instituições a melhorar suas capacidades gerenciais do ponto de vista do desenvolvimento. Estabeleceu-se uma rede de contatos com as instituições dos setores público e privado que participam do desenvolvimento municipal. Estabeleceram-se associações estratégicas com *Empresas Públicas de Medellín* (EEPPM), com o Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAM) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) para a prestação de serviços municipais de melhores práticas.

O acordo entre a AICD e *Empresas Públicas de Medellín* (EEPPM), assinado por ocasião da mais recente Assembléia Geral da OEA, estabelece o contexto em que estas últimas proporcionarão cooperação técnica e treinamento em matéria de serviços municipais de telecomunicações, energia, abastecimento de água e saneamento e planejamento estratégico. Assinou-se também um acordo com o IBAM para a prestação de assistência técnica e treinamento nas áreas de gerência fiscal, financeira, desenvolvimento de recursos humanos municipais, prestação de serviços, políticas de meio ambiente, desenvolvimento urbano e participação civil. Está sendo negociado um acordo similar com o IPPUC em suas respectivas áreas de conhecimentos técnicos especializados.

- Programa de fortalecimento das instituições trabalhistas

O objetivo do programa é melhorar a capacidade dos Ministérios do Trabalho, em matéria de desenvolvimento e implementação de efetivas políticas de emprego com a estreita colaboração dos agentes interessados: empregado e empregador. O programa também visa a orientar a tensão dos empresários dos Estados membros para a necessidade de adotar princípios de responsabilidade social e suas práticas de negócios, com ênfase particular na saúde e na segurança ocupacional.

No caso da saúde e da segurança no trabalho, mantêm-se conversações com os Ministérios do Trabalho do Chile e do Peru, com vistas à elaboração de um programa de cooperação técnica referente à prestação de serviços na área de melhores práticas, que poderia ser co-financiado pelo Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No caso do fortalecimento dos Ministérios do Trabalho, existe uma iniciativa similar, sendo a entidade prestadora de serviços o DIESSE do Brasil e a contraparte interessada em prestar a cooperação, o Ministério do Trabalho da Argentina.

- Habitação, mitigação de desastres e financiamento no Caribe e em El Salvador

O objetivo desta colaboração será estruturar um pacote financeiro com o apoio de *Overseas Private Investment Corporation*, especialmente para o tema de garantias asseguradas e colocação de bônus no mercado financeiro dos Estados Unidos. Paralelamente, outro objetivo é concentrar vários tipos de assistência técnica no fortalecimento institucional do *Eastern Caribbean Housing and Mortgage Bank* (ECHMB) e de sua capacidade de crescimento, para assim aproveitar as oportunidades oferecidas pela liberalização dos mercados financeiros. O ECHMD também está buscando assistência técnica para ajudar a mitigar os riscos que a constante ameaça de furacões representa para os Estados do Caribe Oriental, especialmente para os seus recursos habitacionais.

A AICD está desenvolvendo um esforço similar em El Salvador. Os dois recentes terremotos exerceram devastador efeito entre a população rural do país. O desastre, somado à situação já crítica da habitação em El Salvador, levou o Governo a considerar o tratamento a ser dado a algumas das causas básicas dessa escassez habitacional. O pessoal da Agência está trabalhando com o Banco Central da Reserva de El Salvador e outras entidades governamentais, a fim de integrar a assistência técnica necessária para a criação do marco jurídico, regulador, legislativo e operacional em que os ativos financeiros originários de El Salvador possam ser segurados e vendidos nos mercados interno e internacional.

Na área da transparência, iniciaram-se os preparativos para uma conferência sobre medidas de combate à corrupção, tendo-se recebido do Governo do México o apoio para que esse evento seja realizado no país, no primeiro semestre de 2002. Deu-se ênfase especial à promoção da liberdade de expressão e acesso a informação, com base na capacitação de profissionais do jornalismo de pesquisa. *Outros programas administrados pela AICD com fundos específicos*

Em 2001, a AICD teve a seu cargo a administração de vários fundos específicos relacionados com iniciativas de cooperação horizontal e o desenvolvimento sócio-econômico a saber:

- Fundos específicos dos Estados Unidos

Nos últimos anos, além de suas contribuições anuais ao FEMCIDI, os Estados Unidos têm apoiado o CIDI e a AICD com fundos de destinação específica. O valor desses fundos variou ao longo do ano entre US\$5,4 e US\$6,1 milhões, dependendo dos gastos incorridos e na medida da adoção de novas decisões para complementar os saldos existentes.

Em geral, esses fundos têm representado a fonte principal da ajuda aos novos programas da Agência no âmbito do Programa de Práticas Ótimas. Uma parcela desses fundos destinou-se ao reforço dos programas de desenvolvimento humano da Agência, em atividades que ainda deverão ser decididas.

- Outros fundos específicos

Fundo de Cooperação Horizontal da Argentina	(US\$2,26 milhões, montante em 1/1/2001)
Fundos Específicos de Coop. Horiz. do México	(US\$1,78 milhões, montante em 1/1/2001)
Programa BID-OEA-Comissão Capacetes Brancos	(US\$1,5 milhão, valor do Acordo)
Projeto de Habitação AICD-SOPTRAVI Honduras	(US\$6 milhões, valor do Acordo)
Projeto Alfabetização AICD-MINEDUC Guatemala	(US\$4,8 milhões, valor do Acordo)
Projeto Regional de Meteorologia AICD-CONACYT	(US\$2,5 milhões, valor do Acordo)
Programa de Privatização AICD-Panamá	(US\$0,280 milhões, montante em 1/1/2001)

A AICD também administra outros fundos específicos ou de cooperação horizontal do Uruguai, Peru, Brasil, Colômbia, Honduras, Israel e Espanha, no valor total aproximado de US\$200.000.

Programas de Desenvolvimento Humano e de Tecnologia da Informação

- Bolsas de estudo de pós-graduação

Neste período, processaram-se e apresentaram-se 680 pedidos ao Programa Regular de Treinamento (PRA), tendo-se outorgado 167 novas bolsas de estudo de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de pesquisa em universidades de toda a região. Em sua maioria, os bolsistas estudam nos Estados Unidos (54%), com proporções consideráveis no Brasil (8%), Canadá (5,5%), Chile (12,9%), Costa Rica (8%) e México (8%). Além das novas bolsas, o grupo de bolsas de estudo também processou 115 extensões de bolsas concedidas inicialmente no ano 2000 e prorrogadas por mais um ano. O custo da outorga de bolsas de estudo e suas extensões em 2001 é de aproximadamente US\$5,4 milhões.

- Bolsas de estudo de pré-graduação

O Programa Especial de Bolsas de Estudo para o Caribe de Língua Inglesa (SPECRAF), outorga bolsas para estudos universitários em áreas de desenvolvimento prioritárias para a região do Caribe, levando em conta os campos que exercem impacto sobre o desenvolvimento integral e

sustentável. Ativaram-se 28 novas bolsas e concederam-se 22 extensões de um ano acadêmico para bolsas outorgadas em 2000. O custo das novas bolsas e de suas extensões é de aproximadamente US\$900.000.

- Cursos breves de treinamento especializado

Os cursos breves de treinamento especializado do Programa de Bolsas de Estudo incluem os oferecidos pelos Estados membros e Observadores e pelas Unidades Técnicas da Secretaria-Geral da OEA, a saber: o Programa de Cooperação Horizontal para Bolsas de Estudo e Treinamento (CHBA), que ofereceu 65 cursos e concedeu 593 bolsas; o Programa Especial de Treinamento (PEC), que ofereceu 18 cursos e concedeu 99 bolsas; e o Programa de Cursos de Especialização de Áreas Técnicas (CEAT). Dos três cursos anunciados durante o ano, a Agência selecionou e concedeu 152 bolsas de estudo.

O Anexo F deste Relatório contém os detalhes de todas as bolsas de estudo concedidas em 2001.

Novos programas educativos e de desenvolvimento humano

O Portal Educacional das Américas

O Portal Educacional é uma ampla rede de recursos que oferece informação sobre as oportunidades de educação e treinamento à distância existentes na região. Proporciona acesso a mais de 4.500 cursos de educação à distância oferecidos em todas as disciplinas acadêmicas por universidades acreditadas, ademais de informação sobre oportunidades de bolsas de estudo, cursos de desenvolvimento profissional de professores, notícias sobre eventos e outras interfaces de interesse. O Portal foi construído mediante uma contribuição financeira do Governo dos Estados Unidos.

O Portal Educacional foi concebido e desenvolvido em consulta e coordenação com a empresa Microsoft e o Instituto Tecnológico de Monterrey, do México. Ademais, estabeleceram-se alianças estratégicas com instituições públicas e privadas como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização de Estados Ibero-Americanos, o *Institute of Connectivity*, do Canadá, a UNED, da Espanha e outras universidades e instituições de educação superior da América Latina e da Espanha, para a obtenção de equipamento, sistemas, conteúdos e outros serviços necessários para a construção do Portal.

A versão beta do Portal Educacional foi lançada em espanhol e inglês na reunião dos Ministros da Educação, realizada em 24 e 25 de setembro de 2001. Já está disponível a versão em português e francês. No período abrangido por este Relatório, o Portal recebeu mais de 11 milhões de *hits*.

Programa de bolsas de estudo de liderança para as Américas “Alberto Lleras”

Este novo programa evoca a memória do Doutor Alberto Lleras, primeiro Secretário-Geral da OEA e homem visionário que promoveu a educação e o intercâmbio entre os cidadãos das Américas. O programa assim se denomina em sua honra. Seu objetivo é estabelecer um consórcio de universidades com uma base ampla para o financiamento conjunto de bolsas de estudo e de pesquisa,

assim multiplicando os recursos de financiamento dos orçamentos das universidades e dos Estados e aumentando os limitados recursos da OEA.

A AICD já assinou 16 acordos e, atualmente, está mantendo negociações com mais de 50 universidades que receberam aprovação preliminar de suas autoridades para acordar o co-financiamento de bolsas. As universidades concordam em compartilhar o custo das matrículas dos bolsistas da OEA, o que reduz consideravelmente os custos para a Organização.

E-Bolsas

E-Bolsas é um novo conceito que habilitará os *e-bolsistas* a participar de programas de educação superior sem sair do próprio país durante o período das respectivas bolsas. O Programa de Bolsas de Estudo oferecerá bolsas por via eletrônica – as *E-Bolsas* – como alternativa eficaz em função dos custos para expandir as oportunidades de educação nas comunidades remotas das Américas.

O Instituto Tecnológico de Monterrey (ITESM) já formalizou a concessão de 340 bolsas para cursos de educação à distância, a serem oferecidos por meio do Portal da Educação das Américas. Um processo semelhante está em curso com a Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), da Espanha, por meio de um acordo de colaboração e cooperação assinado entre a Agência e a UNED para oferecer oportunidades de educação à distância aos estudantes das Américas. Entabularam-se também negociações com outras instituições acadêmicas líderes para assegurar novas ofertas de *e-bolsas*. Atualmente, a Agência está negociando 100 bolsas com o Projeto Zero da Escola de Educação da Universidade de Harvard.

Oportunidades de financiamento interinstitucional e empréstimos de educação

O Programa de Bolsas de Estudo continua sua busca de novas formas de colaboração com organismos que participam da outorga e do financiamento de bolsas de estudo em geral. Isto implica o financiamento conjunto de bolsas com universidades colaboradoras e o desenvolvimento de programas de empréstimos como forma alternativa de assistência aos candidatos que não se qualificam para financiamento a título de doação. Nesse sentido, a Agência formalizou, com o LASPAU, uma instituição da Universidade de Harvard, e o Programa Fulbright um acordo para o financiamento conjunto de 20 bolsas de estudo para cidadãos do Equador na área da conservação e gestão do meio ambiente.

A Agência também assinou um acordo com a Associação Pan-Americana de Instituições de Crédito Educacional (APICE), para o financiamento conjunto ou a garantia mútua de bolsas de estudo. Com este Programa, o Fundo Leo Rowe concederá empréstimos a estudantes para programas de bolsas de pré e pós-graduação. Este acordo oferecerá mais oportunidades aos estudantes que se candidatam a bolsas, mas que não são selecionados devido à limitação do número de bolsas disponíveis, ou que receberam uma bolsa parcial e necessitam de recursos adicionais para cobrir suas necessidades financeiras.

Além disso, o Fundo Rowe, administrado pela AICD, continua a conceder empréstimos para educação, isentos de juros, a 103 estudantes de pré e pós-graduação dos países da América Latina e do Caribe, no montante total de US\$626.300. A Secretaria considerou alguns candidatos, com os

quais chegou a um acordo, já que estes, por não poderem oferecer um garante tradicional, apresentaram instituições como garantes em seus países.

Operações e finanças

Mobilização de recursos alternativos de financiamento

Ao longo do ano, assinaram-se três acordos com instituições financeiras para o financiamento de projetos de cooperação técnica. Dois bancos dos Estados Unidos, o *Bank of America* e o *Riggs National Bank*, além do *Bank of Nova Scotia*, do Canadá, que dispõe de ampla rede de bancos e escritórios na América Latina e no Caribe, encontram-se entre essas instituições. Os acordos somam US\$115 milhões. A AICD também formalizou acordos com a Corporação para o Desenvolvimento das Exportações do Canadá (EDC), a entidade oficial canadense encarregada de promover as exportações do país, e o Instituto de Crédito Oficial (ICO), da Espanha, mediante o qual este financiará a transferência de conhecimentos técnicos especializados.

Sistema de contabilidade/controles financeiros

Em abril de 2001, selecionou-se a firma *EF Kearney* para efetuar um exame do sistema de contabilidade da AICD e recomendar alternativas. Seu relatório, apresentado em junho, foi distribuído aos membros da Junta Diretora. O relatório conclui que a AICD deverá utilizar o sistema *Oracle Financials* e deverá adotar o sistema em janeiro de 2002, ocasião em que o restante da Secretaria-Geral estará adotando o sistema *Oracle Iii*. Além disso, em resposta a certas deficiências operacionais nos controles internos assinaladas pelos Auditores Externos, a Agência preparou as medidas corretivas para saná-las.

O site da Agência na Internet

A Agência lançou o seu *site* na Internet em abril de 2001, em inglês e espanhol. Após uma coordenação com outros departamentos da Agência, os serviços iniciais oferecidos incluem: informação geral sobre a AICD (quem somos, mensagem do Diretor, perguntas e respostas frequentes, etc.), informação sobre os projetos oferecidos por meio da Agência (FEMCIDI, cooperação horizontal, o novo fundo de práticas ótimas, etc.), informação sobre o Programa de Bolsas de Estudo da OEA e empréstimos para educação, uma biblioteca digital em linha, novidades na área do desenvolvimento e cooperação e interfaces com outros *sites* correlatos.

Fundação para as Américas

A Fundação é uma organização não-governamental filiada à AICD, cujo mandato é mobilizar recursos financeiros em associação com o setor privado e outras entidades sem finalidade de lucro. Em 2001, a Fundação expandiu seus programas principais em execução e seus acordos de cooperação em duas áreas: transparência e conectividade.

Na área da conectividade, a Fundação continuou a aplicar o modelo de voluntários da *Net Corps Americas* e mobilizou recursos para a aplicação de tecnologia da informação e comunicação no treinamento de pessoas portadoras de deficiências, meninos de rua e organizações de mulheres que oferecem treinamento em liderança. Na área da transparência, iniciou-se a programação de uma conferência sobre medidas de combate à corrupção no primeiro semestre de 2002. O Governo do

México manifestou seu apoio à realização do evento no país. Nesse campo, tem-se dado ênfase especial à promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação, com base na capacitação de jornalistas pesquisadores.

A fim de fortalecer este importante instrumento para o cumprimento dos mandatos de desenvolvimento hemisférico atribuídos à OEA, a direção da AICD e a Junta de Diretores da Fundação reuniram-se em diversas oportunidades durante o ano.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subsecretaria de Assuntos Jurídicos apóia os órgãos da Organização mediante a preparação de estudos, documentos e pareceres jurídicos, assessoramento jurídico e a prestação de serviços de secretaria técnica. Colabora na preparação de tratados, acordos e outros instrumentos internacionais e cuida dos procedimentos legais relativos à assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação quando a Secretaria-Geral é depositária. Presta serviços técnicos e de secretaria à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo. A Subsecretaria foi reorganizada mediante a Ordem Executiva N° 96-4, de 13 de maio de 1996, que concentrou suas funções em três áreas: o desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, as atividades de cooperação na área do Direito e as atividades de informação e divulgação jurídica. Está integrada pelo Escritório do Subsecretário e pelos Departamentos de Direito Internacional e de Cooperação e Divulgação Jurídica e pela Secretaria do Tribunal Administrativo.

Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos

O Escritório, no cumprimento de suas funções de direção, planejamento e coordenação em matéria de assuntos jurídicos, contribuiu para o desenvolvimento e a codificação do Direito Internacional e para a programação e o desenvolvimento de atividades em matéria de cooperação e divulgação jurídica. Também continuou suas tarefas de apoio ao Tribunal Administrativo (TRIBAD) e de supervisão administrativa da Secretaria do Tribunal.

De acordo com estes objetivos e responsabilidades, participou do Quinquagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), realizado em Ottawa, Canadá, de 12 a 23 de março de 2001, e do Quinquagésimo Nono Período Ordinário de Sessões da CJI, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 2001. Neste período de sessões, prestou assessoramento principalmente ao tema relativo ao projeto da Carta Democrática Interamericana.

Em ambas as oportunidades, o Escritório prestou apoio jurídico aos períodos de sessões que abordaram a elaboração de um relatório sobre o futuro da Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado e a aprovação de um projeto de orientação legislativa sobre fecundação assistida. Por outro lado, o Escritório prestou apoio aos preparativos da Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada em fevereiro de 2002.

Também participou das Jornadas de Direito Internacional realizadas na Cidade do México, de 11 a 14 de dezembro de 2001. Nesse encontro, analisaram-se diversos temas que preocupam o Direito Internacional contemporâneo, com vistas a aperfeiçoar o ensino deste ramo do direito e desenvolver vínculos institucionais entre as diversas faculdades de direito do Continente, a fim de atualizar os programas de estudo desta disciplina e melhorar seu ensino. Na ocasião, os participantes ouviram uma apresentação do Escritório sobre os principais temas da agenda jurídica da OEA e o estado do Direito Internacional em geral.

Em março de 2001, o Escritório reuniu-se em Ottawa com altas autoridades do Ministério da Justiça do Canadá para examinar as possibilidades de cooperação para as atividades jurídicas desenvolvidas pela Organização e atendidas pela Subsecretaria de Assuntos Jurídicos. Posteriormente, o Subsecretário de Assuntos Jurídicos participou, como expositor, da Conferência de Montreal, como integrante do grupo encarregado do tema “Harmonização dos sistemas jurídicos vigentes nas Américas”.

O Escritório se fez presente e prestou assessoramento jurídico ao Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado de 3 a 5 de junho de 2001, em São José, Costa Rica. Também prestou apoio jurídico por ocasião do Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, que teve lugar em Lima, Peru, de 10 a 12 de setembro de 2001, no qual foi adotada a Carta Democrática Interamericana.

Em junho de 2001, o Subsecretário de Assuntos Jurídicos assistiu ao Curso de Direito Internacional organizado pela Universidade do Panamá e pela Secretaria-Geral da OEA, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos. Na ocasião, discorreu sobre a atual agenda político-jurídica da Organização e pronunciou conferências sobre a evolução do Sistema Interamericano e solução pacífica de controvérsias.

O Escritório, como parte da sua função de contribuir para o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional, participou de diversas conferências e reuniões internacionais destinadas a divulgar a atividade da OEA nesses campos ou esteve presente às mesmas para informar-se sobre as atividades de cooperação jurídica internacional.

Nesse sentido, assistiu, como observador, à conferência realizada em Saltsjobaden, Suécia, organizada pelo Consórcio Internacional sobre Cooperação Jurídica (ILAC). A conferência foi auspiciada pela *International Bar Association*, a Agência de Desenvolvimento Internacional da Suécia e o Colégio de Advogados deste país. Estas instituições dedicam-se a promover e avaliar os sistemas de justiça a partir de uma perspectiva internacional com vistas a aperfeiçoar a administração de justiça nos países. Por outro lado, assistiu à reunião *Terceira Cúpula das Américas: Resultados e Implicações*, organizada pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade George Washington e o Escritório de Relações Externas da OEA. Também em abril de 2001, participou da mesa-redonda *Cúpula das Américas de Québec: um relatório atualizado*, patrocinada pelo Centro Norte-Sul e realizada em Washington, D.C.

Em abril de 2001, o Escritório participou da reunião anual da *American Society of International Law*. Este encontro de advogados especializados em Direito Internacional abordou temas tais como o passado e o futuro do Direito Internacional e outros aspectos desta disciplina, entre os quais o aperfeiçoamento dos mecanismos para promover os direitos humanos; a democratização das instituições internacionais; jurisdição universal; conflitos de fronteira entre Estados; e o papel desempenhado pelos assessores jurídicos de organizações internacionais e dos tribunais internacionais.

O Escritório também participou da reunião anual da *American Bar Association* e acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela Seção de Direito e Prática Internacional, que abordaram temas como o sistema financeiro global e a dívida pública externa; acordos regionais de comércio; e combate à corrupção. Além disso, mantiveram-se conversações sobre a possibilidade de estabelecer relações de

cooperação para impulsionar o programa do Escritório sobre a coexistência de diferentes sistemas jurídicos nas Américas.

Ademais, o Escritório participou da reunião organizada pela *American Society for International Law*, intitulada *To War, To Court, To Both* e destinada a discutir diversos problemas jurídicos decorrentes do uso da força contra terroristas e em face a Estados que não participem desses atos, bem como as vantagens e desvantagens de processar terroristas. Em outubro, assistiu à mesa-redonda *The Andean Region: Migration Consequences of Political Instability and Economic Crisis*, organizada pelo Centro Norte-Sul, em Washington, D.C. Em novembro, participou de outra mesa-redonda *Terrorism, Porous Borders, and Homeland Security*, patrocinada por esse mesmo Centro.

Por outro lado, o Escritório do Subsecretário preparou e publicou, em julho de 2001, o documento *La Organización de los Estados Americanos (OEA)*, como capítulo da seção sobre organizações internacionais da série *International Encyclopedia of Laws*, Suplemento 9, Kluwer Law International. E, em outubro do mesmo ano, o Escritório preparou e publicou o artigo *La Tercera Cumbre de las Américas y el trigésimo primer período ordinario de sesiones de la Asamblea General de la OEA: desarrollos actuales de la cláusula democrática adoptada por la Cumbre de Quebec y sobre el proyecto de Carta Democrática Interamericana*, em *American Journal of International Law*.

No cumprimento de suas funções de assessoramento jurídico a temas específicos, o Escritório cumpriu diversas tarefas em distintos níveis no âmbito do Conselho Permanente da Organização. Os serviços técnicos prestados abrangeram, por exemplo, a reforma do Regulamento do Conselho Permanente; a consideração do tema da modernização da OEA e renovação do Sistema Interamericano; a consideração do projeto de Convenção para a Prevenção e Eliminação do Terrorismo e o seguimento da discussão e aprovação do projeto de Carta Democrática Interamericana; preparação e apoio técnico para a realização da Quarta Reunião de Ministros da Justiça das Américas; preparação de quatro volumes relativos a essas reuniões ministeriais; prestação de assessoria jurídica à Vigésima Terceira e Vigésima Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; apoio às Assembléias Modelo realizadas pela Secretaria-Geral; planejamento e orientação do CD-ROM sobre as atividades jurídicas da Secretaria-Geral da OEA e diversos outros assuntos.

Projeto OEA/SAJ-ACDI

Com base no acordo geral assinado entre a Secretaria-Geral da OEA e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos encarregou-se da realização do projeto *Las transacciones comerciales internacionales en las Américas: armonización legal y bijuralismo* (24 de julho de 2001). O objetivo do projeto é avaliar as oportunidades para promover uma maior harmonização e uniformidade jurídica no âmbito das transações comerciais no nível hemisférico, levando em conta as dificuldades decorrentes da existência de diferentes sistemas jurídicos nas Américas. Para tanto, contou com a participação de peritos acadêmicos e do setor privado que desenvolveram temas de harmonização legal em áreas dos setores da energia, financiamento, estabelecimento de sociedades no estrangeiro e trabalhos de harmonização legal na área contratual. Como parte da execução deste projeto, o Escritório do Subsecretário deverá publicar esses estudos e trabalhos com o propósito de informar os Estados membros da OEA sobre a matéria e oferecer maior informação sobre estes diferentes campos e problemas jurídicos das transações jurídicas internacionais.

Assuntos administrativos e orçamentários

De acordo com a Ordem Executiva Nº 96-4, o Escritório do Subsecretário, no exercício de suas funções de administração da Subsecretaria, desempenhou tarefas de planejamento, direção e coordenação de todas as atividades da Subsecretaria mediante a elaboração, o controle e a execução do orçamento destinado para sua área, como também aos projetos que executa. Além disso, cumpriu as atividades administrativas, orçamentárias e de supervisão e apoio à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo.

Entre essas atividades, cumpre mencionar: uma reunião do Tribunal Administrativo; dois períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana; a realização do Curso de Direito Internacional (Rio de Janeiro) e das Jornadas de Direito Internacional (Cidade do México). Além disso, com o objetivo de captar fundos externos, o Escritório inteirou-se junto ao *Foundation Center* a respeito das diferentes fontes e procedimentos para a obtenção desses fundos. O Escritório do Subsecretário também recebeu uma doação da Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá para apoiar um projeto de harmonização jurídica e bijuralismo, mediante estudos que abrangem o exame dos sistemas do direito civil e consuetudinário. O projeto deverá estar concluído em princípios de março de 2002.

Departamento de Direito Internacional

O Departamento de Direito Internacional desempenhou as seguintes funções: assessoramento no campo do Direito Internacional aos órgãos, organismos e entidades da Organização; Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana; elaboração ou coordenação de estudos e pesquisas em matérias de sua competência; difusão do Direito Internacional mediante cursos, jornadas e publicações; e depositário dos tratados interamericanos e dos acordos de cooperação celebrados pela Organização, cujo detalhe aparece no Anexo C deste relatório.

Assessoramento aos órgãos, organismos e entidades da OEA

O Departamento assessorou e prestou assistência jurídica à Assembléia Geral, ao Conselho Permanente e a suas respectivas comissões e grupos de trabalho. Cabe mencionar o assessoramento prestado durante todo o processo de elaboração da Carta Democrática Interamericana, em particular, por meio do documento GT/CDI-1/01, *Cuadro comparativo entre los textos de la Carta Democrática Interamericana – proyecto de resolución rev. 7–, de la Carta de la OEA y de la resolución AG/RES. 1080 (XXIX-O/99), sobre democracia representativa*. O Departamento também continuou a desempenhar funções de assessoria ao Grupo de Trabalho sobre Probidade e Ética Cívica da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos. Para tanto, prestou serviços de assessoria e preparou o material que serviu de base para a elaboração do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção, adotado em 6 de maio de 2001, em Buenos Aires, Argentina.

Para a Comissão de Segurança Hemisférica, o Departamento de Direito Internacional finalizou a edição e publicou os documentos referentes à Vigésima Reunião de Consulta, no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Para o Grupo de Trabalho sobre Democracia Representativa, o Departamento continuou a prestar assessoria solicitada, que abrange as atividades desenvolvidas em relação à participação das organizações da sociedade civil nas atividades da Organização dos Estados Americanos.

O Departamento apoiou os trabalhos dos Grupos de Peritos Encarregados da Preparação dos documentos relativos aos três temas considerados pela Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada em Washington, D.C., de 4 a 8 de fevereiro de 2002. Os temas referem-se a transporte internacional, garantias mobiliárias e responsabilidade internacional por contaminação transfronteiriça. Além disso, o Departamento preparou estudos e antecedentes sobre o desenvolvimento do Direito Internacional Privado nas Américas, como contribuição para os trabalhos da Comissão Jurídica Interamericana e apresentados na CIDIP-VI. Finalmente, o Departamento de Direito Internacional preparou os projetos de Regulamento e calendário dessa conferência, que foram oportunamente considerados pelo Conselho Permanente.

O Departamento de Direito Internacional assessorou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na avaliação do funcionamento do sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos, visando ao seu aperfeiçoamento e fortalecimento, e colaborou com a Presidente dessa Comissão na elaboração do documento que abrange todas as atividades desenvolvidas no período 2000-01 nas áreas de universalização do Sistema Interamericano, bem como as contribuições da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, das organizações não-governamentais e das instituições nacionais dedicadas à promoção de direitos humanos. Este relatório resume os mandatos da Terceira Cúpula das Américas e leva em conta as propostas de diversas delegações a respeito do fortalecimento do Sistema.

O Departamento também apoiou a Presidente da CAJP na elaboração dos relatórios sobre as observações e recomendações aos relatórios anuais da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do relatório que a CAJP submeteu à Comissão sobre a Gestão das Cúpulas, antes da realização da Cúpula das Américas. O Departamento prestou assistência e assessoramento em matéria de promoção e respeito ao direito internacional humanitário, direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e suas famílias, defensores dos direitos humanos nas Américas e apoio aos instrumentos interamericanos de direitos humanos.

O Departamento também prestou serviços de assessoria jurídica ao grupo de trabalho criado pela Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos encarregado de elaborar um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a ser apresentado ao próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral da Organização, tal como disposto pela Vigésima Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Os trabalhos basearam-se nas diferentes propostas formuladas por várias delegações e no anteprojeto que o Departamento preparara em 1995.

O Departamento de Direito Internacional continuou a assessorar e dar sua colaboração ao Grupo de Trabalho Encarregado de Estudar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos do Povos Indígenas, participando da preparação de documentos comparativos, da elaboração de um anteprojeto a ser apresentado pela Presidência do Grupo de Trabalho em janeiro de 2002 e da organização da nova reunião especial do Grupo de Trabalho, marcada para a última semana de fevereiro de 2002, em Washington, D.C. No primeiro semestre de 2001, o Departamento cooperou com o Grupo de Trabalho, cujas atividades culminaram com uma reunião especial realizada de 2 a 6 de abril de 2001, que avançou na consideração do citado projeto de Declaração.

Cumprindo suas funções de assessoramento à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente, o Departamento de Direito Internacional preparou o documento “Elaboração de um projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância (estudo do tema no Sistema Interamericano)”, do qual fora encarregado pela Assembléia Geral. Também compilou as atividades e normas relativas ao tema, tanto no Sistema Interamericano, como em outras instâncias internacionais.

Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana

Na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento de Direito Internacional prestou apoio técnico e administrativo por ocasião dos dois períodos ordinários de sessões da Comissão, realizados em março e agosto de 2000, respectivamente. Para tanto, preparou as agendas anotadas dos dois períodos de sessões, descritivas da evolução de cada tema incluído na agenda da Comissão. Também redigiu documentos que resumem os mandatos confiados pela Assembléia Geral à Comissão; prestou apoio à redação dos respectivos projetos de resolução; colaborou na edição dos relatórios apresentados pelos membros da Comissão; preparou atas resumidas sobre o desenvolvimento das reuniões da Comissão Jurídica; e encarregou-se da preparação do Relatório Anual da Comissão à Assembléia Geral da OEA. No período de recesso da Comissão Jurídica Interamericana o Departamento apoiou os relatores no desenvolvimento de seus respectivos temas; organizou a participação dos membros da Comissão como observadores junto a diferentes foros e deu cumprimento aos mandatos contidos nas resoluções e decisões da Comissão Jurídica Interamericana. Adicionalmente, o Departamento de Direito Internacional apoiou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na elaboração de suas observações e recomendações ao relatório anual dessa Comissão correspondente ao ano 2000.

Quanto à divulgação e ao estudo do Direito Internacional, particularmente do Direito Interamericano, o Departamento, dando cumprimento ao Programa Interamericano de Desenvolvimento do Direito Internacional, organizou o Curso de Direito Internacional e as Jornadas de Direito Internacional, apoiou as Assembléias Modelo e publicou as REMJAs, o Curso de Direito Internacional e as Jornadas de Direito Internacional.

Cursos e Jornadas de Direito Internacional

Em conjunto com a Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento de Direito Internacional organizou, de 30 de julho a 24 de agosto de 2001, o Vigésimo Oitavo Curso de Direito Internacional, do qual participaram 26 professores, 30 bolsistas da OEA selecionados dentre mais de 100 candidatos e seis alunos que custearam sua participação. O Curso, que girou sobre o tema “A pessoa humana no Direito Internacional Contemporâneo”, foi ministrado no Centro Empresarial Rio, do Rio de Janeiro. O Departamento preparou o programa do Curso, estabelecendo contato com os respectivos professores e organizando sua viagem e estada na cidade; selecionando os bolsistas do Curso, prestando-lhes toda a informação necessária para sua participação e o apoio acadêmico e pessoal durante sua estada; e avaliando a participação dos bolsistas para fins de obtenção do respectivo certificado de aprovação.

De 11 a 14 de dezembro de 2001, o Departamento de Direito Internacional organizou as Jornadas de Direito Internacional pelo terceiro ano consecutivo. Para este período, a Secretaria-Geral aceitou o oferecimento de sede da Universidade Nacional Autônoma do México. As Jornadas de

Direito Internacional reuniram destacados professores de universidades das Américas, especialistas em Direito Internacional, tanto Público como Privado, para aprofundar a análise da temática jurídica atual, intercambiar idéias e propostas de ação para melhorar o ensino do Direito Internacional, fortalecer os vínculos entre as instituições acadêmicas do Hemisfério e promover o estudo do Direito Interamericano e sua incorporação sistemática aos programas de Direito Internacional nas faculdades de Direito de diferentes universidades.

O Departamento prestou assessoramento às Assembléias Modelo realizadas neste período: a Vigésima Primeira Assembléia Modelo para Universidades, de 29 de abril a 4 de maio de 2001, em San Martín de Los Andes, Argentina; e a Vigésima Assembléia Modelo para Escolas Secundárias, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2001, em Washington, D.C. Participou do Curso Regional de Direito Internacional, no Panamá, em junho de 2001 e ofereceu uma palestra sobre Sistema Interamericano no curso introdutório para Representantes e Observadores junto à Organização.

Publicações

Em abril de 2001, o Departamento publicou quatro volumes referentes às três Reuniões de Ministros da Justiça ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJAs) até agora realizadas no âmbito da OEA. O Departamento de Direito Internacional encarregou-se da preparação e publicação desses volumes. A obra inclui os documentos principais apresentados pelos Estados membros e demais participantes, bem como o relatório final de cada uma das três reuniões.

Em junho de 2001, o Departamento publicou o volume sobre as Jornadas de Direito Internacional, realizadas em dezembro de 2000, na cidade de Córdoba, Argentina, que contém os trabalhos apresentados pelos professores, os debates, as conclusões e as recomendações da reunião, bem como os documentos de trabalho preparados pelo Departamento de Direito Internacional.

Em agosto de 2001, o Departamento publicou o Volume 19, referente ao Décimo Sétimo Curso de Direito Internacional, que contém as aulas ministradas durante o Curso em agosto de 2000, na cidade do Rio de Janeiro. O Volume abrange 20 trabalhos publicados no seu idioma original, bem como a lista completa de professores e alunos participantes.

O Departamento de Direito Internacional, em conjunto com o Departamento de Serviços Jurídicos, orientou a produção de um CD-ROM sobre as atividades jurídicas da Secretaria-Geral. Utilizou-se a informação contida em cinco áreas da página eletrônica da OEA: o Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos, o Departamento de Direito Internacional, o Tribunal Administrativo, o Departamento de Cooperação Jurídica e o Departamento de Serviços Jurídicos. O CD-ROM foi lançado em meados de dezembro de 2001.

Tratados interamericanos e acordos bilaterais de cooperação

Em conformidade com o artigo 112, f, da Carta da Organização, a Secretaria-Geral é depositária dos tratados e acordos interamericanos e dos respectivos instrumentos de ratificação. Ademais, conforme o artigo 112, h, corresponde à Secretaria-Geral estabelecer relações de cooperação, segundo o decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e outros organismos nacionais e internacionais.

Mediante a Ordem Executiva Nº 96-04, de maio de 1996, referente à reorganização da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, atribui-se ao Departamento de Direito Internacional a função de depositário dos tratados multilaterais interamericanos que a Carta da Organização confere à Secretaria-Geral.

O Departamento de Direito Internacional cumpre a função de depositário dos acordos bilaterais formalizados pelos órgãos da OEA com os Estados americanos ou com outros organismos interamericanos ou entidades nacionais de países membros ou Observadores, bem como dos acordos assinados entre os Estados membros em relação aos quais a Secretaria Geral tenha sido designada como depositária.

Em 2001, no que se refere aos tratados multilaterais interamericanos, velou-se pelo cumprimento das formalidades e dos procedimentos requeridos para a assinatura, o depósito dos instrumentos de ratificação e/ou adesão, a formulação de reservas e outras declarações, a denúncia e outros atos jurídicos, tais como a designação de autoridades centrais no âmbito dos tratados multilaterais interamericanos. Nesse sentido, cumpriram-se os procedimentos de recebimento de pedidos formulados pelos Estados membros, revisão dos documentos apresentados (plenos poderes, instrumentos de ratificação e/ou adesão), coordenação com o Escritório de Protocolo, o Gabinete do Secretário-Geral, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e o Escritório de Informação Pública para as respectivas cerimônias, a preparação das atas e dos discursos, o registro dos atos e sua notificação aos Estados membros e organismos interessados.

Neste contexto, prestou-se assessoria jurídica a representantes dos Estados membros e aos órgãos, organismos e entidades da Organização em matéria de formalidades e procedimentos. Até 30 de novembro de 2001, o Departamento de Direito Internacional participou de 15 processos de assinatura (13 a mais do que em 2000), e de 37 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão (24 a mais do que em 2000), além de um processo de retirada de declaração, um processo de retirada de reserva e cinco processos de designação de autoridade central (quatro a mais do que em 2000). Registraram-se também, três novos instrumentos jurídicos, a saber: a Declaração dos Estados Partes da Convenção Interamericana contra a Corrupção, a Declaração de Lima sobre a Carta Democrática Interamericana e o Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas.

Ademais do preparo de certificações, prestou-se informação atualizada e completa sobre esses tratados (seu texto, o estado atual de assinaturas e ratificações, etc.), a pedido dos Governos dos Estados membros, das Missões Permanentes e Observadoras junto à OEA, de órgãos, organismos e entidades da Organização, de Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros, de outros organismos internacionais governamentais e não-governamentais e de particulares em geral.

Em relação aos acordos bilaterais, até 30 de novembro de 2001 registraram-se no Departamento de Direito Internacional 73 acordos de cooperação em diversas áreas (22 a mais do que em 2000), concluídos neste período ou no ano 2000. Na maioria dos casos, procedeu-se à revisão final dos acordos de cooperação bilaterais antes de sua assinatura.

Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica

No período abrangido por este relatório, o Departamento continuou a desempenhar as funções de assessoria em assuntos relativos à cooperação jurídica e judicial e no desenvolvimento e fortalecimento da cooperação técnica referente à matéria.

Na área da cooperação técnica, continuou-se a trabalhar em estreito contato com um amplo número de instituições, fundações, universidades, institutos de pesquisa, organismos internacionais e instituições governamentais no desenvolvimento de iniciativas conjuntas. Isto permitiu consolidar alianças estratégicas com essas instituições, entre as quais se destacam o Ministério da Justiça da Bolívia, as Controladorias Gerais da República do Equador e do Paraguai, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de El Salvador, a Comissão Nacional para o Melhoramento da Administração da Justiça da Costa Rica, e faculdades de Direito do Hemisfério, tais como a Faculdade da Pontifícia Universidade Javeriana da Colômbia, a Universidade Rafael Landívar, da Guatemala, a Universidade Centro-Americana da Nicarágua e a Universidade Nacional Autônoma de Honduras.

As atividades de cooperação também contaram com o auspício de outras organizações internacionais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Organização das Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Resumem-se a seguir, algumas das atividades representativas desenvolvidas nesta área no período abrangido por este relatório.

Por incumbência dos Chefes de Estado e de Governo, a OEA e o BID uniram esforços para apoiar Estados do Hemisfério no processo de ratificação da Convenção Interamericana contra a Corrupção e, em especial na adequação de suas leis penais às disposições da Convenção.

A fase final deste projeto foi concluída na Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Peru. Em cada país participante, preparou-se um documento básico para as deliberações de uma reunião técnica, da qual participaram autoridades e peritos na matéria. Algumas dessas reuniões contaram com a participação do Secretário-Geral da Organização e do Presidente do BID e com a presença de Presidentes e Vice-Presidentes dos Governos participantes. Levando em conta as recomendações e conclusões desses encontros técnicos, elaboraram-se propostas específicas para adequar a legislação penal à Convenção.

Esta iniciativa contribuiu para dar início ou para consolidar, em cada país participante, os processos tendentes a promover a adequação da legislação penal à Convenção e, em conseqüência, a facilitar sua efetiva aplicação a casos concretos. De fato, em vários desses países, as propostas contribuíram para enriquecer os processos de deliberação sobre reformas da legislação penal que estão sendo consideradas pelos órgãos legislativos ou que estão em processo de elaboração pelos governos. Como parte desse esforço, publicaram-se 11 tomos, um para cada país participante, que resumem essas atividades. Os resultados da iniciativa também valem como contribuição muito importante para o mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção que for adotado pelos Estados Partes.

Em relação a esta Convenção, elaborou-se um projeto tendente a desenvolver instrumentos que permitam avançar no efetivo combate à corrupção nos países da América Central. A respeito,

promoveu-se a adequação das medidas preventivas a que se refere o artigo 3 da Convenção, referente ao desenvolvimento do direito de acesso a informação para a prevenção da corrupção; a participação civil nos assuntos políticos; a proteção de testemunhas de atos de corrupção; a regras de conduta para o correto, o honroso e adequado desempenho de funções públicas; e as normas sobre declaração de renda, passivos e ativos daqueles que desempenham funções públicas.

Em relação ao tema, organizou-se também, em 5 e 6 de dezembro, no Brasil, o Foro sobre Responsabilidade e Transparência no Setor Público. Esta atividade foi organizada em conjunto com a OCDE e contou com a participação da Comissão de Ética Pública e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Administração, da Organização das Nações Unidas, da Escola de Administração Financeira (ESAF) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Brasil. O foro criou um espaço para o diálogo sobre o desenvolvimento e a aplicação de melhores práticas e políticas de prevenção da corrupção, promovidas nos Estados que integram a OCDE e a OEA. Cumpre destacar a expansão e o fortalecimento da Rede Interamericana de Instituições e Peritos em Matéria de Luta contra a Corrupção, que promove um intercâmbio de informação e experiências para cooperar nesta matéria e coordenar ações no Hemisfério.

Na esfera do direito internacional humanitário, o Departamento participou de uma iniciativa regional auspiciada pelo Governo do Canadá, o Ministério das Relações Exteriores e Culto e a Comissão Nacional para o Melhoramento da Administração da Justiça da República da Costa Rica e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Como parte da iniciativa, o Departamento realizou uma conferência de peritos governamentais sobre a aplicação nacional do direito internacional humanitário e das convenções interamericanas correlatas, realizada em São José, Costa Rica, de 6 a 8 de março de 2001. Sua finalidade principal foi a promoção da aplicação dos tratados de Direito Internacional e das convenções interamericanas correlatas, em particular as referentes à proteção e segurança pessoal.

Por outro lado, o Departamento prestou apoio e assessoria técnica a grupos e comissões que operam no âmbito do Conselho Permanente. Participou do Grupo de Trabalho do Conselho Permanente encarregado de organizar a próxima reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Esse apoio incluiu a elaboração de documentos de trabalho sobre delito cibernético, assistência jurídica mútua, extradição e meios alternativos de solução de conflitos e outros mecanismos, bem como a elaboração de propostas de agenda e de ações que possam surgir no contexto destas reuniões.

Prestou-se apoio semelhante à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Para apoiar as atividades desta Comissão, prepararam-se indicadores de entidades nacionais ou de pontos únicos de contato a fim de promover a cooperação e o intercâmbio de informação entre os Estados Partes, bem como uma guia de autoridades centrais para facilitar a assistência jurídica mútua. Elaborou-se também um inventário de medidas já adotadas pelos Estados Partes para aplicar a Convenção, baseado num questionário preparado pela Secretaria-Geral da OEA, e elaborou um documento que identifica as medidas para facilitar o intercâmbio de informação, levando em conta o requisito de confidencialidade que o Estado interessado venha a invocar.

Também prosseguem as tarefas da secretaria técnica *pro tempore* do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Este mecanismo foi adotado pelos respectivos Estados Partes em 4 de junho de 2001, por ocasião da Assembléia Geral da OEA.

Entre as tarefas desenvolvidas, cabe mencionar a preparação de anteprojetos de agenda, de propostas concretas sobre a operação do Mecanismo e do seu Regulamento, bem como sua colaboração para identificar peritos governamentais. Como parte das atividades da primeira reunião de peritos, está sendo organizado um seminário de indução sobre a forma de operação de outros mecanismos semelhantes que atuam tanto no âmbito regional como extra-regional.

Em matéria de publicações jurídicas, ademais dos 12 trabalhos publicados com parte dos projetos de cooperação técnica, continuou-se a dar apoio sustentado à divulgação dos temas jurídicos da OEA mediante a edição de publicações jurídicas. Neste período, foram publicados uma edição de bolso da Carta da OEA nos quatro idiomas oficiais da Organização, os textos da Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, da Convenção Interamericana sobre a Transparência nas Aquisições de Armas e da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assim como um documento comparativo do estado das assinaturas e ratificações das convenções de cooperação judicial adotadas no âmbito da OEA.

Como parte dessas tarefas de divulgação criaram-se e expandiram-se redes de intercâmbio de informação em matéria de cooperação judicial, delito cibernético e tratados interamericanos, tendo-se contado para tanto com a ativa participação dos Governos dos Estados membros.

As atividades de cooperação técnica e as publicações aqui mencionadas são amplamente divulgadas por meio da página eletrônica mantida na Internet, cujo valor se evidencia pelo crescente número de visitas registradas no seu acesso virtual.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Subsecretaria de Administração é responsável pelo planejamento, organização, coordenação e supervisão geral das atividades administrativas relativas a orçamento-programa, administração financeira, administração de pessoal, aquisição de bens e contratação de serviços, processamento de dados, edifícios e propriedades, comunicações, segurança, ativos e administração dos sistemas e procedimentos da Secretaria-Geral. A prestação destes serviços é realizada por intermédio dos Departamentos de Orçamento-Programa, Serviços Financeiros, Recursos Humanos, Recursos Materiais e Sistemas Administrativos e Tecnologia da Informação.

Os detalhes das atividades da Subsecretaria de Administração aparecem nos relatórios dos seus quatro departamentos e do seu Escritório. Mas, em resumo, as duas atividades principais da Subsecretaria incluem a coordenação da renovação total do Edifício de Serviços Gerais e a transição do sistema de tecnologia Oracle 10.7 para o sistema 11i no âmbito da Secretaria-Geral.

A fase preliminar da renovação do que será o novo edifício de Serviços Gerais completou-se em 2001 com a colaboração do Escritório de Gestão de Compras para a contratação de serviços, do Departamento de Serviços Financeiros para seu financiamento e do Departamento de Serviços de Tecnologia e Instalações para o planejamento logístico. O início das obras de renovação física está programado para os primeiros meses de 2002.

No fim de 2001, os departamentos administrativos deram início aos preparativos para assegurar a transição para a nova versão do banco de dados Oracle 11i no começo de 2002. O sistema será implementado em toda a Secretaria e na Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

O Escritório do Subsecretário de Administração continuou empenhado em fazer com que cada Estado membro regularize sua situação financeira mediante o pagamento de sua cota ao Fundo Ordinário. Neste período, pela primeira vez na história recente, financiou-se inteiramente o Subfundo de Reserva e dispôs-se de recursos adicionais.

Departamento de Serviços Financeiros

A situação financeira da OEA aparece nos demonstrativos adjuntos ao final deste relatório como Anexo E. Nos Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário, cujo orçamento é aprovado pela Assembléia Geral, o demonstrativo combinado do ativo, passivo e saldos de fundos mostra a situação financeira da Organização ao final do ano (Quadro 1); os demonstrativos combinados da variação nos saldos de fundos refletem o resultado da atividade financeira durante o ano (Quadro 2); e o demonstrativo de dotações complementares ao final do ano aparece no Quadro 3. Nos fundos específicos, financiados por contribuições unilaterais ou multilaterais para atividades extraorçamentárias, o demonstrativo combinado do ativo, passivo e saldos de fundos ao final do ano aparece no Quadro 4.

O compromisso dos Estados membros de reduzir os saldos em mora do Fundo Ordinário gerou um nível de liquidez financeira que habilitou a Organização, pela primeira vez em sua história, a cumprir suas obrigações orçamentárias, financiar o Subfundo de Reserva e manter uma reserva adicional.

A situação financeira do Fundo Ordinário melhorou de um saldo deficitário de US\$8,7 milhões no fim de 2000 para um superávit de US\$23 milhões no fim de 2001. Este montante compõe-se de um saldo de reserva de US\$11,1 milhões (15% das cotas), US\$3,3 milhões de dotações complementares e US\$8,7 milhões adicionais de fundos não comprometidos.

A análise apresentada a seguir contrasta a autorização orçamentária (dotações) pela Assembléia Geral e pelo Conselho Permanente, o financiamento originário dos Estados membros e os níveis de execução ao longo do ano.

Dotações: no Vigésimo Sétimo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral foi autorizada a executar um orçamento-programa de US\$76 milhões correspondente ao orçamento ordinário, formado por US\$73,7 milhões em cotas dos Estados membros e US\$2,5 milhões em outras receitas. Além disso, os Estados membros aprovaram em anos anteriores aproximadamente US\$3,3 milhões em dotações complementares, que não haviam sido executadas em razão da situação financeira do Fundo Ordinário (Quadro 3).

Financiamento e execução: em 31 de dezembro de 2001, o Fundo Ordinário arrecadara um total de US\$90,3 milhões, dos quais US\$85,4 milhões a título de cotas dos Estados membros e US\$4,9 milhões em outras receitas. A receita superou em US\$14,4 milhões o montante orçado. Ao encerramento do período, a Secretaria-Geral havia executado atividades no total de US\$75,9 milhões, montante que é inferior em US\$0,1 milhão ao orçado. O resultado final mostrou um superávit de US\$14,4 milhões.

Impacto financeiro: no início do período, o Fundo Ordinário registrava um total de US\$43,3 milhões em cotas de anos anteriores a cobrar, montante que, somado às cotas de US\$73,7 milhões autorizadas para o ano 2001, resulta numa carteira total a cobrar de US\$117 milhões. Após o recebimento de US\$85,6 milhões em cotas, dos quais US\$45 milhões em cotas do ano corrente e US\$40,4 milhões em cotas de anos anteriores, a dívida dos Estados membros reduziu-se de US\$43,3 milhões para US\$31,5 milhões. Desta última cifra, US\$28,7 milhões correspondem a dívidas do ano 2001 e US\$2,8 milhões a dívidas de anos anteriores.

Neste período, as contribuições aos fundos específicos totalizaram aproximadamente US\$43,4 milhões.

A Secretaria-Geral tem a satisfação de informar que a solidez financeira do Fundo Ordinário reafirmou-se com o estabelecimento do Subfundo de Reserva de US\$11,1 milhões, equivalentes a 15% das cotas, US\$3,3 milhões em dotações complementares e uma cifra adicional de US\$8,7 milhões para cumprir seus mandatos. Os Estados membros têm a oportunidade de melhorar o funcionamento financeiro do Fundo Ordinário e, assim, de evitar o problema recorrente de redução da execução de programas como resultado do efeito inflacionário sobre o orçamento, encontrar soluções para o contínuo e crescente desafio de mandatos não financiados ou parcialmente financiados e confirmar ou cancelar as dotações complementares não executadas.

Departamento de Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio (MAPSS)

Atividades na área do orçamento

O Departamento prestou serviços de apoio aos chefes de programas na preparação da análise, coordenação e formulação do projeto de orçamento-programa e atuou como secretaria da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) do Conselho Permanente e da Comissão Preparatória da Assembléia Geral. No processo de análise e discussão do projeto de orçamento, produziram-se relatórios de seguimento do processo, que culminaram com o projeto de resolução sobre o orçamento para 2002. Em matéria de execução do orçamento do Fundo Ordinário correspondente ao ano 2000, manteve estritos controles orçamentários em cumprimento à política de austeridade disposta pelo Subsecretário de Administração ao início do ano civil. Os controles visaram a prevenir uma situação de gastos superiores ao nível de arrecadação de cotas que financiam o orçamento aprovado, cujo montante foi de US\$78 milhões. Neste sentido, prepararam-se relatórios bimestrais e trimestrais para manter informada a CAAP, tendo-se encerrado o ano com obrigações de US\$74,3 milhões e gastos de US\$69,8 milhões. O orçamento-programa para 2001, que totaliza US\$76 milhões, foi objeto de controles similares, mas menos rigorosos. O ritmo de arrecadações de cotas melhorou e, segundo indicam cifras preliminares, as obrigações totalizarão US\$74,8 milhões (98%).

O Departamento prestou apoio técnico e administrativo em matéria orçamentária aos Escritórios da OEA nos Estados membros, ao Instituto Interamericano da Criança, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, à Comissão Jurídica Interamericana, à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e à Junta Interamericana de Defesa.

Além disso, registrou outro avanço em relação ao sistema de formulação do orçamento, que carecia de uma revisão para que a aplicação pudesse ser mantida e operada por um usuário sem a intervenção técnica de programadores. O sistema está em condições de validar dados automaticamente e as projeções em tela foram melhoradas e simplificadas em benefício do usuário.

No que se refere aos protótipos de formato para a apresentação do orçamento-programa, a Secretaria realizou trabalhos de pesquisa e análise que conduziram à apresentação de protótipos de um orçamento baseado em mandatos e de um orçamento baseado em resultados. Esses protótipos foram apresentados ao Conselho Permanente mediante o documento CP/doc. 3526/01.

Sistema de informação administrativa

O Departamento atualizou os sistemas de informação administrativa da Secretaria-Geral, dotando-os das últimas inovações tecnológicas pela Internet. Além disso, expandiu-se inicialmente como projeto piloto o acesso do sistema a cinco Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

O Departamento também coordenou os esforços do pessoal da Secretaria por meio de um grupo de trabalho encarregado da migração para a nova versão do sistema. O grupo, que está representado por todas as dependências da Subsecretaria de Administração, convocou, entre janeiro e novembro de 2001, um total de 42 sessões com o objetivo de organizar os esforços das áreas participantes e manter abertos os canais de comunicação entre os representantes. Por outro lado, o

Departamento deu início a um plano de trabalho para expandir os sistemas de informação histórica que, segundo as previsões, estará operando em fins de 2002.

Análise administrativa

A implementação de um novo sistema de informação tem progredido paralelamente com a revisão das práticas orçamentárias atuais e dos procedimentos relativos ao uso do novo sistema financeiro empresarial. O Departamento continuou a revisar e atualizar os manuais que servem de guia e referência para os gerentes de programas e os usuários do sistema de informação, tais como os Manuais de Execução Orçamentária, Formulação do Orçamento, Regulamento de Aquisições, Contratação, Política e Padrões de Segurança, o Regulamento Orçamentário e Financeiro e o Manual Financeiro de Campo. Estes esforços são de natureza dinâmica, já que será necessário atualizar os documentos na medida em que os instrumentos e procedimentos do sistema sejam objeto de futuras revisões.

Departamento de Serviços de Recursos Humanos

Aumentaram substancialmente os pedidos de apoio do Departamento de Serviços de Recursos Humanos ao conjunto da Secretaria-Geral. Sem aumentar o volume de recursos disponíveis, deu-se atendimento a pedidos de contratações, classificações de cargos, concessão de benefícios e seguros e realização de concursos para o preenchimento de vagas. Além do avanço na eficiência do atendimento das tarefas permanentes acima indicadas, destacam-se a seguir algumas iniciativas especiais mais recentes.

O Programa de Estudantes Estagiários da Secretaria-Geral continua a crescer. Neste período receberam-se aproximadamente 360 pedidos de candidatos, dos quais 161 foram selecionados pelas diferentes dependências da Secretaria-Geral. Além do programa regular de estágios, a Secretaria-Geral recebeu quatro profissionais por intermédio do Programa de Jovens Profissionais auspiciado pelo Governo do Canadá e coordenado pela Fundação Canadense para as Américas (FOCAL), três dos quais estagiaram na sede, e um no Instituto Interamericano da Criança, no Uruguai.

Neste período, completou-se na Secretaria-Geral o segundo ciclo de avaliação de desempenho. O processo exigiu grande número de horas de prestação de apoio a supervisores, diretores e funcionários, abrangendo muitos aspectos do sistema. Essa assistência resultou em avaliações mais detalhadas e em melhor compreensão do sistema. Como resultado das necessidades de capacitação detectadas ao longo do exercício, ofereceu-se um total de 3.700 horas de treinamento para supervisores nas áreas gerenciais de gestão de pessoal, comunicações, planejamento e ainda outras. Com idêntico propósito, a Secretaria-Geral continuou a pagar aos membros do quadro de pessoal reembolsos de até US\$400 anuais, a título de ajuda de custo por sua participação em cursos fora das horas de trabalho. Em 2001, processaram-se mais de 70 pedidos de reembolso de matrículas, no total de US\$22.390. Neste mesmo programa, prestou-se assistência no treinamento de vários funcionários dos Escritórios fora da sede mediante cursos de automatização, idiomas, gerenciamento, gestão de projetos e educação de adultos.

Como parte do atendimento ao pessoal, a Unidades de Serviços de Saúde atendeu a 4.100 consultas em 2001 e o médico contratado por intermédio da Universidade Johns Hopkins realizou 123

exames médicos. Registrou-se neste período um importante aumento da popularidade das Feiras de Saúde, das quais participaram 275 membros do pessoal.

Em maio de 2001, iniciaram-se os estudos preliminares para a atualização do módulo Oracle de recursos humanos. Neste período, introduziram-se melhorias no sistema de pessoal e prossegue com êxito a transição do módulo Oracle 10.7 para o 11i. Estudou-se também a modalidade de auto-serviço, que dará ao funcionário acesso a certos campos e começará a funcionar no primeiro trimestre de 2002.

O Anexo D a este relatório contém informação adicional sobre o pessoal da Secretaria-Geral em 2001.

Departamento de Serviços de Tecnologia e Instalações

Atividades na área dos serviços gerais

As atividades relativas à renovação do Edifício da Secretaria-Geral estão bem encaminhadas. Após a contratação de uma firma de administração de projetos para representar a Secretaria-Geral na condução técnica do projeto, as tarefas realizadas neste período concentraram-se na seleção e contratação de arquitetos e engenheiros para o projeto, na finalização da seleção de propostas para a contratação de um contratista geral e na obtenção de um empréstimo hipotecário para financiar os trabalhos, tal como aprovado pela Assembléia Geral e pelo Conselho Permanente.

Em consulta com todas as áreas que utilizarão o edifício, completou-se um plano preliminar de desenho e programação arquitetônica. O novo desenho atualiza as principais instalações do edifício para novos padrões mecânicos e de engenharia, tanto para melhorar a eficiência operacional como para cumprir novos códigos e regulamentos estruturais. Também atende a necessidades de serviços e facilidades, tais como modernas salas de conferências, avançada tecnologia de infra-estrutura, componentes atualizados de segurança e um desenho arquitetônico atraente, compatível com a importância e o caráter da Organização. O novo desenho prevê dois pisos vagos, a serem arrendados para financiar o custo do empréstimo.

Outros melhoramentos das facilidades físicas do edifício incluíram a instalação de modernos sistemas de segurança e a revisão e atualização dos procedimentos de segurança e do manejo dos sistemas de correio, em consequência dos atos terroristas de 11 de setembro. Também em consequência de uma severa inundação que afetou a área metropolitana da cidade de Washington, efetuaram reparos substanciais nas instalações elétricas, mecânicas e de engenharia em curto espaço de tempo, de modo a evitar suspensões de importantes reuniões programadas pelos corpos políticos. O custo dos reparos foi coberto pela apólice de seguros da Secretaria-Geral. Além das atividades regulares de manutenção, procedeu-se à modernização e a obras de reparo nas partes externas e nas coberturas, instalações e sistemas ambientais dos edifícios da Secretaria-Geral, para mantê-los em adequado e seguro funcionamento, incluindo suas facilidades, e para preservar o grande valor das propriedades da Organização.

Atividades na área da tecnologia

A Organização continuou a expandir e modernizar sua infra-estrutura tecnológica, para satisfazer os pedidos de serviços tecnológicos de apoio a novas atividades e à crescente agenda institucional.

Como prioridade, os componentes de seguranças das redes e dos sistemas de informação foram substancialmente modernizados e melhorados, de modo a corresponder aos crescentes padrões de segurança em vista da ameaça de ataques externos aos valiosos sistemas de informação da Organização, mediante a implementação de um sistema de proteção altamente seguro que bloqueia efetivamente o acesso não autorizado aos sistemas da OEA. Esta tecnologia, denominada *DMZ perimeter zone*, é a proteção tecnológica mais avançada contra acessos não autorizados a sistemas de informação.

Outra grande preocupação institucional refere-se à proteção contra os vírus eletrônicos, devido à sua alta sofisticação e à contínua ameaça que representam contra organizações conectadas à Internet. A Secretaria-Geral implementou uma tecnologia de ponta, denominada *Interscan Virus Wall*, que efetivamente oferece três níveis de controle e proteção das redes e dos sistemas de informação da Organização. Esta proteção tem sido altamente eficiente, habilitando a Organização a defender-se de ataques que paralisaram por períodos consideráveis outras organizações públicas e privadas.

Outras modernizações da infra-estrutura tecnológica incluem a instalação de um sistema automatizado de auto-serviço que reduz o tempo de resposta para resolver problemas técnicos dos usuários, a finalização de uma interface de comunicação rápida com cinco Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros mediante a utilização da conexão segura VPN, a modernização da infra-estrutura de servidores de redes para apoiar a nova versão da aplicação de Oracle Enterprise (OASES), o aumento da capacidade de tráfego de mensagens eletrônicas e de várias outras aplicações departamentais recentemente desenhadas, a modernização do sistema de banda larga (*bandwidth*) e a infra-estrutura da Internet para satisfazer a crescente demanda desses serviços.

Escritório de Serviços de Gestão de Compras (OPMS)

Em conjunto com o Departamento de Serviços Jurídicos, o OPMS revisou e distribuiu as novas regras para os contratos por tarefa (CPR).

No que se refere ao projeto de renovação do Edifício da Secretaria-Geral, a OPMS negociou e assinou contratos com os arquitetos e engenheiros mecânicos. Também participou do projeto de refinanciamento do empréstimo hipotecário referente ao edifício.

Atividades de licitação

A OPMS completou diversos processos formais de licitação, entre os quais:

- Auditores externos para a Secretaria-Geral.
- Firma de contabilidade para atividades de reembolso de impostos.
- Consultores para a atualização para o sistema Oracle 11i.
- Serviços de recebimento de imagens da Bolívia via satélite, para a CICAD.

- Equipamento de interpretação no Salão Bolívar
- Nova cobertura para o Edifício Administrativo.

Atividades relativas ao Sistema Gerencial Oracle (OASES)

- Mais de 3.000 ordens de compra foram ou serão processadas pelo OPMS neste período. Deste total, 7.000 ordens foram processadas eletronicamente.
- O OPMS dedicou-se em grande escala a atividades de treinamento e de preparação de manuais de procedimento para a versão 10.7 do sistema Oracle e, por último, para a versão 11i. Este último treinamento incluiu os diretores e os técnicos administrativos de cinco projetos piloto para seis operações fora da sede.
- Em conexão com outras áreas da Organização, o pessoal do OPMS também participou ativamente dos grupos focais e do grupo de ação para a implementação da nova versão do sistema Oracle. Revisou-se o módulo de compras para obter maior alcance e solucionar deficiências da versão 10.7.

O OPMS correspondeu aos resultados da auditoria do Inspetor-Geral. Nem o Inspetor-Geral nem os auditores externos constataram deficiências ou problemas significativos no controle interno ou em áreas do OPMS.

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Tal como definidos no Capítulo XVIII da Carta, são os organismos governamentais estabelecidos por acordo multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos. Gozam de plena autonomia técnica, observando, porém, as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo contém um resumo dos relatórios submetidos em cumprimento ao disposto nos artigos 127 e 91, f da Carta, pelos seguintes Organismos Especializados:

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
Instituto Interamericano da Criança (IIN);
Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
Instituto Indigenista Interamericano (III);
Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH); e
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estabelecida pela Segunda Conferência Internacional Americana (México, 1901-02), é o organismo regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sua missão é cooperar tecnicamente com os Estados membros e estimular a cooperação entre os mesmos, promover ambientes saudáveis, progredir rumo ao desenvolvimento humano sustentável e fazer com que a população das Américas alcance a meta de Saúde para Todos e por Todos. Está sediada em Washington, D.C. Seu Diretor é o Senhor George A. O. Alleyne.

No período abrangido por este relatório, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) continuou a colaborar com os países membros na promoção do pan-americanismo e do acesso equitativo aos cuidados de saúde, por meio de cinco áreas programáticas principais. Os exemplos seguintes destacam algumas das atividades de importância desenvolvidas em cada área.

Promoção e proteção da saúde

Tabagismo

A OPAS assumiu o compromisso de reduzir o tabagismo mediante atividades de prevenção e promoção. Para tanto, melhorou os sistemas de informação e vigilância, tanto a respeito do tabagismo como da sua mortalidade correlata, calculada em um milhão de óbitos anuais nas Américas. Também colaborou com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDCs) dos Estados Unidos e com a Organização Mundial da Saúde para a realização da Pesquisa Mundial sobre o Tabagismo e os Jovens. Em maio de 2001, a OPAS lançou a iniciativa *América libre del humo*, para reduzir a exposição à fumaça ambiental produzida pelo tabagismo no Continente. Os Estados membros continuaram as negociações sobre a Convenção Quadro para a Luta contra o Tabagismo.

Saúde e desenvolvimento humano

Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

A OPAS, por intermédio do Centro Latino-Americano e do Caribe para Informação em Ciências (BIREME), continuou a desenvolver a rede regional de informação sanitária com a finalidade de apoiar o processo decisório de planejamento e execução de políticas públicas. A BVS é um repositório de conhecimentos científicos e técnicos em saúde, devidamente gravados, preservados e armazenados em formato eletrônico, com acesso universal pela Internet, e compatível com numerosos bancos internacionais de dados. A ampliação da BVS é um dos mandatos emanados da Cúpula das Américas de 2001.

Proteção e desenvolvimento ambiental

Infra-estrutura de água e saneamento

A OPAS deu atenção especial ao desenvolvimento de tecnologia de baixo custo em matéria de água e saneamento para populações pobres urbanas e rurais. Esta tarefa é liderada pelo Centro Pan-

Americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente (CEPIS). Entre suas iniciativas, o CEPIS deu início a um projeto destinado a melhorar os dados de laboratório sobre qualidade da água, completou um levantamento regional do tratamento e uso de águas residuais, trabalhou em matéria de normas de vigilância da água potável e realizou um estudo que estabelece critérios para a tomada de decisões tendentes a reduzir as desigualdades de acesso à água potável.

Desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde

Reforma do setor da saúde

Mediante a Iniciativa Regional de Reforma do Setor da Saúde na América Latina e no Caribe, a OPAS continuou a criar instrumentos e métodos, reunido e divulgando informação e intercambiando experiências para apoiar os processos de reforma do setor da saúde em cada Estado membro. Para tanto, criou uma rede eletrônica de análise e informação sobre a reforma, composta por uma biblioteca virtual, uma fonte de dados sobre a reforma, mais de 20 perfis dos sistemas e serviços de saúde dos países, uma rede de contatos e um inventário de todos os resultados da iniciativa.

Prevenção e controle de doenças

Infecção pelo HIV/AIDS

A OPAS realizou consultas sub-regionais sobre sua estratégia “passo a passo” de atenção integral aos aidéticos ou às pessoas infectadas pelo HIV. Também empreendeu iniciativas nas áreas da transmissão materno-infantil, acesso acelerado aos medicamentos antiretroviróticos, promoção da saúde sexual e serviços às populações em deslocamento constante, especialmente os migrantes.

Nesse sentido, em conformidade com a Agenda Comum Para a Saúde nas Américas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e a OPAS criaram um grupo de trabalho especial para apoiar os países em sua luta contra a infecção pelo HIV/AIDS. Em particular, a OPAS colaborou com o Banco Mundial no Caribe e com o BID no âmbito de uma iniciativa no Haiti, e ajudou o BID a incorporar as atividades de controle da infecção pelo HIV/AIDS a alguns de seus projetos na América Central. No Caribe, o Centro de Epidemiologia do Caribe (CAREC) da OPAS formulou um plano regional de combate à infecção pelo HIV/AIDS. Em junho de 2001, a OPAS participou do período extraordinário de sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS, em Nova York.

Apoio à prestação de cooperação técnica

A OPAS desempenhou destacado papel na coordenação e redação do componente de saúde do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, realizada em abril de 2001, em Québec. Este plano, o mais extenso até hoje preparado, habilitará os países a renovar seu compromisso com as metas de Cúpulas anteriores e empreender novas ações de reforma sanitária, controle de doenças transmissíveis e não-transmissíveis e questões relativas à saúde da mulher, ao meio ambiente e aos povos indígenas. Também facilitará o uso das tecnologias e dos meios disponíveis para comunicar e compartilhar informação. A OPAS publicou um relatório sobre os avanços registrados em relação aos compromissos assumidos na Cúpula das Américas de 1994 e na de 1998, que aparece no endereço <http://www.paho.org/English/DEC/home.htm>.

No contexto da iniciativa da Agenda Comum para a Saúde, lançada em 2000, a OPAS, o Banco Mundial e o BID deram seqüência à sua colaboração em quatro áreas de liderança: contas sanitárias nacionais, medicamentos, vigilância epidemiológica e meio ambiente. As três instituições também elaboraram um plano de ação para fortalecer a vigilância regional das doenças transmissíveis, apoiar o desenvolvimento da capacidade de vigilância das doenças crônicas e estabelecer metas para a obtenção de melhores resultados em saúde.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA

Criado pelo Quarto Congresso Pan-Americano da Criança, em 1924, e estabelecido em 1927, o Instituto Interamericano da Criança (IIN) tem por objetivo promover a geração de políticas públicas sobre a infância, articular as relações entre o Estado e a sociedade civil e desenvolver uma consciência crítica a respeito dos problemas da infância nas Américas. Está sediado em Montevideú, Uruguai. Seu Diretor-Geral é o Senhor Alejandro Bonasso.

O Instituto Interamericano da Criança, cuja prioridade é introduzir na agenda política da região a proteção integral dos direitos da infância, consagrados na Convenção de 1989, tem por objetivos promover a profissionalização do trabalho com a infância e a descentralização das intervenções entre os organismos vinculados com a atenção, a defesa e a prevenção dos abusos contra crianças.

A agenda institucional procurou prestar apoio técnico às ações nacionais em torno dos temas dos maus tratos intrafamiliares, situações de rua, prevenção da dependência de drogas, violência sexual, adoção internacional, deficientes e registro civil, e promover a instalação, em todos os Estados membros, de sistemas de informação sobre a infância.

O Instituto tem a seu cargo a execução do Plano Estratégico 2000-04, na qual se destacam as seguintes ações, realizadas neste período:

- As ações dirigidas à inserção dos temas da infância e da juventude nos mais altos foros do Continente, como a Cúpula das Américas realizada em Québec.
- A organização, em conjunto com o UNICEF, do Encontro Regional das Américas sobre Exploração Sexual Comercial, preparatório do Segundo Congresso Mundial, realizado em Yokohama, Japão.
- A Segunda Reunião de Primeiras-Damas da América Central, Belize, Panamá e República Dominicana. Esse encontro, que deu continuação ao realizado no ano anterior em El Salvador, teve por objetivo identificar, compartilhar e promover iniciativas e propostas que contribuam para que nenhum menino, menina ou adolescente careça de documento de identidade e, portanto, possa exercer seus direitos a cobertura de saúde ou educação, recreio ou habitação, para tanto dispor de adequados sistemas de informação para o acompanhamento de direitos.
- O acordo assinado com a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI / CIDA), que designou o IIN como entidade executora de um projeto sobre trabalho infantil no âmbito do Protótipo de Políticas Focalizadas promovidas pelo Instituto, no montante de US\$250.000, que inclui o financiamento de uma estratégia institucional de captação de fundos externos necessários para a execução dos programas do Plano Estratégico.
- A promoção de protótipos de leis e de políticas públicas para a infância, relacionados com os artigos 23, 32, 33 e 34 da Convenção sobre os Direitos da Criança e, em particular, com os temas de deficiência, trabalho infantil, uso indevido de drogas e exploração sexual.

- A reestruturação administrativa e orçamentária, com a finalidade de racionalizar e reduzir os custos de pessoal de modo a permitir uma transferência de recursos para o plano operacional.
- A aplicação de uma política de fortalecimento da imagem do IIN, o que implicou, entre outros aspectos relevantes, uma modificação do logotipo institucional e substanciais mudanças de desenho no *site* do Instituto na Internet.
- O fortalecimento da Rede Interamericana de Informação sobre a Infância, com a instalação de centros nacionais de informação na Guatemala e na República Dominicana e as atuais negociações para uma próxima instalação na Venezuela.
- As atividades do Sistema de Informação sobre a Infância (SIPI) na América Central, apoiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento mediante um financiamento superior a US\$500.000 e já iniciadas na Nicarágua.
- O acordo com a organização não-governamental *Plan Internacional*, para a promoção de uma política regional de registro civil na América Central, República Dominicana e Haiti, e para a elaboração e o início da execução de um projeto de registro de nascimentos na região, cuja necessidade foi enfatizada em vários foros internacionais.
- O convênio com a Rede de Televisão da América Latina (RAL) para a produção de um novo vídeo institucional sobre o direito de identidade, que deverá ser divulgado nos Estados membros com o apoio financeiro do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da Espanha.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA no que se relaciona ao tema da mulher no Hemisfério. Tem por objetivo promover e proteger os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais da mulher e, nesse contexto, informa os governos sobre os progressos realizados e os problemas a considerar, e formula estratégias para superá-los. Está sediada em Washington, D.C. Sua Presidente é a Senhora Indranie Chandarpal, Ministro do Trabalho, Serviços Humanos e Seguridade Social da Guiana, e sua Vice-Presidente é a Licenciada Nora Uribe, da Venezuela. São países membros do Comitê Diretor para o período 2000-02 o Canadá, a Costa Rica, Honduras, a República Dominicana e o Uruguai. A Secretária Executiva da Comissão é a Senhora Carmen Lomellin.

A CIM orientou suas ações para o cumprimento do Programa Bienal de Trabalho 2000-02 aprovado pela Trigésima Assembléia de Delegadas da CIM, e dos mandatos do Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA e das Cúpulas das Américas, e atribuiu atenção especial às atividades vinculadas com o desenvolvimento do Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Igualdade e Eqüidade de Gênero (PIA):

Incorporação da perspectiva de gênero em reuniões ministeriais

A CIM coordenou a elaboração de recomendações para incorporar a perspectiva de gênero nos programas e políticas dos ministérios do trabalho. Tais recomendações foram apresentadas na reunião preparatória da Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) e consideradas na reunião ministerial realizada em Ottawa, Canadá, em outubro de 2001. Posteriormente, a CIM convocou uma reunião com representantes dos governos e da sociedade civil para analisar a inserção do tema do gênero na Declaração e Plano de Ação da Décima Segunda CIMT e formular recomendações para a sua implementação. As linhas de ação e as recomendações gerais desta reunião (SEPIA I, Gênero e trabalho) foram adotadas pelo Comitê Diretor em sua Terceira Reunião Ordinária e transmitidas aos Ministros do Trabalho e à Secretaria *pro tempore* da Décima Segunda CIMT. Iniciou-se um processo similar de preparação de recomendações sobre a incorporação do tema da perspectiva de gênero na reunião dos Ministros da Justiça, a ser realizada em março de 2002.

Capacitação em gênero no âmbito da OEA

A Comissão iniciou o projeto conjunto CIDA/CIM/OEA acordado entre o Governo do Canadá e a Secretaria-Geral, que visa a capacitar os funcionários da OEA em matéria de integração da perspectiva de gênero em programas e políticas. Para tanto, estabeleceu-se uma comissão de orientação, preparou-se o plano e o orçamento de trabalho, identificaram-se os possíveis participantes e ofereceu-se o primeiro curso de capacitação. O projeto tem duração de dois anos e conta com um financiamento de 500.000 dólares canadenses (US\$327.328).

Programa de treinamento em liderança empresarial para jovens

A experiência piloto deste programa realizou-se em maio de 2001, na Argentina, sob os auspícios da Subsecretaria de Igualdade de Oportunidades do Governo da Província de Buenos Aires e com o apoio do Centro Internacional de Capacitação Golda Meir Monte Carmel (MCTC), de Israel. O curso teve por objetivo treinar jovens em gestão de microempresas, geração de emprego, planejamento empresarial, acesso a crédito, capacitação e educação à distância e participação e liderança da mulher. Participaram do curso 40 pessoas, 70% das quais eram mulheres. Entre os participantes encontravam-se jovens microempresários, representantes de organizações da sociedade civil e funcionários municipais das áreas de produção, desenvolvimento de microempresas e emprego.

Fundo Semente de CIM

Por mandato da Trigésima Assembléia de Delegadas da CIM, os recursos do Fundo Semente 2000-02 foram concedidos a projetos orientados para a implementação do PIA. Nesse contexto, o Comitê Diretor destinou os fundos a oito projetos apresentados pela Argentina, Chile, El Salvador (2), Guiana, Panamá, Paraguai e Uruguai.

Seguimento das Cúpulas das Américas

A CIM participou das atividades prévias à Terceira Cúpula das Américas. As recomendações emanadas da Trigésima Assembléia de Delegadas, no sentido de incorporar a perspectiva de gênero na Declaração e Plano de Ação da Cúpula foram elevadas ao Presidente do Grupo de Revisão da Implementação das Cúpulas (GRIC) e mereceram o apoio dos Chefes de Estado e de Governo.

Eliminação da violência

A CIM continuou a executar o projeto “A violência contra a mulher: análise regional”, incluindo um estudo da Convenção de Belém do Pará iniciado em 1999 e desenvolvido em conjunto com o Centro Internacional para a Reforma do Direito Penal e da Política em Matéria de Justiça Penal (ICCLR) e o Programa Mulher, Justiça e Gênero, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (ILANUD). Neste período, realizaram-se duas reuniões sub-regionais de peritos, no Equador e no Panamá, para apresentar e analisar os resultados da pesquisa e formular recomendações sub-regionais sobre as áreas de atenção prioritária. Entre as recomendações, destacam-se: a implementação de políticas interinstitucionais e intersetoriais, com alocação de recursos para combater a violência; a formação de registros estatísticos de indicadores discriminados por sexo e idade, para o acompanhamento do problema; a capacitação de todos interessados, para a abordagem do tema; e a atenção integral às mulheres vítimas de violência, assegurando seu acesso à justiça. Em ambos os países, instalaram-se secretarias *pro tempore* da CIM para o seguimento da implementação das recomendações na sub-região.

A Secretaria Permanente apresentou ao Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA o segundo relatório bienal da CIM sobre o cumprimento da resolução AG/RES. 1456 (XXVII-O/97), Promoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará -, com os resultados do projeto mencionado no parágrafo anterior e destacando o progresso alcançado pela região neste campo.

Continuou também o desenvolvimento do projeto *Estudio sobre el Tráfico de Mujeres y Niños para fines de explotación sexual en las Américas*, em associação com o Instituto Interamericano da Criança (IIN) e o Instituto Internacional de Direitos Humanos da Universidade De Paul, de Chicago (IHRLI). Finalizou a pesquisa nos países da América Central e iniciou o processo de análise e formulação de observações sobre os relatórios recebidos. No Brasil, realizou reuniões de coordenação do projeto com organizações governamentais e não-governamentais e recebeu relatórios de andamento. Estabeleceram-se os contatos para dar início ao trabalho no México, Argentina, Belize, Chile, Colômbia e Jamaica.

Participação da mulher em estruturas de poder e no processo decisório

A CIM participou, como co-patrocinadora e membro, do Conselho do Programa de Representação e Liderança da Mulher (PROLID), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia projetos de liderança no Hemisfério. Neste período, aprovou-se o financiamento de 10 projetos na América Central e na região andina.

Difusão e divulgação

Com o apoio técnico do Departamento de Informação Pública da OEA, produziu-se o vídeo *Mujer de las Américas*, sobre a condição da mulher no Hemisfério. O vídeo está disponível em espanhol e inglês e será difundido em 2002.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Criado mediante a Convenção Internacional de Pátzcuaro, em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover trabalhos de pesquisa e treinamento de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas. Está sediado na cidade do México, D.F. Seu Diretor é o Senhor José Manuel del Val Blanco.

Reuniões do Conselho Diretor

Na reunião de 5 de abril de 2001, com a presença dos países membros, o etnólogo José del Val Blanco informou o Conselho Diretor a respeito das dificuldades econômicas causadas pela falta de pagamento de cotas por alguns membros do Instituto Indigenista Interamericano, agravada pela decisão dos Estados Unidos de retirar-se do III. Esta situação repercutiu na estrutura de cotas, dado que a contribuição dos Estados Unidos representa 45% da receita do Instituto.

A respeito, apresentou-se na reunião uma proposta de dissolução e evolução do Instituto e convocou-se uma reunião extraordinária do Conselho Diretor para que os países membros apresentassem suas considerações e decisões sobre a iniciativa, ou sobre a alternativa de obter cotas ou contribuições adicionais que gerem um quadro de maior solvência para o organismo.

A participação dos Estados membros na reunião do Conselho Diretor realizada em 14 de junho de 2001 permitiu dinamizar uma rodada de opiniões em torno da proposta de dissolução e evolução do Instituto, tendo-se sugerido uma reestruturação do sistema de cotas.

Na Reunião Extraordinária do Conselho Diretor, realizada em 7 de julho de 2001, apresentou-se o documento *Consideraciones preliminares sobre el destino institucional del III*, que abordou diferentes posicionamentos sobre as atividades específicas que implicava a evolução do Instituto e incluía propostas sobre o desenvolvimento de projetos como o Centro de Documentação e Informação de Povos Indígenas das Américas “Manuel Gamio” e o Foro Permanente de Povos Indígenas na OEA. Apresentou-se também a proposta de reestruturação de cotas do Instituto.

Na reunião do Conselho Diretor de 9 de outubro de 2001, o etnólogo José Manuel del Val Banco apresentou sua renúncia em caráter irrevogável ao cargo de Diretor do Instituto Indigenista Interamericano.

Publicações

O Instituto publicou os seguintes trabalhos: *Pueblos indígenas y derechos constitucionales en América Latina: Un panorama*, de Cletus Gregor Barié (Instituto Nacional Indigenista, México), e *El encuentro de la gente y los insensatos. La sedentarización de los cazadores Ayoreo en el Paraguay*, de Miguel Alberto Bartolomé (Universidade Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, Paraguai).

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, treinamento em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos da cartografia, geografia, história e geofísica. Está sediado na Cidade do México, D.F. Seu Secretário-Geral é o Senhor Carlos A. Carvallo Yáñez.

Na Décima Sétima Assembléia Geral, realizada em Bogotá, foram eleitas as autoridades para o período 2000-05 e aprovadas 38 resoluções que regerão a vida institucional e acadêmica do IPGH nos próximos anos. Além disso, as reuniões de consulta das quatro comissões de trabalho do IPGH, das quais participaram pesquisadores dos 21 países membros, fixaram as políticas, as estratégias, a estrutura e as linhas de pesquisa e trabalho para o citado período.

O IPGH apoiou e financiou 32 projetos de pesquisa e treinamento, executados em 11 países. Dez projetos corresponderam à Comissão de Cartografia, seis à de Geografia, oito à de História e oito à de Geofísica, no montante total de US\$226.560. Também deu apoio indireto a eventos, cursos e reuniões vinculadas às tarefas científicas e técnicas do Instituto.

No contexto do Plano de Modernização do IPGH, divulgou-se com rigor técnico o Edital para Projetos de Assistência Técnica para 2002, o Edital para Projetos de Longo Prazo – 2002 e o Edital para o Prêmio Anual de História Colonial da América “Silvio Zavala”. Para o primeiro, foram recebidos 69 pedidos de projetos, provenientes de 15 países membros. Para o segundo, receberam-se 29 pedidos que constituem um avanço científico e técnico e uma interessante carteira de futuros projetos, na medida em que o IPGH consiga interessar organismos e agências internacionais em seu financiamento. Para o Prêmio Silvio Zavala, receberam-se 26 obras provenientes de 11 países. A premiação será realizada em 7 de fevereiro de 2002, por ocasião do 74º aniversário do IPGH.

A pedido do Secretário-Geral da OEA, o Instituto participou dos trabalhos técnicos de demarcação da fronteira entre Belize e a Guatemala. Cabe destacar que, nesta tarefa, coube ao IPGH um ativo papel na solução de um sério problema de fronteira entre os dois Estados, demonstrando a confiança que é depositada no Instituto, na sua neutralidade e na sua qualidade técnica para abordar assuntos como estes.

Continuando as atividades de preparação do Atlas Multimídia, em 21 fevereiro de 2001 o IPGH entregou à Presidente da República do Panamá, Senhora Mireya Moscoso, o *Atlas Multimedia El Canal de Panamá*, resultado da cooperação técnica oferecida a esse país. O Atlas, oferecido em disco compacto, é um meio de conhecimento, de educação e de formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento. De maneira inovadora e moderna, oferece informação múltipla de caráter multidisciplinar que permite dosar a informação de acordo com o interesse e os requisitos do usuário.

No período abrangido por este relatório, pesquisadores e cientistas de 10 países do Hemisfério receberam medalhas e diplomas de reconhecimento por 25 e 50 anos de serviços prestados ao IPGH. Ademais, iniciou-se a distribuição de livros sobre temas vinculados às atividades do Instituto e publicados por autores dos países membros, atualizou-se a maioria de suas sete revistas

especializadas e ofereceram-se numerosas publicações ocasionais, que chegam às principais bibliotecas e centros de formação e pesquisa de todos os seus países membros.

O IPGH editou e distribuiu as seguintes publicações periódicas: *Revista Cartográfica* Nos. 68, 69, 70 e 71; *Revista Geográfica* Nos. 128, 129 e 130; *Revista de Historia de América* Nos. 126, 127 e 128; *Revista de Arqueología Americana* Nos. 17-19; *Revista Geofísica* Nos. 52-53, 54 e 55; e os *Boletines Aéreos* Nos. 268 (janeiro-abril), 269 (maio-agosto) e 270 (setembro-dezembro).

Publicações ocasionais: *Humboldt el otro descubrimiento*, volumes 1 e 2; *Humboldt y la modernidad*, *Contribuciones a la Historia de la Ciencia en Bolivia*; *España: última colonia de sí misma*; *La Gran Expedición de Alejandro Malaspina a América (1789-1795)*; e *Memorias del IV Simposio Panamericano de Historia de la Comisión de Historia*.

Em 28 e 29 de junho, realizou-se em Bogotá a Quinquagésima Quinta Reunião de Autoridades. O Comitê Assessor de Planejamento e Avaliação reuniu-se em 2 de julho, na mesma cidade. Em 23 de outubro, realizou-se também em Bogotá a Quinquagésima Sexta Reunião de Autoridades; de 24 a 26 de outubro, realizaram-se as reuniões de consulta da quatro comissões do IPGH, e de 29 de outubro a 1º de novembro, sua Décima Sétima Assembléia Geral.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário. Estimula, promove e apóia os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Está sediado em São José, Costa Rica. Seu Diretor-Geral é o Senhor Chelston W. D. Brathwaite.

O segundo Plano de Médio Prazo do IICA (1998-2002) tem como tema central a recolocação da agricultura e da vida rural na agenda interamericana. Por isso, no período correspondente a 2001, um importante componente da ação institucional foi o reconhecimento de que os Chefes de Estado e de Governo fortaleceram o diálogo interamericano e reforçaram o compromisso com a integração e o desenvolvimento das Américas.

Nesse contexto, o IICA ampliou sua missão de promover serviços de cooperação em apoio ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, de acordo com sua própria visão de instituição líder na cooperação para alcançar a transformação integral e sustentável da agricultura no Hemisfério mediante uma ação focalizada, a excelência qualitativa na sua execução, uma proatividade criativa e inovadora e a orientação do cliente por meio de uma cooperação participativa e empenhada.

Nesse sentido, podem-se destacar na região andina os assessoramentos em organização institucional e promoção comercial; a modernização da sanidade agropecuária, em que se destaca o programa SANIBANANO no Equador; a integração das capacidades dos sistemas nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com a participação de mais de 6.000 profissionais e mais de 480 eventos especializados; o apoio à formulação de políticas, planos e programas de desenvolvimento e de microempresas rurais; e a realização de 10 cursos regionais de capacitação para a formação de instrutores.

Na região do Caribe, destaca-se o desenvolvimento de centros de aprendizado à distância em quatro países; o melhoramento do planejamento setorial em oito países; o controle da mosca da carambola em dois países; o desenvolvimento regional de agroempresas, especialmente na área das frutas tropicais, orquídeas, agroecoturismo e hortaliças frescas e de sistemas não-tradicionais de produção para pequenos agricultores; o manejo de recursos hídricos; e o apoio ao Conselho Caribenho de Educação Agrícola Superior e ao desenvolvimento de microempresas para a mulher e a juventude rural.

Na região da América Central, a cooperação técnica centrou-se nas seguintes atividades: desenvolvimento das capacidades de negociação e harmonização de políticas de competitividade agrícola; fortalecimento dos sistemas de transferência de tecnologia; organização comunitária e institucional para a melhoria da qualidade da vida rural, mediante apoio à consolidação do Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC); fortalecimento da capacidade de formulação de políticas e execução de programas de sanidade e higiene agropecuária e inocuidade de alimentos; e o desenvolvimento da agricultura, da silvicultura e do pastoreio nas zonas de fronteira.

Na Região Norte, avançou-se no programa de intercâmbios para agricultores, especialistas e jovens líderes com o Canadá, e no acesso a tecnologias de informação e comunicação para comunidades rurais. Nos Estados Unidos, fortaleceu-se o patrocínio de missões comerciais à América

Latina e ao Caribe, em colaboração com os setores público e privado. No México, as ações mais importantes concentraram-se na cooperação com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação, em aspectos relacionados com a modernização do Sistema de Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos, projetos de desenvolvimento rural, áreas marginalizadas, micro-financiamento rural e comercialização para pequenas empresas de interesse social.

Na Região Sul, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PROCORDER), as ações abrangeram o projeto de desenvolvimento agropecuário no assentamento de Itaparica, Brasil, o projeto regional de crédito para o Nordeste do Paraguai, a análise do setor agroalimentar da Argentina, a modernização do ensino vocacional agropecuário e florestal no Chile, a modernização de explorações e o desenvolvimento de pequenos agricultores no Uruguai e o fortalecimento da pesquisa agropecuária em todos os países da região.

Em meados do ano, inaugurou-se o Escritório do IICA na Espanha, com o mais amplo e decidido apoio do Governo espanhol, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária. O Escritório está chamado a se converter em valioso instrumento para a formação de alianças estratégicas com países e organismos da Europa.

Finalmente, a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) – órgão superior do IICA – passou a revestir nova dimensão, outorgada a partir da resolução AG/RES. 1728 (XXX-O/00), aprovada no Trigésimo Período Ordinário de Sessões da OEA (Windsor, Canadá), que a define como “o principal foro de nível ministerial na OEA incumbido de analisar as políticas e prioridades estratégicas voltadas para o melhoramento da agricultura e da vida rural no Hemisfério de formar consenso sobre as mesmas”. Complementarmente, o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, em sua seção “Gestão agrícola e desenvolvimento rural”, instruiu os Ministros da Agricultura a que, na próxima reunião da JIA, “promovam uma ação conjunta de todos os atores do setor agrário, orientada para o melhoramento da agricultura e da vida rural, capaz de permitir a implementação dos Planos de Ação das Cúpulas das Américas”. Como resultado, na Décima Primeira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, realizada em Punta Cana, República Dominicana, alcançaram-se os consensos hemisféricos que se refletem na “Declaração de Punta Cana para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas” e nas “Orientações Estratégicas de uma Agenda Comum para a Comunidade da Agricultura e da Vida Rural nas Américas”, subscritos pelos Ministros ou Secretários da Agricultura dos países do Hemisfério.

Por ocasião da Décima Primeira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, foi eleito Diretor-Geral do IICA para o período 2002-06 o Doutor Chelston W. D. Brathwaite, de Barbados, que iniciou sua gestão como nono Diretor-Geral da JIA em 15 de janeiro de 2002.

IV. OUTROS ÓRGÃOS INTERAMERICANOS

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana (CJI) é um dos órgãos mediante os quais a Organização dos Estados Americanos realiza os seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções. A Comissão tem por finalidade servir de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos, promover o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional e estudar os problemas jurídicos referentes à integração dos países em desenvolvimento do Hemisfério. Está sediada no Rio de Janeiro e é constituída por 11 juristas, nacionais dos Estados membros, eleitos pela Assembléia Geral.

Em 2001, a Comissão Jurídica Interamericana realizou dois períodos ordinários de sessões: o primeiro, em Ottawa, Canadá, de 12 a 23 de março, e o segundo, no Rio de Janeiro, de 30 de julho a 24 de agosto. Nessas duas reuniões, compuseram a agenda da Comissão Jurídica os seguintes temas: a democracia no Sistema Interamericano; os direitos humanos e a biomedicina; Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP); preparativos para a comemoração do centenário da Comissão Jurídica Interamericana; dimensão jurídica da integração e do comércio internacional; direito de concorrência nas Américas; aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982, pelos Estados do Hemisfério; direito a informação: acesso e proteção da informação e de dados pessoais; aspectos jurídicos da segurança hemisférica; aperfeiçoamento da administração da justiça nas Américas; acesso à justiça; subtração internacional de menores por um de seus progenitores; cooperação interamericana contra o terrorismo; estudo do sistema de promoção e proteção dos direitos humanos no âmbito interamericano; possibilidades e problemas do Estatuto da Corte Penal Internacional; possíveis medidas adicionais à Convenção Interamericana contra a Corrupção (Caracas); o tráfico de armas em face das decisões adotadas sobre o assunto pela Comissão Jurídica Interamericana; elaboração de um projeto de convenção interamericana contra o racismo e todas as formas de discriminação e intolerância; e projeto de convenção interamericana para a repressão extraterritorial dos delitos sexuais contra menores.

A respeito, a Comissão Jurídica Interamericana aprovou relatórios e adotou resoluções referentes aos temas citados. Também aprovou o relatório “Observações e comentários da Comissão Jurídica Interamericana sobre o projeto de Carta Democrática Interamericana” (CJI/doc.76/01), que foi transmitido ao Presidente do Conselho Permanente da Organização mediante nota de 16 de agosto de 2001.

No ano 2001, a Comissão Jurídica Interamericana esteve integrada pelos seguintes membros: João Grandino Rodas (Presidente), Brynmor Pollard (Vice-Presidente), Jonathan T. Fried, Luis Herrera Marcano, Kenneth O. Rattray, Gerardo Trejos Salas, Eduardo Vío Grossi, Sergio González Gálvez, Orlando Rebagliati, Felipe Paolillo y Carlos Manuel Vázquez.

Na Assembléia Geral da OEA realizada na Costa Rica, foram eleitos membros da Comissão Jurídica Interamericana os senhores Luis Herrera Marcano, da Venezuela, e Kenneth O. Rattray, da Jamaica. A senhora Ana Elizabeth Villata, de El Salvador, foi eleita em substituição ao senhor Gerardo Trejos, da Costa Rica. Todos estes ocuparão seus cargos de 1º de agosto de 2002 a 31 de dezembro de 2005. O senhor Pollard apresentou à Assembléia Geral o Relatório Anual sobre as atividades realizadas pela Comissão no ano 2000.

A Comissão Jurídica Interamericana, com o apoio e a coordenação do Departamento de Direito Internacional, ofereceu o Vigésimo Oitavo Curso de Direito Internacional, realizado de 30 de julho a 24 de agosto, no Rio de Janeiro. Seu tema central foi “A pessoa humana no direito internacional contemporâneo”.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), um dos órgãos da Organização dos Estados Americanos (artigo 53 da Carta), foi criada mediante resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Santiago, Chile, em 1959, e formalmente estabelecida em 1960, ano em que o Conselho da Organização aprovou seu Estatuto. O Regulamento da Comissão, aprovado em 1980, foi modificado em diversas oportunidades, a mais recente das quais em 2000. A Comissão representa todos os Estados membros da Organização dos Estados Americanos e é constituída por sete membros, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral. Nos termos do artigo 115 da Carta, a função principal da Comissão é promover o respeito e defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização nessa matéria.

No período abrangido por este relatório, a CIDH realizou quatro sessões, a saber: o 110º Período Ordinário de Sessões, de 21 de fevereiro a 9 de março de 2001; o 111º Período Extraordinário de Sessões, de 4 a 6 de abril de 2001; o 112º Período Extraordinário de Sessões, em junho de 2001; e o 113º Período Ordinário de Sessões, de 10 a 19 de outubro de 2001, cujas audiências tiveram lugar de 12 a 16 de novembro de 2001.

Nos períodos ordinários de sessões correspondentes a 2001, a CIDH realizou reuniões de trabalho e recebeu em audiência representantes dos Estados membros da OEA, representantes dos peticionários, porta-vozes de organizações não-governamentais e outras pessoas da sociedade civil para tratar de casos individuais e da situação geral dos direitos humanos em seus países.

Em fevereiro de 2001, a Comissão elegeu sua nova mesa diretora, que ficou assim formada: Presidente, Claudio Grossman; Primeiro Vice-Presidente, Juan E. Méndez; Segundo Vice-Presidente, Marta Altolaquirre. Também integram a CIDH os membros Hélio Bicudo, Robert K. Goldman, Peter Laurie e Julio Prado Vallejo.

A Assembléia Geral da OEA elegeu novos membros da CIDH para o período 2002-2006, a saber: Diego García Sayán, do Peru; Clare Kamau Roberts, de Antígua e Barbuda; e José Zalaquet Daher, do Chile. Os mandatos dos membros Claudio Grossman, Hélio Bicudo e Peter Laurie venceram em 31 de dezembro de 2001.

Em 1º de agosto de 2001, o senhor Santiago Cantón assumiu o cargo de Secretário Executivo da CIDH, em substituição ao Embaixador Jorge Taiana, que chegou ao término do seu mandato de cinco anos. O senhor Cantón vinha desempenhando o cargo de Relator Especial para Liberdade de Expressão da CIDH desde novembro de 1998.

Períodos de sessões

No seu 110º Período Ordinário de Sessões, a CIDH reuniu-se com o Secretário-Geral da OEA. Esses encontros, que passaram a ser uma tradição, constituem uma valiosa oportunidade para o diálogo entre a Secretaria-Geral e a Comissão. Ambas as dependências reconheceram a necessidade de fortalecer a autonomia administrativa da CIDH e de evitar qualquer interferência em suas funções de órgão principal da OEA em matéria de proteção de direitos humanos.

No mesmo período de sessões, a CIDH recebeu o Ministro da Justiça e o Representante Permanente do Peru junto à OEA, que apresentaram uma proposta destinada a dar solução a 165 casos, cifra superior a 50% dos casos que, relacionados com o Peru, recaem na competência da CIDH. A CIDH e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) realizaram um ato em que esta última instituição aderiu à Declaração Interamericana de Princípios sobre Liberdade de Expressão. O ato contou com a participação do Secretário-Geral da OEA, César Gaviria; do Presidente da CIDH, Claudio Grossman; do Secretário Executivo, Jorge E. Taiana; do Presidente da SIP, Danilo Arbilla; e do Relator Especial da CIDH para a Liberdade de Expressão, Santiago Cantón.

A pedido de várias organizações não-governamentais, a Comissão realizou audiência sobre a situação dos defensores de direitos humanos no Hemisfério. Nessa audiência, a Comissão recebeu informação sobre ameaças, ataques e atentados – em alguns casos fatais – contra defensores e organizações de direitos humanos em vários Estados membros, praticados com o fim de interferir nas suas atividades em prol dos direitos humanos.

A CIDH valeu-se freqüentemente de medidas cautelares, mecanismo previsto no artigo 25 do seu Regulamento, para proteger a vida e a integridade física de pessoas que trabalham pelos direitos humanos. A Comissão recebeu numerosas denúncias sobre assassinatos e intimidações de defensores de direitos humanos na Colômbia, atos que, na maioria dos casos, são atribuídos a grupos paramilitares e continuam impunes até o momento. A Comissão também recebeu informação sobre a Guatemala, onde ocorreram invasões de domicílios, assédios e ameaças a defensores dos direitos humanos; e sobre Cuba, onde estes defensores, além de não gozarem do direito à liberdade de expressão e associação, estão submetidos a pressões e encarceramento.

No seu 110º Período Ordinário de Sessões, a Comissão examinou numerosas comunicações individuais e conheceu de 63 relatórios em que se alegam violações dos direitos humanos protegidos pela Convenção Americana e/ou pela Declaração Americana. A Comissão realizou 46 audiências sobre casos individuais, a situação geral dos direitos humanos em diferentes Estados do Hemisfério, medidas cautelares, seguimento de recomendações e outros temas de sua competência. Além disso, realizou sessões de trabalho com peticionários e representantes dos governos do Brasil, Chile, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru e República Dominicana.

A Comissão realizou o seu 111º Período Extraordinário de Sessões no Chile, a convite do governo desse país, ocasião em que manteve reuniões de trabalho com altas autoridades dos três poderes do Estado chileno. A Comissão foi recebida pelo Presidente da República, Ricardo Lagos, e por sua Ministra das Relações Exteriores, María Soledad Alvear.

O Relator para a Liberdade de Expressão acompanhou a Comissão em sua visita e recebeu informação sobre o trâmite legislativo de projetos de lei cuja aprovação representaria um avanço em matéria de proteção da liberdade de expressão no Chile. A presença da CIDH no Chile coincidiu com uma decisão legislativa de abolição da pena de morte no país.

A CIDH intercambiou informação com representantes de diferentes setores da sociedade civil sobre o início da vigência do novo Código de Processo Penal e teve oportunidade de realizar visitas que a habilitaram a avaliar o desenvolvimento desta inovação no sistema jurídico chileno.

Nas suas reuniões de trabalho, a CIDH analisou numerosos casos individuais, aprovou relatórios sobre as etapas de admissibilidade e mérito e decidiu publicar 14 relatórios. A CIDH deu consideração especial ao avanço dos processos de solução amistosa iniciados em relação a 91 casos atualmente em tramitação. Por outro lado, decidiu estender medidas cautelares em favor de uma pessoa que, segundo a denúncia, padeceria de problemas de saúde mental e fora condenada à morte nos Estados Unidos da América, bem como em favor da Presidente da Corte de Constitucionalidade da Guatemala, que havia sido objeto de graves ameaças e intimidações em consequência do exercício de suas funções judiciais nesse país. Além disso, analisou o avanço dos 37 casos que tramitem perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No seu 112º Período Extraordinário de Sessões, a Comissão decidiu recomendar ao Secretário-Geral da OEA a designação de Santiago Cantón para o cargo de Secretário Executivo, em conformidade com o disposto no artigo 21 do Estatuto da Comissão. Além disso, discutiu uma série de relatórios sobre admissibilidade.

No seu 113º Período Ordinário de Sessões, a Comissão estudou numerosas comunicações individuais em que se alegam violações dos direitos humanos protegidos pela Convenção Americana e/ou a Declaração Americana, e conheceu de 60 relatórios sobre os correspondentes casos e petições.

A CIDH destacou a adoção da Carta Democrática Interamericana como passo rumo consolidação do vínculo indissolúvel entre a democracia e os direitos humanos. A Comissão considerou que a falta de cumprimento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da CIDH constituiriam, certamente, elementos importantes para determinar, em casos concretos, se a ordem democrática foi alternada e se existe risco para a democracia, com o que seriam ativados os mecanismos estabelecidos na Carta Democrática Interamericana.

A Comissão conheceu da designação do Defensor do Povo no Paraguai, em outubro de 2001. Essa decisão do órgão legislativo paraguaio reveste grande importância, já que o cargo, instituído na Constituição Nacional do país em 1992, permanecia vago desde então.

As audiências correspondentes ao 113º Período Ordinário de Sessões realizaram-se na sede da CIDH, de 12 a 16 de novembro de 2001. A Comissão realizou 52 audiências, nas quais ouviu depoimentos sobre casos individuais em tramitação, bem como exposições de representantes de governos e de organizações não governamentais sobre a situação geral dos direitos humanos em diferentes Estados membros. Em particular, a CIDH realizou uma audiência sobre o tema dos defensores de direitos humanos.

A CIDH destacou que é essencial a adoção, pelos Estados, de medidas tendentes a garantir a integridade física e a vida dos defensores de direitos humanos, para que estes possam cumprir livremente o seu trabalho. Nessas audiências, a CIDH também recebeu, com grande preocupação, informação sobre o assassinato de 68 defensores de direitos humanos na Colômbia, nos últimos anos. A CIDH realizou audiência relacionada com o caso de Digna Ochoa, defensora de direitos humanos assassinada no México em outubro de 2001. A CIDH recebeu os peticionários e os representantes do Estado mexicano, dando seqüência à tramitação do caso da senhora Ochoa, iniciada em outubro de 1999.

A Comissão reuniu-se com a Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para os Defensores de Direitos Humanos, a senhora Hina Jilani. No contexto desse encontro, ficou refletida a preocupação mútua com a situação dos defensores de direitos humanos nas Américas e intercambiou-se informação sobre os mecanismos que deverão de oferecer garantias para as atividades a que se dedicam os defensores de direitos humanos. Ao final do período de audiências, realizou-se uma mesa redonda, em que os membros da Comissão cujos mandatos expiraram no fim de 2001 compartilharam algumas experiências acumuladas durante sua trajetória pela CIDH.

Casos e procedimentos perante a Corte

A Comissão levou a cabo diversas atividades nos 25 casos contenciosos e 14 procedimentos de medidas provisórias que, na data deste Relatório, tramitam perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em 2001, a CIDH submeteu à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos os seguintes casos: em 24 de janeiro de 2001, o caso de 19 comerciantes contra a Colômbia; em 24 de janeiro de 2001, o Caso 11.752, Walter David Bulacio contra a Argentina; em 15 de julho de 2001, o Caso 11.073, Juan Humberto Sánchez contra Honduras; e em 19 de junho de 2001, o Caso 10.636, Myrna Mack Chang contra a Guatemala.

Em 30 de março de 2001, a CIDH solicitou à Corte Interamericana de Direitos Humanos um parecer consultivo sobre o alcance das medidas especiais de proteção às crianças (artigo 19), no que se refere às garantias legais e judiciais estabelecidas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Além disso, a Comissão participou de diversas audiências realizadas pela Corte para tratar dos casos pendentes. Promoveu, ademais, diversas medidas provisórias e participou dos correspondentes procedimentos.

Em 8 de março de 2001, a CIDH realizou sua reunião anual conjunta com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ocasião em que se abordou a implementação das reformas regulamentares que representam avanços em matéria de certeza jurídica e acesso das vítimas e seus representantes ao procedimento.

A CIDH e a Corte analisaram a busca constante de fontes adicionais de financiamento para as operações de ambos os órgãos; o cumprimento das sentenças da Corte e das recomendações da CIDH; o fortalecimento do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos; e a coordenação entre os dois órgãos para o desempenho de suas funções e a cooperação institucional na proteção e defesa dos direitos humanos.

Relatórios de situação geral

Em 2001, a CIDH aprovou diferentes relatórios sobre a situação em países do Hemisfério. Em março de 2001, a Comissão aprovou e publicou o relatório “Situação dos direitos humanos no Paraguai”. Na elaboração do relatório, utilizou-se a informação e a documentação recebidas antes, durante e depois da visita *in loco* realizada pela CIDH ao Paraguai, de 28 a 30 de julho de 1999, a convite do Governo. Mencionam-se nesse relatório os aspectos que afetam os direitos humanos no Paraguai, situações ligadas à impunidade, corrupção e pobreza existentes no país, e a falta de nomeação de um Defensor do Povo.

Em maio de 2001, a Comissão aprovou e publicou o “Quinto relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guatemala”. Na elaboração do relatório, utilizou-se a informação e a documentação recebidas antes, durante e depois da visita *in loco* realizada pela Comissão, a convite do Governo da Guatemala. O relatório concentra-se no desafio primordial de criar um sistema judicial que ofereça efetiva proteção aos direitos da população, por ser este o instrumento necessário para oferecer uma verdadeira defesa dos direitos e liberdades individuais. O relatório faz menção à persistente impunidade em casos de violações dos direitos humanos —no passado e no presente— situação que vai de encontro às obrigações do Estado emanadas da legislação interna e do Direito Internacional, subverte os princípios que sustentam os acordos de paz e debilita o primado do Direito.

Atividades de promoção

A Comissão organizou e participou de diversas atividades de promoção dos direitos humanos no Hemisfério, particularmente em Belize, em Grenada, e na República Dominicana. Essas atividades consistiram de conferências, cursos de capacitação e seminários.

Visitas *in loco*

De 5 a 8 de junho de 2001, a Comissão realizou uma visita *in loco* ao Panamá com a finalidade de observar a situação geral dos direitos humanos. Nessa visita, a CIDH reuniu-se com altas autoridades panamenhas, entre as quais o Presidente da República, e com membros de organizações não-governamentais e representantes de comunidades indígenas.

Em dezembro de 2001, a CIDH realizou uma visita *in loco* à Colômbia com a finalidade de analisar a situação dos direitos humanos. Nessa visita, a Comissão reuniu-se com altas autoridades do governo, entre as quais o Presidente da República, e com membros da sociedade civil. A CIDH visitou as cidades de Bogotá, Barrancabermeja e Medellín.

De 22 a 24 de junho de 2001, a CIDH também realizou uma visita protocolar ao Peru, a convite do governo. E, em julho de 2001, o Presidente da CIDH visitou o México, com o propósito de dar andamento a casos individuais.

Em 2001, a Comissão recebeu convite do governo da República Dominicana para efetuar uma visita ao país. Além disso, a CIDH avançou na consideração dos detalhes referentes aos convites recebidos para visitar o Equador e a Venezuela.

Entrada em vigor do novo Regulamento

Em 1º de maio de 2001, entrou em vigor o novo Regulamento da Comissão. Aprovado pela CIDH em dezembro de 2000, o novo instrumento consagra numerosos avanços em matéria de direitos humanos no Hemisfério, tais como a ampliação do acesso das vítimas aos procedimentos internacionais e maior garantia de certeza jurídica para as partes.

Assinatura e ratificação de instrumentos interamericanos

Em 8 de janeiro de 2001, o Representante Permanente do Peru junto à OEA assinou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.

Em 31 de janeiro de 2001, o Representante Permanente do Peru junto à OEA entregou ao Secretário-Geral da Organização um documento que regulariza a situação do país junto à CIDH e afirma o acatamento das sentenças da Corte que declararam inadmissível a ação unilateral de “retirada do reconhecimento da competência contenciosa da Corte Interamericana” com base em resolução legislativa de 7 de julho de 1999.

Em 4 de maio de 2001, o México assinou a Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas. Por sua vez, em 5 de junho de 2001, o Chile assinou o Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador”. Ademais, em 10 de setembro de 2001, o Chile assinou o Protocolo à Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos relativo à Abolição da Pena de Morte.

Também cumpre mencionar que a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência foi assinada pelos seguintes Estados: Brasil (15 de agosto de 2001), Peru (30 de agosto de 2001) e Uruguai (20 de julho de 2001).

Relatoria Especial sobre Liberdade de Expressão

A Relatoria Especial colocou em destaque a necessidade de respeitar e garantir efetivamente o direito à liberdade de expressão como instrumento fundamental para a democracia. Em 2001, a Relatoria colaborou com a Comissão na elaboração de relatórios sobre casos e petições referentes ao direito de liberdade de expressão e prestou assessoramento em casos de medidas cautelares e provisórias. Por meio de seminários, reuniões técnicas e conferência, a Relatoria realizou de promoção do direito à liberdade de expressão.

Além disso, a Relatoria intensificou o diálogo com diferentes países do Hemisfério, em busca de soluções para os problemas de liberdade de expressão. Nesse contexto, participou de visitas *in loco* ao Panamá e à Colômbia, durante as quais manteve encontros com diferentes autoridades públicas e com representantes e membros da sociedade civil.

A Relatoria apresentou o “Relatório sobre o Estado da Liberdade de Expressão nas Américas” à CIDH, que o aprovou por unanimidade, incorporando-o ao seu Relatório Anual. O documento da Relatoria inclui estudos específicos sobre temas relacionados com a liberdade de expressão, tais como o acesso a informação e a ética jornalística.

Em novembro de 2001, o Relator Especial reuniu-se com o Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão e com o Representante da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação. Nesse encontro, que se realiza anualmente, os três defensores e promotores da liberdade de expressão assinaram uma declaração conjunta.

V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), estabelecida pela Assembleia Geral em 1986, tem por base os princípios e objetivos enunciados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, bem como o estabelecido na Estratégia Antidrogas no Hemisfério, aprovada pela Comissão em 1996 e pela Assembleia Geral em 1997. É um foro hemisférico que habilita os Estados membros a avaliar políticas e estratégias e a intercambiar idéias e experiências sobre o problema das drogas. Seus objetivos principais são ampliar e fortalecer a capacidade dos países membros para reduzir a demanda de drogas, prevenir seu uso indevido e combater sua produção e tráfico ilícitos, e promover uma resposta interamericana apropriada mediante a intensificação das atividades regionais em matéria de pesquisa, intercâmbio de informação, capacidade de pessoal especializado, prestação de assistência mútua.

Em 2001, observou-se no Hemisfério um aumento na demanda de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e recentes pesquisas demonstraram que o uso de drogas parece ter-se incrementado nos Estados membros, ao mesmo tempo que se detectava o uso de novas combinações de drogas em zonas antes não afetadas. Por esta razão, a CICAD facilitou e promoveu a cooperação multilateral para controlar o uso, a produção e o tráfico ilícitos de drogas nas Américas.

A CICAD, por meio dos programas de 2001 – Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM), Redução da Demanda, Redução da Oferta, Desenvolvimento Alternativo, Desenvolvimento Jurídico, Combate à Lavagem de Ativos, Fortalecimento Institucional e Observatório Interamericano de Drogas –, aplicou a Estratégia Antidrogas no Hemisfério, tendo como prioridade a implementação e o cumprimento total da primeira rodada de avaliações do MEM.

Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM)

Em sinal de apoio ao MEM, a Comissão recebeu três novos mandatos na Terceira Cúpula das Américas, que a exortou a incrementar empreendimentos conjuntos com o BID para a captação de fundos junto à comunidade de doadores internacionais; recomendou a criação de unidades de inteligência financeira para tornar mais efetiva a cooperação internacional contra a lavagem de dinheiro; e determinou que colaborasse na área do desenvolvimento alternativo e na preparação de um estudo sobre os custos humanos e econômicos da droga no Hemisfério.

Em abril de 2001, o Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI) do MEM examinou o processo de avaliação e produziu indicadores novos e melhorados para a segunda rodada de avaliação. O GTI apresentou os indicadores novos e revisados, bem como recomendações que foram submetidas ao Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da CICAD. Os 83 indicadores, que abrangem toda a campanha antidrogas, foram aprovados pela Comissão e enviados aos Governos dos países membros para a segunda rodada, correspondente ao período 2001-02.

Concluída a primeira rodada de avaliações e publicados os relatórios dos países e o relatório hemisférico em janeiro de 2001, o MEM iniciou a segunda etapa do seu programa mediante a análise da implementação de recomendações da primeira rodada. O Grupo de Peritos Governamentais (GEG)

redigiu os relatórios aprovados pela Comissão em sua reunião extraordinária de janeiro de 2002. Os relatórios nacionais sobre o avanço no cumprimento das recomendações foram divulgados aos Estados membros em 30 de janeiro de 2002 e encontram-se à disposição do público. Os resultados do MEM demonstram que os países, trabalhando em conjunto, forjaram um instrumento eficiente e efetivo para enfrentar um dos principais problemas da região.

Redução da demanda

O objetivo principal do Programa de Redução da Demanda é reduzir a demanda de drogas ilícitas e outras substâncias, desencorajando e prevenindo o seu consumo inicial e tratando as suas conseqüências negativas para a sociedade e a saúde. A CICAD ofereceu capacitação formal e informal a profissionais que administram os programas de prevenção e que prestam serviços de tratamento, reabilitação e reinserção social nos Estados membros.

Na sua quarta reunião, em Montego Bay, o Grupo de Peritos em Redução da Demanda formulou 18 recomendações relacionadas com as modalidades de tratamento e reabilitação dos dependentes de drogas, dando ênfase à prevenção e ao tratamento do abuso do álcool. Também destacou a necessidade de que cada país conte com normas mínimas de atenção, para regulamentar os centros de tratamento.

Entre as atividades que prosseguiram desde o ano anterior, incluem-se os projetos de capacitação em redução da demanda, para escolas de enfermagem na América Latina; o programa de prevenção da dependência de drogas para crianças, meninos da rua e menores trabalhadores; e a capacitação em prevenção e tratamento do uso indevido de drogas no Caribe. O programa de mestrado online em dependência de drogas, a ser iniciado em meados de 2002, será realizado em conjunto com três universidades da Espanha e cinco da América Latina. Com o apoio técnico e financeiro da CICAD, alguns países desenvolveram normas mínimas de atenção e cuidados no tratamento, respeitando os direitos humanos dos pacientes.

Redução da oferta

O Programa de Redução da Oferta ofereceu vários programas de capacitação, entre os quais um seminário para o *Proyecto de software uniforme para el control de sustancias químicas* realizado em Lima, com a coordenação da *Drug Enforcement Agency* (DEA) dos Estados Unidos; um seminário de trabalho no âmbito do projeto de cooperação alfandegária, realizado com o Centro Interministerial de Formação Antidrogas (CIFAD) em Fort-de-France, Martinica; e dois seminários sobre a análise de inteligência em combate aos entorpecentes, realizados pela Escola Regional Andina de Inteligência Antidrogas.

Além disso, o Projeto de Controle de Precursores Químicos no Caribe, co-financiado pela União Européia, realizou em Kingston o seu quinto seminário de capacitação. O Projeto de Cooperação Marítima e Segurança Portuária auspiciou conferências em Cartagena das Índias, Colômbia, e em Manta, Equador, relacionadas com os programas de segurança portuária nesses países. O Grupo de Peritos para o Controle de Substâncias Químicas identificou e formulou recomendações nas áreas problemáticas do controle de drogas farmacêuticas, como a legislação e o oportuno intercâmbio de informação.

Proporcionou-se também novo equipamento para o projeto da Rede Interamericana de Telecomunicações para o Controle de Drogas (RETCOD), estabelecendo-se novas agências em países que já participam do projeto, incluindo a Argentina e o Panamá. Em dezembro de 2001, publicou-se o estudo sobre tráfico marítimo de drogas na Colômbia, juntamente com uma série de recomendações. Em janeiro de 2002, com o objetivo de promover a cooperação multinacional, realizou-se outro estudo em colaboração com o Governo do Chile. Já está programada a realização de outro estudo, no Equador.

Programa de Desenvolvimento Alternativo

No contexto do Programa de Desenvolvimento Alternativo, a implementação do Programa de Avaliação e Administração do Uso de Terras (GLEAM) concluiu-se, no Peru, com o envio de equipamento automatizado e de campo e o treinamento do pessoal de CONTRADROGAS. A CICAD estendeu o uso do GLEAM em outros países da região andina, principalmente na Bolívia.

Na área da melhoria de produtos deste Programa, a CICAD incluiu o Caribe com o início da execução do projeto Banana Orgânica e Gestão Integrada de Pragas na Dominica, Jamaica e Santa Lúcia. Por outro lado, iniciaram-se na Bolívia duas atividades relacionadas com o melhoramento da produção e a introdução de novas variedades das plantas de banana e cacau. Na Colômbia, a CICAD trabalhou com as comunidades indígenas de Cofán e do Conselho Indígena do Vale Guamuez e São Miguel. Por sua vez, a CICAD está preparando com o Equador e o Paraguai o estabelecimento de seus respectivos grupos consultivos. No caso do Equador, o grupo consultivo realizou em outubro uma reunião com a comunidade internacional, que se comprometeu a apoiar suas atividades com um financiamento de US\$266 milhões.

Programa de Desenvolvimento Jurídico

El Programa de Desenvolvimento Jurídico trabalhou no controle de armas e de precursores químicos, participou como observador da Comissão Centro-Americana Permanente Antidrogas (CCP), proporcionando apoio jurídico e técnico para fortalecer sua estrutura; e, a pedido da Comissão propôs modificações no seu Convênio Constitutivo. Também prestou assistência para o desenvolvimento do Plano de Ação Regional (PAR) dos países que o integram.

O projeto do Centro Regional de Desenvolvimento e Cooperação Jurídica na América Central (CEDEJU), realizado em conjunto com o Programa Internacional das Nações Unidas para o Controle de Drogas (UNDCP), encerrou-se com uma mesa-redonda sobre os avanços em matéria de capacitação de juízes e promotores dos países da região, e com recomendações para um novo projeto de treinamento em aplicação dos instrumentos internacionais aos delitos relacionados com drogas e outros delitos conexos nas leis nacionais pertinentes.

Realizaram-se também três seminários para os países da América Central, do Caribe e da América do Sul, em coordenação com o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe (UN-LiREC). Os seminários tiveram o propósito de promover a aplicação da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, e a implementação do Regulamento Modelo da CICAD para o Controle do Movimento Internacional de

Armas de Fogo, Suas Partes, Componentes e Munições, em conformidade com as legislações nacionais.

Em relação ao tema das substâncias químicas utilizadas na produção de drogas ilícitas, analisaram-se e revisaram-se as leis de 11 países do Caribe a fim de determinar sua conformidade com os pertinentes instrumentos internacionais e regionais, tais como a Convenção de Viena de 1988, das Nações Unidas, e o Regulamento Modelo da CICAD para o Controle de Substâncias Químicas. A CICAD colaborou com o Escritório Regional do UNDCP para o Caribe, em Barbados, para dar vigência à legislação necessária nos países membros do Caribe.

Em janeiro de 2002, acrescentou-se ao *site* da CICAD na Internet um espaço referente às armas de fogo e suas partes e componentes, que inclui as convenções internacionais e regionais sobre controle de armas e os pontos centrais de contato entre os países membros para sua importação e exportação. Adicionalmente, em janeiro de 2002, a CICAD, em colaboração com o UN-LIREC, lançou um projeto piloto para a instalação do Regulamento Modelo para o controle de armas de forma automatizada e, em fevereiro, publicou um manual para promover a implementação da operação desse Regulamento pelos países.

Combate à lavagem de ativos

A Unidade de Combate à Lavagem de Ativos da CICAD trabalhou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em projetos de capacitação de entidades financeiras públicas e privadas e dos poderes judiciários dos Estados membros. Nesse sentido, executou o projeto piloto de treinamento de banqueiros e reguladores da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai. O programa desenvolvido pela CICAD e o BID foi cedido ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), da Espanha, para treinar seu pessoal na América Latina e no Caribe, calculado em mais de 50.000 funcionários; em contrapartida, a CICAD receberá, para os seus propósitos de capacitação, um novo programa atualizado pelo BBVA e uma versão em português para implementar os cursos de treinamento no Brasil. O Banco Montevideo, do Uruguai, também recebeu os materiais citados, em troca da organização de cursos para seus funcionários (aproximadamente 500) e para 80 funcionários públicos do Uruguai com responsabilidades em matéria de controle da lavagem de ativos.

Na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela iniciou-se um programa de capacitação de juízes e promotores, em cujo âmbito foi concluída a etapa de avaliação de necessidades. Na área de treinamento de funcionários e fortalecimento de instituições dedicadas ao controle da lavagem de ativos, propôs-se ao BID um programa para unidades de inteligência financeira, a ser executado em 2002.

Em sua reunião no Peru, o Grupo de Peritos em Controle da Lavagem de Ativos acordou fortalecer as unidades de inteligência financeira como instrumento da cooperação internacional no combate à lavagem de ativos e continuar a análise da autonomia do delito de lavagem de ativos para habilitar a justiça a aplicar a lei com maior eficácia.

Programa de Fortalecimento institucional

O fortalecimento das estruturas nacionais de coordenação da luta contra a droga nos Estados membros continua a representar o objetivo final das ações do Programa de Fortalecimento Institucional. Nesse sentido, a CICAD trabalhou na área da assistência técnica para a criação ou modernização de estratégias e planos nacionais de drogas, a fim de dotar os países dos instrumentos programáticos de referência para orientar suas políticas antidrogas. A CICAD participou na elaboração dos planos nacionais das Bahamas, Barbados, Dominica e Venezuela.

A CICAD apoiou a criação de observatórios nacionais de drogas, assim oferecendo aos países a possibilidade de contar com instrumentos de informação, análise e pesquisa adequados para conhecer mais exatamente o problema e implementar políticas eficazes de luta contra as drogas. Com financiamento do Plano Nacional de Drogas da Espanha e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), a CICAD avançou na implementação do Projeto de Fortalecimento Institucional das Comissões Nacionais de Drogas da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), onde já foram criados observatórios nacionais de drogas, ao qual se incorporou a República Dominicana, e deu-se início à sua segunda fase (2001-03), orientada para os países andinos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Em outubro, sob os auspícios da CICAD, realizou-se em Cartagena das Índias o Encontro Ibero-Americano de Observatórios Nacionais, que serviu de foro de intercâmbio das experiências mais interessantes na América Latina e na Europa no âmbito da informação sobre drogas.

Observatório Interamericano de Drogas

Criado em maio de 2000, o Observatório Interamericano de Drogas prestou apoio técnico e financeiro aos Estados membros para a realização de levantamentos sobre consumo de drogas, utilizando o Sistema Interamericano de Dados Uniformes sobre o Consumo de Drogas (SIDUC), que concentrou suas ações em estudos de consumo de drogas entre estudantes de segundo grau. O Observatório desenvolveu uma metodologia para estimar os custos econômicos e sociais das drogas e publicou o Resumo Estatístico sobre Drogas 2001, que compila dados dos Estados membros sobre o controle da oferta de drogas utilizando o sistema de dados CICDAT. Também colaborou com a Seção de Estatística do Programa Internacional das Nações Unidas para o Controle de Drogas (UNDCP) na revisão do *Annual Reports Questionnaire* (ARQ).

Como novo tema, iniciou-se a pesquisa do fenômeno do deslocamento no Hemisfério com reuniões realizadas em fevereiro, maio e novembro de 2001. Na sua primeira reunião, o Grupo de Coordenadores da CICAD sobre Deslocamento acordou uma definição do fenômeno e solicitou à Secretaria Executiva a preparação de um protocolo de pesquisa com vistas à realização de estudos sobre o fenômeno do deslocamento nos respectivos países. Nas duas reuniões seguintes, o Grupo considerou os relatórios nacionais sobre o tema e recomendou à Comissão um novo indicador sobre deslocamento, a ser incluído na segunda rodada do MEM, o que foi aprovado.

O Observatório também criou o *site* regional sobre drogas, desenhado em conjunto pela CICAD e os observatórios nacionais de drogas, a fim de proporcionar informação sobre os diferentes aspectos do fenômeno das drogas. Por meio de reuniões técnicas de trabalho e seminários de capacitação, o Observatório auspiciou um projeto de assistência aos Estados membros para o desenvolvimento de sistemas nacionais de informação sobre drogas.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), estabelecida pela Assembleia Geral em 1994, é uma entidade dotada de autonomia técnica no desempenho de suas funções, dentro dos limites fixados na Carta da OEA, em seu Estatuto e nos mandatos da Assembleia Geral. Seu objetivo principal é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério. Atua como órgão assessor da OEA em assuntos relacionados com as telecomunicações.

Na Declaração de Québec, reconheceu-se que os esforços coletivos do Hemisfério seriam mais eficazes com o uso inovador das tecnologias de informação e telecomunicações para conectar os governos e os povos da região e compartilhar conhecimentos e idéias. A Declaração e o Plano de Ação desta Cúpula das Américas ajudaram a determinar as prioridades e metas para os próximos anos e, no caso particular da CITEL, instaram pela continuação do seu objetivo de aumentar o nível de conectividade e informatização, no desempenho do seu papel de foro principal da região em matéria de telecomunicações.

Para a CITEL, 2001 caracterizou-se como um ano de preparação, organização e planejamento de numerosas atividades, ajustando-se ao novo contexto das telecomunicações gerado não só pelo rápido desenvolvimento de novas tecnologias e serviços e o estabelecimento de mercados liberalizados e órgãos reguladores independentes, como também pelas dificuldades econômicas do setor privado das telecomunicações.

No período abrangido por este relatório, a CITEL publicou o primeiro número da sua revista oficial, *CITEL XXI*, cujo tema central foi “A Internet nas Américas”. Além disso, a CITEL concentrou-se na redução das desigualdades causadas pela lacuna digital, desenvolvendo a infraestrutura de telecomunicações na região e assegurando-se de que o seu trabalho continua a ser relevante tanto para as administrações dos países membros como para os seus membros associados, cujo total era superior a 230 em fins de 2001. Nesse sentido, a CITEL assinou acordos de cooperação com várias instituições da comunidade global das telecomunicações [AHCJET, ETSI, ASETA, Comitê T1 (EUA) e TIA (EUA)] e está negociando ainda outros com a CEPT, C/LAA, CREAD, IAF, UPAEP e ALACEL.

Resumindo, podemos informar que, em 2001, a CITEL organizou nove reuniões, em que se aprovaram 88 resoluções, nove recomendações e 19 decisões.

Atividades das comissões

Comissão de Coordenação

A Comissão de Coordenação da CITEL é o organismo administrativo da Comissão. Está constituída pelo Presidente e o Vice-Presidente da Comissão Diretora Permanente, os três presidentes das Comissões de Consulta Permanentes e o Secretário Executivo, que atua como seu secretário. Na sua Oitava Reunião, realizada em Washington, D.C., de 23 a 24 de agosto de 2001, a Comissão, após revisar o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, preparou sua Agenda de Conectividade para as Américas, a fim de assegurar que a CITEL responda ao mandato emanado da Cúpula. Este

documento será considerado na Terceira Assembléia da CITEL, a realizar-se em agosto de 2002, em Buenos Aires. Se aprovada a Agenda constituirá a base do programa de atividades da CITEL para o período 2002-06.

A Comissão analisou o projeto de calendário de reuniões, o projeto de orçamento para 2002 e as propostas de mudanças no Estatuto e no Regulamento da CITEL, emitiu diretrizes adicionais para a preparação da Assembléia da CITEL e para o Foro de Altas Autoridades do Setor das Telecomunicações a ser realizado durante a Assembléia, e apresentou ao Conselho Permanente da OEA um relatório sobre as atividades atuais e futuras e sobre as realizações da CITEL.

Comissão Diretora Permanente da CITEL (COM/CITEL)

A Comissão Diretora Permanente, órgão executivo da CITEL, reúne-se uma vez por ano. Na reunião de 2001 (Salinas, Equador, 10 a 14 de dezembro de 2001), apresentou-se uma versão da Agenda de Conectividade para as Américas, cuja preparação começará em agosto deste ano sob a direção do Presidente da COM/CITEL. Este documento proporciona diretrizes de caráter geral que facilitam os processos de diagnóstico, desenho e execução das agendas nacionais de conectividade, que deverão ser preparadas e aplicadas para garantir sua continuidade, e das quais deverão participar os representantes da sociedade civil, dos setores público e privado e de organismos internacionais e regionais. Com este processo, pretende-se que todos os países das Américas hajam iniciado a aplicação das agendas de conectividade antes da próxima Cúpula das Américas, indicando datas, objetivos e metas realistas, e que seu financiamento esteja refletido nos planos de desenvolvimento dos governos da região.

Nessa mesma reunião da COM/CITEL, divulgaram-se e analisaram-se as experiências de mercado dos países da região e aprovou-se a realização de uma reunião em 2002, a ser organizada pela CITEL e pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) em colaboração com a Associação das Indústrias de Telecomunicações dos Estados Unidos (TIA).

Em 2001, a CITEL começou a preparar um curso inicial de educação à distância sobre “Regulamentação de novos serviços e aplicações de IP”, com base no material preparado pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Capacitação em Telecomunicações (INICTEL), do Peru. Após analisar as necessidades dos países, a COM/CITEL aprovou os seguintes cursos de educação à distância a serem oferecidos em 2002: “Segurança em redes públicas”, a ser ministrado pelo Centro de Excelência da UIT, e “Interconexão de redes”, oferecido pela Associação Colombiana de Engenheiros (ACIEM).

No âmbito da reunião da COM/CITEL, o Grupo de Trabalho encarregado dos preparativos da CITEL para a Conferência de Plenipotenciários (PP-02) e a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações 2002 (CMDT-02) da União Internacional de Telecomunicações (UIT), realizou sua quarta reunião. Nessa ocasião, finalizou a preparação das propostas interamericanas para a PP-02, que implicam modificações na Constituição e no Convênio da UIT, cujo prazo de apresentação venceu em janeiro de 2002. Na reunião, discutiu-se a preparação da CMDT-02, cujo tema será a análise da “supressão da lacuna digital”.

Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CCP.I)

A CCP.I é o órgão técnico assessor em matéria de coordenação de normas, planejamento, financiamento, construção, operação, manutenção, assistência técnica, processos de certificação de equipamento, princípios tarifários e demais assuntos relacionados com o uso, a implementação e a exploração dos serviços públicos de telecomunicações nos Estados membros. Em 2001, a CCP.I realizou sua Décima Quarta Reunião de 26 a 30 de março, em Natal, Brasil, e sua Décima Quinta Reunião de 1º a 5 de outubro, em Assunção, Paraguai.

Em relação ao tema da coordenação de normas, adotou resoluções sobre: redes inteligentes (RI) com recomendações sobre a implementação de normas para a introdução de novos serviços e portabilidade de número, sistema de intercâmbio eletrônico de números de série de terminais móveis declarados furtados ou perdidos, e criação de um sistema normatizado antifraude nos sistemas de telecomunicações convergentes (fixo-móvel-IP). Também iniciou o estudo da interoperacionalidade das diferentes redes sem-fio 3G e de cabo existentes nas Américas e a atualização do projeto de norma coordenada sobre o componente terrestre das IMT-2000. Levando em conta a rapidez das mudanças tecnológicas e a necessidade de aproximar essa informação aos países, decidiu efetuar estudos que seriam inseridos no *site* da CITEI na Internet, para que as administrações possam consultar o desenvolvimento de tecnologias em diferentes áreas, tais como a Versão 6 do Protocolo da Internet, Redes de Nova Geração, Banda Larga e Portabilidade de Número.

Estabeleceu, igualmente, o plano de trabalho do Acordo Interamericano de Reconhecimento Mútuo para a Avaliação da Conformidade dos Equipamentos de Telecomunicações. Vários países estão ajustando seus procedimentos e leis nacionais para poderem iniciar a Fase 1 (fase transitória de reconhecimento mútuo dos relatórios de provas) e a Fase 2 (fase operacional de reconhecimento mútuo das certificações) do Acordo. Para agilizar os procedimentos, a CITEI colocará em operação um banco de dados com a informação necessária em apoio à aplicação prática dos Acordos de Reconhecimento Mútuo, e começou a trabalhar no desenvolvimento dos primeiros capítulos do Livro Amarelo sobre processos de certificação para equipamentos de telecomunicações nas Américas.

O Grupo de Trabalho de Serviços Básicos e Universais concluiu a elaboração do livro de teleeducação nas Américas, que inclui uma relação das políticas, planos e projetos de teleeducação em operação. Em 2002, começarão os estudos e pesquisas para a elaboração de um livro sobre telemedicina nas Américas e de manuais sobre teleaplicações. Também está prevista a publicação de um livro sobre infra-estrutura global da informação nas Américas, que incluirá aspectos relativos a políticas e estratégias para o seu planejamento.

Comissão de Consulta Permanente II: Radiodifusão (CCP.II)

A CCP.II é o órgão técnico assessor em matéria de normas, planejamento, operação e assistência técnica das diversas modalidades do Serviço de Radiodifusão. Em conjunto com a Oitava Reunião (San Salvador, El Salvador, 7 a 11 de maio de 2001) realizou-se um fórum sobre políticas de radiodifusão nas Américas, que consistiu de oito sessões e dois grupos de discussão, no qual se analisaram detalhadamente as tecnologias digitais para televisão e áudio, os serviços de radiodifusão via satélite e alguns aspectos de regulamentação.

As conclusões deixaram à mostra que o maior desafio dos responsáveis pelas políticas de radiodifusão consiste em assegurar a abordagem e a satisfação das necessidades da sociedade, simultaneamente com o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias. A recomendação principal diz respeito à realização de estudos adicionais no campo das novas tecnologias, normas e modelos comerciais de radiodifusão, com uma cooperação entre a indústria, os reguladores, os radiodifusores e os consumidores dos países da região.

Comissão de Consulta Permanente III: Radiocomunicações (CCP.III)

A CCP.III atua como órgão técnico assessor em matéria de coordenação de normas, planejamento, aproveitamento e uso eficiente do espectro radioelétrico e das órbitas satelitais, bem como a operação dos serviços de radiocomunicações nos Estados membros. Em 2001, a Comissão realizou sua Décima Sétima reunião, de 5 a 9 de março, na Cidade do Panamá, sua Décima Oitava Reunião, de 11 a 15 de junho, em Ottawa, Canadá, e sua Décima Nona Reunião, de 6 a 9 de novembro, na Cidade da Guatemala.

Está em fase de preparação um relatório sobre as diferenças e semelhanças entre os procedimentos de obtenção de licenças VSAT na região, para ajudar as administrações a simplificar seus procedimentos. Para a sua preparação, analisaram-se as experiências e os sistemas utilizados pelas administrações de países membros e de outras organizações regionais.

Levando em conta que o espectro é um recurso escasso e que a migração de bandas de frequências dos serviços de radiocomunicações é necessária para dar lugar aos novos serviços que surgem, incorporou-se ao *site* da CITEL informação sobre as experiências dos países da região a respeito do tema. Este trabalho é preparatório à Conferência Mundial de Radiocomunicações, em que os países decidem sobre o uso compartilhado do espectro de modo a permitir o deslanche ou crescimento dos serviços de radiocomunicações, e estabelecem os regulamentos internacionais para o uso de frequências por todos os serviços, desde a televisão, a radiodifusão e a telefonia móvel, até a navegação marítima e aérea, os sistemas de segurança e os sistemas satelitais. Na Décima Oitava Reunião, aprovou-se o novo procedimento para a apresentação de propostas interamericanas à Conferência Mundial de Radiocomunicações, que eleva para seis o número de administrações que devem apoiar um projeto de proposta para que este se converta em IAP e estabelece que este não deve ser oposto por uma proporção superior a 50% do número de apoios obtidos.

Para facilitar os trabalhos dos reguladores da região e promover a harmonização, aprovaram-se as Guias para a Implementação de Alta Densidade de Estações Terrestres do Serviço Fixo por satélite geostacionário, sem necessidade de proceder a uma coordenação individual com o serviço fixo e a Guia sobre Dispositivos de Baixa Potência. Continuam sob estudo as disposições do espectro para as IMT-2000 ou serviços móveis de terceira geração.

COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO

O Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), criado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1650 (XXIX-O/99), tem como propósito desenvolver a cooperação para prevenir, combater e eliminar os atos e atividades terroristas. Está integrado pelas autoridades nacionais competentes de todos os Estados membros e orienta sua tarefa com base nas convenções internacionais sobre a matéria, os princípios e objetivos da Declaração de Lima para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, o Plano de Ação de Lima sobre Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, e o Compromisso de Mar del Plata. Está sediado na Secretaria-Geral da OEA.

Em 21 de setembro de 2001, os Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros da Organização adotaram a resolução RC.23/RES. 1/01 rev. 1, mediante a qual instruíram o Conselho Permanente a convocar uma reunião do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, com o propósito de identificar ações urgentes destinadas a fortalecer a cooperação interamericana para prevenir, combater e eliminar o terrorismo do Hemisfério.

Em cumprimento a este mandato, o CICTE realizou seu Primeiro Período Extraordinário de Sessões em 15 de outubro de 2001, na sede da OEA, para dar início à aplicação dos compromissos da OEA contra o terrorismo, tal como acordado pelos Ministros das Relações Exteriores.

Participaram do período extraordinário de sessões representantes dos 34 Estados membros e de 12 Estados Observadores Permanentes, bem como de organizações do Sistema Interamericano. Na reunião, vários delegados informaram a respeito dos avanços registrados no âmbito legislativo interno, tendentes a assegurar a ratificação ou aplicação das 12 convenções existentes nas Nações Unidas e da Convenção Interamericana, que tratam de aspectos relacionados com o terrorismo. Algumas delegações informaram também que as obrigações contidas na resolução 1337 do Conselho de Segurança das Nações Unidas haviam sido incorporadas às suas legislações internas.

A fim de implementar as disposições adotadas e as decisões tomadas por todas as nações do Hemisfério nas suas atividades de luta contra o terrorismo, estabeleceram-se no CICTE três subcomissões, encarregadas de elaborar o plano de trabalho do Comitê para o período 2002-03, a saber: controle de fronteiras, financiamento de grupos terroristas e atualização do plano de trabalho adotado no Primeiro Período Ordinário de Sessões do CICTE, realizado em Miami, em dezembro de 1999.

As propostas dessas subcomissões foram compiladas no relatório sobre conclusões e recomendações, que foi recebido e aprovado no Segundo Período Extraordinário de Sessões do CICTE, realizado em 29 de novembro de 2001. Nessa ocasião, decidiu-se também submeter o relatório, para sua aprovação formal, ao Segundo Período Ordinário de Sessões do CICTE.

Em 28 e 29 de janeiro de 2002, realizou-se na sede da OEA o Segundo Período Ordinário de Sessões do CICTE, do qual participaram representantes de alto nível de 33 Estados membros, entre os quais Ministros de Governo responsáveis pelas políticas de combate ao terrorismo, Representantes Titulares designados junto ao CICTE e Representantes Permanentes ou Interinos junto à OEA. Também assistiram Observadores Permanentes de 25 países junto à OEA. Na ocasião, os Estados

membros informaram sobre as medidas adotadas em cumprimento às decisões dos Ministros das Relações Exteriores contidas na resolução da Vigésima Terceira Reunião de Consulta e aprovaram os planos de ação preparados pelas três subcomissões do CICTE. Além disso, decidiu-se convocar o Terceiro Período Ordinário de Sessões do CICTE, a ser realizado em 2003, em lugar a ser ainda determinado.

As ações da OEA na luta internacional contra o terrorismo mereceram reconhecimento especial ao serem o Secretário-Geral e o Presidente do CICTE convidados a informar o Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito dos esforços realizados à luz da resolução 1373 do Conselho de Segurança. A informação foi bem recebida e serviu de modelo para outras organizações regionais dedicadas à luta contra o terrorismo.

Além da realização dos dois períodos extraordinários de sessões e do segundo período ordinário, estabeleceu-se uma pequena secretaria para o CICTE, com recursos proporcionados, entre outras fontes, pela Secretaria-Geral. A Secretaria do CICTE passou a manter contatos iniciais com várias organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Interpol, com o propósito de respaldar o trabalho e as atividades do CICTE. Graças ao apoio dos Estados membros e Observadores Permanentes, o CICTE começou a preparar programas de treinamento, ademais de uma rede eletrônica interamericana de peritos na área do terrorismo. Este banco de dados servirá para apoiar os esforços do CICTE em matéria de intercâmbio de melhores práticas e de outra informação relevante para os Estados do Hemisfério, em sua luta contra o flagelo do terrorismo.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi estabelecida pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99) para tratar dos assuntos relacionados com os desastres naturais e servir de foro principal da OEA para a análise do tema, em coordenação com as organizações nacionais competentes. Presidida pelo Secretário-Geral da OEA, a Comissão é integrada pelo Presidente do Conselho Permanente, Secretário-Geral Adjunto, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Diretor-Geral da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Secretário-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Secretário Executivo do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI).

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais reuniu-se em duas ocasiões neste período, em resposta aos terremotos ocorridos em El Salvador. Em ambas as reuniões envidaram-se esforços para coordenar as respostas das diferentes entidades do Sistema Interamericano em matéria de atividades de socorro e recuperação.

A Comissão, na sua reunião de janeiro, ao examinar como poderia ter dado melhor resposta à primeira série de terremotos e aos tremores secundários em El Salvador, acordou quanto à preparação de um documento descritivo dos serviços que são prestados pelos integrantes da Comissão a fim de responder aos desastres, à reconstrução e à mitigação dos seus efeitos. Tendo por base as contribuições dos demais membros da CIRDN, a Secretaria-Geral da OEA preparou esse documento, que foi incluído no relatório do CIRDN ao Vigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado na Costa Rica (CP/doc.3460/01). O Secretário-Geral, na qualidade de Presidente da Comissão, propõe-se recorrer à colaboração dos seus demais membros a fim de publicar cópias do documento sobre os serviços que podem ser prestados a cada um dos membros da Comissão.

A Terceira Cúpula das Américas comprometeu seus líderes a convocar, dentro de um ano, uma reunião hemisférica sobre preparativos para casos de desastre e mitigação de seus efeitos, com o apoio do CIRDN e a participação de uma ampla gama de entidades governamentais, regionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, entidades privadas, ONGs e comunidades de pesquisa científica e técnica, para examinar e formular uma estratégia de implementação dos mandatos da Cúpula em matéria de gestão de desastres, tema que foi considerado na resolução AG/RES. 1803 (XXXI-O/01). A convite dos Governos dos Estados Unidos e da Costa Rica e em colaboração com os mesmos, o Secretário-Geral convocou a Conferência sobre Redução de Riscos de Desastres, que se realizou na Costa Rica, de 4 a 6 de dezembro de 2001. A Conferência reuniu as partes interessadas em responder a desastres naturais, em atividades de reconstrução e na mitigação dos seus efeitos. O BID e a OPAS, na qualidade de membros do CIRDN, também cooperaram na organização da Conferência.

Finalmente, cumpre assinalar que a Secretaria-Geral da OEA destinou contribuições financeiras em resposta ao terremoto de El Salvador e aos furacões que assolaram Belize e Honduras, em setembro e outubro, respectivamente.

CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi estabelecido pela Assembléia Geral [AG/RES. 1 (XXVI-E/99)] como entidade intergovernamental dotada de autonomia técnica e operacional, em cumprimento aos mandatos contidos no Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas e às recomendações adotadas nas Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Rege-se por seu Estatuto e seu Regulamento. Seus objetivos são facilitar o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informação e outras formas de cooperação técnica, bem como o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas judiciais da região.

No seu primeiro ano de financiamento, o Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA), mediante o trabalho conjunto do seu Conselho Diretor e de sua equipe profissional, conseguiu estruturar-se como instituição dotada de perfil próprio e definido na região, habilitado a contribuir substantivamente para a melhoria das políticas públicas judiciais.

O CEJA contribuiu para melhorar a qualidade das políticas públicas na área da justiça, aproveitando as experiências e as possibilidades oferecidas pelo trabalho regional, aumentando o nível de conhecimento sobre o setor da justiça nos países das Américas e criando uma comunidade regional interessada nesses temas. Para tanto, o CEJA dedicou-se a atividades e projetos de alto impacto na região, o que exigiu, neste primeiro ano, sua participação em 24 eventos e a realização de múltiplas viagens para dar a conhecer tanto o que é o CEJA como aquilo a que se propõe.

Projetos e atividades

Centro de informação

Desenvolvimento de um centro de informação do CEJA como espaço de comunicação, intercâmbio de idéias, prestação de serviços e divulgação de informação a serviço da comunidade jurídica regional. São produtos desse centro de informação:

- *Site* na Internet: www.cejamericas.org

Este *site* oferece informação sobre o CEJA, acesso a materiais, documentos, informação sobre projetos e formas de contrato, vínculos com os *sites* mais importantes dos poderes judiciários de diversos países e acesso a alguns dos bancos de dados e informação para a imprensa. Também levou a cabo, em agosto e setembro de 2001, um primeiro foro virtual sobre reformas judiciais.

- Bancos de dados

Desenvolvimento de bancos de dados sobre legislação, jurisprudência, bibliografia e estatística.

- Boletim *Nexos*

Desde julho de 2001, o CEJA publica o boletim mensal *Nexos*, que oferece um panorama sobre a atualidade dos sistemas de justiça e suas reformas nas Américas. O boletim é distribuído mensalmente por correio eletrônico aos seus assinantes – em suas versões em espanhol e inglês – e pode ser encontrado nos *sites* do CEJA e do Banco Mundial na Internet.

- Redes

O Centro auspicia duas redes: uma, formada por instituições privadas e acadêmicas interessadas no tema da justiça, e outra, formada por diferentes instituições do setor da justiça. A rede de instituições oficiais já foi lançada no âmbito das Defensorias Públicas nas Américas e na Associação Interamericana de Ministérios Públicos. A rede de organizações da sociedade civil será oficialmente lançada em março de 2002.

- Revista *Sistemas Judiciales*

O CEJA, em associação com o Instituto de Estudos Comparados em Ciências Penais e Sociais, publica semestralmente a revista *Sistemas Judiciales*, cujo objetivo é divulgar informação sobre o estado e o funcionamento dos sistemas de administração de justiça nos países da região. A revista conta com um Conselho Editorial formado por peritos em temas judiciais no âmbito regional. Já foram publicados os seus dois primeiros números. Parte da revista pode ser encontrada nas páginas eletrônicas do CEJA (www.cejamericas.org) e do INECIP (www.inecip.org).

Estudos

O CEJA promove atividades que sirvam para enriquecer o enfoque jurídico com que são abordados os temas de reforma da justiça, mediante a incorporação dos instrumentos próprios das políticas públicas. Em 2001, realizaram-se os seguintes projetos, cuja execução continua em 2002:

- Seguimento de reformas processuais penais

Este projeto desenvolve um processo de avaliação sistemática das reformas dos sistemas de justiça penal recentes em países da região, como a Argentina, a Costa Rica, o Chile e o Paraguai. Em março e abril de 2002, serão divulgados e discutidos os resultados desses relatórios em seminários e encontros locais e internacionais, e publicados no *site* do CEJA na Internet. Paralelamente, está sendo aplicada no México uma planilha de observação modificada, para obter informação sobre o funcionamento e os resultados da justiça penal no Distrito Federal.

- Estatística

Entre os objetivos deste projeto estão a implantação de um sistema de coleta e processamento de dados para a geração de estatísticas e indicadores judiciais na América Latina e no Caribe. Pretende-se também gerar ferramentas básicas para o desenvolvimento de sistemas eficazes de cooperação interinstitucional e internacional de estatísticas e dados judiciais, validá-las e comprovar sua eficácia mediante aplicações de campo e preparar um manual para a coleta de dados sobre os

sistemas de justiça, possibilitando a melhoria das estatísticas nos diferentes países e tornando-as mais confiáveis e acessíveis para os diferentes operadores.

- O papel das ONGs no processo de democratização da justiça.

O CEJA participou de um estudo regional patrocinado pela Fundação Ford para explorar as possibilidades de promoção de programas de modernização dos sistemas judiciais mediante uma ação coordenada e permanente de organizações da sociedade civil. O estudo prevê uma análise do papel até agora desempenhado pelas ONGs no desenvolvimento de políticas públicas nesta área. O estudo, que é de caráter regional, abrangerá a Argentina, o Chile, a Colômbia e o Peru.

Treinamento

O CEJA começou a desenvolver cursos específicos e apoiou entidades locais que oferecem treinamento em matéria judicial para o melhoramento dos seus programas.

- Curso sobre instrumentos para a reforma judicial

Em janeiro de 2002, realizou-se a primeira experiência deste curso, cujo objetivo é oferecer instrumentos aos profissionais vinculados à preparação e condução de processos de reforma judicial na região. Para tanto, preparou-se um currículo que habilitou os assistentes a conhecer alguns dos instrumentos disponíveis para facilitar o êxito de um processo de reforma. Assistiram ao curso profissionais de diferentes setores judiciais, governamentais e não-governamentais.

- Capacitação à distância

Em fevereiro de 2002, o CEJA assinou um convênio de três anos de duração com o Instituto do Banco Mundial, para a realização de cursos à distância sobre diversos aspectos da reforma judicial na América Latina. O primeiro curso, dedicado ao tema da reforma judicial e a corrupção, será realizado simultaneamente em cinco países.

Assistência técnica

O CEJA auxiliou os países em todos os aspectos de uma política pública, entre os quais os de diagnósticos, planos normativos e técnicos, estudos de viabilidade, análises econômicas, processos de implementação e seguimento e de avaliação. Em 2001, o CEJA realizou as seguintes atividades:

- Missão de observação ao Peru

De 18 a 23 de março de 2001, o Centro realizou uma visita de observação do sistema de justiça no Peru, a pedido do Ministério da Justiça desse país e como integrante da equipe coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Como produto da visita, o CEJA preparou um relatório com sugestões para o desenho do programa de reformas judiciais no país, e com propostas específicas na área da justiça civil e comercial.

- Programa de capacitação no Equador

O CEJA, em conjunto com o Centro Regional para a Promoção da Justiça (PROJURIS), do Equador, e a Universidade de Azuay, qualificou-se mediante licitação internacional convocada pela Fundação Esquiél para a preparação do projeto Propostas para a incorporação do ensino do novo Código de Processo Penal na pré-graduação para a carreira do Direito. A contribuição do CEJA para a execução do projeto consiste na provisão de um perito internacional na matéria.

- Comissão de avaliação da reforma processual penal no Chile

O CEJA, na pessoa do seu Diretor Executivo, foi convidado pelo Ministério da Justiça do Chile a participar do trabalho de avaliação e melhoramento da reforma da justiça penal no país. A Comissão esteve integrada por representantes de quatro instituições vinculadas à reforma no Chile, e sua criação foi motivada pelo mal-estar público expresso em relação a certos aspectos do funcionamento do novo sistema, especialmente os referentes ao tratamento das pequenas infrações e de problemas de ordem pública. A Comissão visitou as regiões em que está vigente o novo sistema, entrevistou-se com todos os atores e emitiu relatório no qual sugere modificações substantivas e adjetivas, estas últimas as mais importantes a juízo da Comissão (basicamente, aspectos de coordenação interinstitucional, capacitação e avaliação permanente). As mudanças substantivas foram objeto de uma proposta do governo que, na data de preparação deste relatório, achava-se em fase de tramitação parlamentar.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem como função resolver as controvérsias que possam surgir entre os membros do pessoal por motivo de decisões administrativas, inclusive as relacionadas com o Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. Compõe-se de seis membros de diferentes nacionalidades, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral por um período de seis anos. Três desses membros integram o Tribunal em cada período de sessões. O Secretário do Tribunal Administrativo é responsável pela Secretaria do Tribunal, que é uma dependência adjunta à Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral. O Secretário proporciona assessoramento jurídico aos membros do Tribunal, dirige o processo regulamentar a ser seguido pelos recursos interpostos ao Tribunal e está a cargo dos assuntos administrativos relacionados com o Tribunal e sua Secretaria. O Secretário do Tribunal também atua como Oficial Jurídico, sob a direção geral do Subsecretário de Assuntos Jurídicos.

Mandatos e recomendações da Assembléia Geral

A Assembléia Geral, reunida na cidade de São José, Costa Rica, elegeu o Senhor Agustín Gordillo, da Argentina, para o cargo de juiz do Tribunal Administrativo. Seu mandato iniciou-se em 1º de janeiro de 2002 e terminará em 31 de dezembro de 2007. O mandato conferido ao Doutor Nicholas J.O. Liverpool, da Dominica, como Juiz do Tribunal, terminará em 31 de dezembro de 2002. Caberá à Assembléia Geral, no seu Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, eleger – dentre os candidatos apresentados – o novo juiz para o período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2008.

Resumo de atividades

A Secretaria do Tribunal preparou os documentos produzidos pelo Tribunal, publicou a edição bilíngüe do Estatuto e do Regulamento do Tribunal em espanhol e inglês e publicou informação relativa ao Tribunal no *site* da OEA na Internet, abrangendo tanto o aspecto administrativo como o jurisdicional. A partir deste *site* pode-se ter acesso às sentenças emitidas até a data deste relatório, bem como à Carta da OEA, às Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, ao Regulamento do Pessoal e a outras normas básicas da Organização.

A Secretaria colaborou com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Organizadora da Segunda Conferência Internacional do Conselho Canadense de Tribunais Administrativos (CCAT), realizada em Québec, em junho de 2001. Nessa Conferência reuniu-se um grupo de trabalho para considerar o tema “A justiça administrativa nas organizações internacionais”. O Presidente do Tribunal, José da Costa e Silva, atuou como moderador do grupo, com a assistência da Secretaria.

A Secretaria do Tribunal manteve contato institucional e intercambiou informação e assistência com as secretarias dos tribunais administrativos de outros organismos internacionais, bem

como de outros organismos, entidades e pessoas vinculadas às atividades do Tribunal e da sua Secretaria.

Reuniões realizadas

Quadragesimo Nono Período Ordinário de Sessões

A Secretaria prestou ao Tribunal os serviços técnicos necessários para a realização do seu Quadragesimo Nono Período Ordinário de Sessões, em junho de 2001. Entre outros, estes serviços incluíram todos os aspectos processuais vinculados ao trâmite dos recursos interpostos ao Tribunal; a busca, classificação, preparação e envio de informação relacionada com os casos considerados pelo Tribunal; as comunicações entre o Presidente, os demais membros do Tribunal e outras partes interessadas; as providências de viagem e estada dos membros do Tribunal; e o apoio às atividades oficiais desenvolvidas pelo Presidente.

No Quinquagesimo Nono Período Ordinário de Sessões, o Tribunal esteve integrado pelo seu Presidente, José da Costa e Silva (Brasil), e os juízes Rosa Montalvo Cabrera (Peru) e Lionel Alain Dupuis (Canadá). O Tribunal decidiu sobre o Recurso Nº275, Haran *versus* Secretário-Geral, mediante a Sentença Nº140. O Tribunal realizou uma audiência pública nos termos previstos em seu Regulamento, ocasião em que recebeu as declarações da parte recorrente e das testemunhas e ouviu os argumentos finais formulados pelos advogados procuradores das partes. Ao término da audiência, o Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto do Tribunal, convocou as partes para uma reunião privada a fim promover uma conciliação. Posteriormente, no decorrer da sessão, compareceram perante o Tribunal Marta Laura Haran e seu advogado procurador, apresentando o original de um “memorando de entendimento” assinado por ambas as partes e por seus procuradores, no qual a parte recorrente solicitou a retirada imediata da sua reclamação. O Tribunal considerou todos os antecedentes do caso e decidiu homologar o acordo conciliatório apresentado, aceitando o pedido da parte recorrente no sentido de retirar o recurso interposto contra o Secretário-Geral. A Secretaria enviou cópia das decisões adotadas na sessão a cada uma das partes e aos membros do Tribunal.

Nesta reunião, a Secretaria apresentou ao Tribunal relatórios sobre diversos aspectos regulamentares, orçamentários e administrativos relacionados com o funcionamento do Tribunal e da sua Secretaria.

FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Estabelecida em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada não-governamental e sem finalidade de lucro, cujas atividades se desenvolvem exclusivamente na América Latina e no Caribe, algumas das quais em coordenação com a OEA, mediante um Acordo de Cooperação formalizado em 1982, abrangendo os campos de desenvolvimento cultural, científico, educacional, econômico e social e a assistência em casos de desastre. O Secretário-Geral preside a Junta Diretora da Fundação. Seu Diretor Executivo é Senhor John Sanbrailo.

No período abrangido por este relatório, a FUPAD coadjuvou a assistência da Secretaria-Geral aos países que sofreram desastres naturais. Após os eventos que afetaram El Salvador, Peru, Honduras e Belize, enviaram-se 12 pacotes de emergência em auxílio de mais de 8.000 vítimas, incluindo tendas de campanha, cobertores, geradores elétricos, equipamento de purificação da água, materiais de construção e casas pré-fabricadas. Em El Salvador, apoiou a reconstrução do Complexo Educacional José Martí, em Santa Tecla, para 600 estudantes. Importantes contribuições de doadores corporativos tais como *Citigroup, Texaco, Kraft Foods, Duke Energy, Minera Yanacocha, United Way of Miami, Internacional, Lockheed Corporation* e *Kodak*, entre outras, permitiram enviar doações de valor superior a US\$750.000.

Os programas de serviços de saúde e ferramentas para a educação enviaram doação de valor superior a US\$3 milhões à Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Grenada, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Neste ano, os programas beneficiaram um segmento mais amplo da população de baixa renda, incluindo grupos urbanos em áreas marginais. Os programas ampliaram suas redes de doadores nos Estados Unidos, bem como os contatos com organizações e instituições comunitárias na América Latina e no Caribe.

Na Colômbia, a FUPAD está executando – com fundos provenientes da USAID – um programa de geração de emprego e renda para famílias deslocadas pela violência. O programa, que já se estende por três anos, gerou em 2001 mais de 21.000 empregos sustentáveis em 14 departamentos e 93 municípios do país. São de destacar nesse programa a colaboração prestada ao Governo da Colômbia por meio da Rede de Solidariedade Social, e a participação do setor privado internacional (*Chevron-Texaco, Occidental Petroleum, Compaq, Citibank, Bank Boston, British Petroleum*) e nacional (*Cerromatoso, Indufrial, Carulla-Vivero, Olímpica, Grupo Bavaria, Fundación Alto Magdalena*).

Em Honduras (região do rio Aguán) e na Nicarágua (rio Coco-Wiwilí), a FUPAD completou os programas de redução da vulnerabilidade e alerta precoce contra inundações, para os quais colaborou a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da Secretaria-Geral. O programa de Honduras foi financiado pela USAID e o da Nicarágua, por doações privadas. No caso de Honduras, o programa foi aplicado com êxito quando o furacão Michelle assolou o país. Como parte das atividades, efetuaram-se importantes doações de equipamento de resgate, incluindo botes, para as municipalidades da área de Aguán, e de equipamento para estações de bombeiros e da Cruz Vermelha em ambos os países.

No Haiti, com financiamento da USAID, a FUPAD começou a executar seu Programa de Agricultura de Encosta, que nos próximos cinco anos promoverá produção sustentável e incrementará a renda rural mediante o desenvolvimento de canais de comercialização e transferência de tecnologias. O programa habilitará grupos de agricultores comunitários a desenvolver suas empresas, melhorar a produtividade e ganhar acesso a sistemas de comercialização locais e de exportação. Além disso, o Programa de Recuperação dos danos causados pelo furacão Georges continua a atender às necessidades econômicas, agrárias e ambientais locais, o que inclui a reconstrução de 27 escolas, adaptadas para servir de refúgio em casos de desastre. No fim de 2001, o Departamento da Agricultura dos Estados Unidos aprovou um programa de comercialização de grãos, cujo produto se destinará à reabilitação da infra-estrutura rural e à capacitação de comunidades em mitigação de desastres.

Em matéria de investimento social corporativo, o financiamento da *Philip Morris Internacional* permitiu apoiar programas para a terceira idade, de alfabetização e de AIDS no Brasil, e realizar uma pesquisa inicial e elaborar uma proposta de trabalho sobre violência doméstica para países das Américas Central e do Sul. Adicionalmente, *Massalin Particulares* possibilitou a execução, em cinco províncias da Argentina, de programas de geração de emprego e planejamento estratégico.

Missões de exploração realizada na República Dominicana, Jamaica, Equador e Panamá permitiram considerar a possibilidade de desenvolver novos projetos da Fundação nesses países a partir de 2002. Da mesma forma, mantêm-se contatos com organizações de residentes de países da América Latina e do Caribe nos Estados Unidos, a fim de elaborar programas capazes de fortalecer essas organizações e os projetos que realizam em benefício dos respectivos países.

JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Nos termos da resolução AG/RES. 123 da Assembléia Geral, adotada em 14 de abril de 1973, e da resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de julho de 1975, a Junta é responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral. A Junta iniciou suas funções em março de 1976 e adotou regulamentos e procedimentos detalhados para levar a cabo os deveres e responsabilidades que lhe são atribuídos pela Assembléia Geral e o Conselho Permanente. A Junta compõe-se de três membros, eleitos pela Assembléia Geral.

A Junta realizou sua reunião anual de 26 a 30 de março de 2001, com a finalidade preparar seu relatório de auditoria externa das contas e dos demonstrativos financeiros da Organização, de acordo com o artigo 117 das Normas Gerais.

Em 30 de março de 2001, a Junta consignou suas observações no seu *Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: Auditoria de Contas e Demonstrativos Financeiros para os Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2000 e 1999* (OEA/Ser.S JAE/doc.31/01). O documento contém: a) comentários e recomendações da Junta para melhorar os procedimentos operacionais e controles contábeis internos da OEA e entidades conexas; b) auditoria das contas e demonstrativos financeiros do Fundo Ordinário e dos fundos específicos da OEA para o ano 2000; c) auditoria das contas e demonstrativos financeiros do Projeto Planejamento para a Adaptação à Mudança Climática Global para o Ano 2000 (“Projeto de Mudança Climática”); d) auditoria das contas e demonstrativos financeiros da Junta Interamericana de Defesa para o ano 2000; e) auditoria das contas e demonstrativos financeiros da Unidade para a Promoção da Democracia (OAS/Democ) para o ano 2000; f) auditoria das contas e demonstrativos financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) para o ano 2000; g) auditoria das contas e demonstrativos financeiros do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe para o ano 2000; e h) auditoria das contas e demonstrativos financeiros da Fundação para as Américas para 1999.

Com base nos pareceres emitidos pelos auditores independentes *Ernst & Young, LLP* sobre os demonstrativos financeiros apresentados, e em conformidade com o artigo 119 das Normas Gerais da OEA, a Junta certificou o seguinte:

- Os demonstrativos financeiros do Fundo Ordinário e dos fundos específicos da OEA, do Fundo de Aposentadoria e Pensões, da Junta Interamericana de Defesa, da Unidade para a Promoção da Democracia, da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e do Fundo Leo. S. Rowe e o demonstrativo financeiro da Fundação para as Américas correspondente a 1999 guardam conformidade com os livros, registros, documentos e comprovantes da respectiva entidade responsável.
- Para o ano 2000, o Projeto Planejamento para a Adaptação à Mudança Climática Global contratou a realização da sua auditoria com a firma de auditores *PricewaterhouseCoopers*, em Barbados.
- Os valores e depósitos em caixa das entidades citadas, relativos ao ano 2000, e da Fundação para as Américas, relativos a 1999, foram comprovados por Ernst & Young mediante certificação dos depositários correspondentes e das instituições de custódia,

e os valores e depósitos em caixa foram verificados mediante uma inspeção física, medida que a Junta considerou apropriada, de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos.

O relatório da Junta também contém diversas recomendações para melhorar os procedimentos operacionais e de controle contábil interno da OEA, tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

Estabelecida em 1942 para estudar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério, a Junta Interamericana de Defesa (JID) é a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Além de promover a paz e a segurança do Hemisfério, a Junta serve também como organização de fomento da confiança mediante vínculos de cooperação militar e de fortalecimento das relações entre civis e militares. A Junta promove interesses cooperativos de segurança no Hemisfério Ocidental e atua em áreas tais como a remoção de minas com fins humanitários e as medidas de fortalecimento da confiança, apoiando diretamente as metas da OEA e dos Ministros da Defesa. Supervisa um programa acadêmico de nível superior sobre estudos de segurança e defesa no Colégio Interamericano de Defesa.

Neste período, as atividades da Junta Interamericana de Defesa (JID) visaram a apoiar a OEA mediante assessoramento técnico à Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e ao Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), ao Programa de Educação para a Paz, à prevenção e mitigação de desastres naturais, ao Registro de Medidas de Fortalecimento da Segurança e da Confiança e ao Programa de Assistência à Remoção de Minas na América Central.

O Conselho da JID constituiu uma Comissão de Crise em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro, a fim de melhor preparar-se para responder a possíveis requisitos da OEA (CSH – CICTE) nesse sentido. Um estudo relacionado com os cenários de segurança hemisférica e novas ameaças foi preparado e distribuído a todas as representações acreditadas junto à OEA. O Presidente da JID compareceu em duas oportunidades perante a CSH e o CICTE para discorrer sobre o assunto e responder perguntas correlatas. A JID também preparou o documento “*Hacia un Nuevo Sistema de Seguridad Hemisférica*” como contribuição aos esforços de modernização da estrutura de segurança hemisférica.

Em linha com as diretrizes do Secretário-Geral da OEA, adotaram-se medidas para incrementar a presença de civis e de forças de segurança. Nesse sentido, incorporaram-se à JID representantes de países que, embora membros da OEA, não mantêm representações militares em Washington, D.C. Aumentou-se também a presença de representantes – alunos e assessores – de forças de segurança do Hemisfério no Colégio Interamericano de Defesa (CID).

A JID manteve constante presença nas sessões de trabalho da CSH e do CICTE por meio de observadores, o que lhe permitiu acompanhar de perto os temas tratados por esses organismos e atualizar-se a respeito dos mesmos. Os programas de estudo do CID foram submetidos a substancial revisão, para modernizá-los e adequá-los às exigências acadêmicas atuais do Hemisfério em matéria de segurança e defesa.

Visando a facilitar a participação de todos os países membros da OEA, foram acrescentados ao currículo do CID quatro seminários, com duração de uma semana cada um, e versando sobre os seguintes temas: 1) o Sistema Interamericano e as ameaças transnacionais (terrorismo, tráfico de entorpecentes, direitos humanos, crime organizado, tráfico de armas, corrupção, etc.); 2) Desastres naturais (prevenção e mitigação de seus efeitos); 3) Operações de manutenção da paz (em conjunto

com o Centro Pearson, do Canadá); e 4) Manejo de crises e solução de conflitos. Finalizado o segundo seminário, 28 países membros da OEA já haviam participado deste ciclo.

Por meio da Divisão de Novas Iniciativas, o CID expandiu seus vínculos acadêmicos com centros de altos estudos militares e universidades de todo o Hemisfério especializadas em temas de segurança e defesa, com os quais assinou numerosos convênios de cooperação acadêmica. Também desenvolveu e adotou um curso de educação à distância sobre solução de conflitos, que foi aceito por numerosos estudantes de países tanto regionais como extra-regionais. O curso é encontrado no *site* da JID na Internet, que foi atualizado. Igualmente, estão em distintas fases de desenvolvimento novos cursos à distância em matéria de terrorismo, desastres naturais e direitos humanos, em vinculação com a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e instituições privadas como a *American University*.

Em 2001, a JID assessorou a OEA no desenvolvimento do Programa de Assistência à Remoção de Minas na América Central (PADCA), e supervisou as frentes de operações da Missão de Assistência para Remoção de Minas na América Central (MARMINCA). Ajudou os países beneficiários na eliminação de mais de 5.000 minas, limpando milhares de quilômetros quadrados, tornando-as novamente seguras e aptas para o desenvolvimento, e prestou assessoramento técnico, de planejamento e de supervisão a esses programas multinacionais em Honduras, e na Nicarágua, Guatemala e Costa Rica. Também criou o Programa de Ação Integral contra as Minas nas Américas (AIMA), abrindo um novo lugar de remoção no Peru e no Equador. Neste período, a JID apoiou a CSH na atualização do inventário anual de medidas de fortalecimento da confiança mútua e participou de conferências especializadas em El Salvador, na Alemanha e na Haia. Os países membros informaram de sua participação em mais de mil atividades correlatas, destacando-se neste período o crescente aumento dessas medidas em todos os âmbitos da cooperação, especialmente entre países vizinhos. A informação recebida foi compilada num banco de dados e colocada à disposição no *site* www.jid.org.

A gestão de desastres naturais foi o tema central da Assembléia Plenária da JID de 2001. Sob a direção do Conselho de Delegados, prosseguiu o esforço nas áreas da educação, comunicações e coordenação. A JID participou ativamente da Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais (CIRDN) e dos grupos de trabalho correlatos. Neste aspecto, a JID, por intermédio do seu Estado-Maior trabalhou, entre outras entidades, com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Escritório Norte-Americano de Ajuda em Casos de Desastre no Estrangeiro (OFDA), a Agência Caribenha de Resposta de Emergência a Desastres (CDDRA), o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judicial autônoma da OEA que tem por objetivo aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência contenciosa e consultiva. Está integrada por sete juízes, eleitos a título pessoal pelos Estados Partes da Convenção, por ocasião da Assembléia Geral da OEA.

No período abrangido por este relatório, a Corte esteve integrada, por ordem de precedência, pelos seguintes juízes: Antônio A. Cançado Trindade (Brasil), Presidente; Máximo Pacheco Gómez (Chile), Vice-Presidente; Hernán Salgado Pesantes (Equador); Oliver Jackman (Barbados); Alirio Abreu Burelli (Venezuela); Sergio García Ramírez (México); e Carlos Vicente de Roux (Colômbia). O Secretário da Corte é Manuel Ventura Robles (Costa Rica). O Secretário Adjunto, Renzo Pomi (Uruguai), ocupou seu cargo até junho e foi substituído por Pablo Saavedra Alessandri, (Chile).

Atividades da Corte

Casos, medidas provisórias e pareceres consultivos submetidos à Corte

Em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) submeteu os seguintes casos à consideração da Corte: 19 Comerciantes, contra a Colômbia; Bulacio, contra a Argentina, e Juan Sánchez, contra Honduras. Também submeteu pedidos de medidas provisórias nos casos do jornal *La Nación*, contra a Costa Rica, *Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez* e outros, e Gallardo Rodríguez, contra o México. Além disso, a Comissão submeteu ao conhecimento da Corte um novo pedido de parecer consultivo (OC-17), mediante o qual é solicitada desse tribunal uma interpretação dos artigos 8 e 25 da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, com o propósito de determinar se estas disposições constituem “limites ao arbítrio ou à discricção dos Estados para ditar medidas especiais de proteção” para crianças, à luz do artigo 19 da citada Convenção.

Períodos de sessões

Neste período, a Corte realizou três períodos ordinários de sessões e um período extraordinário. No seu Vigésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões, realizado de 12 a 16 de março de 2001, a Corte emitiu sentença sobre o mérito do caso Barrios Altos contra o Peru, assim como resoluções nas medidas provisórias relativas aos casos do Tribunal Constitucional e Ivcher Bronstein, contra o Peru. A Corte também realizou audiências públicas nos casos Villagrán *et al* contra a Guatemala (exceções), Barrios Altos contra o Peru (mérito), Bámaca Velásquez contra a Guatemala (medidas provisórias), Carpio Nicolle contra a Guatemala (medidas provisórias) e Colotenango contra a Guatemala (medidas provisórias). A Corte ditou resolução que estabelece as disposições transitórias de aplicação do Regulamento adotado em 24 de novembro de 2000 e que entrou em vigor em 1º de junho de 2001.

No seu Quinquagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 21 de maio a 2 de junho de 2001, a Corte emitiu sentenças nos seguintes casos: Paniagua Morales e outros contra a Guatemala (reparações), Cesti Hurtado contra o Peru (reparações) e Villagrán Morales e outros contra a Guatemala (reparações). A Corte também realizou audiências públicas nos casos Durand e Ugarte contra o Peru (reparações), Cantos contra a Argentina (Exceções preliminares) e em relação às

medidas provisórias no caso do jornal *La Nación* contra a Costa Rica. A Corte estudou os relatórios apresentados pela Comissão Interamericana e pelos Estados sobre as medidas provisórias nos casos Blake contra a Guatemala, Alvarez e outros contra a Colômbia e Haitianos e Dominicanos de origem Haitiana na República Dominicana, bem como os relatórios apresentados pelo Estado do Peru sobre os avanços no cumprimento das sentenças ditadas nos casos Castillo Páez, Loayza Tamayo, Castillo Petruzzi e outros, Ivcher Bronstein e Tribunal Constitucional.

No seu Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado de 27 de agosto a 7 de setembro de 2001, a Corte emitiu sentença nos casos *Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tigni* contra a Nicarágua (mérito e reparações), Hilaire, Constantine e outros e Benjamín e outros contra Trinidad e Tobago (exceções preliminares), Barrios Altos contra o Peru (interpretação da sentença sobre o mérito), Ivcher Bronstein contra o Peru (interpretação de sentença) e Cantos contra a Argentina (exceções preliminares). Ademais, adotou resoluções de suspensão de medidas provisórias nos casos Paniagua Morales e outros contra a Guatemala, Loayza Tamayo contra o Peru e Digna Ochoa e Plácido contra o México. Por outro lado adotou resoluções sobre a manutenção das medidas provisórias nos casos Colotenango, Carpio Nicolle e Bámaca Velásquez contra a Guatemala. Emitiu resolução para a adoção de medidas provisórias no caso do jornal *La Nación* contra a Costa Rica. Finalmente, a Corte realizou audiências públicas nos casos Trujillo Oroza contra a Bolívia (reparações) e Cantoral Benavides contra o Peru (reparações).

No seu Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2001, a Corte emitiu sentenças nos seguintes casos: Cesti Hurtado contra o Peru (interpretação da sentença de reparações), Cantoral Benavides contra o Peru (reparações) e Las Palmeras contra a Colômbia (mérito). Além disso, adotou duas resoluções de homologação de acordos entre as partes nos casos Barrios Altos e Durand e Ugarte contra o Peru (reparações) e emitiu resolução de litisconsórcio para os casos Hilaire Constatine y Benjamin e outros contra Trinidad e Tobago.

A Corte também emitiu resoluções sobre o cumprimento da sentença nos casos Caballero Delgado e Santana contra a Colômbia e Suárez Rosero contra o Equador. Adotou resoluções sobre medidas provisórias nos casos James e outros contra Trinidad e Tobago, Giraldo Cardona contra a Colômbia, *Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez* e outros contra o México e jornal *La Nación* contra a Costa Rica. Realizou uma audiência pública no caso Bámaca Velásquez contra a Guatemala (reparações). Finalmente, a Corte reelegeu o Juiz Antônio A. Cançado Trindade (Brasil) como seu Presidente e o Juiz Alirio Abreu Burelli (Venezuela) como seu novo Vice-Presidente.

Outras atividades

A Corte recebeu em visita o Presidente do Equador, Gustavo Noboa Bejarano; o Ministro de Justiça do Peru, Diego García-Sayán; o Secretário das Relações Exteriores da República Dominicana, Hugo Tolentino Dipp; o Ministro das Relações Exteriores de Brasil, Celso Lafer; o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Didier Operti Badán; o Ministro das Relações Exteriores da Finlândia, Erkki Tuomioja; o Presidente da Corte de Constitucionalidade da Guatemala, Rodolfo Rohrmoser; e o Presidente da Suprema Corte de Justiça do México, Genaro Góngora Pimentel. Cabe mencionar igualmente a reunião realizada com uma delegação da Corte Européia de Direitos

Humanos, integrada por sua Vice-Presidente, Elizabeth Palm, e o Secretário da Câmara pela mesma presidida, Michael O'Boyle.

VI. OBSERVADORES PERMANENTES

OBSERVADORES PERMANENTES

A condição de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos foi estabelecida no Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, realizado em São José, Costa Rica, em 1971 [AG/RES. 50 (I-O/71)]. Os Observadores Permanentes participam das atividades da Organização e contribuem para seus programas. Na data de preparação deste relatório, existiam 51 Estados com a condição de Observador Permanente junto à OEA.

O Escritório de Relações Externas teve a seu cargo as atividades relacionadas com os Observadores Permanentes, que demonstraram interesse em participar das tarefas da Organização mediante reuniões informativas, intercâmbio de documentos e eventos especiais.

Com o ingresso da Armênia e do Azerbaijão no período abrangido por este Relatório, existem atualmente 51 Observadores Permanentes junto à OEA, a saber: Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Cazaquistão, Chipre, Coreia, Croácia, Dinamarca, Egito, Espanha, Federação Russa, Filipinas, Finlândia, França, Gana, Grécia, Guiné Equatorial, Hungria, Iêmen, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Líbano, Marrocos, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Tcheca, Romênia, Federação Russa, Santa Sé, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia e União Européia.

Nesse período, a Organização recebeu contribuições em caixa no montante aproximado de US\$7 milhões dos seguintes Observadores Permanentes: Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Suécia, Suíça, Reino Unido e União Européia. A OEA também recebeu contribuições em espécie no valor aproximado de US\$1,4 milhão da Coreia, Espanha, França, Israel, Itália e Rússia. Esse apoio serviu para fortalecer as seguintes áreas principais: democracia, direitos humanos, solução de conflitos, combate ao tráfico de entorpecentes, terrorismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, o programa de bolsas de estudos e os programas do Instituto Interamericano da Criança (IIN). Por sua vez, a Austrália —país que não detém a condição de Observador Permanente— efetuou uma contribuição em caixa de US\$39.000 para a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD). O Anexo G deste Relatório oferece um detalhe das respectivas contribuições.

Alguns Observadores Permanentes também optaram por realizar eventos e exposições na sede da OEA. Destacam-se entre tais iniciativas a comemoração da data nacional do Azerbaijão e as exposições organizadas pela Espanha e pela Rússia. Finalmente, cabe destacar o alto nível de participação dos Observadores Permanentes na Assembléia Geral da Organização realizada em San José, Costa Rica.

**VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E
DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**

Viagens do Secretário-Geral

Visita oficial à Espanha e participação no ciclo de conferências “*Iberoamérica: discursos claves*”, auspiciado pela *Casa de América* – Palestra sobre as relações entre a América Latina e a Europa
Madri, Espanha, 24 de fevereiro a 1º de março de 2001

Reunião do Grupo Consultivo sobre a América Central e El Salvador
Madri, Espanha, 6 a 9 de março de 2001

Visita oficial à Guatemala
Cidade da Guatemala, Guatemala, 12 e 13 de março de 2001

Quadragésima Segunda Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Décima Sexta Reunião Anual da Assembléia de Governadores da Corporação Interamericana de Investimentos (CII)
Santiago, Chile, 17 a 20 de março de 2001

Visita ao Haiti em cumprimento à resolução (CP/Res. 772 (1247/00) do Conselho Permanente
Port-au-Prince, Haiti, 29 a 31 de março de 2001

Quarta Reunião de Ministros das Finanças do Hemisfério
Toronto, Canadá, 3 e 4 de abril de 2001

Reunião ministerial dos países integrantes do processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)
Buenos Aires, Argentina, 4 a 7 de abril de 2001

Terceira Cúpula das Américas
Québec, Canadá, 18 a 22 de abril de 2001

Conferências dos Estados Partes da Convenção Interamericana contra a Corrupção
Buenos Aires, Argentina, 30 de abril a 2 de maio de 2001

Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA
San José, Costa Rica, 2 a 6 de junho de 2001

Visita ao Haiti em cumprimento à resolução AG/RES. 1831 (XXXI-O/01)
Port-au-Prince, Haiti, 24 a 26 de junho de 2001

Visita ao Haiti em cumprimento à resolução AG/RES. 1831 (XXXI-O/01)
Port-au-Prince, Haiti, 29 de junho a 2 de julho de 2001

Atos comemorativos do décimo aniversário da Constituição Política da Colômbia
Bogotá, 4 de julho de 2001

Vigésima Segunda Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM)

Freeport, Bahamas, 5 de julho de 2001

Visita ao Haiti em cumprimento à resolução AG/RES. 1831 (XXXI-O/01)

Port-au-Prince, Haiti, 12 a 16 de julho de 2001

Cerimônia de posse do Presidente do Peru

Lima e Cuzco, Peru, 28 e 29 de julho de 2001

Reunião de Alto Nível sobre o Fortalecimento das Administrações Municipais e Regionais e sobre a Sociedade Civil

La Paz, Bolívia, 29 e 30 julho de 2001

Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA

Lima, Peru, 9 a 12 de setembro de 2001

Segunda Reunião dos Ministros da Educação das Américas, no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

Punta del Este, Uruguai, 23 a 26 de setembro de 2001

Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho

Ottawa, Canadá, 17 de outubro de 2001

Conferência sobre transição e consolidação democrática

Madri, Espanha, 19 a 27 de outubro de 2001

Reunião do Grupo Consultivo sobre o Equador

Bruxelas, Bélgica, 23 de outubro de 2001

Missão de Observação Eleitoral à Nicarágua

Manágua, Nicarágua, 1º a 5 de novembro de 2001

Décima Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Lima, Peru, 23 a 2 de novembro de 2001

Visita ao Haiti em cumprimento à resolução AG/RES. 1831 (XXXI-O/01)

Port-au-Prince, Haiti, 10 de novembro de 2001

Reunião com a Junta Diretora do *Christian Science Monitor* e do *Boston Globe* e reunião com estudantes da Universidade de Harvard

Boston, Massachusetts, 15 de novembro de 2001

Visita ao Haiti em cumprimento à resolução AG/RES. 1831 (XXXI-O/01)

Port-au-Prince, Haiti, 29 de novembro a 1º de dezembro de 2001

Visita oficial ao Brasil

Foro sobre Responsabilidade e Transparência no Setor Público e reunião com estudantes do Centro de Estudo das Américas, da Universidade Cândido Mendes

Brasília e Rio de Janeiro, 4 a 7 de dezembro de 2001

Foro Interamericano sobre Partidos Políticos

Miami, Flórida, 12 a 14 de dezembro de 2001

Posse do Presidente da Nicarágua

Manágua, Nicarágua, 9 a 11 de janeiro de 2002

Visita oficial a Barbados

Conferência sobre Reforma Constitucional no Caribe

Bridgetown, Barbados, 17 a 21 de janeiro de 2002

Visita oficial a Belize

Primeira Cúpula Conjunta dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da América Central

Belize, 4 e 5 de fevereiro de 2002

Visita aos programas para famílias deslocadas, auspiciados pela Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento na Colômbia

Bogotá, Colômbia, 7 e 8 de fevereiro de 2002

Reuniões com a Comissão Contra o Terrorismo, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e reunião com a Junta de Editores do *New York Times*

Nova York, 28 de fevereiro de 2002

Viagens do Secretário-Geral Adjunto

Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Guatemala e de Belize, no contexto dos esforços de conciliação da OEA

Miami, 15 e 16 de janeiro de 2001

Posse do Presidente do Haiti

Port-au-Prince, Haiti, 5 a 10 de fevereiro de 2001

Visita da OEA ao Haiti em cumprimento à resolução CP/RES. 786 (1267/01 de 15 de março de 2001)

Port-au-Prince, Haiti, 2 e 3 de março de 2001

Reunião do Foro Parlamentar das Américas

Ottawa, Canadá, 6 a 8 de março de 2001

Conferência: *Problemática de América em un Mundo Globalizado*

Quito, Equador, 18 a 21 de março de 2001

Reunião de consulta com o governo do Haiti e outros atores políticos, em cumprimento à resolução CP/RES. 786 (1267/01 de 15 de março del 2001)

Port-au-Prince, Haiti, 1º a 4 de abril de 2001

Reuniões de consulta no contexto da solução de divergências territoriais entre a Nicarágua e Honduras

Manágua, Nicarágua e Tegucigalpa, Honduras, 2 a 8 de abril de 2001

Terceira Cúpula das Américas

Québec, Canadá, 18 a 23 de abril de 2001

Missão especial da OEA em cumprimento às resoluções CP/RES. 772 e CP/RES. 786

Port-au-Prince, Haiti, 9 a 13 de maio de 2001

Missão especial da OEA em cumprimento às resoluções CP/RES. 772 e CP/RES. 786

Port-au-Prince, Haiti, 27 a 31 de maio de 2001

Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA

San José, Costa Rica, 1º a 6 de junho de 2001

Missão especial da OEA em cumprimento às resoluções CP/RES. 772, CP/RES. 786 e AG/RES.1831

Port-au-Prince, Haiti, 13 a 15 de junho de 2001

Visita ao Haiti em companhia do Secretário-Geral da OEA, em cumprimento às resoluções CP/RES. 772, CP/RES. 786 e AG/RES.1831

Port-au-Prince, Haiti, 24 a 26 de junho de 2001

Reunião com os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM) para discutir os esforços de mediação da OEA e desse grupo regional no Haiti
Bahamas, 3 a 6 de julho de 2001

Vigésimo Oitavo Curso de Direito Internacional, organizado pela Comissão Jurídica Interamericana
Brasília, Brasil, 21 a 27 de agosto de 2001

Vigésimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
Lima, Peru, 8 a 15 de setembro de 2001

Visita ao Haiti em cumprimento às resoluções CP/RES. 772, CP/RES. 786 e AG/RES.1831
Port-au-Prince, Haiti, 11 a 14 de outubro de 2001

Seminário de Alto Nível sobre Modernização Legislativa
Montevideu, Uruguai, 4 e 5 de novembro de 2001

Reunião com o Ministro das Relações Exteriores da Argentina
Buenos Aires, Argentina, 7 e 8 de novembro de 2001

Missão especial em cumprimento às resoluções CP/RES. 772, CP/RES. 786 e AG/RES.1831
Port-au-Prince, Haiti, 4 a 12 de dezembro de 2001

Seminário: *Peace Building in Haiti*, organizado pelas Nações Unidas e os governos do Canadá e da Noruega
Nova York, 23 e 24 de janeiro de 2002

Posse do Presidente de Honduras
Tegucigalpa, Honduras, 26 a 28 de janeiro de 2002

ANEXOS

ANEXO A

CONSELHOS E COMISSÕES INTERAMERICANOS

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)

Presidente: Arturo Montenegro (Guatemala)
Vice-Presidente: Héctor González Urrutia (El Salvador)

COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE DO CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CEPCIDI)

Presidente: Denis Antoine (Grenada)
Vice-Presidente: Luis Alfredo Ramos (Colombia)

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

João Grandino Rodas (Brasil) – Presidente
Brynmor Thornton Innis Pollard (Guiana) – Vice-Presidente
Gerardo Trejos (Costa Rica)*
Luis Herrera Marcano (Venezuela)
Kenneth Rattray (Jamaica)
Carlos Manuel Vásquez (Estados Unidos)
Sergio González Glavez (México)
Orlando Rubén Rebagliatti (Argentina)
Jonathan F. Fried (Canadá)
Eduardo Vío Grossi (Chile)
Felipe Paolillo (Uruguai)

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Antonio Augusto Cançado Trindade (Brasil) – Presidente
Alirio Abreu Burelli (Venezuela) – Vice-Presidente
Máximo Pacheco Gómez (Chile)
Hernán Salgado Pesantes (Equador)
Oliver Jackman (Barbados)
Sergio García Ramírez (México)
Carlos Vicente de Roux Renfigo (Colômbia)

* O Doutor Gerardo Trejos concluiu seu mandato em 1º de janeiro de 2002. Foi substituído pela Doutora Ana Elizabeth Villalta, de El Salvador.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Juan Méndez (Argentina) – Presidente
Marta Altolaguirre Larraondo (Guatemala) – Primeira Vice-Presidente
José Zalaquett (Chile) – Segundo Vice-Presidente
Robert K. Goldman (Estados Unidos)
Julio Prado Vallejos (Equador)
Clare Karnau Roberts (Antígua e Barbuda)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Nicholas Liverpool (Dominica)
Rosa Montalvo Cabrera (Peru)
Lionel Alain Dupuis (Canadá)
Morton Sklar (Estados Unidos)
Franz Alvaro Vega Noya (Bolívia)
Agustín Alberto Gordillo (Argentina)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Indranie Chandarpal (Guiana) – Presidente
Nora Uribe Trujillo (Venezuela) – Vice-Presidente
Florence Ievers (Canadá)
Yadira Henríquez de Sánchez (República Dominicana)
Carmen Elena Calderón de Escalón (El Salvador)
Rina M. de Villegas Bermúdez (Honduras)
Gloria Robaina (Uruguai)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

Presidente da COM/CITEL – José Pileggi Veliz (Equador)
Vice-Presidente da COM/CITEL – Carlos Forno (Argentina)
Presidente da CCP.I – Angela Montoya (Colômbia)
Presidente da CCP.II – Raúl Zóccola (Uruguai)
Presidente da CCP.III – Fernando Carrillo (México)

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

Lancelot Selman (Trinidad e Tobago) – Presidente	outubro 2000-outubro 2001
Mildred Camero (Venezuela) – Vice-Presidente	outubro 2000-outubro 2001
Mildred Camero (Venezuela) – Presidente	outubro 2001-outubro 2002
Eduardo Ibarrola Nicolín (México) – Vice-Presidente	outubro 2001-outubro 2002

ANEXO B

CONFERÊNCIAS E REUNIÕES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

(De 1º de março de 2001 a 26 de fevereiro de 2002)

1º-4 março	Barbados	Reunião de Redes Globais – Caribe – Planejamento para a Adaptação à Mudança Climática (CPACC) - (UDSMA)
5-7 março	República Dominicana	Reunião Interamericana sobre o Sistema Interamericano de Dados Uniformes sobre o Consumo de Drogas (SIDUC) – (CICAD)
5-9 março	Cidade do Panamá, Panamá	Décima Sétima Reunião da Comissão Consultiva Permanente III: Radiocomunicações (CITEL)
6-8 março	São José, Costa Rica	Aplicação Nacional do Direito Internacional Humanitário e de Convenções Interamericanas Correlatas
7-9 março	Ottawa, Canadá	Reunião de Consulta do Foro Interparlamentar das Américas (UPD)
12-15 março	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho na Área da Pesquisa do Impacto Econômico das Drogas (CICAD)
12-23 março	Ottawa, Canadá	Quinquagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana (CJI)
15 março	Washington, D.C.	Mesa-Redonda sobre Políticas de Água na América Latina (UDSMA)
19-23 março	Caracas, Venezuela	Primeiro Seminário de Estudos Comparados – Procedimentos que Integram os Processos Eleitorais (UPD)
21 março	Washington, D.C.	Reunião Preparatória para Implementar os Objetivos do Programa Interamericano de Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (CIM)
21-22 março	Manágua, Nicarágua	Reunião do Conselho Diretor do Projeto Bacia do Rio San Juan (UDSMA)
21-23 março	Washington, D.C.	Reunião de Peritos Governamentais Preparatória da Conferência dos Estados Partes da Convenção Interamericana contra a Corrupção

24-25 março	Mendoza, Argentina	Reunião do PROCORREDOR (UDSMA)
26-28 março	Mendoza, Argentina	Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade dos Corredores de Comércio aos Desastres Naturais (UDSMA)
26-30 março	Natal, Brasil	Décima Quarta Reunião da Comissão Consultiva Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
2-6 abril	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas
3 abril	Brasília, Brasil	Reunião do Comitê Nacional Organizador do IV Diálogo Interamericano sobre Gestão de Águas (UDSMA)
7 abril	Buenos Aires, Argentina	Reunião dos Ministros do Comércio (Unidade de Comércio)
19 abril	Washington, D.C.	Mesa-Redonda sobre Políticas de Água na América Latina (UDSMA)
20-22 abril	Québec, Canadá	Terceira Cúpula das Américas
23-27 abril	Washington, D.C.	Sétima Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Mecanismo de Avaliação Multilateral (GTI-MEM) – (CICAD)
26-27 abril	Washington, D.C.	Unidos contra as Drogas (CICAD)
2-4 maio	Buenos Aires, Argentina	Convenção Interamericana contra a Corrupção
4 maio	Washington, D.C.	Reunião do Grupo Interagencial para o Seguimento da Cúpula da Bolívia (UDSMA)
7-11 maio	San Salvador, El Salvador	Oitava Reunião da Comissão Consultiva Permanente II: Radiodifusão (CITEL)
9-11 maio	Montevidéo, Uruguai	Septuagésima Sexta Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança (IIN)
14-15 maio	Washington, D.C.	Reunião do Comitê Diretor para a Implementação do Programa de Ação Estratégica da Bacia Binacional do Rio Bermejo (UDSMA)

14-16 maio	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Acesso a Mercados (Unidade de Comércio)
14-18 maio	Antígua, Guatemala	Energia – Seminário Prático de Treinamento para a Rede de Observação do Nível do Mar (UDSMA)
16-18 maio	Washington, D.C.	Reunião sobre o Projeto de Mestrado On-Line em Dependência de Drogas (CICAD)
17 maio	Washington, D.C.	Mesa-Redonda sobre Políticas de Água na América Latina (UDSMA)
17-18 maio	Washington, D.C.	Segunda Reunião Ordinária da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA)
17-18 maio	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Aquisições do Setor Público (Unidade de Comércio)
21-22 maio	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Políticas de Concorrência (Unidade de Comércio)
23-24 maio	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios (Unidade de Comércio)
24 maio	Washington, D.C.	Reunião de Implementação do PIA/Incorporação da Perspectiva de Gênero nos Ministérios do Trabalho (CIM)
28-29 maio	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Direitos de Propriedade Intelectual (Unidade de Comércio)
29-30 maio	Washington, D.C.	Deslocamento de Cultivos Ilícitos e de Pessoas: Fomentando a Cooperação nas Américas (CICAD)
29 maio-2 junho	Washington, D.C.	Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
30 maio-1º junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Agricultura (Unidade de Comércio)
31 maio-2 junho	Washington, D.C.	Primeiro Seminário Internacional sobre Estratégias de Comunicação Política (UPD)

3-5 junho	São José, Costa Rica	Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
4-5 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Solução de Controvérsias (Unidade de Comércio)
6-7 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Medidas de Facilitação de Negócios (Unidade de Comércio)
7-8 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo Consultivo da ALCA sobre Economias Menores (Unidade de Comércio)
10-20 junho	San Pedro de Macorís, República Dominicana	Quarto Curso Regional de Formação de Jovens Líderes da América Central e da República Dominicana sobre Instituições, Valores e Práticas Democráticas (UPD)
11-15 junho	Ottawa, Canadá	Décima Oitava Reunião da Comissão Consultiva Permanente III: Radiocomunicações (CITEL)
11-15 junho	Washington, D.C.	Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) – Exposição sobre “Construindo Associações para o Meio Ambiente”
14-15 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião da Comissão Técnica da ALCA sobre Assuntos Institucionais (Unidade de Comercio)
18-20	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Aquisições do Setor Público (Unidade de Comércio)
18-22 junho	Antígua	Curso sobre Manutenção de Zonas Costeiras – Parte do Programa USAID/OEA/UWI. Desenho da Infra-Estrutura Costeira, Construção e Curso de Manutenção (UDSMA)
19-22 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Serviços (Unidade de Comércio)
21 junho	Washington, D.C.	Mesa-Redonda sobre Políticas de Água na América Latina (UDSMA)
25-26 junho	Belo Horizonte, Brasil	Reunião dos Comitês Organizadores Nacional e Internacional do IV Diálogo Interamericano sobre Gestão da Água (UDSMA)
25-27 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Investimentos (Unidade de Comércio)

25-29 junho	Washington, D.C.	Projeto de Enfermagem da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
27-29 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Direitos de Propriedade Intelectual (Unidade de Comércio)
28-29 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião da Comissão de Representantes Governamentais da ALCA sobre a Participação da Sociedade Civil – (Unidade de Comércio)
2-6 julho	Santa Lúcia	Curso sobre Manutenção de Zonas Costeiras – Parte do Programa USAID/OEA/UWI. Desenho da Infra-Estrutura Costeira, Construção e Curso de Manutenção (UDSMA)
2-6 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Acesso a Mercados (Unidade de Comércio)
9-11 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios (Unidade de Comércio)
11-13 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Políticas de Concorrência (Unidade de Comércio)
11-13 julho	Lima, Peru	Décima Quarta Reunião do Grupo de Peritos sobre o Controle de Lavagem de Ativos, da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
16 julho	Washington, D.C.	Construindo Democracias a Partir das Bases (UPD)
16-20 julho	Santa Lúcia	Curso sobre Manutenção de Zonas Costeiras – Parte do Programa USAID/OEA/UWI. Desenho da Infra-Estrutura Costeira, Construção e Curso de Manutenção (UDSMA)
16-20 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Agricultura (Unidade de Comércio)
18 julho	Washington, D.C.	Estudo Básico de Investimentos – A mulher e sua busca de independência financeira (CIM)
19 julho	Washington, D.C.	Mesa-Redonda sobre Políticas de Água na América Latina (UDSMA)
19-20 julho	Washington, D.C.	Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

23-24 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião da Comissão Conjunta de Peritos Governamentais e do Setor Privado da ALCA sobre Comércio Eletrônico – (Unidade de Comércio)
25-26 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião da Comissão de Representantes Governamentais da ALCA sobre a Participação da Sociedade Civil – (Unidade de Comércio)
25-27 julho	Montevideú, Uruguai	Pré-Congresso contra a Exploração Sexual Infantil, no âmbito do Segundo Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças (IIN)
26-27 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Economias Menores (Unidade de Comércio)
29-31 julho	La Paz, Bolívia	Reunião dos Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação Cidadã no Nível Municipal no Hemisfério (UPD)
30-31 julho	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias (Unidade de Comércio)
30 julho-3 agosto	Dominica	Curso sobre Sistemas de Defesa Costeira II – Parte do Programa USAID/OEA/UWI. Desenho da Infra-Estrutura Costeira, Construção e Curso de Manutenção (UDSMA)
30 julho-24 agosto	Rio de Janeiro, Brasil	Quinquagésimo Nono Período de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana (CJI)
30 julho-24 agosto	Rio de Janeiro, Brasil	Vigésimo Oitavo Curso de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana (CJI)
8-10 agosto	Montego Bay, Jamaica	Grupo de Peritos da CICAD sobre Redução da Demanda (CICAD)
13-15 agosto	Washington, D.C.	Grupo de Peritos sobre Substâncias Químicas (CICAD)
13-15 agosto	Charleston, Carolina do Sul	Segundo Seminário sobre Avaliação de Vulnerabilidade, Aplicações e Espaços Vazios em Metodologias (UDSMA)
20-22 agosto	Washington, D.C.	Quarta Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Preparação da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) para a Conferência de Plenipotenciários e a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações da União Internacional de Telecomunicações (UIT)

21-23 agosto	Manágua, Nicarágua	Realização da Segunda Reunião de Primeiras Damas da América Central e República Dominicana, apresentando o tema “Sistemas de Informação para o Seguimento dos Direitos da Criança” (IIN)
23-24 agosto	Washington, D.C.	Oitava Reunião da Comissão de Coordenação (CITEL)
2-6 setembro	Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil	Quarto Diálogo Interamericano sobre Gestão da Água (UDSMA)
6-7 setembro	Assunção, Paraguai	Seminário sobre Voto Eletrônico – Plano Piloto de Eleições Municipais (UPD)
9 setembro	São José, Costa Rica	Sétima Reunião da Subcomissão de Política e Coordenação (CIP)
10-11 setembro	Lima, Peru	Décimo Oitavo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
10-13 setembro	São José, Costa Rica	Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
10-13 setembro	Grenada	Curso de Seguimento e Manutenção da Infra-Estrutura Costeira – Parte do Programa USAID/OEA/UWI. Desenho de Infra-Estrutura Costeira, Construção e Curso de Manutenção (UDSMA)
14 setembro	Guatemala	Mesas-Redondas Nacionais com o Setor Privado sobre Mecanismos de Assistência e Redução da Vulnerabilidade a Desastres Naturais (UDSMA)
17 setembro	Panamá	Mesas-Redondas Nacionais com o Setor Privado sobre Mecanismos de Assistência e Redução da Vulnerabilidade a Desastres Naturais (UDSMA)
17-21 setembro	Belize	Caribe: Reuniões de Planejamento da Adaptação à Mudança Climática (CPACC) e da Comissão Assessora do Projeto (PAC) – (UDSMA)
18-19 setembro	Manágua, Nicarágua	Terceira Reunião dos Estados Partes da Convenção de Ottawa (UPD)
24-25 setembro	Punta del Este, Uruguai	Segunda Reunião dos Ministros da Educação (CIDI)

24-28 setembro	Trinidad e Tobago	Curso de Estruturas Marítimas – Parte do Programa USAID/OEA/UWI. Desenho de Infra-Estrutura Costeira, Construção e Curso de Manutenção (UDSMA)
24-28 setembro	Washington, D.C.	Grupo de Peritos do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM) – (CICAD)
30 setembro-11 outubro	Guiana	Primeiro Curso Regional para Jovens Líderes do Caribe sobre Instituições, Valores e Práticas Democráticas (UPD)
1º-5 outubro	Assunção, Paraguai	Décima Quinta Reunião da Comissão Consultiva Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
1º-5 outubro	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Peritos Governamentais – Redação de Relatórios de Seguimento de Recomendações do MEM (CICAD)
5-7 outubro	Foz do Iguaçu, Brasil	Simpósio Regional sobre Atenção Integral dos Menores de Quatro Anos (UDSE)
9 outubro-16 novembro	Washington, D.C.	113º Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
15 outubro	Port-of-Spain, Trinidad e Tobago	Quinta Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Preparação da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) para a Conferência de Plenipotenciários e a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações da União Internacional de Telecomunicações (UIT)
15 outubro	Washington, D.C.	Primeiro Período Extraordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
17-19 outubro	Ottawa, Canadá	Décima Segunda Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho
21-31 outubro	Chile	Terceiro Curso Regional de Formação de Jovens Líderes do MERCOSUL sobre Instituições, Valores e Práticas Democráticas (UPD)
24-26 outubro	Santo Domingo, República Dominicana	Oitava Conferência Anual da Rede Social da América Latina e do Caribe (UDSE)
29 outubro-1º novembro	Santafé de Bogotá, Colômbia	Décima Sétima Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)

6-9 novembro	Cidade da Guatemala, Guatemala	Décima Nona Reunião da Comissão Consultiva Permanente III: Radiocomunicações (CITEL)
6-9 novembro	Caracas, Venezuela	Grupo de Peritos Governamentais para a Avaliação de Recomendações 1999-2000
8-9 novembro	Cidade do México, México	Segunda Reunião do Comitê Técnico Consultivo sobre Operações Portuárias (CIP)
12-14 novembro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Investimentos (Unidade de Comércio)
12-14 novembro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Políticas de Concorrência (Unidade de Comércio)
12-15 novembro	Caracas, Venezuela	Trigésimo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
15-16 novembro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo da ALCA sobre Economias Menores – Unidade de Comércio
15-16 novembro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Direitos de Propriedade Intelectual (Unidade de Comércio)
29 novembro	Washington, D.C.	Segundo Período Extraordinário de Sessões do Comitê Interamericana contra o Terrorismo (CICTE)
4-6 dezembro	Santo Domingo, República Dominicana	Terceira Reunião do Comitê Executivo da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
6 dezembro	Santo Domingo, República Dominicana	Segunda Reunião do Comitê Técnico Consultivo sobre Segurança Portuária (CIP)
6 dezembro	Santo Domingo, República Dominicana	Segunda Reunião do Comitê Técnico Consultivo sobre Controle da Navegação e Proteção Ambiental (CIP)
10-14 dezembro	Salinas, Equador	Décima Reunião da Comissão Diretora Permanente COM/CITEL (CITEL)
11-12 dezembro	Washington, D.C.	Reunião de Seguimento da Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho (CIM)
12 dezembro	Washington, D.C.	Sexta Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

13 dezembro	Washington, D.C.	Terceira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
17-20 dezembro	Yokohama, Japão	Segundo Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças (IIN)
8-11 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Serviços – (Unidade de Comércio)
14 janeiro	Washington, D.C.	Primeira Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Seguimento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
14-16 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociações da ALCA sobre Investimentos (Unidade de Comércio)
14-15 janeiro	Washington, D.C.	Terceira Reunião do Grupo de Peritos Governamentais sobre a Implementação das Recomendações do MEM (CICAD)
16-18 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Políticas de Concorrência (Unidade de Comércio)
14-16 janeiro	Miami, Flórida	Rede Interamericana de Informação sobre Biodiversidade (USDE)
18-20 janeiro	Washington, D.C.	Segunda Reunião Extraordinária da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
20-22 janeiro	Bridgetown, Barbados	Reforma Constitucional no Caribe (UPD)
21-23 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios (Unidade de Comércio)
23-24 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião da Comissão de Representantes Governamentais da ALCA sobre a Participação da Sociedade Civil (Unidade de Comércio)
24-25 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Economias Menores (Unidade de Comércio)
28-29 janeiro	Washington, D.C.	Segundo Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)

28-31 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Acesso a Mercados (Unidade de Comercio)
28 janeiro-1º fevereiro	Genebra, Suíça	Primeira Reunião Intersessional da Comissão Permanente do Tratado de Ottawa (UPD)
29-31 janeiro	Trinidad e Tobago	Seminário Prático sobre Formação de Uma Rede de Informação Nacional (CICAD)
29 janeiro-1º fevereiro	Cartagena das Índias, Colômbia	Reunião Extraordinária da Rede Social da América Latina e do Caribe (AICD)
4-7 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Direitos de Propriedade Intelectual (Unidade de Comércio)
4-8 fevereiro	Washington, D.C.	Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI)
6-8 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Aquisições do Setor Público (Unidade de Comércio)
11-12 fevereiro	Washington, D.C.	Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) / Reunião Ministerial de Santa Cruz (UDSMA)
11-12 fevereiro	Costa Rica	Curso de Capacitação para as Entidades Coordenadoras Nacionais (América Central, República Dominicana e México) (CICAD)
13-15 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião da Comissão Conjunta de Peritos do Governo e do Setor Privado da ALCA sobre Comércio Eletrônico (Unidade de Comércio)
14-15 fevereiro	Trinidad e Tobago	Curso de Capacitação para as Entidades Coordenadoras Nacionais (Caribe, Estados Unidos e Canadá) (CICAD)
18-19 fevereiro	Peru	Curso de Capacitação para as Entidades Coordenadoras Nacionais (América do Sul) (CICAD)
18-21 fevereiro	Cidade do México, México	Vigésima Reunião da Comissão Consultiva Permanente III: Radiocomunicações (CITEL)
18-22 fevereiro	Cartagena das Índias, Colômbia	Seminário CICAD/RCMP sobre Segurança Portuária Antidrogas

20-22 fevereiro	Guatemala	Foro Democrático Centro-Americano <i>El Proceso y Mecanismos de Diálogos Nacionales en Centroamérica</i> (UPD)
20-22 fevereiro	Bogotá, Colômbia	Foro de Cultura Democrática e Tolerância Eleitoral (UPD)
21-22 fevereiro	Washington, D.C.	Quarta Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
25-27 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Agricultura (Unidade de Comércio)
25 fevereiro-15 março	Washington, D.C.	114º Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
25 fevereiro-1º março	Grenada	Seminário Prático de Desenho e Preparação do Plano Nacional Antidrogas de Grenada (CICAD)
26 fevereiro-1º março	Brasília, Brasil	Seminário sobre a Aplicação do Regulamento Modelo da CICAD sobre Armas de Fogo para os Países da América do Sul (CICAD)
27-28 fevereiro	São José, Costa Rica	Seminário Prático Centro-Americano sobre Gestão de Recursos Hídricos e Mitigação de Desastres Naturais no Contexto da Estratégia de Corredores de Integração Centro-Americana (UDSMA)
28 fevereiro	Nova York	Reunião das Nações Unidas para Diretores de Programas de Ação Integral contra Minas (UPD)
28 fevereiro	Washington, D.C.	<i>La Agenda de Desarrollo de Doha y el Proceso del ALCA: Retos para el Desarrollo de Capacidades en Materia de Comercio</i> (Unidade de Comércio)

ANEXO C

**TRATADOS E CONVENÇÕES INTERAMERICANAS
(Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001)**

TRATADOS INTERAMERICANOS			
TÍTULO DO TRATADO	PAÍS	DATA	ASSINATURA OU DEPÓSITO
Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, “Protocolo de Cartagena das Índias”	Guatemala	01.10.01	Dep. Ratif.
Convenção Americana sobre Direitos Humanos	Peru	31.01.01	Retirada de Declaração
Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à Abolição da Pena de Morte	Chile Paraguai	10.09.01 31.10.00	Assinatura Dep. Ratif.
Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador”	Chile	05.06.01	Assinatura
Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas	Peru México Guatemala	08.01.01 04.05.01 07.09.01	Assinatura Assinatura Ret. de Reserva
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”.	Grenadá	15.02.01	Dep. Ratif.
Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Civis à Mulher	Bolívia	16.11.01	Dep. Ratif.
Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Políticos à Mulher	Bolívia	16.11.01	Dep. Ratif.
Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	Argentina México Panamá Uruguai Brasil Peru	10.01.01 25.01.01 16.02.01 20.07.01 15.08.01 30.08.01	Dep. Ratif. Dep. Ratif. Dep. Ratif. Dep. Ratif. Dep. Ratif. Dep. Ratif.
Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos	Barbados Paraguai Costa Rica Uruguai Argentina	06.04.01 04.04.01 26.04.01 20.07.01 09.10.01	Assinatura Dep. Ratif. Dep. Ratif. Dep. Ratif. Dep. Ratif. com reserva
Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais	Equador Guatemala Uruguai	21.05.01 03.07.01 31.08.01	Dep. Ratif. Dep. Ratif. Dep. Ratif.

Convenção Interamericana contra a Corrupção	Barbados	06.04.01	Assinatura
	Belize	05.06.01	Assinatura
	Guiana	15.02.01	Dep. Ratif. com reserva
	Jamaica	30.03.01	Dep. Ratif.
	Guatemala	03.07.01	Dep. Ratif.
	São Vicente e Granadinas	05.06.01	Dep. Adesão
Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior	Uruguai	13.08.01	Reserva
	Estados Unidos	25.05.01	Dep. Ratif. com reserva e entend.
	Brasil	26.04.01	Dep. Adesão com reserva
	Nicarágua	09.10.01	Dep. Adesão
Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal	Brasil	26.04.01	Autoridade Central
	Estados Unidos	25.05.01	Autoridade Central
	Bahamas	26.04.01	Assinatura
	México	05.06.01	Assinatura <i>ad ref.</i>
Protocolo Facultativo relativo à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal	Estados Unidos	25.05.01	Dep. Ratif. Autoridade Central
	Estados Unidos	25.05.01	entend.
	Estados Unidos	25.05.01	
Convenção Interamericana sobre Obtenção de Provas no Exterior	Panamá	05.09.01	Autoridade Central
Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar	Equador	10.01.01	Dep. Ratif.
	Costa Rica	26.04.01	Dep. Ratif.
	Uruguai	31.08.01	Dep. Ratif.
Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores	Argentina	15.02.01	Dep. Ratif.
	Costa Rica	26.04.01	Dep. Ratif.
	Uruguai	31.08.01	Dep. Ratif.
	Argentina	16.02.01	Autoridade Central
Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores	Costa Rica	4.09.01	Dep. Ratif.
Protocolo de Tegucigalpa à Carta da Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA)	Belize	01.12.01	Dep. Adesão
Convênio Básico do Instituto de Nutrição da América Central e do Panamá (INCAP)	Panamá	16.02.01	Dep. Ratif.
Convênio Interamericano sobre Licença Internacional de Radioamador	Trinidad e Tobago	16.08.01	Dep. Adesão

ACORDOS BILATERAIS		
Nome do Acordo	País/Organização	Assinatura
Memorando de Entendimento N° 1 entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos	Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos	21 de dezembro de 2000
Protocolo entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), e a <i>Overseas Private Investment Corporation</i> (OPIC)	<i>Overseas Private Investment Corporation</i>	9 de janeiro de 2001
Acordo entre a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos relativo à Prestação de Assistência Financeira para o Programa Cultura de Diálogo: Desenvolvimento de Recursos para a Construção da Paz na Guatemala. Novembro de 2000 – Dezembro de 2001	Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento	7 de dezembro de 2000
Carta de Acordo entre o Governo da Irlanda e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos	Irlanda	20 de dezembro de 2000
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Organização de Instituições Superiores de Auditoria do Caribe	Organização de Instituições Superiores de Auditoria do Caribe	20 de novembro de 2000
Convênio entre o Ministro dos Países Baixos para a Cooperação e o Desenvolvimento e a Organização dos Estados Americanos, para o Projeto Plano de Assistência Técnica ao Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) (GT013101)	Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Baixos	27 de outubro de 2000
Acordo entre o Governo da Costa Rica e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos relativo à Realização do Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral	Costa Rica	13 de dezembro de 2000
Acordo Geral de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a <i>Southeastern Louisiana University</i>	<i>Southeastern Louisiana University</i>	29 de dezembro de 2000
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral da Agência Interamericana de Desenvolvimento Integral, e a Fundação Cisneros	Fundação Cisneros	18 de dezembro de 2000

Carta de Entendimento entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Fundação Shell para a Iniciativa de Energia Renovável nas Américas (REIA)	Fundação Shell	17 de janeiro de 2001
Acordo entre o Governo da República do Peru e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos relativo aos Privilégios e Imunidades dos Observadores do Processo Eleitoral correspondente às Eleições Gerais de 8 de Abril de 2001	Peru	2 de fevereiro de 2001
Contrato de Serviços entre a Corte Nacional Eleitoral da Bolívia e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos	Corte Nacional Eleitoral da Bolívia	12 de setembro de 2000
Acordo entre o Governo da República da Nicarágua e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto Formulação de um Plano Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira	Nicarágua	
Formulação de um Programa Estratégico de Ação para Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	1º de fevereiro de 2001
Acordo entre o Governo da República de Costa Rica e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto Formulação de um Plano Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do San Juan e sua Zona Costeira	Costa Rica	
Acordo entre a Junta Nacional de Eleições do Peru e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre o Procedimento de Observação Correspondente às Eleições Gerais de 8 de Abril de 2001	Junta Nacional de Eleições do Peru	6 de fevereiro de 2001
Memorando de Entendimento entre o Governo do Canadá e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre a Realização do Quinquagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana, de 12 a 23 de Março de 2001	Canadá	21 de fevereiro de 2001

Memorando de Entendimento entre o Departamento das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, sobre Cooperação em Medidas de Redução do Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Partes e Componentes, Munições e Outros Materiais Correlatos	Departamento das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento	25 de janeiro de 2001
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	Secretaria-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	26 de fevereiro de 2001
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	Secretaria-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	27 de fevereiro de 2001
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República da Guatemala e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre o Estabelecimento da Rede de Observação do Nível do Mar para América Central	Guatemala	2 de fevereiro de 2001
Segunda Emenda ao Contrato de Serviços assinado entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Serviço de Assistência Técnica da Bolívia em 28 de fevereiro de 2000	Serviço de Assistência Técnica	1º de março de 2001
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA e o Centro de Estudos da Justiça das Américas	Centro de Estudos da Justiça das Américas	3 de março de 2001
Memorando de Entendimento entre a Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, e <i>Microsoft Corp.</i>	<i>Microsoft Corporation</i>	10 de janeiro de 2001
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, e o Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey	Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey	10 de janeiro de 2001
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, e o Consórcio Ibero-Americano para a Educação em Ciência e Tecnologia	Consórcio Ibero-Americano para a Educação em Ciência e Tecnologia	25 de janeiro de 2001

Acordo entre o Governo de São Vicente e Granadinas e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre os Privilégios e Imunidades dos Observadores do Processo Eleitoral em São Vicente e Granadinas	São Vicente e Granadinas	Março de 2001
Missão de Observação das Eleições Nacionais na Guiana no ano 2001	Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional	13 de março de 2001
Contrato entre o Programa da Dinamarca Pró-Direitos Humanos para a América Central (PRODECA) e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para o Projeto Cultura de Diálogo: Desenvolvimento de Recursos para a Construção da Paz na Guatemala (OEA/PROPAZ)	Programa da Dinamarca Pró-Direitos Humanos para a América Central	8 de dezembro de 2000
Contrato entre o Programa da Dinamarca Pró-Direitos Humanos para a América Central (PRODECA) e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para o Projeto Valores Democráticos e Gestão Política	Programa da Dinamarca Pró-Direitos Humanos para a América Central	8 de dezembro de 2000
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República de Honduras e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para o Estabelecimento da Rede de Observação do Nível do Mar para a América Central	Honduras	12 de março de 2001
Emenda ao Acordo entre os Estados Unidos da América e a Organização dos Estados Americanos relativo à Sede da Organização dos Estados Americanos, assinado em Washington, em 14 de maio de 1992	Estados Unidos	23 de março de 2001
Memorando de Entendimento entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da Jamaica, no âmbito do Projeto Planejamento para a Adaptação do Caribe à Mudança Climática	Jamaica	4 de abril de 2001
Acordo entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, em representação do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FUNDACYT) do Equador e LASPAU: Programas Profissionais e Acadêmicos para as Américas (LASPAU: <i>Academic and Professional Programs for the Americas</i>)	Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Equador & Programas Profissionais e Acadêmicos para as Américas	26 de abril de 2001
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, e <i>Microsoft Corporation</i>	<i>Microsoft Corporation</i>	27 de março de 2001

Acordo entre a República Argentina e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a Realização da Vigésima Primeira Assembléia Geral Modelo da Organização dos Estados Americanos em San Martín de los Andes, Província de Neuquén, República Argentina	Argentina	
Primeira Emenda ao Aditivo Nº 004 do Acordo de Cooperação Técnica em Gestão e Desenvolvimento de Recursos entre a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica, do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre o Projeto Rede de Observação do Nível do Mar para a América Central	Administração Nacional Oceânica e Atmosférica	4 de maio de 2001
Carta de Entendimento entre <i>Coca-Cola Company</i> , o Comitê Organizador Internacional do Quarto Diálogo e Fundação para o Diálogo Interamericano sobre Gestão da Água	<i>Coca-Cola Company</i> , Comitê Organizador Internacional do Quarto Diálogo e Fundação para o Diálogo Interamericano sobre Gestão da Água	7 de maio de 2001
Ajuste Complementar ao Acordo entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA, suas obrigações, privilégios e imunidades para execução dos projetos Alto Paraguai e São Francisco (ANA/GEF/PNUMA/OEA)	Brasil	20 de junho de 2001
Acordo de Doação entre a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para o Projeto REIA	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	23 de maio de 2001
Memorando de Entendimento sobre Práticas Ótimas entre o Governo da República da Costa Rica e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento	Costa Rica	5 de junho de 2001
Memorando de Entendimento entre o <i>Bank of America</i> e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, para o Estabelecimento de um Serviço	Bank of America	23 de maio de 2001

Acordo entre a Comissão Binacional par o Desenvolvimento da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, para a Implementação do Programa Estratégico de Ação para a Bacia Binacional do Rio Bermejo	Comissão Binacional para o Desenvolvimento da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija	14 de maio de 2001
Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, e o Programa de Pós-Graduação em Liderança do Williams College	Centro de Economia de Desenvolvimento do Williams College	30 de maio de 2001
Acordo de Cooperação entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos, por meio do Escritório de Assuntos Educacionais e Culturais, a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e LASPAU: Programas Acadêmicos e Profissionais para as Américas, para a Iniciativa Ecológica Fundação Fulbright-Secretaria-Geral da OEA	Departamento de Estado dos Estados Unidos, e LASPAU: Programas Acadêmicos e Profissionais para as Américas	30 de maio de 2001
Memorando de Entendimento entre a Fundação para a Educação em Marinha Mercante e Transporte Marítimo, Roterdã, Países Baixos, e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos	Fundação para a Educação em Marinha Mercante e Transporte Marítimo, Roterdã, Países Baixos	30 de maio de 2001
Acordo entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República da Nicarágua relativo aos Privilégios e Imunidades dos Observadores do Processo Eleitoral correspondente às Eleições Gerais de 4 de novembro de 2001	Nicarágua	16 de maio de 2001
Acordo entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, e o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE)	Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE)	6 de junho de 2001
Acordo entre o Governo da Suécia e a Organização dos Estados Americanos em Apoio à Missão de Observação Eleitoral da OEA ao Peru, em Abril de 2001	Suécia	
Acordo de Cooperação entre Empresas Públicas de Medellín E.S.P. e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento	Empresas Públicas de Medellín E.S.P.	3 de junho de 2001

Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, e a Universidade Nacional Espanhola de Educação à Distância	Universidade Nacional Espanhola de Educação à Distância	26 de junho de 2001
Acordo entre o Governo do Chile e a União Pan-Americana para o Estabelecimento do Centro Interamericano de Ensino de Estatística na República do Chile, assinado em Washington, D.C., em 9 de julho de 1962	Chile	Denúncia efetiva em 11 de dezembro de 2001
Acordo Complementar ao Acordo entre o Governo do Chile e a União Pan-Americana para o Estabelecimento do Centro Interamericano de Ensino de Estatística na República do Chile, assinado entre o Chile e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos em Washington, D.C., em 22 de outubro de 1998.	Chile	Denúncia efetiva em 11 de dezembro de 2001
Acordo entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Comissão Regional de Recursos Hídricos, para o Estabelecimento do Fundo de Manutenção e Reposição da Rede de Observação do Nível do Mar, no âmbito do Projeto Ronmac	Comissão Regional de Recursos Hídricos	15 de julho de 2001
Acordo de Contribuição entre o Departamento de Assuntos Exteriores e Comércio Internacional e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, por meio da Unidade para a Promoção da Democracia	Departamento de Assuntos Exteriores e Comércio Internacional	30 de maio de 2001
Memorando de Entendimento entre a Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Rural e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para o Projeto Formulação de um Plano Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira	Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Rural	9 de julho de 2001
Acordo entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República da Guatemala para o Programa Especial de Apoio da OEA ao Fortalecimento das Instituições Democráticas na Guatemala	Guatemala	18 de julho de 2001
Acordo entre o Instituto Centro-Americano de Estudos Políticos e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a Implementação dos Módulos e Cursos de Diplomação em Nova Liderança Política e Social, no âmbito do Programa Valores	Instituto Centro-Americano de Estudos Políticos	26 de abril de 2001

Democráticos e Gestão Política, da Organização dos Estados Americanos na Guatemala		
Acordo de Cooperação entre a Comissão Interamericana de Telecomunicações da Organização dos Estados Americanos e o Instituto Europeu de Padrões em Telecomunicações.	Instituto Europeu de Padrões em Telecomunicações	17 de julho 2001
Acordo Geral de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e a Associação Interamericana de Ministérios Públicos	Associação Interamericana de Ministérios Públicos	24 de julho de 2001
Acordo relativo à realização da Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Portos	Costa Rica	27 de agosto de 2001
Acordo de Cooperação sobre Capacitação em Prevenção e Controle de Lavagem de Ativos	Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	6 de julho de 2001
Acordo de Cooperação	Instituto Ítalo-Latino-Americano	26 de julho de 2001
Acordo relativo à realização do Vigésimo Oitavo Período de Sessões da Assembléia Geral	Peru	9 de agosto de 2001
Acordo de Cooperação para a Prestação de Serviços Administrativos e Técnicos na Execução de um Programa de Apoio à Sociedade Civil do Uruguai	Ministério da Defesa do Uruguai	30 de julho de 2001
Acordo para a Implementação do Projeto Rumo a uma Nova Cultura Política – Módulos de Formação de Quadros Político-Partidários, no âmbito do Programa Valores Democráticos e Gestão Política da Organização dos Estados Americanos na Guatemala	Fundação Friedrich Ebert (Representação na Guatemala)	4 de julho de 2001
Acordo para o Projeto Formulação de um Plano Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira	Comissão Regional de Recursos Hídricos	10 de julho de 2001
Cooperação Técnica Não-Reembolsável No. ATN/SF-7485-RG, Programa Combate à Lavagem de Dinheiro a partir do Sistema Judicial	Banco Interamericano de Desenvolvimento	8 de agosto de 2001
Segunda Emenda ao Memorando de Entendimento entre a Comissão Regional de Recursos Hídricos e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre o Projeto Rede de Observação do Nível do Mar para a América Central (RONMAC)	Comissão Regional de Recursos Hídricos	18 de setembro de 2001

Memorando de Entendimento relativo ao Projeto Formulação de um Plano Estratégico de Ação para Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira	Associação de Municípios do Rio San Juan	7 de agosto de 2001
Acordo Interinstitucional para a Implementação do Projeto Foro Interamericano de Capacitação Municipal, no âmbito do Programa Valores Democráticos e Gestão Política	Comissão Presidencial para a Modernização do Estado-COMODES, Associação Nacional de Prefeitos Municipais-ANAM, Instituto de Fomento Municipal-INFOM, Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência-SEGEPLAN e Comissão de Assuntos Municipais do Congresso da República da Guatemala-CAM	13 de setembro de 2001
Doação para 1) Avaliação Ambiental e Fortalecimento da Capacidade do Acordo da Área de Livre Comércio das Américas (NAFTA) e 2) Seminário Prático sobre Estruturação de Políticas de Produção de Energia Limpa e Eficiência Energética Nº da Doação: LAC-G-00-01-00008-00	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	1º de outubro de 2001

ANEXO D

RECURSOS HUMANOS

Os quadros seguintes apresentam informação sobre o pessoal da Secretaria-Geral, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001.

Os funcionários classificam-se segundo o tipo de nomeação e o fundo que os financia; categoria e nacionalidade; tempo de serviço; nível do cargo que exercem; sexo; lugar de exercício; e pertencentes ou não ao serviço de carreira.

QUADRO 1

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO E POR FUNDO,
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

	Serviço de Carreira	Longo Prazo	Curto Prazo	Total
Fundo Ordinário ^{a/}	253 ^{b/}	2548 ^{c/}	43	550
Outros	5 ^{d/}	51 ^{e/}	31	87
TOTAL	258	305	74	637 *

a/ Inclui o pessoal da Secretaria da CIDH do IIN, da CIM e da CICAD.

b/ Inclui 14 funcionários em cargos de confiança, membros do serviço de carreira.

c/ Inclui 57 funcionários em cargos de confiança.

d/ Inclui um funcionário em cargo de confiança (Secretário-Tesoureiro do Fundo de Aposentadoria).

e/ Inclui dois funcionários em cargos de confiança

QUADRO 2

**VARIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR FUNDO
31 de dezembro de 2000 a 31 de dezembro de 2001
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

	Dezembro 2000	Dezembro 2001	Variação	
			Número	%
Fundo Ordinário	546	550	+ 4	+ 1
Outros	68	87	+ 19	+ 28
TOTAL	614*	637	+ 23	+ 4

** Inclui dois observadores especiais.*

QUADRO 3

VARIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO (31 de dezembro de 2000 a 31 de dezembro de 2001) (Inclui todos as fontes de financiamento)

Tipo de Nomeação	Dezembro 2000	Dezembro 2001	Variação	
			Número	%
Serviço de carreira	260	244	- 16	- 6
Serviço de carreira em cargos de confiança	13	14	+ 1	- 8
Pessoal de confiança não pertencente ao serviço de carreira	54	59	+ 5	+ 9
Longo prazo	226	246	+ 20	+ 9
Curto prazo	61	74	+ 13	+ 21
TOTAL	614*	637	+ 23	+ 4

**Inclui dois observadores especiais.*

QUADRO 4

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Países	31 de dezembro de 2000			31 de dezembro de 2001		
	Profissionais	Serviços Gerais	Totais	Profissionais	Serviços Gerais	Totais
Antígua e Barbuda	1	2	3	1	2	3
Argentina	25	9	34	26	8	34
Bahamas	-	2	2	-	2	2
Barbados	3	3	6	4	3	7
Belize	1	2	3	1	2	3
Bolívia	10	8	18	11	8	19
Brasil	9	7	16	12	8	20
Canadá	18	-	18	15	-	15
Chile	14	5	19	14	7	21
Colômbia	30	27	57	29	27	56
Costa Rica	4	2	6	4	2	6
Cuba	-	-	-	-	-	-
Dominica		3	3	1	3	4
El Salvador	5	14	19	5	15	20
Equador	7	13	20	6	14	20
Estados Unidos	99	44	143	100	51	151
Grenada	5	2	7	5	2	7
Guatemala	7	10	17	8	11	19
Guiana	1	2	3	1	2	3
Haiti	2	3	5	2	3	5
Honduras	2	2	4	3	2	5
Jamaica	3	3	6	3	3	6
México	12	4	16	14	4	18
Nicarágua	2	9	11	2	10	12
Panamá	4	3	7	5	3	8
Paraguai	5	3	8	5	3	8
Peru	27	31	58	28	32	60
República Dominicana	1	6	7	1	6	7
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	2	2	4
Santa Lúcia	3	2	5	2	2	4
São Vicente e Granadinas	4	3	7	3	3	6
Suriname	2	2	4	3	2	5
Trinidad e Tobago	9	3	12	9	4	13
Uruguai	31	13	44	28	12	40
Venezuela	12	8	20	13	10	23
Países não-membros da OEA	2	-	2	2	1	3
TOTAL	362	252	614*	368	269	637

* Inclui dois observadores especiais.

QUADRO 5

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001, POR ANOS DE SERVIÇO
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

<u>Anos de serviço</u>	Membros do serviço de carreira	Membros não pertencentes ao serviço de carreira	Total de funcionários	Percentagem de pessoal de serviço de carreira
Menos de 3	0	134	134	0
3 até menos de 5	0	72	72	0
5 até menos de 10	5	139	144	3
10 até menos de 15	26	31	57	46
15 até menos de 25	107	3	110	97
25 e mais	120	0	120	100
TOTAL	258	379	637	41

QUADRO 6

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001
POR NACIONALIDADE
(Pessoal de carreira como percentagem do total de funcionários)
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

País	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Percentagem de pessoal do serviço de carreira
Antígua e Barbuda	0	3	3	0
Argentina	19	15	34	56
Bahamas	0	2	2	0
Barbados	2	5	7	29
Belize	0	3	3	0
Bolívia	10	9	19	53
Brasil	7	13	20	35
Canadá	0	15	15	0
Chile	12	9	21	57
Colômbia	17	39	56	30
Costa Rica	3	3	6	50
Dominica	0	4	4	0
El Salvador	10	10	20	50
Equador	12	8	20	60
Estados Unidos	58	93	151	38
Grenada	0	7	7	0
Guatemala	13	6	19	68
Guiana	0	3	3	0
Haiti	2	3	5	40
Honduras	1	4	5	20
Jamaica	3	3	6	50
México	8	10	18	44
Nicarágua	8	4	12	67
Panamá	4	4	8	50
Paraguai	2	6	8	25
Peru	25	35	60	42
República Dominicana	6	1	7	86
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	50
Santa Lúcia	1	3	4	25
São Vicente e Granadinas	1	5	6	17
Suriname	1	4	5	20
Trinidad e Tobago	1	12	13	8
Uruguai	25	15	40	63
Venezuela	4	19	23	17
Países não-membros da OEA	1	2	3	33
TOTAL	258	379	637	41

QUADRO 7
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001
POR NÍVEL
(Inclui todas as fontes de financiamento)

Nível do funcionário	Pessoal do serviço de Carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Porcentagem de pessoal do serviço de carreira
Cargos não classificados*	1	4	5	20
D-2	1	9	10	10
D-1	9	16	25	36
P-5	43	41	84	51
P-4	24	44	68	35
P-3	26	58	84	31
P-2	28	39	67	42
P-1	5	20	25	20
G-7	7	5	12	58
G-6	44	37	81	54
G-5	32	44	76	42
G-4	19	32	51	37
G-3	16	23	39	41
G-2	3	4	7	43
G-1	0	3	3	0
TOTAL	258	379	637	41

*Secretário -Geral, Secretário -Geral Adjunto, Secretários Executivos e Subsecretários.

QUADRO 8

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1° DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001
(HOMENS-MULHERES)
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Sexo	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Porcentagem de pessoal do serviço de carreira
Mulheres	133	199	332	40
Homens	125	180	305	41
TOTAL	258	379	637	41

QUADRO 9

**COMPOSIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1° DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001
POR LUGAR DE EXERCÍCIO
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Lugar de exercício	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Porcentagem de pessoal de serviço de carreira
Sede	221	307	528	42
Fora da sede	37	72	109	34
TOTAL	258	379	637	41

QUADRO 10

**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR ÁREA**

(1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001)

(Inclui todas as fontes de financiamento)

	<i>Nº de CPRs</i>	<i>Total (US\$)</i>
Área		
10510 Gabinete do Secretário-Geral	14	103.454
11020 Departamento de Informação Pública – Escritório do Diretor	1	508
11060 Gráfica	5	27.086
11061 Publicações/Apoio Editorial	2	20.700
11062 Multimídia	9	54.628
11080 Rádio	1	1.596
11090 Revista Américas	127	271.077
11510 Departamento de Serviços Jurídicos	1	320
12010 Escritório do Inspetor-Geral	6	119.676
13010 Escritório de Relações Externas	5	20.000
13510 Escritório de Seguimento de Cúpulas	10	98.059
14020 Fundo Leo Rowe	1	12
14510 Escritório de Assuntos Culturais	8	27.652
15010 Escritório de Assuntos Científicos e Tecnológicos	15	129.657
15510 CICAD – Escritório do Secretário Executivo	4	26.825
15520 Redução da demanda	39	232.414
15530 Redução da oferta	5	9.900
15540 Fortalecimento institucional	9	364.167
15550 Desenvolvimento jurídico	1	1.064
15561 Tecnologia da informação	3	12.000
15562 Pesquisa e análise	8	38.037
15570 Desenvolvimento alternativo	34	1.392.786
15580 Lavagem de ativos	3	63.936
16010 Comissão Interamericana de Direitos Humanos	42	487.242
16510 Comissão Interamericana de Telecomunicações	5	34.000
17020 Unidade de Comércio	32	393.591
17040 SICE – Sistema de Informação de Comércio Exterior	14	164.125
17510 Unidade de Desenvolvimento Social e Educação	27	228.827
18010 Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	470	5.854.375
18510 Unidade Intersetorial de Turismo	33	541.125
19010 UPD – Escritório do Coordenador Executivo	41	287.293
19020 Fortalecimento das instituições democráticas	69	281.719
19030 Assistência técnica eleitoral	182	1.050.144
19040 Informação e diálogo	37	139.018
19050 Programas especiais – Observações eleitorais	512	3.241.063
19800 Programas de remoção de minas	328	2.794.762
21010 Gabinete do Secretário-Geral Adjunto	3	6.694
23010 CIM – Secretaria Executiva	18	139.736
24020 Secretaria de Conferências – Escritório do Diretor	1	3.500
24040 Divisão de Conferências e Reuniões	4	34.940
24060 Divisão de Serviços de Idiomas	3	6.453
24070 Divisão de Documentos e Informação	1	300
25010 Instituto Interamericano da Criança	59	171.309
26010 Museu das Américas	5	12.800
27020 Biblioteca Colombo – Escritório do Diretor	6	76.948
27040 Serviços técnicos	1	7.671
27080 Arquivos	2	217
28002 Escritório na Argentina	2	22.300
28011 Escritório na Costa Rica	2	900
28020 Escritório no Haiti	2	8.400
28022 Escritório na Jamaica	2	588

28025	Escritório no Panamá	2	14.054
28026	Escritório no Paraguai	2	900
28027	Escritório no Peru	2	2.900
28032	Escritório em Trinidad e Tobago	1	450
28034	Escritório no Uruguai	3	13.800
37030	Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento	6	58.000
42010	Escritório da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	15	61.700
44020	Departamento de Direito Internacional	4	12.000
44040	Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana	7	25.120
46010	Tribunal Administrativo	3	39.500
48010	Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica	35	186.576
52010	Escritório Executivo do Subsecretário de Administração	32	1.000.031
54020	Departamento de Serviços Financeiros – Escritório do Diretor	11	269.145
54051	Operações Financeiras	6	47.844
55040	Preparação do orçamento	1	15.000
55050	Informação, desenvolvimento e administração	14	769.708
57010	TFS - Escritório do Diretor	7	111.370
57021	Serviços gerais	5	116.530
57031	Instalações	7	109.960
57052	Aplicações de tecnologia da informação	15	184.825
58020	Departamento de Recursos Humanos – Escritório do Diretor	4	20.268
58040	Planejamento e desenvolvimento de recursos humanos	2	27.600
58060	Compensação e benefícios	10	66.191
59020	DMSIT – Escritório do Diretor	4	119.711
TOTAL		2.412	22.278.777

QUADRO 11

**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR NACIONALIDADE
(1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001)
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

País	# de CPRs	Montante (US\$)
Antígua e Barbuda	2	50.500
Argentina	101	870.232
Barbados	21	558.500
Belize	4	21.620
Bolívia	72	397.809
Brasil	219	1.366.809
Canadá	44	576.255
Chile	27	229.956
Colômbia	101	743.676
Costa Rica	56	508.468
Dominica	2	16.000
El Salvador	6	25.070
Equador	28	165.189
Estados Unidos	369	5.244.661
Grenada	9	30.600
Guatemala	114	844.769
Guiana	2	23.883
Haiti	10	18.709
Honduras	24	150.891
Jamaica	6	79.238
México	23	171.382
Nicarágua	65	408.441
Panamá	25	142.351
Paraguai	26	135.400
Peru	123	674.378
Porto Rico	2	2.700
República Dominicana	7	25.480
Saint Kitts e Nevis	4	65.250
Santa Lúcia	3	15.573
São Vicente e Granadinas	2	26.950
Suriname	3	9.200
Trinidad e Tobago	11	100.500
Uruguai	48	268.868
Venezuela	25	171.938
Não especificado	793	7.364.430
TOTAL	2.377	21.505.676

OUTROS PAÍSES NÃO-MEMBROS

País	Número de CPRs	Montante (US\$)
Alemanha	2	8.381
Coréia, Rep.Dem.	4	42.000
Espanha	11	377.970
França	3	157.800
Índia	4	28.000
Reino Unido	11	158.950
TOTAL	35	773.101

QUADRO 12

**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR PAÍS DE EXECUÇÃO
(1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001)
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

País	Número de CPRs	Montante (US\$)
Antígua e Barbuda	4	58.512
Argentina	50	556.117
Barbados	23	351.272
Belize	4	19.700
Bolívia	75	334.306
Brasil	185	2.958.773
Brasil – CJI	5	15.120
Costa Rica	85	409.596
El Salvador	7	22.020
Equador	22	161.888
Estados Unidos	809	9.792.383
Grenada	8	18.000
Guatemala	234	1.593.164
Guiana	18	72.640
Haiti	5	9.949
Honduras	135	760.724
IIN	28	73.921
Jamaica	5	36.988
México	5	15.500
Nicarágua	376	3.345.773
Projeto OEA-USDE	43	223.461
Panamá	23	139.871
Paraguai	34	188.253
Peru	142	618.532
República Dominicana	4	17.100
Saint Kitts e Nevis	9	79.116
Santa Lúcia	5	70.573
São Vicente e Granadinas	4	38.410
Trinidad e Tobago	11	120.510
Uruguai	47	156.243
Venezuela	10	26.060
TOTAL	2.415	22.284.479

QUADRO 13

**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR FUNDO
(1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001)
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Fundo	Nº de CPRs	Montante (US\$)
111 Fundo Ordinário	507	3.619.755
113 Revista Américas	79	220.618
114 Dotações suplementares	5	145.421
311 Fundos específicos do Fundo Ordinário	1308	12.566.655
321 Fundos específicos dos fundos voluntários	497	5.603.518
411 Fundos de Benefícios Médicos	7	66.956
413 Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe	4	33.012
415 Rowe Memorial Benefit Fund	1	1.344
510 Apoio administrativo e técnico	7	27.200
TOTAL	2.415	22.284.479

QUADRO 14

**COMPOSIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
E VAGAS NO SERVIÇO DE CARREIRA
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

	Serviços Gerais	Profis- sionais	Total
<i>Pessoal da Secretaria-Geral em 31 de dezembro de 2001</i>			
1. Pertencentes ao serviço de carreira	121	137	258
2. Não pertencentes ao serviço de carreira	148	231	379
3. Total do pessoal (Linhas 1 e 2)	269	368	637
<i>Vagas no serviço de carreira</i>			
4. Número de cargos no serviço de carreira a/	324	403	727
5. Membros do serviço de carreira em 31 de dezembro de 2001 (Linha 1)	121	137	258
6. Vagas adicionais previstas em 1º de julho de 2002, por aposentadorias		1	1
7. Total de vagas previstas em 1º de julho de 2002 [Linhas 4-(5+6)]	203	265	468

a/ Corresponde ao número de pessoas nomeadas em caráter permanente, segundo o Registro de Pessoal em 31 de dezembro de 1982.

QUADRO 15

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

País	Dezembro de 2000			Dezembro de 2001		
	Serviço de carreira	Não membros do serviço	Total	Serviço de carreira	Não membros do serviço de carreira	Total
Antígua e Barbuda	0	3	3	0	3	3
Argentina	21	13	34	19	15	34
Bahamas	0	2	2	0	2	2
Barbados	2	4	6	2	5	7
Belize	0	3	3	0	3	3
Bolívia	12	6	18	10	9	19
Brasil	7	9	16	7	13	20
Canadá	0	18	18	0	15	15
Chile	13	6	19	12	9	21
Colômbia	18	39	57	17	39	56
Costa Rica	3	3	6	3	3	6
Dominica	0	3	3	0	4	4
El Salvador	12	7	19	10	10	20
Equador	12	8	20	12	8	20
Estados Unidos	60	83	143	58	93	151
Grenada	0	7	7	0	7	7
Guatemala	13	4	17	13	6	19
Guiana	0	3	3	0	3	3
Haiti	2	3	5	2	3	5
Honduras	1	3	4	1	4	5
Jamaica	3	3	6	3	3	6
México	8	8	16	8	10	18
Nicarágua	9	2	11	8	4	12
Panamá	4	3	7	4	4	8
Paraguai	2	6	8	2	6	8
Peru	26	32	58	25	35	60
República Dominicana	6	1	7	6	1	7
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	2	2	4
Santa Lúcia	1	4	5	1	3	4
São Vicente e Granadinas	1	6	7	1	5	6
Suriname	1	3	4	1	4	5
Trinidad e Tobago	1	11	12	1	12	13
Uruguai	28	16	44	25	15	40
Venezuela	4	16	20	4	19	23
Países não-membros da OEA	1	1	2	1	2	3
TOTAL	273	341	614*	258	379	637

Categoria	Dezembro 2000	Dezembro 2001	Variação	
			Absoluta	%
Profissionais	362	368	+ 6	+ 2
Serviços Gerais	252	269	+ 17	+ 7
TOTAL	614*	637	+ 23	+ 4

* Inclui dois observadores especiais.

ANEXO E
SITUAÇÃO FINANCEIRA DA OEA

QUADRO 1

SUBFUNDOS DE OPERAÇÕES E DE RESERVA
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO COMBINADO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS
(US\$1.000)

PRELIMINAR – NÃO SUBMETIDO A AUDITORIA

ATIVOS	Fundo Ordinário	
	31 dezembro 2001	31 dezembro 2000
Dinheiro e depósitos em custódia no		
Fundo de Tesouraria da OEA	\$ 28,384	\$ 14,325
Adiantamentos a funcionários	-	11
Outros ativos	231	360
Montantes a debitar a dotações de		
anos futuros	5,365	5,365
Investimentos em terrenos, edifícios e equipamento	<u>32,699</u>	<u>31,965</u>
	\$ <u>66,679</u>	\$ <u>52,026</u>
PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS		
Obrigações a liquidar	\$ 4,581	\$ 4,469
Cotas/Oferecimentos arrecadados antecipadamente	14	116
Contas a pagar e outros passivos	6,244	6,762
Dívida de longo prazo	<u>5,193</u>	<u>5,193</u>
	<u>16,032</u>	<u>16,540</u>
Saldos de fundos:		
Subfundo de Operações alocado	3,300	-
Subfundo de Operações não-alocado	8,714	-
Subfundo de Reserva	<u>11,127</u>	<u>8,714</u>
	23,141	8,714
Investimento em terrenos, edifícios e equipamento	<u>27,506</u>	<u>26,772</u>
	\$ <u>66,679</u>	\$ <u>52,026</u>

QUADRO 2

**SUBFUNDOS DE OPERAÇÕES E DE RESERVA
DEMONSTRATIVO COMBINADO DE VARIAÇÕES NOS SALDOS DE FUNDOS
FUNDO ORDINÁRIO
(US\$1.000)**

PRELIMINAR – NÃO SUBMETIDO A AUDITORIA

	Ano encerrado em 31 de dezembro de	
	2001	2000
AUMENTOS		
Arrecadação de cotas/oferecimentos	\$ 85,625	\$ 83,403
Menos créditos por pagamento imediato	212	66
	<u>85,413</u>	<u>83,337</u>
Contribuições a título de apoio administrativo e técnico	1,209	1,247
Receitas do Fundo de Tesouraria	1,218	481
Outras receitas, reembolsos e descomprometimentos	2,455	2,911
	<u>90,295</u>	<u>87,976</u>
REDUÇÕES		
Despesas e obrigações correspondentes a dotações:		
Assembléia Geral e Conselho Permanente	11,835	11,155
Gabinete Executivo da Secretaria -Geral	10,772	9,972
Unidades e Escritórios Especializados	12,062	12,282
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)	11,819	11,580
Escritórios nos Estados membros	5,665	5,971
Atividades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	1,851	1,795
Atividades da Subsecretaria de Administração	9,724	9,604
Despesas comuns de administração e de pessoal	7,016	6,978
Contribuições a outras agências	5,123	5,309
	<u>75,867</u>	<u>74,646</u>
Aumento (redução) líquido no período	14,427	13,330
Saldo (déficit) do Fundo no início do período	8,714	(4,616)
Saldo (déficit) do Fundo no fim do período	<u>\$ 23,141</u>	<u>\$ 8,714</u>

QUADRO 3
FUNDO ORDINÁRIO
ESTADO REVISADO DE DOTAÇÕES SUPLEMENTARES
De 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 2001

Autoridade	Data de Início	Propósito	Dot.	Ajustes	Dot. Ajust.	Transfer.	Dot. Ajust	Despesas Acum.	Obrig. não Liq.	Aprop. Não Obrig.
AG/RES.1230	06/07/1993	Edifício Administrativo	795,000	(421,825)	373,175		373,175	355,102		18,073
AG/RES.1230	06/07/1993	Museu	46,000	305,392	351,392		351,392	252,721		98,671
AG/RES.1230	06/07/1993	Edifício Secretaria Geral	582,000	396,570	978,570		978,570	461,105		517,465
AG/RES.1230	06/07/1993	Residência Oficial	150,000	(4,017)	145,983		145,983	90,383		55,600
AG/RES.1230	06/07/1993	Edifício Principal	8,800,000	(170,905)	8,629,095	(5,956,800)	2,672,295	244,756		2,427,539
AG/RES.1230	06/07/1993	Casita	203,000		203,000		203,000	134,808		68,192
CP/RES.621	02/25/1994	Sistema de Som GSB	400,000	(24,095)	375,905		375,905	364,435		11,470
CP/RES.667	02/07/1996	IIN Remodelação e Reparação Edifício	160,000		160,000		160,000	85,077		74,923
CP/doc3143/99	02/11/1999	Fellowship Capital Sub-Fund	415,941		415,941					415,941
TOTAL			\$11,551,941	\$81,120	\$11,633,061	(\$5,956,800)	\$5,260,320	\$1,988,388		\$3,687,873

QUADRO 4

FUNDOS ESPECÍFICOS
DEMONSTRATIVO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS
 (US\$1.000)

PRELIMINAR – NÃO SUBMETIDO A AUDITORIA

	31 de dezembro	
	2001	2000
ATIVOS		
Dinheiro e depósitos no Fundo de Tesouraria da OEA	\$ 32,817	\$ 28,151
Adiantamentos a funcionários e outras contas a cobrar	583	586
	<u>\$ 33,400</u>	<u>\$ 28,737</u>
PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS		
Obrigações a liquidar	\$ 7,112	\$ 6,361
Contas e pagar e outros passivos	1,003	1,306
Saldos de Fundos	25,285	21,070
	<u>\$ 33,400</u>	<u>\$ 28,737</u>

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE FUNDOS
 (US\$1.000)

	31 de dezembro	
	2001	2000
AUMENTOS		
Contribuições	\$ 43,350	\$ 42,092
Contribuições para reembolsos de impostos	7,609	4,843
Transferências	957	-
Outras receitas e juros	7,573	5,779
	<u>59,489</u>	<u>52,714</u>
REDUÇÕES		
Despesas e obrigações	42,630	45,443
Reembolsos a doadores	1,313	13,324
Reembolsos de impostos a funcionários	11,410	5,079
	<u>55,353</u>	<u>63,846</u>
Aumento/(redução) líquido no período	4,136	(11,132)
Saldo de fundos no início do período	21,149	32,202
Saldo de fundos no fim do período	<u>\$ 25,285</u>	<u>\$ 21,070</u>

ANEXO F

**BOLSAS DO PROGRAMA REGULAR DE TREINAMENTO (PRA)
2001 (INCLUSIVE PRORROGAÇÕES)**

	Novos bolsistas		Prorrogações		Total	
	Nº	Montante (US\$)	Nº	Montante (US\$)	Nº	Montante (US\$)
Antígua e Barbuda	4	95.193,00	4	79.082,00	8	174.275,00
Argentina	5	125.035,00	5	116.507,00	10	241.542,00
Barbados	4	104.588,00	1	21.916,00	5	126.504,00
Bahamas	5	80.154,00	6	109.848,00	11	189.952,00
Belize	5	105.540,00	3	68.642,00	8	174.182,00
Bolívia	5	86.757,00	3	55.097,00	8	141.854,00
Brasil	6	186.004,00	5	130.576,00	11	316.580,00
Canadá	5	49.388,00	1	10.028,00	6	59.416,00
Chile	5	112.740,00	5	70.140,00	10	182.880,00
Colômbia	15*	346.295,00	5	88.704,00	20	434.999,00
Costa Rica	6	140.830,00	7	139.060,00	13	279.890,00
Dominica	3	78.884,00	1	9.863,00	4	88.747,00
El Salvador	6	105.142,00	3	46.312,00	9	151.454,00
Equador	5	80.396,00	5	79.207,00	10	159.603,00
Estados Unidos	6	74.728,00	1	9.299,00	7	84.027,00
Grenada	2	42.856,00	4	85.789,00	6	128.645,00
Guatemala	5	96.040,00	4	67.763,00	9	163.803,00
Guiana	1	30.836,00	1	20.301,00	2	51.137,00
Haiti	5	94.640,00	4	73.712,00	9	168.352,00
Honduras	6	108.168,00	5	76.852,00	11	185.020,00
Jamaica	5	117.640,00	2	29.632,00	7	147.272,00
México	6	137.068,00	2	45.969,00	8	183.037,00
Nicarágua	8	161.624,00	8	127.660,00	16	289.284,00
Panamá	6	109.868,00	3	26.849,00	9	136.717,00
Paraguai	6	101.124,00	5	65.925,00	11	167.049,00
Peru	5	113.368,00	5	60.852,00	10	174.220,00
República Dominicana	5	103.626,00	2	35.509,00	7	139.135,00
Santa Lúcia	2	58.156,00	0	0,00	2	58.156,00
São Vicente e Granadinas	1	22.528,00	0	0,00	1	22.528,00
Saint Kitts e Nevis	2	62.756,00	0	0,00	2	62.756,00
Suriname	2	38.349,00	3	50.783,00	5	89.132,00
Trinidad e Tobago	3	73.584,00	3	53.664,00	6	127.248,00
Uruguai	6	83.768,00	5	95.512,00	11	179.280,00
Venezuela	6	150.046,00	4	41.649,00	10	191.695,00
TOTAIS	167	3.477.719,00	115	1.992.702,00	282	5.470.371,00

* Das 15 bolsas outorgadas, 11 foram bolsas parciais e 1 foi declinada pelo bolsista.

**BOLSAS DO PROGRAMA ESPECIAL PARA O CARIBE
DE LÍNGUA INGLESA (SPECAP) 2001
(INCLUSIVE PRORROGAÇÕES)**

	Novos bolsistas		Prorrogações		Totais	
	Nº	Montante (US\$)	Nº	Montante (US\$)	Nº	Montante (US\$)
Antígua e Barbuda	2	49.056,00	2	24.660,00	4	73.716,00
Barbados	2	46.456,00	1	28.264,00	3	74.720,00
Bahamas	2	45.149,00	1	18.564,00	3	63.713,00
Belize	3	45.756,00	3	38.511,00	6	84.267,00
Dominica	3	64.446,00			3	64.446,00
Grenada	4	36.000,00	3	25.944,00	7	61.944,00
Guiana			2	27.456,00	2	27.456,00
Jamaica	2	47.456,00	2	44.728,00	4	92.184,00
Santa Lúcia	2	37.356,00	2	29.656,00	4	67.012,00
São Vicente e Granadinas	2	50.056,00	2	36.334,00	4	86.390,00
Saint Kitts e Nevis	2	51.056,00	1	19.564,00	3	70.620,00
Suriname	2	39.456,00	1	26.244,00	3	65.700,00
Trinidad e Tobago	2	39.749,00	2	28.528,00	4	68.277,00
TOTAIS	28	551.992,00	22	348.453,00	50	900.445,00

**BOLSAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL
PARA BOLSAS DE TREINAMENTO (CHBA) 2001**

País	Número de bolsas
Antígua e Barbuda	2
Argentina	47
Bahamas	
Barbados	4
Belize	2
Bolívia	36
Brasil	7
Canadá	
Chile	26
Colômbia	38
Costa Rica	29
Dominica	
El Salvador	31
Equador	45
Estados Unidos	
Grenada	1
Guatemala	31
Guiana	3
Haiti	9
Honduras	42
Jamaica	3
México	33
Nicarágua	23
Panamá	30
Paraguai	31
Peru	36
República Dominicana	20
Santa Lúcia	
São Vicente e Granadinas	2
Saint Kitts e Nevis	2
Suriname	
Trinidad	2
Uruguai	37
Venezuela	21
TOTAL	593

BOLSAS DO PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO (PEC) 2001

País	Número de bolsas
Antígua e Barbuda	1
Argentina	7
Bahamas	
Barbados	3
Belize	
Bolívia	4
Brasil	1
Canadá	
Chile	6
Colômbia	8
Costa Rica	7
Dominica	3
El Salvador	3
Equador	7
Estados Unidos	
Grenada	
Guatemala	6
Guiana	
Haiti	4
Honduras	5
Jamaica	3
México	4
Nicarágua	1
Panamá	9
Paraguai	2
Peru	3
Rep. Dominicana	2
Santa Lúcia	
São Vicente e Granadinas	
Saint Kitts e Nevis	1
Suriname	3
Trinidad	
Uruguai	4
Venezuela	2
TOTAL	99

BOLSAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DAS ÁREAS TÉCNICAS (CEAT) 2001

País	Número de becas
Antígua e Barbuda	1
Argentina	5
Bahamas	
Barbados	1
Belize	1
Bolívia	3
Brasil	2
Canadá	
Chile	1
Colômbia	3
Costa Rica	2
Dominica	1
El Salvador	2
Equador	2
Estados Unidos	3
Grenada	1
Guatemala	2
Guiana	
Haiti	
Honduras	3
Jamaica	2
México	4
Nicarágua	
Panamá	2
Paraguai	3
Peru	4
Rep. Dominicana	2
Santa Lúcia	
São Vicente e Granadinas	1
Saint Kitts e Nevis	
Suriname	1
Trinidad e Tobago	1
Uruguai	2
Venezuela	2
Atividade regional CITEI	95
TOTAL	152

ANEXO G

CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVADORES PERMANENTES
1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001

País	Contribuições em dinheiro	Contribuições principais em espécie	Total (US\$)
União Européia	US\$73.000 - CICAD: Precursores Químicos-Sistemas de Controle no Caribe US\$55.000- CICAD: Sistema Interamericano de Informação (IADIS) Total: US\$128.000		128.000
Japão	US\$155.000 - CICAD: Treinamento no nível de pós-graduação em prevenção, tratamento e abuso de drogas US\$45.000 - UPD: Projeto de remoção de minas US\$200.000 - UPD: Missão de Observação Eleitoral no Peru US\$90.000 - UPD: Missão de Observação Eleitoral na Nicarágua US\$40.000 - USDE: Diálogo Interamericano sobre Gestão da Água Total: US\$530.000		530.000
Israel	US\$20.000 – Fundo de Paz Total: US\$20.000	US\$390.000 – Bolsas de estudo Total: US\$390.000	410.000
Suíça	US\$30.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral na Nicarágua Total: US\$30.000		30.000
Chipre	US\$3.000 –Fundo de Paz (Belize-Guatemala) Total: US\$3.000		3.000
Itália	US\$100.000 – UPD – Projeto de remoção de minas Total: US\$100.000	US\$13.000 – Fundo de Paz (Honduras/Nicarágua – Sistema de Verificação) US\$24.000 – CICTE (Equipamento técnico para escritórios) US\$17.000 – Haiti (Computadores para a Missão Especial) Total: US\$54.000	154.000

País	Contribuições em dinheiro	Contribuições principais em espécie	Total (US\$)
Finlândia	US\$60.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral na Nicarágua US\$60.000		60.000
Coréia		US\$25.000 – Departamento de Informação Pública (Equipamento técnico) US\$12.500 – Biblioteca Colombo – Computadores) US\$12.500 – Young Americas Business Trust (Computadores) US\$50.000 – Haiti e República Dominicana (2 jipes e computadores para os Escritórios da OEA) US\$15.000 – Estagiários na Secretaria-Geral US\$63.000 – IACD – Bolsas de estudo – Total: US\$178.000	178.000
Países Baixos	US\$42.000 – IACD- Conferência de Jornalistas US\$682.000 – UPD – Plano de ATE – Guatemala US\$229.000 – UPD – Gestão política na Guatemala Total: US\$953,000		953.000
Dinamarca	US\$60.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral na Nicarágua US\$100.000 – Fundo de Paz US\$31.000 – UPD – Valores Políticos – Guatemala Total: US\$191.000		191.000
Noruega	US\$40.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral na Nicarágua US\$25.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral no Peru US\$167.000 – UPD – PROPAZ II US\$274.000 – UPD – Gestão Política na Guatemala US\$1.156.000 –UPD – Projeto de remoção de minas Total: US\$1.662.000		1.662.000

País	Contribuições em dinheiro	Contribuições principais em espécie	Total (US\$)
Espanha	US\$255.000 – UPD – Projeto de remoção de minas US\$110.000 – Fundo de Paz US\$537.000 – CICAD – Fortalecimento institucional das Comissões nacionais de drogas dos países andinos/Observatórios nacionais US\$16.000 – Instituto Interamericano da Criança – Vídeo sobre direitos de identidade de meninos e meninas US\$166.000 – CIDH – Programa de publicações Total: US\$1.084.000	US\$190.000 – IACD – Bolsas - Cursos de Engenharia e Gestão Portuária US\$230.000 – IACD – Bolsas de estudo – Portal Educacional das Américas US\$19.000 – CICAD – Seminário: Plano Nacional de Drogas US\$33.000 – CICAD – Seminário Técnico - Plano de Ação Regional do CCP Centro-Americano US\$3.000 – CICAD – Projeto Master On-line US\$92.000 – CICAD – Bolsas – Universidad Complutense US\$8.000 – CICAD – Reunião – Mestrado Íbero-Americano On-Line em Dependência de Drogas Total: US\$575.000	1.659.000
Suécia	US\$718.000 – UPD – PCT-Fase II US\$62.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral na Nicarágua US\$29.000 – UPD - Missão de Observação Eleitoral no Peru US\$68.000 – UPD - Missão de Observação Eleitoral em Honduras US\$640.000 – UPD - Projeto de remoção de minas US\$120.000 – CIDH Total: US\$1.637.000		1.637.000
Reino Unido	US\$35.000 – UPD – ATE Caribe US\$20.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral em São Vicente e Granadinas US\$12.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral no Haiti US\$10.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral na Nicarágua US\$38.000 – UPD – Missão de Observação Eleitoral no Peru US\$30.000 – UPD – Reforma Constitucional no Caribe US\$272.000 – UPD – Projeto de remoção de minas US\$24.000 – CIDH – Seminário no Caribe US\$55.000 –Fundo de Paz Total: US\$496.000		496.000

País	Contribuições em dinheiro	Contribuições principais em espécie	Total (US\$)
França	US\$29.000 – CICAD- Retcod Total: US\$29.000	US\$3.000 – Dep. de Direito Internacional (Professor para Curso de Direito Internacional no Rio de Janeiro) US\$5.000 – CICAD – Curso de Capacitação Antidrogas para oficiais de alfândega da América Central, realizado na Martinica. Total: US\$8.000	37.000
Rússia		US\$165.000 – Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros (veículos <i>sports utility</i>) US\$165.000	165.000
* Austrália	US\$39.000 – UPD Total: US\$39.000		39.000
Total	US\$6.962.000	US\$1.370.000	8.332.000

* A Austrália não tem a condição de Observador Permanente.

ANEXO H

ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO

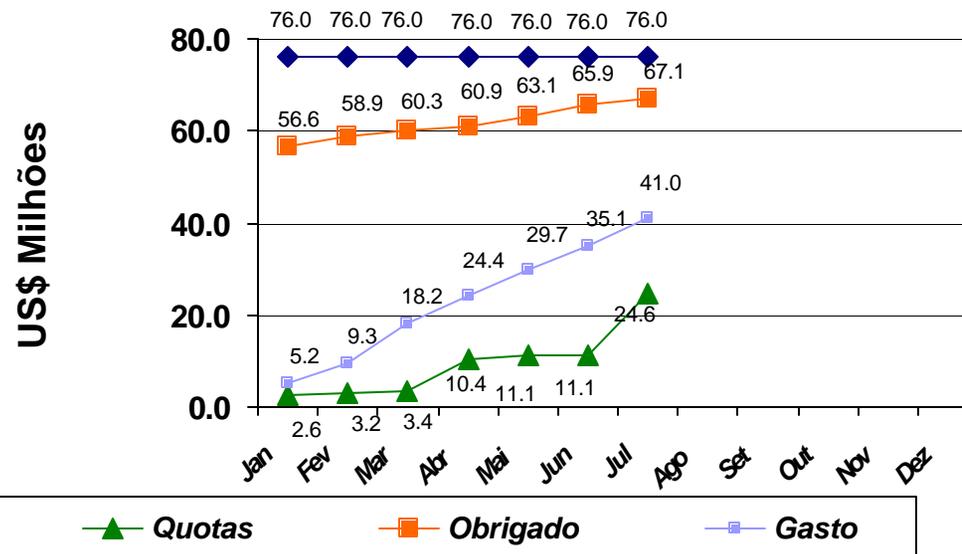
Fundo Ordinário 2001

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aprovado	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0				
Quotas	2.6	3.2	3.4	10.4	11.1	11.1	24.6					
Obrigado	56.6	58.9	60.3	60.9	63.1	65.9	67.1					
Gasto	5.2	9.3	18.2	24.4	29.7	35.1	41.0					

Fundo Ordinário 2000

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aprovado	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0	78.0
Quotas	2.4	2.7	4.5	12.3	26.5	26.7	26.8	26.8	27.3	27.3	27.3	33.5
Obrigado	51.1	57.3	56.3	58.1	59.2	61.5	63.6	66.5	68.5	70	73.4	74.3
Gasto	6.6	11.4	17.4	22.8	27.9	34.6	40.2	45.4	51.1	57.1	62.8	69.8

Fundo Ordinário 2001 **Relatório de Execução Orçamentária de janeiro a** **dezembro** **e Quotas arrecadadas**



Fundo Ordinário 2000 **Relatório de Execução Orçamentária de janeiro a** **dezembro** **e Quotas arrecadadas**

